



Prefeitura Municipal
de **Araraquara**

ANEXO VIII

PLANO ESTRATÉGICO DO GOVERNO MUNICIPAL 2025-2028: DIRETRIZES DO PPA



Lista de Siglas e Abreviaturas

ACNUDH – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ACS – Agentes Comunitários de Saúde
AMPARA – Associação de Pais e amigos dos autistas de Araraquara e mãe atípica
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APS – Atenção Primária à Saúde
AVC – Acidentes Vasculares Cerebrais
B2B – Business to Business (de empresa para empresa)
BC – Benefícios Complementares
BET – Benefícios Extraordinários de Transição
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
BPC – Benefício de Prestação Continuada
BPI – Benefícios Primeira Infância
BRC – Benefícios de Renda de Cidadania
BVF – Benefícios Variáveis Familiares
CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CDPD – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
CECAD 2.0 – Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único Versão 2.0
CEMEA – Centro Municipal de Educação Ambiental
CETEC – Centro Educacional Técnico
CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CIPTEA – Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
CMDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONASEMS-SUS – Conselho Nacional de Secretarias municipais de Saúde
COVID – Coronavírus
CRM – Centro de Referência da Mulher
DAAE – Departamento Autônomo de Água e Esgotos
DataSUS – Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
DCNT – Doença Crônica Não Transmissível
DPOC – Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESF – Estratégia Saúde da Família
ETEC – Escola Técnica Estadual
FACIRA – Feira Agrocomercial e Industrial
FATEC – Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDSC-BR – Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil
IES – Instituição de Ensino Superior
IFSP – Instituto Federal de São Paulo
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFOSIGA – Sistema de Informações Gerenciais de Sinistros de Trânsito

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IQR – Índice de Qualidade da Disposição de Resíduos Sólidos
LDO - Lei De Diretrizes Orçamentárias
LEI – Lei Brasileira de Inclusão
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAPA – Museu de Arqueologia e Paleontologia
MDHC – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEI – Microempreendedor Individual
MIT – Município de Interesse Turístico
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONDH – Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC-SP – Plano de Ação Climática e Desenvolvimento Sustentável para São Paulo
PIB – Produto Interno Bruto
PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE – Plano Nacional de Educação
PPA – Plano Plurianual
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RDO – Resíduos Domiciliares Orgânicos
RPU – Resíduos Públicos Urbanos
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos
SaaS – Software como Serviço
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIDRA/IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automatizada
SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINISA – Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico
SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SSP-SP – Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo
TEA – Transtorno do Espectro Autista
TCESP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
UBS – Unidade Básica de Saúde
UGRHI – Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNIARA – Universidade de Araraquara
VAB – Valor Adicionado Bruto
ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

Lista de Figuras

Figura 1. Processo de Direcionalidade Estratégica do PEGM 2025-2028	20
Figura 2. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	24
Figura 3. Araraquara: Avaliação do Cumprimento dos ODS Segundo o IDSC-BR 2024	27
Figura 4. Araraquara: Famílias Inscritas no CadÚnico (Março/2025)	41
Figura 5. Os Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Sustentável de Araraquara	239

Lista de Tabelas

Tabela 1. Araraquara: Nascimentos por Faixa de Peso (2015-2023)	50
Tabela 2. Araraquara: Casos Confirmados de Estupro, Violência Sexual e Assédio Sexual contra Mulheres no Município de Araraquara (2015-2024)	62
Tabela 3. Araraquara: Estoque do Emprego Formal Segundo Grande Agrupamento e Sexo (2024)	63
Tabela 4. Araraquara: Remuneração Média Segundo Grande Agrupamento e Sexo em R\$ (2024)	64
Tabela 5. Araraquara: População Residente, Por Cor ou Raça (Censos 2010 e 2022)	65
Tabela 6. Taxa de Alfabetização das Pessoas de 15 Anos Ou Mais de Idade Por Raça (2022)	66
Tabela 7. Araraquara: Pessoas de 18 Anos Ou Mais de Idade, Por Nível de Instrução, Segundo Cor Ou Raça (2022)	66
Tabela 8. Araraquara: População Total e População Com Deficiência, Por Faixa Etária (Censo 2022)	69
Tabela 9. Araraquara: População Total e População Com Deficiência, Por Cor ou Raça (Censo 2022)	70
Tabela 10. Araraquara: Taxa de Analfabetismo das Pessoas Com 65 Anos ou Mais (Censo 2022)	77
Tabela 11. Araraquara: Quantidade de Médicos Atendentes no SUS na Rede Municipal de Saúde, Segundo Especialidade (2010-Abril/2025)	104
Tabela 12. Araraquara: Quantidade de Médicos Atendentes no SUS na Rede Municipal de Saúde nas UBS, Segundo Especialidade (2010-2024)	105
Tabela 13. Araraquara: Número de Estabelecimentos da Gestão Municipal, Por Tipo (2015 -2024)	108
Tabela 14. Araraquara: Número de Matrículas da Educação Básica, por Etapa de Ensino, na Rede Pública Municipal (2015-2024)	116
Tabela 15. Araraquara: Número de Estabelecimentos da Rede Pública Municipal (2024)	132
Tabela 16. Araraquara: Produto Interno Bruto a Preços Constantes de 2024 (R\$ 1.000), (2010-2021) .	154
Tabela 17. Araraquara: Estoque Mensal do Emprego Formal Por Setor (2020-2024)	163
Tabela 18. Distribuição Percentual das Pessoas com Pelo Menos Nível Superior de Graduação Concluído Segundo Áreas Gerais de Formação (2022)	170
Tabela 19. Araraquara: Estoque Mensal do Emprego Formal nos Serviços de Alojamento e Alimentação (2020-Abril/2025)	174
Tabela 20. Araraquara: Área Plantada ou Destinada à Colheita em Lavouras Temporárias e Permanentes (Hectares) (2000-2023)	182
Tabela 21. Araraquara: Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho (Cabeças) (2000-2023)	183
Tabela 22. Araraquara: Número de Estabelecimentos Agropecuários e Área Segundo Grupos de Área Total. Censo Agropecuário do IBGE 2017	185

Tabela 23. Araraquara: Número de Estabelecimentos Agropecuários e Área dos Estabelecimentos Agropecuários Segundo Grupos de Atividade Econômica. Censo Agropecuário do IBGE 2017	187
Tabela 24. Araraquara: Número de Estabelecimentos Agropecuários e Área dos Estabelecimentos Agropecuários, por Tipologia. Censo Agropecuário do IBGE de 2017	187
Tabela 25. Araraquara: Número de Estabelecimentos Agropecuários com lavoura temporária (Unidades). Censo Agropecuário do IBGE de 2017	188
Tabela 26. Araraquara: Número de Estabelecimentos Agropecuários por Tipologia e Origem da Orientação Técnica Recebida. Censo Agropecuário do IBGE de 2017	190
Tabela 27. Araraquara: Consumo de Energia Elétrica (kWh) (2024)	197
Tabela 28. Araraquara: Consumo de Derivados de Petróleo e Etanol (2024)	199
Tabela 29. Araraquara: Consumo Total de Energéticos (toe) e Correspondentes Emissões de CO ₂ (10 ³ t/ano) (2024)	200
Tabela 30. Araraquara: Domicílios Recenseados por Situação do Domicílio. Censos de 2000, 2010 e 2022	214
Tabela 31. Araraquara: Domicílios Particulares Permanentes Ocupados Segundo Condição de Ocupação. Censo 2000, 2010 e 2022	217
Tabela 32. Araraquara: Domicílios Particulares Permanentes Ocupados por Número de Moradores por Dormitório e Condição de Ocupação do Domicílio (Censo 2022)	218
Tabela 33. Araraquara: Distribuição Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Ocupados por Número de Moradores por Dormitório e Condição de Ocupação do Domicílio (Censo 2022)	219
Tabela 34. Araraquara: Domicílios Particulares Permanentes Ocupados Segundo Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios (Censos 2010 e 2022)	223
Tabela 35. Araraquara: Domicílios Particulares Permanentes Ocupados Segundo Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios (Censo 2022).....	223

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Araraquara: População Residente Segundo os Censos do IBGE 1970 a 2022.....	32
Gráfico 2. Araraquara: Evolução do Crescimento da População Segundo Componentes (2000 a 2022)..	33
Gráfico 3. Taxa geométrica de Crescimento Anual da População Segundo os Censos do IBGE de 1970 a 2022	34
Gráfico 4. Araraquara: Pirâmide Etária da População Segundo Censo de 2022 (%).....	35
Gráfico 5. Araraquara: Distribuição da População por Faixa Etária. Censos 2000, 2010 e 2022	37
Gráfico 6. Índice de envelhecimento da População de Araraquara e do Estado de São Paulo, segundo Censos IBGE	38
Gráfico 7. Araraquara: Evolução do ODS 1, Erradicação da Pobreza (2015-2024)	40
Gráfico 8. Araraquara: Famílias Inscritas no CadÚnico com Renda per capita de Até Meio Salário-Mínimo (%), (2015-2023)	41
Gráfico 9. Araraquara: Evolução do Número de Famílias Inscritas no CadÚnico (Dez.2012 a Dez./2024)	42
Gráfico 10. Araraquara: Pessoas inscritas no CadÚnico por sexo, dez./2024	44
Gráfico 11. Araraquara: Percentual de Pessoas Inscritas no CadÚnico que Recebem Bolsa Família (dez/2015-dez/2023).....	44
Gráfico 12. Araraquara: Evolução do Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família (Dez.2012 a Dez./2024)*	46
Gráfico 13. Araraquara: Evolução do ODS 2, Erradicar a Fome (2015-2024)	47
Gráfico 14. Araraquara: Baixo Peso ao Nascer* (2015-2023).....	49
Gráfico 15. Araraquara: Desnutrição Infantil (crianças menores de 5 anos) * (2015-2023)	50
Gráfico 16. Araraquara: Obesidade Infantil* (2015/2023)	51
Gráfico 17. Araraquara: Evolução do ODS 10 – Redução Das Desigualdades (2015-2024).....	55
Gráfico 18. Araraquara: Evolução do ODS 5 – Igualdade de Gênero (2015-2024)	56
Gráfico 19. Araraquara: Violência Física, Total e Contra a Mulher (2015/2024).....	57
Gráfico 20. Araraquara: Taxa de Femicídio (2015/2022).....	60
Gráfico 21. Percentual de Pessoas com Deficiência na População Residente a partir de 2 Anos de Idade (Censo 2022).....	69
Gráfico 22. Taxa de Escolarização das Pessoas de 6 Anos ou Mais, Por Grupo de Idade e Existência de Deficiência (Censo 2022)	71
Gráfico 23. Percentual de Pessoas Diagnosticadas Com Autismo (Censo 2022)	74
Gráfico 24. Araraquara: Distribuição da População Com 60 Anos Ou Mais, Por Sexo (Censo 2022)	76
Gráfico 25. Araraquara: Distribuição da População Com 60 Anos Ou Mais, Por Cor ou Raça (Censo 2022)	77
Gráfico 26. Araraquara: Evolução do ODS 3, Saúde e Bem-estar (2015-2024)	80
Gráfico 27. Araraquara: Cobertura vacinal tetravalente e pentavalente em menores de 1 ano (2015/2023).....	81
Gráfico 28. Araraquara: Índice de Cobertura vacinal. (2015/2024).....	81
Gráfico 29. Araraquara: Razão de Mortalidade Materna. (2015/2024)	83
Gráfico 30. Araraquara: Proporção de Mães que Fizeram Sete ou Mais Consultas de Pré-Natal (2011/2023).....	84

Gráfico 31. Araraquara: Gravidez na Adolescência (%) * (2015-2023).....	85
Gráfico 32. Araraquara: Mortalidade Infantil (Crianças menores de um ano) (2010-2023)	86
Gráfico 33. Araraquara: Mortalidade Infantil Por Causas Evitáveis (2011-2023)	87
Gráfico 34. Araraquara: Mortalidade na Infância Por Causas Evitáveis (Crianças entre 0 e 4 anos de idade) (2010-2023)	88
Gráfico 35. Araraquara: Incidência de Dengue (2015 a 15/06/2025).....	91
Gráfico 36. Araraquara: Evolução do Número de Casos de Internação por Diarreia e Gastroenterite (2010-2024)	92
Gráfico 37. Araraquara: Mortalidade por AIDS (2013-2023)	93
Gráfico 38. Araraquara: Incidência de Tuberculose (2015-2023)	94
Gráfico 39. Araraquara: Casos Diagnosticados de Hanseníase (2010-2024)	95
Gráfico 40. Araraquara: Taxa de Detecção de Hepatite (2015-2023).....	96
Gráfico 41. Araraquara: Mortalidade Prematura por DCNT (30 – 69 anos) (2010-2024*).....	98
Gráfico 42. Araraquara: Mortalidade por Capítulo CID-10 (2023).....	99
Gráfico 43. Araraquara: Taxa de Mortalidade Por Suicídio (por cem mil habitantes) (2010-2023)	101
Gráfico 44. Araraquara: Principais Morbidades por Capítulo CID-10 (2023)	102
Gráfico 45. Araraquara: Quantidade de Médicos Atendentes no SUS na Rede Municipal de Saúde (2010-Abril/2025).....	102
Gráfico 46. Araraquara: Quantidade de Agentes Comunitários de Saúde na Rede Municipal de Saúde (2010-2024)	107
Gráfico 47. Araraquara: Evolução do Número Total de Estabelecimentos da Gestão Municipal (2012-2024).....	107
Gráfico 48. Araraquara: Evolução do ODS 4, Educação de Qualidade (2015-2024)	113
Gráfico 49. Araraquara: Taxa Bruta de Frequência Escolar por Grupos de Idade, Segundo o Censo de 2022	114
Gráfico 50. Araraquara: Evolução da Matrícula na Educação Básica da Rede Pública Municipal (2015-2024).....	115
Gráfico 51. Araraquara: Evolução das Matrículas em Creche da Rede Pública Municipal e do Número de Nascidos Vivos (2015-2024*)	118
Gráfico 52. Araraquara: Evolução das Matrículas na Pré-Escola da Rede Pública Municipal (2015-2024)	119
Gráfico 53. Araraquara: Evolução da Matrícula no Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) da Rede Pública Municipal (2015-2024).....	121
Gráfico 54. Araraquara: Evolução da taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental (Total, Anos Iniciais e Finais) da Rede Pública Municipal (2015-2024).....	123
Gráfico 55. Araraquara: Índice IDEB - Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal (2007-2023)	123
Gráfico 56. Araraquara: Índice IDEB - Anos Finais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal (2007-2023)	124
Gráfico 57. Araraquara: Evolução da Matrícula na Educação Especial da Rede Pública Municipal (2015-2024).....	127
Gráfico 58. Araraquara: Taxa de Analfabetismo em Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade (Censos 1991, 2000, 2010 e 2022)	129
Gráfico 59. Araraquara: Evolução da Matrícula na EJA da Rede Pública Municipal (2015-2024)	130

Gráfico 60. Evolução do Quadro Docente da Rede Pública Municipal (2015-2024).....	131
Gráfico 61. Araraquara: Evolução do ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes (2015-2024).....	141
Gráfico 62. Taxa de Homicídio Doloso por 100.000 Habitantes (2010-2024).....	143
Gráfico 63. Araraquara: Ocorrências de Furtos (2010-2024).....	144
Gráfico 64. Araraquara: Taxa de Furto por 100 mil hab. (2010-2024).....	145
Gráfico 65. Araraquara: Ocorrências de Roubos (2010-2024).....	146
Gráfico 66. Araraquara: Taxa de Roubo por 100 mil hab. (2010-2024).....	147
Gráfico 67. Araraquara: Ocorrências de Furto e Roubo de Veículos (2010-2024)	148
Gráfico 68. Araraquara: Taxa de Furto e Roubo de Veículo por 100 mil hab. (2010-2024)	148
Gráfico 69. Araraquara: Total de Notificações de Estupros (2010-2024)	149
Gráfico 70. Araraquara: Evolução do ODS 8, Trabalho Decente e Crescimento Econômico (2015-2024)	153
Gráfico 71. Araraquara: Comportamento do PIB Real, Índice 2010=100 (2010-2021)	155
Gráfico 72. Araraquara: Taxas de Crescimento Média Real do Valor Adicionado Segundo Grandes Setores (2011 a 2021).....	155
Gráfico 73. Araraquara: Comportamento do PIB Real, Índice 2010=100 (2010-2021)	158
Gráfico 74. Araraquara: Quantidade de Empresas Ativas (2010-Maio/2025).....	160
Gráfico 75. Araraquara: Quantidade de Empresas Ativas Segundo Tipo (2010-Maio/2025)	160
Gráfico 76. Araraquara: Distribuição do Emprego Formal Segundo Grandes Setores da Economia (2024)	164
Gráfico 77. Taxa de Variação do Estoque do Emprego Formal (2010-2024)	166
Gráfico 78. Distribuição da População de 25 Anos ou Idade por nível de instrução (2022).....	169
Gráfico 79. Araraquara: Evolução do ODS 2, Erradicar a Fome (2015-2024)	177
Gráfico 80. Comportamento do Valor Adicionado Real da Agropecuária, Índice 2010=100. (2010-2021)	179
Gráfico 81. Araraquara: Taxas de Crescimento Média Real do Valor Adicionado da Agropecuária (2011 a 2021).....	181
Gráfico 82. Araraquara: Evolução do Consumo de Energia Elétrica (MWh) (2012-2024)	198
Gráfico 83. Araraquara: Evolução do ODS 15, Vida Terrestre (2015-2024).....	201
Gráfico 84. Araraquara: Evolução do ODS 6, Água Potável e Saneamento (2015-2024)	204
Gráfico 85. Araraquara: Percentual de Domicílios Particulares Permanentes Com Conexão na Rede Geral de Água. Censos Demográficos 2010 e 2022	206
Gráfico 86. Araraquara: Quantidade de Ligações Ativas de Água (2010-2022).....	206
Gráfico 87. Araraquara: Porcentagem de Domicílios Particulares Permanentes Com Conexão na Rede Geral de Esgoto ou Pluvial. Censos Demográficos 2010 e 2022	207
Gráfico 88. Araraquara: População Total Atendida com Esgotamento Sanitário (2010-2022)	208
Gráfico 89. Araraquara: Percentual de Domicílios Particulares Permanentes Com Coleta de Lixo. Censos Demográficos 2010 e 2022.....	209
Gráfico 90. Araraquara: Distribuição Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Segundo Destino do Lixo. Censo Demográfico 2022.....	210
Gráfico 91. Araraquara: Evolução do ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis (2015-2024).....	214
Gráfico 92. Araraquara: Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes ocupados segundo condição de ocupação. Censo 2000, 2010 e 2022.....	216

Gráfico 93. Araraquara: Distribuição Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Ocupados por Número de Moradores por Dormitório. Censos 2020, 2010 e 2022	220
Gráfico 94. Araraquara: Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Ocupados de Mais de 2 Moradores por Dormitório Segundo Condição Da Ocupação. Censos 2000, 2010 e 2022	221
Gráfico 95. Araraquara: Frota de Veículos (Dez./2015 e Abr./2025).....	226
Gráfico 96. Araraquara: Composição da Frota de Veículos por Categoria (Dez./2015 e Abril/2025)	227
Gráfico 97. Araraquara: Evolução da Frota de Automóveis e Motocicletas (Dez./2015 e Abril/2025) ...	228
Gráfico 98. Araraquara: Evolução dos Sinistros (colisão, choque, atropelamento e outros) (2019-2024)	230
Gráfico 99. Araraquara: Distribuição Percentual de Sinistros por Modal de Transporte (2024).....	231

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. ORIENTAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO SOBRE O PLANEJAMENTO MUNICIPAL	14
2. DIRECIONALIDADE ESTRATÉGICA DO PEGM 2025-2028	19
3. ARTICULAÇÃO DO PEGM 2025-2028 E DO PPA 2026-2029 COM OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	23
4. DIAGNÓSTICO: SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA	29
5. ARARAQUARA QUE QUEREMOS: VISÃO ESTRATÉGICA E VALORES PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	232
6. MAPEANDO O FUTURO: EIXOS E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	238
7. ARTICULAÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS COM OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	241
8. PROGRAMAS QUE ESTRUTURAM O PLANO ESTRATÉGICO DO GOVERNO MUNICIPAL 2025-2028 E O PLANO PLURIANUAL 2026-2029.....	244
Referências Bibliográficas.....	255

INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico do Governo Municipal (PEGM) 2025–2028, que serve de base das Diretrizes do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, representa o principal instrumento de planejamento da gestão pública de Araraquara para os próximos quatro anos. Mais do que um documento técnico, trata-se de uma visão estruturante de médio prazo, que orienta a atuação do governo municipal em torno de uma direcionalidade estratégica voltada à transformação social, ao desenvolvimento econômico sustentável e à promoção da qualidade de vida da população.

A construção deste plano parte da compreensão de que o desenvolvimento de Araraquara não pode ser conduzido apenas pela lógica orçamentária tradicional, restrita à alocação de recursos para ações pontuais e fragmentadas. É necessário um modelo de planejamento que integre as dimensões econômica, social, ambiental, territorial e institucional, garantindo coerência entre as prioridades estratégicas e as reais necessidades da população. Nesse sentido, o PEGM 2025–2028 estabelece uma trajetória clara que orienta a administração municipal na formulação de programas integrados e de impacto.

Esse esforço de planejamento estratégico responde a uma dupla exigência: de um lado, a necessidade legal de elaboração do Plano Plurianual (PPA), conforme previsto no artigo 165 da Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal; de outro, a exigência política e ética de promover uma gestão pública orientada por resultados, transparente e participativa, em consonância com as diretrizes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) e os compromissos assumidos pelo município com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste documento, apresenta-se um diagnóstico detalhado, elaborado a partir do levantamento de informações de fontes oficiais e dados públicos, que permitiram identificar os principais problemas e desafios estruturais enfrentados pelo município de Araraquara. A construção da direcionalidade estratégica e dos programas do PEGM e do PPA, foram desenhados para responder diretamente a esses desafios, construindo soluções integradas e orientadas à transformação sustentável da cidade. Araraquara tem avançado de forma consistente em várias dimensões do desenvolvimento sustentável, mas ainda enfrenta desafios significativos, como a redução das desigualdades sociais, a modernização da infraestrutura urbana, o fortalecimento da competitividade econômica e a ampliação das oportunidades para todos os segmentos da população. O PEGM 2025–2028 e o PPA 2026–2029 foram concebidos como instrumentos articuladores dessas agendas, conectando os objetivos de longo prazo da cidade com ações concretas e mensuráveis a serem realizadas no ciclo de governo 2025–2028.

No âmbito da direcionalidade estratégica, foram definidos os valores essenciais que guiam as ações do governo municipal, assim como foi construída a Visão Estratégica Araraquara 2050, que delinea o cenário de futuro a ser alcançado de maneira participativa e sustentável. Essa visão está ancorada na Lei nº 9.500, de 15 de março de 2019, que criou o Programa Araraquara 2050 — um marco normativo que reafirma o compromisso do município com um planejamento de longo prazo, capaz de sustentar uma estratégia de desenvolvimento contínua, consistente e alinhada aos princípios da sustentabilidade. Ao incorporar essa perspectiva, o Plano Estratégico do Governo Municipal (PEGM) adere plenamente à orientação legal e institucional de projetar a cidade para além dos mandatos, organizando suas ações e prioridades em função do futuro que se deseja construir para Araraquara até 2050.

A direcionalidade estratégica definida neste plano não é uma construção isolada da administração pública. Ao contrário, foi fruto de um processo participativo, que envolveu audiências públicas e consultas à população. Essa pactuação amplia a legitimidade das diretrizes estabelecidas e fortalece a corresponsabilização social na construção de soluções para os desafios locais.

A partir dessa direcionalidade, o PEGM 2025–2028 estrutura a atuação do governo municipal em quatro grandes Eixos Estratégicos:

1. Modernização Institucional e Governança Participativa
2. Desenvolvimento Social e Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania
3. Desenvolvimento Econômico, Inovação e Inclusão Produtiva
4. Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade Ambiental.

Cada eixo estratégico se desdobra em diretrizes, objetivos, programas e ações que articulam políticas públicas de forma transversal, buscando promover sinergias entre diferentes áreas de atuação e otimizar a alocação dos recursos públicos. Essa abordagem integrada busca garantir que as ações governamentais sejam orientadas à obtenção de resultados concretos na vida da população, com foco na redução das desigualdades, na inclusão social e no fortalecimento da sustentabilidade do território.

Além disso, o PEGM 2025–2028 e o PPA 2026–2029 estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, assegurando que as ações da gestão pública local dialoguem com os compromissos globais de desenvolvimento humano sustentável. O município de Araraquara, ao aderir ao Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), fortalece sua capacidade de monitorar, avaliar e ajustar continuamente suas ações em busca de resultados efetivos.

O cenário de transição demográfica, a necessidade de diversificação econômica e os desafios da gestão pública municipal em um contexto de restrição fiscal exigem uma atuação estratégica, baseada em evidências e voltada à obtenção de resultados. Por isso, a gestão orientada por resultados — com metas claras, indicadores de desempenho e avaliação sistemática — é um dos pilares centrais deste plano.

Este documento, portanto, inaugura uma nova etapa no planejamento municipal de Araraquara, em que o PEGM 2025–2028 e o PPA 2026–2029 se articulam como um ciclo único, coerente e orientado à transformação da realidade local. Trata-se de uma proposta que transcende o horizonte de um mandato, consolidando um modelo de gestão pública que assegura continuidade, estabilidade e compromisso com o desenvolvimento sustentável de Araraquara no médio e longo prazo.

1. ORIENTAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO SOBRE O PLANEJAMENTO MUNICIPAL

No *Manual de Planejamento Público 2021*, publicado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), destaca-se a importância do planejamento como instrumento essencial para garantir a eficácia e a eficiência na formulação e execução das políticas públicas, voltadas ao enfrentamento dos problemas e à resposta aos anseios legítimos da população. Conforme afirma o próprio TCESP:

O planejamento se revela particularmente importante no âmbito do setor público. Com efeito, uma vez que a capacidade financeira do Estado é limitada, prioridades devem ser estabelecidas. Nesse contexto, o planejamento estabelece um espaço decisório no qual são definidas quais políticas públicas terão a primazia na alocação de recursos (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2021, p. 6).

Igualmente, o TCESP ressalta que, no Brasil, o ato de planejar não se configura apenas como uma necessidade administrativa, mas como uma exigência imposta pela Constituição Federal e pela legislação vigente, obrigando todos os gestores públicos ao seu cumprimento. Essa obrigatoriedade fortalece o caráter normativo do planejamento, vinculando a atuação do Estado às diretrizes legais e ao interesse público. Nesse sentido, o artigo 165 da Constituição Federal estabelece que o planejamento e o orçamento devem ser tratados de forma integrada, por meio de três leis interdependentes que funcionam como instrumentos essenciais de planejamento do setor público em todas as esferas de governo: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Essas leis representam instrumentos essenciais para a compatibilização entre a estratégia de governo e as demandas sociais de maior relevância. Mais do que funcionarem como um simples cronograma de entrega de bens e serviços à população, os instrumentos de planejamento devem demonstrar, de forma clara e transparente, como a alocação dos recursos públicos contribuirá efetivamente para a mitigação dos problemas sociais e para a promoção do bem-estar coletivo.

Cabe ressaltar que a obrigatoriedade de elaboração do PPA, da LDO e da LOA, prevista para a União no artigo 165 da Constituição Federal, aplica-se igualmente a Estados e Municípios. Tal extensão decorre do princípio da simetria constitucional, bem como das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), especialmente em seus artigos 4º e 5º, que reafirmam o planejamento público como dever constitucional de todos os entes federativos.

Adicionalmente, a Emenda Constitucional nº 108/2020 reforçou o papel da participação social ao incluir, no artigo 193 da Constituição Federal, a seguinte determinação: “O Estado

exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.” Essa diretriz constitucional busca assegurar que as decisões sobre a alocação dos recursos públicos não sejam exclusividade dos gestores, mas resultado de um processo coletivo, transparente e democrático, no qual os cidadãos possam contribuir ativamente na formulação das políticas públicas. Ao fortalecer os mecanismos de escuta e deliberação popular, a gestão orçamentária participativa estimula a responsabilização da população na construção de soluções para os desafios locais, promovendo maior equidade na distribuição dos investimentos e legitimidade nas ações governamentais. Assim, a incorporação da participação social aos instrumentos de planejamento, como o PPA, a LDO e a LOA, representa não apenas o cumprimento de uma exigência legal, mas também um avanço rumo a uma administração pública mais inclusiva, eficaz e comprometida com o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

No caso do Plano Plurianual (PPA), instrumento fundamental de planejamento de médio prazo, sua elaboração é obrigatória para o Governo Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com vigência de quatro anos. Conforme disposto na Constituição Federal, o PPA deve estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, abrangendo as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como os programas de duração continuada, garantindo assim a coerência das ações governamentais ao longo do período planejado. A legislação determina que o PPA seja elaborado no primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo, com vigência a partir do segundo ano e término no final do primeiro ano do mandato seguinte. Essa sistemática confere ao PPA um caráter supragovernamental, favorecendo a continuidade das políticas públicas para além dos ciclos eleitorais e garantindo maior estabilidade institucional. Ao permitir que ações e programas estratégicos tenham horizonte de médio prazo, o PPA promove uma alocação de recursos mais eficiente e orientada a resultados, contribuindo diretamente para o desenvolvimento sustentável e para o atendimento qualificado das demandas da população.

O ano de 2025 marca o início da elaboração dos novos Planos Plurianuais (PPAs) municipais, com vigência prevista para o período de 2026 a 2029. No caso de Araraquara, esse processo representa uma oportunidade estratégica decisiva para superar a tradicional limitação dos PPAs a uma lógica predominantemente orçamentária, centrada apenas na alocação de recursos, e avançar na construção de um instrumento efetivo de planejamento de médio prazo. A formulação do PPA 2026–2029 deve ser orientada por uma visão clara de desenvolvimento sustentável para o município, que possibilite a identificação de prioridades estruturantes, a definição de metas coerentes com os desafios locais e a implementação de políticas públicas integradas. Mais do que uma peça fiscal, o PPA deve se afirmar como um guia estratégico da gestão municipal, voltado à promoção da qualidade de vida da população e à transformação social do território.

Vale destacar que, desde 2014, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) vem aferindo a qualidade dos processos de planejamento dos entes sob sua jurisdição por meio do indicador setorial I-Planejamento. Esse indicador compõe um dos eixos de análise do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), instrumento desenvolvido pelo Tribunal com o objetivo de avaliar, de forma sistêmica, o desempenho das prefeituras paulistas. Além do eixo de planejamento, o IEG-M também mede a efetividade da gestão municipal em áreas estratégicas como gestão fiscal, educação, saúde, meio ambiente, segurança pública e governança/TI, fornecendo um retrato abrangente da capacidade administrativa dos municípios e auxiliando no aprimoramento das políticas públicas.

O planejamento (i-Plan) examina o grau de cumprimento das metas estabelecidas e, sobretudo, verifica se os resultados alcançados pela gestão municipal estão, de fato, enfrentando os problemas estruturais e atendendo às demandas e expectativas da sociedade. O indicador também revela a coerência entre as metas físicas atingidas e os recursos empregados, considerando os resultados das ações e seus reflexos em cada programa. Por outro lado, com a finalidade de avaliar a qualidade dos processos de planejamento municipal, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), a partir da sexta versão do i-Plan, incorporou novos quesitos relacionados a todas as etapas do componente de planejamento do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M). De acordo com o Manual do IEG-M 2024, os quesitos avaliados são:

- a) A Prefeitura realizou audiências públicas para elaboração das peças orçamentárias?
- b) Houve a realização de consulta pública online para coleta de sugestões para a elaboração do PPA 2022–2025?
- c) Além das audiências públicas, a Prefeitura realizou diagnóstico anteriormente ao planejamento, por meio do levantamento formal de seus problemas, necessidades e deficiências?
- d) Os programas do PPA 2022–2025 tiveram diagnóstico prévio?
- e) Há o estabelecimento de metas físicas e financeiras de forma anual nas ações previstas no PPA?
- f) Os programas finalísticos articulam um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade?
- g) Houve avaliação da implementação dos programas finalísticos em relação a seus indicadores, objetivos e metas?
- h) Os indicadores são mensuráveis e estão coerentes com as metas físico-financeiras estabelecidas?

Esses critérios evidenciam, de forma clara, as diretrizes do TCESP para que o Planejamento Plurianual (PPA) e as demais peças orçamentárias sejam estruturados com base em processos sólidos de planejamento estratégico municipal, capazes de definir as diretrizes, os objetivos estratégicos, as políticas públicas e os programas prioritários que devem orientar a gestão institucional do governo municipal. Todos esses elementos devem estar alinhados a uma visão de futuro compartilhada, voltada à promoção do desenvolvimento humano sustentável do município no médio e longo prazo.

O ciclo de planejamento 2026–2029, conforme orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), deve ser estruturado de forma integrada, participativa e orientada por resultados. Esse processo deve contemplar as seguintes etapas essenciais:

- a) Elaboração de diagnósticos técnicos qualificados, fundamentados em dados e evidências, capazes de identificar com precisão os principais problemas, demandas e deficiências estruturais do município;
- b) Programação e realização de audiências e consultas públicas, garantindo a escuta ativa da sociedade civil no levantamento de problemas e a incorporação das demandas e expectativas da população na definição das prioridades governamentais;
- c) Formulação de programas e ações estratégicas, com objetivos bem definidos, integrados entre si e voltados à superação dos problemas identificados, promovendo a articulação intersetorial e a efetividade das políticas públicas;
- d) Estabelecimento de metas físicas e financeiras claras, mensuráveis e temporalmente definidas, que possibilitem o monitoramento contínuo da execução e a gestão orientada por resultados;
- e) E, por fim, a avaliação sistemática da implementação dos programas, com base em indicadores de desempenho alinhados aos objetivos e metas definidos, assegurando a retroalimentação do planejamento e o aprimoramento permanente da gestão municipal.

Com o propósito de assegurar o efetivo cumprimento das orientações metodológicas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), a Administração Municipal de Araraquara adotou uma metodologia que estabelece o Plano Estratégico do Governo Municipal (PEGM) 2025–2028 como base orientadora para a formulação do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029. Dessa forma, busca-se garantir a plena articulação entre planejamento estratégico e orçamentário, integrando ambos em um único ciclo coerente e orientado por resultados. Essa articulação é fundamental para assegurar que os dois instrumentos estejam alinhados em torno de uma direcionalidade estratégica comum, ancorada nos princípios do desenvolvimento humano sustentável e voltada para uma visão de futuro compartilhada para o município. Tal visão está direcionada à superação dos desafios estruturais, à promoção da

inclusão social, da sustentabilidade ambiental, da inovação econômica e da modernização institucional.

Assim, o PEGM 2025–2028 e o PPA 2026–2029 atuam de maneira complementar e integrada, assegurando que as diretrizes, os objetivos estratégicos e os programas prioritários definidos no planejamento estratégico municipal se materializem em ações concretas, com alocação eficiente de recursos e entrega de resultados efetivos para a população no médio e longo prazo.

2. DIRECIONALIDADE ESTRATÉGICA DO PEGM 2025-2028

A direcionalidade estratégica constitui um elemento essencial para que o governo de Araraquara possa orientar suas decisões cotidianas com foco no futuro, assegurando coerência entre as ações operacionais e os objetivos de longo prazo. Essa direcionalidade funciona como um farol orientador, permitindo que a administração pública acompanhe sua trajetória, identifique desvios, realize correções de rota e aprimore continuamente a formulação e execução das políticas públicas. Sem essa orientação estratégica, a gestão corre o risco de ser capturada pela improvisação, pelo imediatismo e pela fragmentação, perdendo a capacidade de avaliar se as ações empreendidas realmente conduzem à direção desejada pela sociedade araraquarense. Além disso, sem uma direcionalidade previamente construída, torna-se inviável realizar os ajustes estratégicos necessários para enfrentar os desafios emergentes, as mudanças de contexto e as limitações operacionais inerentes à gestão pública.

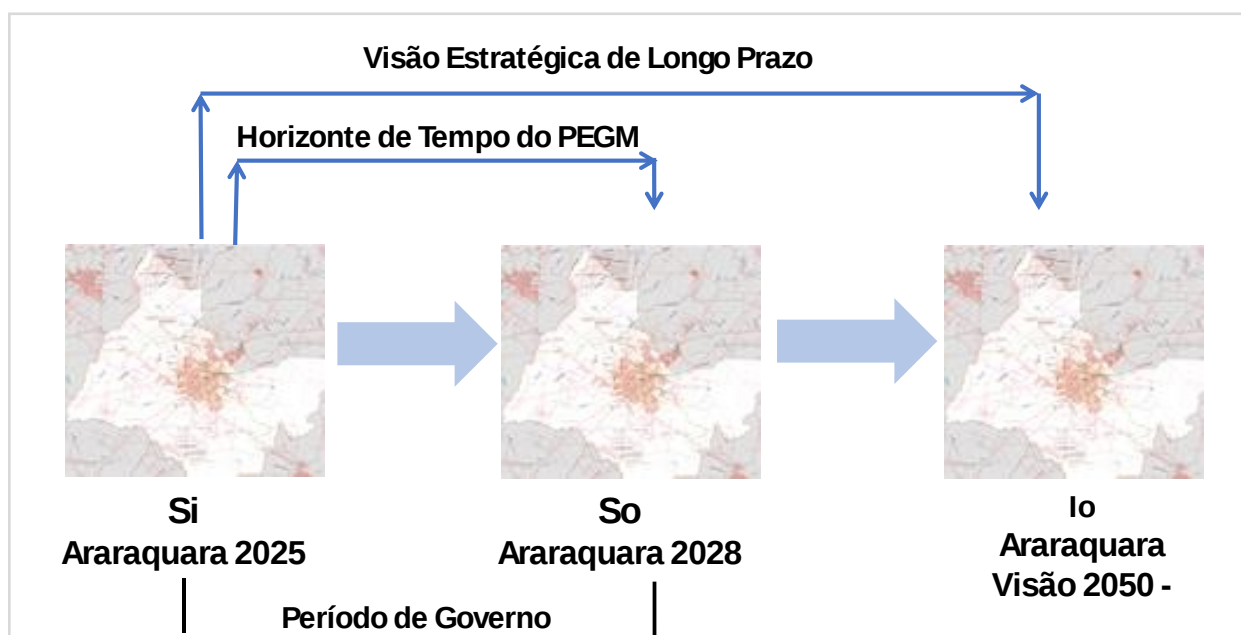
O processo de direcionalidade estratégica no âmbito do Plano Estratégico de Governo 2025-2028 configura-se como um encadeamento lógico, dinâmico e progressivo entre três elementos fundamentais: a Situação Inicial (Si), a Situação Objetivo (So) e a Imagem Objetivo (Io). Esses elementos estruturam uma trajetória orientada à transformação da realidade municipal, na qual o diagnóstico da realidade existente (Si) serve de base para a definição de resultados concretos e alcançáveis no médio prazo (So), que, por sua vez, alinham-se ao futuro desejado ou visão no longo prazo (Io). Esse encadeamento garante coerência, consistência e intencionalidade estratégica às ações governamentais, articulando o presente, o caminho a ser percorrido e o futuro aspirado como partes integradas de um mesmo processo de planejamento orientado por resultados. Esse processo de transição exige a preservação da solidez e do equilíbrio da gestão institucional, em um patamar que garanta a viabilidade do projeto e resguarde a estabilidade do Governo como um todo.

No entanto, a viabilidade de concretizar a direcionalidade estratégica definida pelo Plano Estratégico do Governo Municipal (PEGM) 2025–2028 depende, principalmente, de dois fatores: do apoio que os resultados alcançados recebem da sociedade e da força de eventuais atores com capacidade política de inviabilizar as principais ações do plano. Quando esse apoio é fraco, a gestão precisa buscar acordos, seja ajustando a proposta original, seja encontrando formas de lidar com as resistências desses grupos opositores. Nesse sentido, para ampliar a aceitabilidade social e gerar um contexto favorável à implementação da direcionalidade estratégica, é indispensável que sua construção não ocorra de forma isolada ou restrita à alta cúpula do Executivo. Ao contrário, ela deve ser fruto de um processo participativo e pactuado, envolvendo a população, os conselhos, as organizações sociais, o setor privado e as diversas instituições do território. Quanto mais transformadores e ambiciosos forem os objetivos traçados, mais

essencial será a construção de consensos democráticos sólidos e duradouros, capazes de sustentar não apenas a implementação, mas também o monitoramento e a avaliação contínua dos compromissos assumidos coletivamente.

A Figura 1 ilustra o processo de direcionalidade estratégica que parte do Plano Estratégico do Governo Municipal (PEGM) 2025–2028, base estruturante para a formulação do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, e que se projeta em direção à Visão 2050 de Araraquara:

Figura 1. Processo de Direcionalidade Estratégica do PEGM 2025-2028



Fonte: Adaptado de Matus C. IPEA, 1993

■ Situação Inicial (Si) – Araraquara 2025:

A Situação Inicial é o ponto de partida do PEGM 2025–2028. Antes de planejar mudanças e buscar melhorias para o futuro da cidade, é essencial entender bem como está a realidade atual. Isso inclui olhar com atenção para as condições sociais, econômicas, ambientais, institucionais e do território no começo da gestão. É um diagnóstico que ajuda a identificar os principais problemas e desafios que precisam ser enfrentados. Com base nele, é possível planejar melhor as ações do governo, organizar os programas e usar os recursos públicos de forma mais eficiente, garantindo que tudo o que for feito tenha sentido e ajude, de fato, a alcançar os objetivos propostos para a cidade.

■ Situação Objetivo (So) – Araraquara 2028:

A Situação Objetivo mostra onde o governo municipal quer chegar até o final do mandato. Ela define os principais resultados que se pretende alcançar, com base nos problemas e desafios

identificados no início da gestão. Esses resultados devem ser concretos, possíveis de medir e voltados para transformar a realidade do município. Ela funciona como um guia para a ação do governo, apontando as mudanças que são prioridade e como elas serão buscadas.

A partir do Plano Estratégico de Governo, que serve de base para a elaboração do PPA 2026–2029, a visão de futuro para Araraquara se materializa em eixos estratégicos, diretrizes, programas e ações de médio prazo, voltadas ao período de 2025 a 2028, mas orientadas a contribuir na transformação estrutural da cidade até 2050. Além disso, a Situação Objetivo – Araraquara 2028 orienta o monitoramento, a avaliação e o ajuste contínuo da gestão pública, garantindo que as decisões de curto e médio prazo permaneçam alinhadas com o rumo estratégico de longo prazo.

■ **Imagem Objetivo (Io) – A Visão Estratégica Araraquara 2050:**

A Imagem Objetivo representa o futuro que Araraquara deseja construir até 2050. Ela é uma visão inspiradora, construída a partir dos sonhos e das necessidades da população, que orienta o caminho para o desenvolvimento da cidade nas próximas décadas. Por tanto, a visão de longo prazo busca responder a perguntas fundamentais: Que cidade queremos deixar para as próximas gerações? Que lugar queremos que Araraquara ocupe na região e no Brasil? Que tipo de sociedade queremos ser? Mais do que uma previsão ou um plano fixo, trata-se de um norte coletivo que une os esforços do governo e da sociedade civil para tornar Araraquara uma cidade mais justa, inclusiva, humana e sustentável.

Essa visão está diretamente alinhada à Lei nº 9.500, de 15 de março de 2019, que instituiu o Programa Araraquara 2050. Essa legislação consolida o compromisso do município com um planejamento de longo prazo, servindo como um marco fundamental para a construção de uma estratégia consistente e duradoura para o desenvolvimento da cidade.

No contexto do Plano Estratégico de Governo Municipal (PEGM) 2025–2028 e do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, a Visão 2050 se traduz em diretrizes, programas e ações concretas. Ela é o ponto de chegada que orienta as políticas públicas e ajuda a manter a coerência das decisões, mesmo diante de mudanças e desafios que possam surgir ao longo do caminho. A construção desse futuro exige que o governo acompanhe constantemente os resultados das ações realizadas. Por isso, o planejamento é acompanhado de avaliações periódicas, que permitem entender o que está funcionando, o que precisa ser ajustado e se o caminho continua correto diante de novas realidades. Esse processo de avaliação vai além de simplesmente medir se as metas foram cumpridas. Ele envolve uma análise crítica da realidade, considerando fatores externos, mudanças inesperadas e novas oportunidades, garantindo que o planejamento siga atualizado, flexível e conectado com os desafios e possibilidades do presente.

Dessa forma, a Imagem Objetivo cumpre um papel essencial: ela conecta o que temos hoje com o que queremos ser no futuro, dando direção e sentido às escolhas da administração pública e fortalecendo o compromisso com um futuro melhor para toda a cidade de Araraquara.

3. ARTICULAÇÃO DO PEGM 2025-2028 E DO PPA 2026-2029 COM OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Na medida em que o propósito central da formulação do Plano Estratégico de Governo de Araraquara está orientado à construção de uma visão compartilhada sobre o desenvolvimento sustentável do município, a definição de sua direcionalidade estratégica deve se fundamentar nos princípios do desenvolvimento humano sustentável, conforme proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com base nos aportes teóricos do economista paquistanês Mahbub ul Haq e do Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen.

Segundo Sen (2000), o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas têm para viver a vida que valorizam. Isso implica ir além de concepções restritivas que reduzem o desenvolvimento ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ou à mera provisão de necessidades básicas. O que está em jogo, para Sen, é a ampliação das capacidades humanas, isto é, das possibilidades efetivas que cada indivíduo possui para exercer sua liberdade de escolha, participar da vida pública, acessar oportunidades e construir uma existência digna. O enfoque do desenvolvimento como liberdade propõe uma mudança paradigmática: coloca as pessoas no centro do processo de planejamento e rejeita abordagens que tratam a renda como fim em si mesma. A renda é, sim, importante, mas apenas enquanto meio para expandir as escolhas das pessoas. Esse modelo reconhece que há outras dimensões igualmente fundamentais para o bem-estar humano, como o acesso à educação, saúde, segurança, participação política, proteção ambiental e infraestrutura urbana de qualidade.

Ao adotar essa perspectiva como referência para sua direcionalidade estratégica, o PEGM 2025-2028 e o PPA 2026-2029 de Araraquara não apenas respondem aos desafios contemporâneos do desenvolvimento, como também reafirma o compromisso com uma agenda inclusiva, equitativa e sustentável, capaz de transformar as estruturas de desigualdade e gerar valor público. Essa visão orientará as decisões de curto, médio e longo prazo do governo municipal, de forma articulada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), assegurando que as políticas públicas promovam a liberdade substantiva dos cidadãos, especialmente dos mais vulneráveis.

A Agenda 2030, adotada por 193 países, incluindo o Brasil, configura um plano de ação global para enfrentar os grandes desafios da atualidade, como a erradicação da pobreza e da fome, a redução das desigualdades, a proteção do meio ambiente e a promoção da paz e prosperidade. Essa agenda propõe um desenvolvimento sustentável multidimensional, abrangendo as dimensões social, econômica, ambiental, política e institucional. No centro da

Agenda estão os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU em 2015, que sucedem e ampliam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), adotando uma abordagem mais integrada e abrangente dos desafios globais.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão estruturados de maneira equilibrada em torno de quatro eixos principais do desenvolvimento sustentável: econômico, social, territorial-ambiental e político-institucional. Essa articulação favorece a harmonização entre crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental, garantindo que os avanços em uma área contribuam positivamente para as demais. A participação da sociedade civil é fundamental nesse processo, por meio de ações de base comunitária, acompanhamento das políticas públicas e envolvimento em espaços de debate e decisão. Além disso, iniciativas promovidas por organizações da sociedade civil, coletivos locais e empreendimento sociais podem complementar as políticas governamentais, adaptando os ODS às realidades e necessidades específicas de cada território.

Figura 2. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Organização das Nações Unidas – Brasil.

A adoção dos ODS como referência estratégica pelas administrações municipais é um passo importante para fortalecer a gestão pública em direção à sustentabilidade. Eles oferecem uma base sólida para orientar políticas locais de maneira integrada, auxiliando os municípios na definição de prioridades e na convergência com metas globais. Com isso, promove-se um desenvolvimento equilibrado que abrange aspectos sociais, econômicos e ambientais. Ferramentas como o *Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR)* são valiosas

nesse processo, pois permitem acompanhar o desempenho, identificar fragilidades e ajustar intervenções com mais precisão¹.

A conversão dos ODS em metas objetivas e indicadores mensuráveis é essencial para acompanhar sua implementação ao longo do tempo. Esses indicadores possibilitam a avaliação contínua dos resultados, o reconhecimento de áreas críticas e a reorientação das ações de forma eficaz. Para que os objetivos sejam de fato alcançados, é imprescindível incorporá-los aos instrumentos de planejamento institucional, aos programas governamentais e às políticas públicas em curso. Essa inserção estratégica não apenas potencializa o uso eficiente dos recursos públicos, mas também reforça a capacidade de gestão, criando as condições necessárias para gerar transformações reais na qualidade de vida da população e na sustentabilidade dos territórios.

Em Araraquara, a utilização de indicadores específicos é uma ferramenta indispensável para alinhar o planejamento estratégico municipal e o Plano Plurianual (PPA) aos compromissos estabelecidos pela Agenda 2030. Essa integração permite que as ações locais sejam orientadas por metas globais, promovendo um modelo de desenvolvimento que respeita as particularidades do território, atende às necessidades da população e preserva os recursos naturais, que são elementos centrais para a sustentabilidade do município. O monitoramento contínuo por meio de indicadores facilita a identificação de avanços concretos, lacunas persistentes e áreas que demandam maior atenção nas políticas públicas e nos programas executados. Além de apoiar a tomada de decisões mais assertivas, esse acompanhamento fortalece a transparência da gestão e amplia a responsabilidade dos agentes públicos diante da sociedade. A coleta sistemática de dados na Administração Municipal é, portanto, um instrumento estratégico para acompanhar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de forma eficaz e contextualizada.

A inserção de Araraquara no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) reforça esse compromisso com a governança baseada em evidências. A adesão ao índice representa um avanço significativo na consolidação do compromisso do município com a Agenda 2030, ao permitir o monitoramento sistemático de seus resultados em relação aos ODS. Fazer parte dessa iniciativa oferece à cidade uma ferramenta analítica poderosa para avaliar sua trajetória, identificar fragilidades, revisar políticas públicas com mais precisão e comparar seu desempenho com o de outras localidades brasileiras. Adicionalmente, a possibilidade de elaborar Relatórios Voluntários Locais (RVL) amplia a transparência da gestão e contribui para a captação de parcerias, recursos e soluções colaborativas, fortalecendo a governança local e impulsionando um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

¹ O (IDSC - BR) Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil é uma iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis, em parceria com o Sustainable Development Solutions Network (SDSN), consultoria do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e co-financiado pela Caixa, pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e pela União Européia.

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) é estruturado a partir de 88 indicadores obtidos exclusivamente de fontes públicas e oficiais, cobrindo áreas essenciais como saúde, educação, infraestrutura, igualdade de gênero e meio ambiente. A pontuação atribuída a cada município varia entre 0 e 100, sendo esta última a meta ideal de sustentabilidade. A diferença entre a nota obtida e o valor máximo representa o quanto ainda falta para alcançar um patamar de excelência em desenvolvimento sustentável. Essa metodologia permite diagnósticos comparativos entre os municípios, orientando decisões estratégicas e intervenções focalizadas onde são mais necessárias, além de apoiar o planejamento de médio e longo prazo da gestão pública local.

A Plataforma do Programa Cidades Sustentáveis, responsável pela criação do IDSC-BR, atua como um instrumento valioso de apoio à gestão pública municipal. Ao atribuir pontuações baseadas em indicadores mensuráveis, ela oferece uma visão clara do progresso e dos desafios enfrentados por cada cidade no cumprimento dos ODS. Mais do que uma ferramenta de monitoramento, essa iniciativa fortalece a capacidade de planejamento das administrações locais, orientando a definição de prioridades e a alocação eficiente de recursos. Além disso, ao tornar os dados acessíveis à sociedade, a plataforma fomenta a transparência, estimula a participação cidadã e amplia o alinhamento das ações locais com as metas globais estabelecidas pela ONU.

No cenário nacional, a cidade de Ipixuna, localizada no estado do Amazonas, registrou o desempenho mais baixo no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), com uma pontuação de 28,52. Esse número indica que o município avançou apenas cerca de um terço do caminho rumo ao nível ideal de cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em contraste, Alfredo Marcondes, no estado de São Paulo, aparece no topo da lista com 66,76 pontos, demonstrando um progresso mais consistente. De modo geral, os municípios paulistas se destacam entre os mais bem posicionados no ranking nacional.

Dentro desse contexto, Araraquara obteve, em 2024, um desempenho relevante: alcançou 59,46 pontos no IDSC-BR, posicionando-se na 126ª colocação entre os 5.570 municípios avaliados (Figura 3). Essa pontuação representa que o município percorreu aproximadamente dois terços do caminho em direção ao desempenho ideal nos ODS. Esse resultado evidencia um avanço significativo nas políticas públicas voltadas à sustentabilidade e coloca Araraquara em uma posição favorável para seguir fortalecendo suas estratégias em alinhamento com a Agenda 2030.

Figura 3. Araraquara: Avaliação do Cumprimento dos ODS Segundo o IDSC-BR 2024



Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil.

Com base no desempenho no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) em 2024, Araraquara apresentou desempenho muito alto (pontuação entre 80 e 100) nos ODS relacionados ao meio ambiente, o que evidencia uma forte vocação ambiental e o compromisso do município com a preservação dos recursos naturais. Os destaques são:

ODS 6 – Água potável e saneamento

ODS 7 – Energias renováveis e acessíveis

ODS 13 – Ação climática

ODS 14 – Vida na água

Nos ODS com desempenho alto (pontuação entre 60 e 79,99), Araraquara também mostra bons resultados em áreas urbanas e sociais:

ODS 3 – Saúde e bem-estar

ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis

ODS 12 – Produção e consumo sustentáveis

Esses indicadores mostram que a cidade possui uma infraestrutura razoavelmente estruturada em saúde pública, planejamento urbano e práticas de sustentabilidade no consumo de recursos, demonstrando um equilíbrio entre qualidade de vida e preservação ambiental.

Em relação ao desempenho médio (pontuação entre 50 e 59,99), Araraquara ainda precisa avançar em:

ODS 1 – Erradicação da pobreza

ODS 4 – Educação de qualidade

ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico

ODS 10 – Redução das desigualdades

ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes

Essas áreas apontam para desafios persistentes em inclusão social, fortalecimento da educação, oportunidades econômicas e consolidação institucional, exigindo maior investimento e articulação de políticas públicas integradas.

Por último, o município enfrenta desempenho baixo (40 a 49,99 pontos) ou muito baixo (0 a 39,99 pontos) em áreas sensíveis que exigem atenção urgente por parte da gestão pública:

ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável (baixo)

ODS 5 – Igualdade de gênero (muito baixo)

ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura (muito baixo)

ODS 15 – Vida terrestre (muito baixo)

ODS 17 – Parcerias e meios de implementação (muito baixo)

Esses resultados apontam para a necessidade de ações mais efetivas voltadas à segurança alimentar, à equidade de gênero, ao fortalecimento da infraestrutura econômica, à conservação da biodiversidade terrestre e ao engajamento em parcerias estratégicas para a implementação da Agenda 2030.

Os dados extraídos a partir desses resultados configuram-se como subsídios estratégicos para a administração pública municipal, orientando a alocação de recursos, a formulação de políticas públicas e a definição de prioridades no processo de elaboração do Plano Estratégico de Governo 2025-2028 e do PPA 2026-2029.

4. DIAGNÓSTICO: SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Araraquara, conhecida como a "Morada do Sol", deve seu nome ao tupi-guarani: "ara" (luz, claridade) e "quara" (morada, toca). Fundada em 22 de agosto de 1817, a cidade se destaca no interior do estado de São Paulo por sua rica história e por seu expressivo desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Localiza-se na região central do estado, a aproximadamente 270 km da capital paulista e 180 km de Campinas, configurando-se como um importante entroncamento rodoferroviário e situando-se a cerca de 80 km do sistema hidroviário Tietê-Paraná. O município faz limite com Américo Brasiliense, Motuca, Rincão e Santa Lúcia (ao norte); Boa Esperança do Sul e Ribeirão Bonito (ao sul); Ibaté e São Carlos (a leste); e Gavião Peixoto e Matão (a oeste). A sede municipal conta ainda com dois distritos administrativos: Bueno de Andrada, localizado na zona noroeste, e Vila Xavier, que já se encontra conurbada à sede. Devido à sua posição geográfica estratégica, Araraquara é considerada um polo regional, integrando a Região Intermediária de Araraquara (composta por 26 municípios) e a Região Imediata de Araraquara (com 17 municípios), conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O município abrange uma área total de 1.003,625 km², dos quais 77,34 km² correspondem à área urbana. Está situado a uma altitude de 664 metros acima do nível do mar e possui um clima tropical de altitude, caracterizado por duas estações bem definidas: um verão quente e chuvoso, com temperatura média de 31°C, e um inverno ameno e de menor pluviosidade, sendo raro o registro de geadas. Todo o seu território está inserido no bioma Cerrado, o que confere à cidade uma biodiversidade rica e peculiar. Hidrograficamente, Araraquara pertence às bacias dos rios Jacaré-Guaçu (a oeste) e Mogi-Guaçu (a leste). Um aspecto ambiental relevante é sua localização sobre o Aquífero Guarani, um dos maiores reservatórios subterrâneos de água doce do mundo, de onde se origina entre 65% e 70% do abastecimento hídrico local, dado o afloramento relativamente próximo à superfície na região.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2022, Araraquara possui uma população de 242.228 habitantes, sendo a 34ª cidade mais populosa do estado de São Paulo e a 121ª do Brasil. Sua densidade demográfica é de 241,35 habitantes por quilômetro quadrado. A formação demográfica da cidade foi fortemente influenciada pela chegada de imigrantes europeus, especialmente italianos e portugueses, no final do século XIX e início do

século XX, bem como por migrantes de diversas regiões do Brasil, resultando na configuração multicultural que caracteriza sua população.

Em relação a indicadores sociais básicos, Araraquara ostenta índices positivos. Segundo o Censo 2022 do IBGE, 97,6% das pessoas com 15 anos ou mais de idade são alfabetizadas, um patamar superior às médias estadual (96,9%) e nacional (93%). Outro dado relevante é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,815, calculado em 2010, que enquadra o município na faixa de desenvolvimento humano muito alto. Esse desempenho posicionou Araraquara entre os municípios com melhor qualidade de vida no país (14º lugar nacional em 2010), refletindo avanços consistentes em longevidade, renda e educação.

A economia de Araraquara é diversificada, com forte presença nos setores de serviços, indústria, comércio e agricultura. O Produto Interno Bruto (PIB) do município alcançou R\$ 11,9 bilhões em 2021, com um PIB per capita de R\$ 49.692,93, posicionando-o entre os maiores do estado de São Paulo (42ª colocação estadual em 2021).

No setor primário, Araraquara mantém papel expressivo na produção agropecuária, embora a urbanização tenha reduzido a participação relativa da agropecuária no PIB municipal. O município e sua região imediata integram uma das principais zonas agrícolas de São Paulo, com destaque para o cultivo de cana-de-açúcar em extensas lavouras que abastecem usinas sucroalcooleiras locais – entre elas, as Usinas *Tamoio* e *Zanin*. A produção de laranja e derivados citrícolas também é significativa, além da diversificação agrícola que inclui o cultivo de grãos (milho, soja), horticultura e a criação de gado de corte e leite, frequentemente em propriedades de médio porte com uso de tecnologias modernas.

O setor industrial de Araraquara é igualmente relevante e diversificado, desempenhando um papel importante na geração de empregos formais. Com raízes históricas ligadas ao desenvolvimento ferroviário e à primeira fase da industrialização do interior paulista, hoje o município abriga indústrias nos segmentos alimentício, bebidas, têxtil, metalmecânico e químico, entre outros. A produção de açúcar, etanol e suco de laranja concentrado é destaque no ramo alimentício. Além disso, há a presença de indústrias de implementos rodoviários, autopeças e fertilizantes voltados ao agronegócio regional. A infraestrutura logística privilegiada, com o entroncamento de rodovias como a SP-310 (Rodovia Washington Luís) e a permanência da malha ferroviária, consolidam Araraquara como um hub logístico estratégico no centro do estado, facilitando o escoamento da produção para os mercados interno e externo.

O setor terciário (comércio e serviços) é altamente desenvolvido e acompanha o papel de Araraquara como cidade média regional. O comércio varejista é dinâmico e bem estruturado: o centro da cidade concentra um tradicional corredor comercial ao longo das ruas Nove de Julho (Rua 2), São Bento (Rua 3) e adjacências, reunindo centenas de lojas, redes de magazine, bancos e serviços diversos. Nos bairros, eixos comerciais formados ao longo de grandes avenidas atendem à população local com supermercados, farmácias e lojas diversas, descentralizando a

atividade comercial. A cidade conta ainda com centros de compras (shoppings) modernos, que, somados a hipermercados e galerias comerciais, reforçam seu papel como polo varejista regional, atraindo consumidores de diversos municípios vizinhos. No setor de serviços, Araraquara se destaca especialmente nas áreas de educação e saúde (públicas e privadas), serviços financeiros (com agências e sedes regionais de cooperativas) e tecnologia da informação, além de ser referência em turismo de negócios e eventos.

No âmbito da gastronomia e do folclore, Araraquara apresenta elementos singulares que fortalecem sua identidade cultural. O município é reconhecido pelos pratos típicos da culinária caipira paulista, com influências italianas. Um ícone gastronômico que ganhou fama nacional são as chamadas “coxinhas douradas” – uma versão especial da tradicional coxinha (salgado de frango) vendida no distrito de Bueno de Andrada, que se tornou atração turística após crônica do escritor Ignácio de Loyola Brandão em 2002. Muitos visitantes passam por Araraquara especialmente para degustar essa iguaria, hoje considerada um símbolo da cultura popular local. Além disso, a cidade também promove eventos culinários e festas tradicionais, como festas juninas, a Feira Agrocomercial e Industrial (FACIRA, tradicional exposição com barracas de comidas típicas) e as celebrações religiosas do padroeiro São Bento em julho, que incluem procissões e quermesses, preservando traços da cultura interiorana.

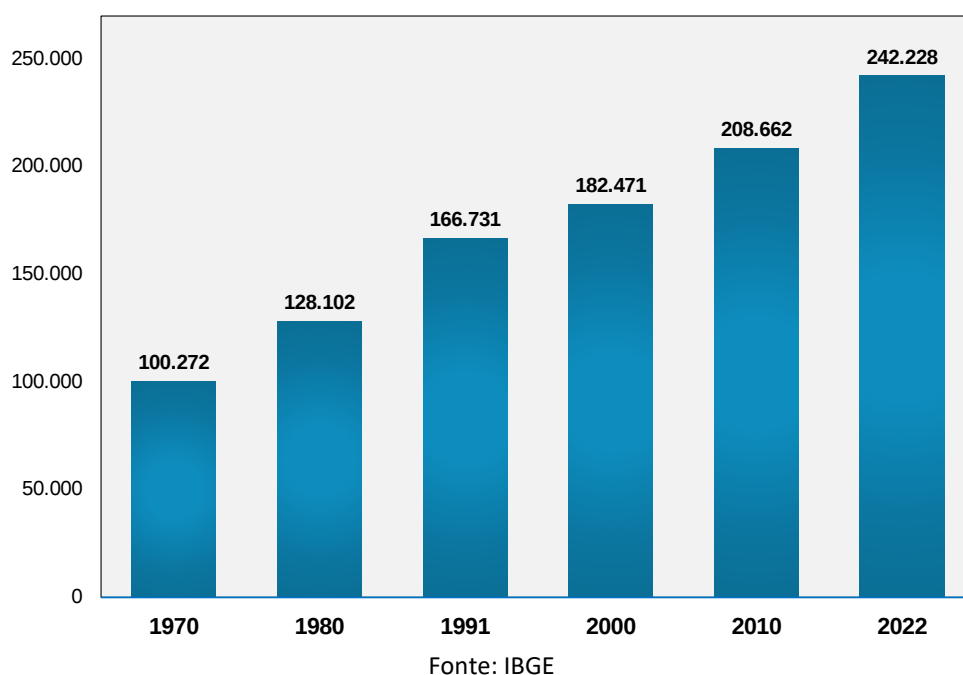
Dessa forma, Araraquara alia um forte desenvolvimento socioeconômico a uma vida cultural rica e diversificada. Seus atrativos turísticos – embora ainda discretos frente a destinos consagrados – incluem o charme de suas praças e boulevards arborizados, os museus e edifícios históricos, a rota gastronômica da Morada do Sol e a atmosfera acolhedora de uma cidade interiorana com infraestrutura de centro urbano. Com planejamento contínuo, a cidade busca valorizar seu patrimônio cultural e criar novas oportunidades de turismo sustentável, ao mesmo tempo em que mantém a qualidade de vida que a torna destaque no cenário paulista.

Mas, apesar dos avanços alcançados em diversas áreas, Araraquara ainda enfrenta desafios que precisam ser superados para garantir um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Questões como a ampliação da inclusão social, a modernização contínua da infraestrutura urbana, a diversificação da base econômica diante das novas dinâmicas do mercado, e a preservação ambiental frente à expansão urbana e agrícola, são temas que exigem atenção estratégica. Além disso, a busca por maior integração regional e fortalecimento de políticas públicas inovadoras será essencial para assegurar que o crescimento econômico se traduza em qualidade de vida para toda a população, consolidando Araraquara como uma referência de desenvolvimento no interior paulista.

4.2 DINÂMICA DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

A análise da evolução demográfica é um instrumento essencial para a formulação e gestão do Plano Estratégico do Governo Municipal de Araraquara 2025-2028 e do PPA 2026-2029. Ao compreender a dinâmica populacional — incluindo o crescimento, a estrutura etária, os fluxos migratórios e o envelhecimento da população — o governo municipal amplia sua capacidade de planejar políticas públicas mais eficazes, em consonância com as necessidades reais da população no médio e longo prazo. Esse estudo permite antecipar a evolução das demandas por serviços essenciais, como saúde, educação, habitação e mobilidade, além de subsidiar decisões estratégicas sobre o uso do território e os investimentos em infraestrutura. Por exemplo, a identificação de tendências de crescimento da população em idade escolar fornece subsídios fundamentais para o planejamento da ampliação da rede de ensino, como a construção de novas escolas e creches, garantindo a oferta adequada de vagas no futuro. Dessa forma, a análise demográfica contribui para um planejamento estratégico mais assertivo, proativo e compatível com as transformações previstas no perfil populacional, fortalecendo a capacidade de o governo municipal responder de maneira eficaz e sustentável aos desafios e oportunidades do desenvolvimento urbano e social de Araraquara.

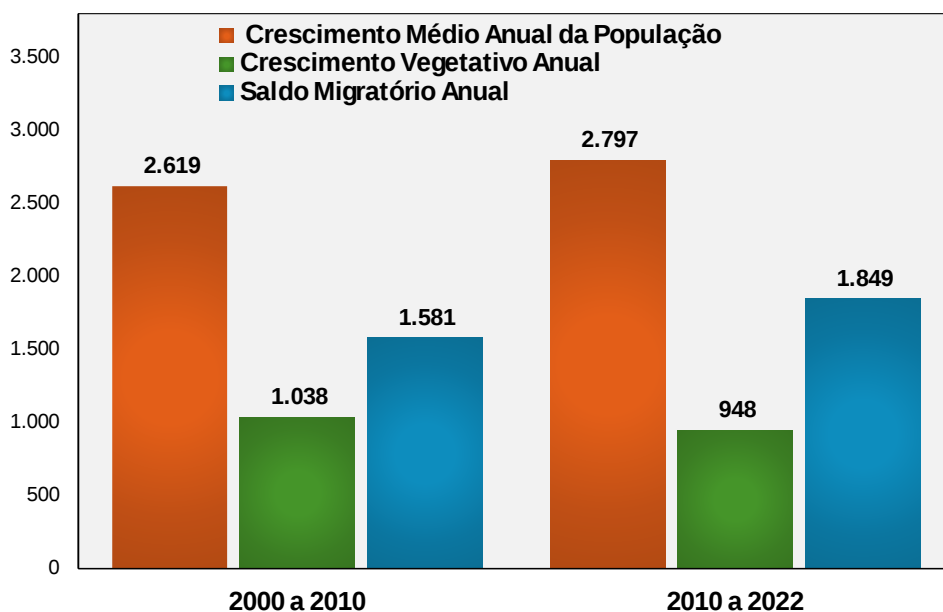
Gráfico 1. Araraquara: População Residente Segundo os Censos do IBGE 1970 a 2022



A dinâmica demográfica de Araraquara revela um processo evidente de transição populacional, caracterizado pela transformação na composição etária ao longo das últimas décadas. Com base nos dados dos Censos do IBGE, a população residente em Araraquara cresceu de 100.272 habitantes em 1970 para 242.228 em 2022, evidenciando um crescimento populacional contínuo ao longo de cinco décadas (Gráfico 1). Em 2000, o total chegou a 182.102, com um crescimento mais moderado de 9,4% na comparação com 1991. Já em 2010, a população atingiu 208.662, um incremento de 14,4% em relação a 2000. Por fim, em 2022, Araraquara

alcançou 242.228 habitantes, o que representa um aumento de 16,1% sobre o total registrado em 2010. A análise dos dados mostra que após um crescimento mais expressivo nas décadas de 1970 a 1990, observa-se um ritmo mais gradual a partir dos anos 2000, sinalizando uma tendência de estabilização relativa, comum a cidades que já superaram as fases iniciais de urbanização acelerada.

Gráfico 2. Araraquara: Evolução do Crescimento da População Segundo Componentes (2000 a 2022)



Fonte: Cálculo com base em Informações do DataSUS e do IBGE

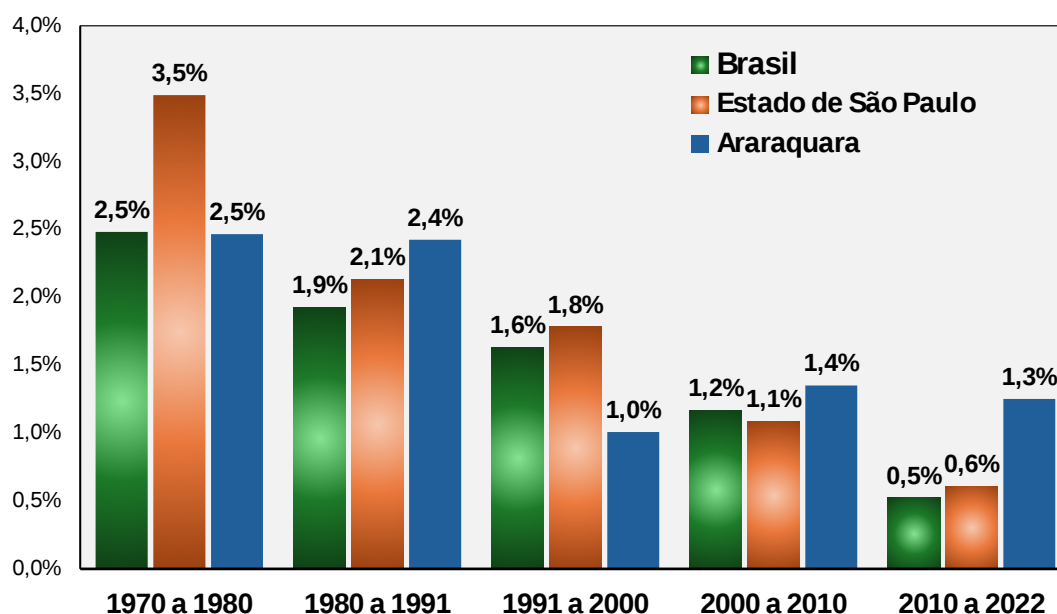
O Gráfico 2 apresenta a decomposição do crescimento anual da população de Araraquara entre os períodos de 2000 a 2010 e de 2010 a 2022, evidenciando dois componentes principais: o crescimento vegetativo anual (diferença entre nascimentos e óbitos) e o saldo migratório anual (diferença entre entradas e saídas de pessoas no município). Entre 2000 e 2010, o crescimento populacional médio anual foi de 2.619 pessoas. Desse total, 1.038 pessoas por ano foram resultado do crescimento vegetativo, enquanto 1.581 vieram do saldo migratório positivo, indicando que a migração foi o principal fator de expansão populacional nesse período, respondendo por cerca de 60% do crescimento total. No período seguinte, de 2010 a 2022, o crescimento populacional médio anual subiu ligeiramente para 2.797 pessoas. Entretanto, essa elevação foi sustentada quase exclusivamente pelo aumento do saldo migratório, que passou para 1.849 pessoas ao ano. Em contrapartida, o crescimento vegetativo caiu para 948 pessoas anuais, evidenciando uma diminuição na diferença entre nascimentos e óbitos.

A comparação entre os dois períodos revela uma tendência de redução do crescimento vegetativo —associada ao envelhecimento da população e à queda nas taxas de natalidade — e um fortalecimento do papel da migração como motor principal do crescimento populacional de

Araraquara. Isso mostra que o município tem se tornado um polo de atração para novos moradores, o que pode estar relacionado à oferta de serviços, oportunidades econômicas, qualidade de vida ou políticas públicas de desenvolvimento local. Essa mudança na composição do crescimento demográfico traz implicações importantes para o planejamento urbano e social. A redução do crescimento vegetativo pode impactar a demanda por creches e escolas, enquanto o aumento da migração pode exigir maior atenção à habitação, transporte e integração de novos moradores.

As particularidades históricas, econômicas e sociais de cada território ajudam a explicar as diferenças nos momentos e nas intensidades da desaceleração demográfica observadas entre Araraquara, o Estado de São Paulo e o Brasil. Apesar de apresentarem uma trajetória comum de redução progressiva na taxa geométrica de crescimento anual da população, esses três recortes territoriais evidenciam dinâmicas distintas, refletindo seus contextos específicos.

Gráfico 3. Taxa geométrica de Crescimento Anual da População Segundo os Censos do IBGE de 1970 a 2022



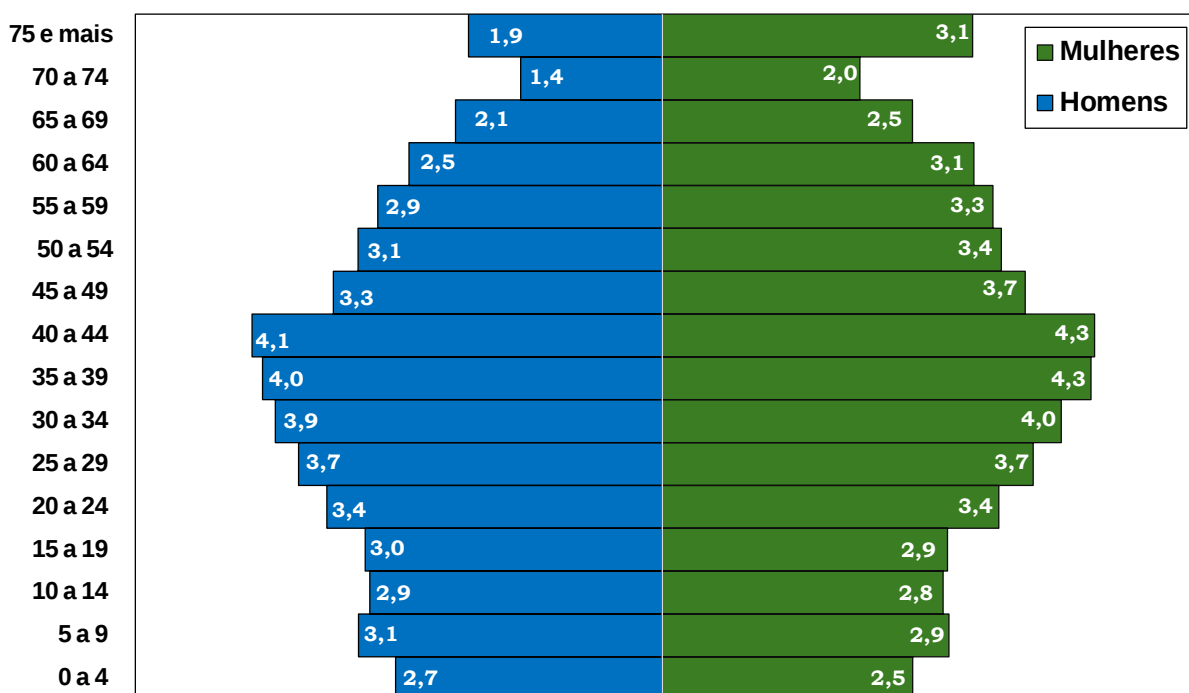
Fonte: Sidra/IBGE

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 3, entre 1970 e 1980, o Estado de São Paulo apresentou o maior dinamismo populacional, com crescimento anual de 3,5%, acima dos 2,5% observados tanto no Brasil quanto em Araraquara (Sidra/IBGE). Esse período coincide com a urbanização acelerada e a migração interna em direção aos centros industriais paulistas. A partir da década de 1980, essa taxa começa a declinar: de 3,5% para 2,1% (1980–1991), depois para 1,8% (1991–2000), 1,1% (2000–2010) e, finalmente, 0,6% entre 2010 e 2022. No caso do Brasil, o declínio também é visível, mas mais moderado e contínuo, passando de 2,5% (1970–1980) para 0,5% (2010–2022). Esse padrão está associado à transição demográfica nacional, com queda das taxas de fecundidade e envelhecimento populacional.

Araraquara, por sua vez, apresenta um comportamento diferenciado. Após um crescimento de 2,5% entre 1970 e 1980, mantém uma taxa elevada de 2,4% entre 1980 e 1991, superando o Estado e o país nesse período. A partir de 1991, sua taxa cai para 1,0% (1991–2000), mas volta a crescer levemente para 1,4% entre 2000 e 2010 — contrariando a tendência de queda observada em São Paulo e no Brasil. Entre 2010 e 2022, a taxa de Araraquara se estabiliza em 1,3%, novamente acima das médias estadual e nacional. Essa trajetória sugere que Araraquara vem mantendo um crescimento demográfico acima da média estadual e nacional, especialmente nas duas últimas décadas, sinalizando a presença de um saldo migratório positivo — como demonstrado no Gráfico 2— e apontando para sua atratividade como centro regional de serviços, educação e qualidade de vida. Essa resiliência no crescimento populacional reflete uma base sólida de desenvolvimento urbano, mas também requer atenção para o planejamento territorial e expansão da infraestrutura urbana.

A pirâmide etária de Araraquara, com base no Censo de 2022, revela uma estrutura demográfica marcada pelo envelhecimento populacional e pela predominância de adultos em idade produtiva (Gráfico 4). A base da pirâmide, composta pela população de 0 a 14 anos, é estreita, com percentuais relativamente baixos, variando entre 2,5% e 3,1% em cada faixa quinquenal, o que evidencia uma baixa taxa de natalidade e reflete um estágio avançado da transição demográfica. No centro da pirâmide, as faixas etárias de 25 a 44 anos concentram os maiores contingentes populacionais, com percentuais entre 3,7% e 4,3%, sinalizando uma população majoritariamente adulta, economicamente ativa e, possivelmente, beneficiária de migração por motivos de estudo e trabalho. O topo da pirâmide apresenta alargamento progressivo a partir dos 60 anos, especialmente entre as mulheres, evidenciando a maior longevidade feminina e o processo de envelhecimento populacional já consolidado no município. A comparação entre os sexos mostra uma distribuição relativamente equilibrada nas faixas mais jovens e adultas, mas com um predomínio feminino nas idades mais avançadas. Essa configuração demográfica é típica de municípios com maior nível de urbanização e desenvolvimento socioeconômico, trazendo como implicações a necessidade de políticas públicas que respondam tanto ao desafio do envelhecimento quanto à sustentabilidade da força de trabalho no futuro próximo.

Gráfico 4. Araraquara: Pirâmide Etária da População Segundo Censo de 2022 (%)

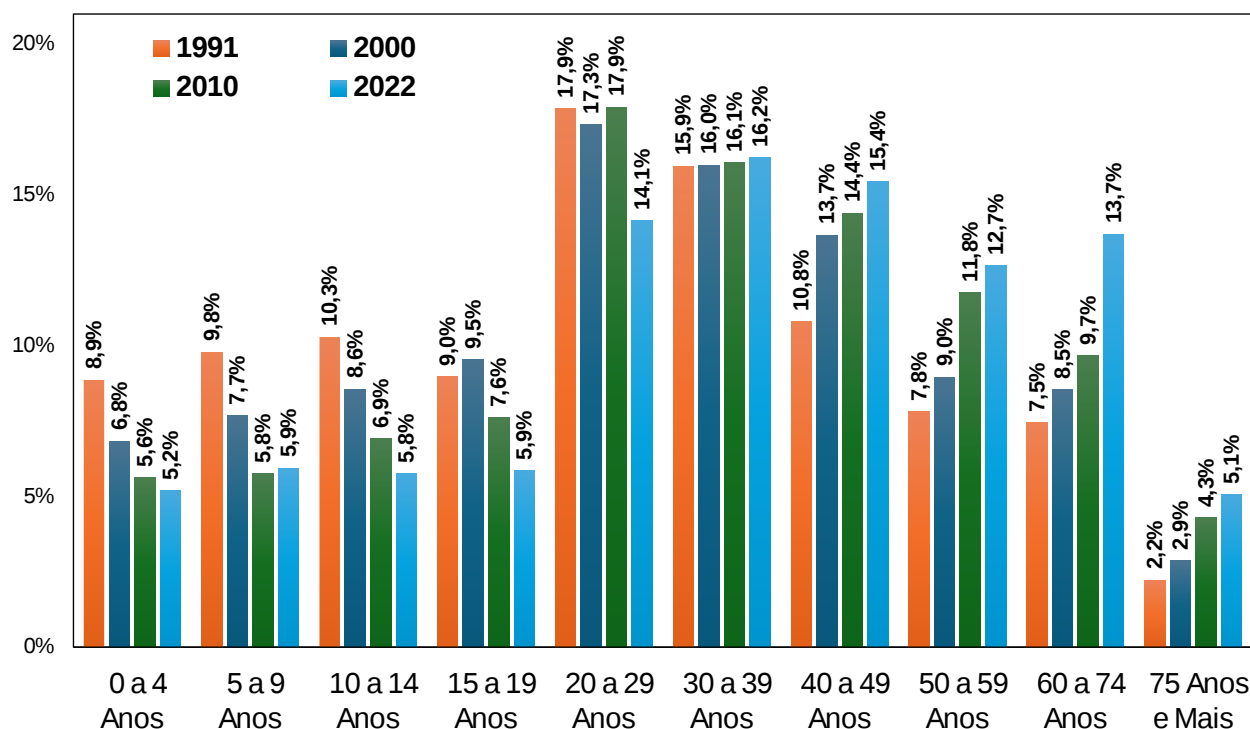


Fonte: IBGE

A estrutura etária da população de Araraquara tem se deslocado progressivamente para faixas etárias mais elevadas, com redução da base jovem e expansão dos grupos de idosos, refletindo um município em avançado estágio de transição demográfica. O Gráfico 5, que mostra a distribuição da população por faixa etária em Araraquara nos Censos de 1991, 2000, 2010 e 2022, evidencia de forma clara o processo de envelhecimento populacional e a redução da participação relativa das crianças e adolescentes ao longo do tempo.

Nas faixas etárias de 0 a 14 anos, observa-se uma queda contínua da participação relativa da população. Em 1991, a faixa de 0 a 4 anos representava 8,9% da população, caindo para apenas 5,2% em 2022. O mesmo padrão se repete nas faixas de 5 a 9 anos e de 10 a 14 anos, que também apresentam reduções significativas. Isso confirma a diminuição da fecundidade. Em contrapartida, a proporção da população idosa cresce de forma expressiva. As faixas de 60 anos ou mais (60 a 74 anos e 75 anos ou mais), que correspondiam a 9,7% da população em 1991, passaram a representar 18,8% em 2022, praticamente dobrando nesse intervalo. Esses dados revelam um avanço contínuo do envelhecimento populacional, resultado do aumento da expectativa de vida e da melhoria das condições de saúde ao longo das décadas. As faixas adultas intermediárias (30 a 59 anos) mostram uma tendência de crescimento relativo até 2010, seguida de certa estabilização em 2022, com destaque para a faixa de 50 a 59 anos, que passa de 7,8% em 1991 para 12,7% em 2022. Isso mostra o acúmulo de gerações mais numerosas que envelhecem, sem que haja reposição proporcional nas faixas mais jovens. Os dados evidenciam, portanto, a necessidade de reformular as estratégias da administração pública, com ênfase crescente em saúde, previdência e inclusão da população idosa, ao mesmo tempo em que impõe desafios para a renovação da força de trabalho e sustentabilidade previdenciária.

Gráfico 5. Araraquara: Distribuição da População por Faixa Etária. Censos 2000, 2010 e 2022

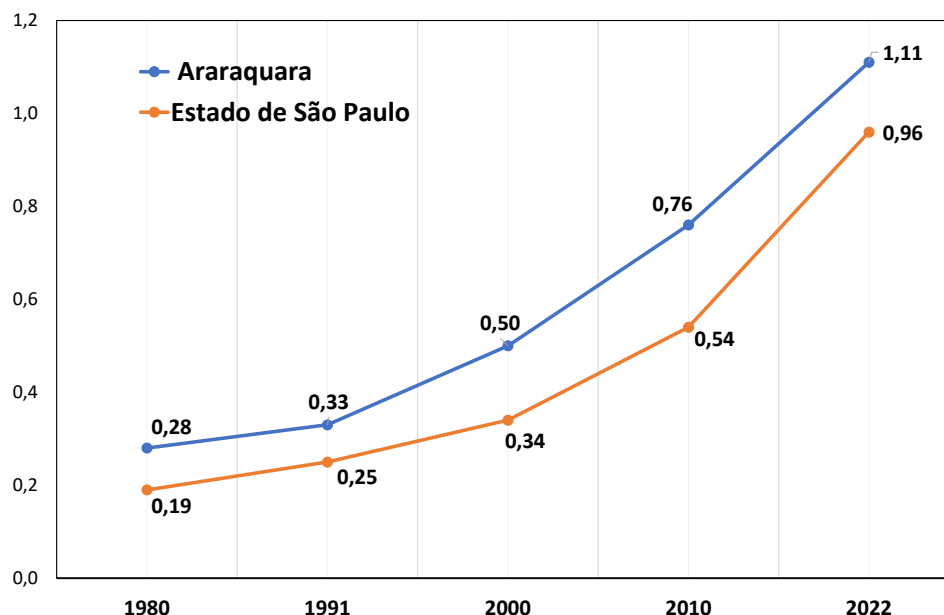


Fonte: IBGE

O índice de envelhecimento, que expressa a razão entre a população com 60 anos ou mais e aquela com menos de 15 anos, revela que Araraquara apresenta, historicamente, um processo de envelhecimento populacional mais acentuado do que o Estado de São Paulo, conforme demonstra o Gráfico 6 (IBGE). Esse fenômeno é resultado de fatores como a expressiva queda da taxa de fecundidade, o aumento da expectativa de vida e os movimentos migratórios que alteram a composição etária local.

Em 1980, o índice era de 0,28, o que significa que havia 28 pessoas idosas (60 anos ou mais) para cada 100 pessoas jovens (de 0 a 14 anos) no município. No mesmo ano, o Estado de São Paulo apresentava um índice de 0,19, ou seja, 19 idosos para cada 100 jovens, evidenciando que Araraquara já apresentava, desde então, uma estrutura etária mais envelhecida em comparação à média estadual. Em 2022, esse processo se intensifica. Araraquara atinge um Índice de Envelhecimento de 1,11, o que significa que há 111 pessoas idosas para cada 100 jovens, indicando que a população idosa já supera numericamente a população jovem no município. Quando esse índice ultrapassa 1,00, ele sinaliza uma transição demográfica avançada, em que os idosos passam a ser mais numerosos que as crianças e adolescentes de 0 a 14 anos. No Estado de São Paulo, embora o índice também tenha crescido de forma expressiva, ele chega a 0,96 em 2022, o que representa 96 pessoas idosas para cada 100 jovens. Isso demonstra que o estado está muito próximo de atingir esse ponto de inflexão, mas ainda não o superou, diferentemente de Araraquara, onde essa realidade já é concreta.

Gráfico 6. Índice de envelhecimento da População de Araraquara e do Estado de São Paulo, segundo Censos IBGE



Fonte: IBGE

Esse fenômeno traz desafios significativos para a gestão pública, exigindo a ampliação dos serviços de saúde, cuidados prolongados, acessibilidade urbana, mobilidade, moradia adequada e fortalecimento das redes de proteção social voltadas à população idosa. Além disso, demanda uma revisão das estratégias de desenvolvimento econômico e social, considerando a redução da população jovem e seus impactos na renovação da força de trabalho e na sustentabilidade dos sistemas previdenciários e assistenciais.

A taxa de fecundidade total no município apresentou uma queda expressiva nas últimas duas décadas, passando de 2,32 filhos por mulher em 2000 para apenas 1,57 em 2023. Esse valor está bem abaixo do nível de reposição populacional (2,1 filhos por mulher), o que projeta um envelhecimento mais acentuado nos próximos anos. A redução na fecundidade contribui diretamente para o estreitamento da base jovem da pirâmide etária e reforça a elevação progressiva do índice de envelhecimento. Além disso, a esperança de vida ao nascer tem aumentado continuamente, reflexo das melhorias nas condições de vida, no acesso à saúde e na redução da mortalidade infantil. Esse avanço impacta diretamente o crescimento da população idosa e transforma gradualmente a composição etária local. Outro fator relevante é o saldo migratório historicamente positivo de Araraquara, especialmente entre jovens adultos em idade universitária e produtiva, o que contribui para manter uma proporção elevada de faixas etárias intermediárias. No entanto, uma eventual redução desse fluxo migratório poderá acelerar ainda mais o ritmo de envelhecimento da população.

4.3 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Araraquara destaca-se como um importante polo regional de serviços, educação e saúde, além de contar com uma economia diversificada baseada na agroindústria, no setor sucroalcooleiro e em atividades industriais e comerciais. Apesar de seus avanços socioeconômicos, o município ainda convive com bolsões de pobreza, desigualdades socioespaciais e desafios relacionados à vulnerabilidade de populações periféricas. Nesse cenário, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU surgem como instrumentos estratégicos para orientar um diagnóstico mais preciso e integrado da realidade local, permitindo o enfrentamento das desigualdades e a promoção de um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

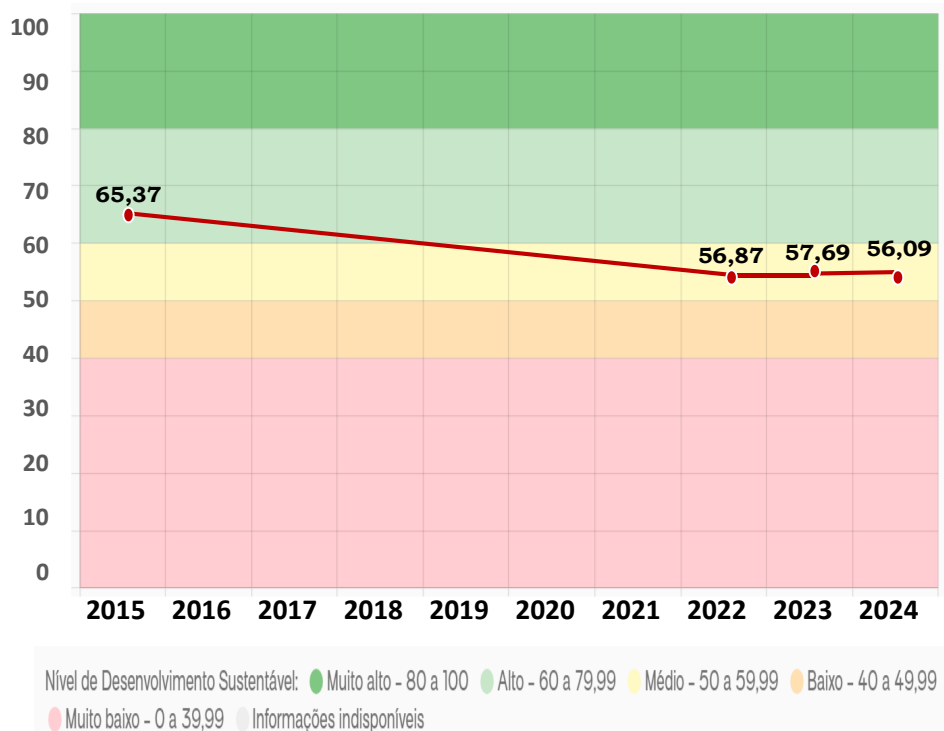
Em um país onde milhões de pessoas ainda enfrentam situações de vulnerabilidade, o ODS 1 — que busca eliminar a pobreza em todas as suas dimensões e em qualquer lugar — serve como diretriz para a criação de políticas públicas articuladas, que ultrapassem a simples resposta emergencial. Essas políticas buscam promover a inserção produtiva, garantir o acesso a serviços essenciais, ampliar a proteção social e fortalecer a capacidade de recuperação das comunidades mais impactadas. O ODS 1 é especialmente relevante para o município de Araraquara, uma vez que a pobreza influencia diretamente o progresso humano, a integração social e as condições de vida da população. Nesse sentido, as metas 1.1 e 1.2 desse objetivo global reforçam a urgência de implementar iniciativas eficazes que eliminem a pobreza extrema e reduzam significativamente os índices de pobreza até o ano de 2030.

O Gráfico 7 que retrata a evolução do ODS 1 em Araraquara, entre 2015 e 2024, com base no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), revela uma tendência de queda progressiva ao longo da última década. Em 2015, o município registrava 65,37 pontos, inserido na faixa "Alto" (60 a 79,99), indicando um bom desempenho no combate à pobreza. Contudo, esse índice foi caindo progressivamente, atingindo 56,87 pontos em 2021 e estabilizando-se próximo desse patamar nos anos seguintes, chegando a 56,09 em 2024. Com esses resultados, Araraquara passou para a faixa "Média" (50 a 59,99), caracterizada por um nível intermediário de desenvolvimento em relação à erradicação da pobreza. A permanência na faixa média sugere que, apesar de não estar em situação crítica, o município enfrenta dificuldades para avançar de forma consistente em direção a níveis mais elevados de desenvolvimento nesse indicador.

Essa trajetória pode ser explicada por fatores conjunturais e estruturais, como o impacto prolongado das crises econômicas, a elevação da pobreza pós-pandemia, e desafios persistentes na inclusão produtiva e proteção social. A estabilização recente sugere, no entanto, uma oportunidade para reverter essa tendência por meio de programas mais integrados e eficazes, especialmente nas áreas de geração de emprego, transferência de renda e fortalecimento da

rede de proteção social. Avançar novamente para a faixa "Alto" exige investimentos contínuos e programas articulados que promovam não só o alívio imediato da pobreza, mas também a redução sustentável das desigualdades estruturais no município.

Gráfico 7. Araraquara: Evolução do ODS 1, Erradicação da Pobreza (2015-2024)



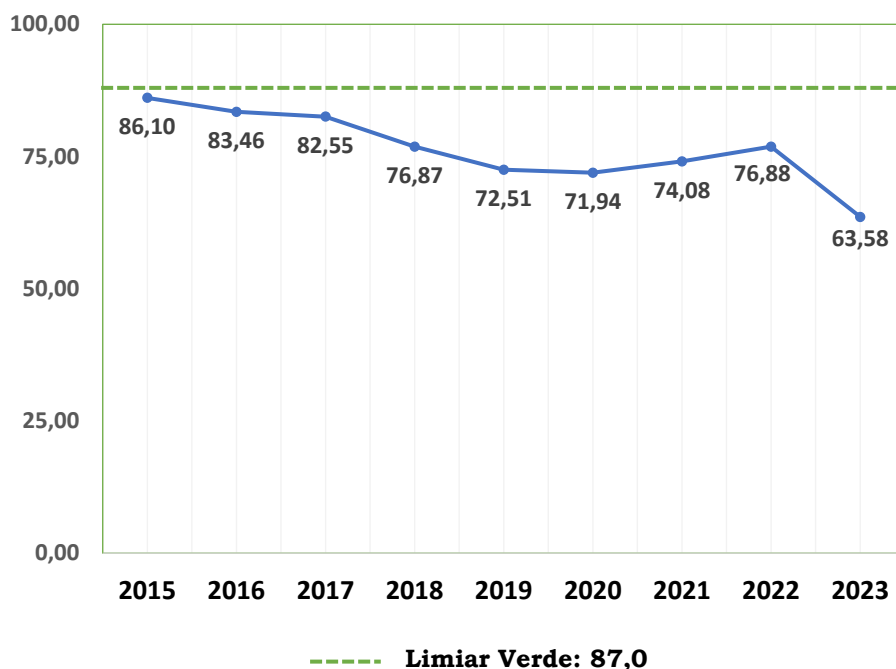
Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento do governo federal que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda no Brasil, permitindo o acesso a diversos programas sociais, como o Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros. Seu principal objetivo é mapear a situação socioeconômica das famílias vulneráveis, garantindo que as políticas públicas sejam direcionadas de forma mais eficiente e que os benefícios cheguem a quem realmente precisa. Igualmente, permite identificar padrões de pobreza, desigualdade e exclusão social no município, subsidiando o planejamento e a implementação de ações voltadas à superação dessas condições.

No município de Araraquara, o Gráfico 8 mostra a evolução do percentual de famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de até meio salário-mínimo entre 2015 e 2023. Em 2015, esse percentual era de 86,10%, muito próximo ao limiar verde de 87,0%, considerado o ideal para cobertura. A partir de então, observa-se uma tendência de queda gradual, com os índices caindo para 83,46% em 2016, 82,55% em 2017 e 76,87% em 2018. A queda se aprofunda nos anos seguintes, chegando a 71,94% em 2020. Há uma leve recuperação em 2021 (74,08%) e 2022 (76,88%), mas em 2023 ocorre uma queda abrupta para 63,58%, o menor valor da série histórica. O afastamento em relação ao limiar verde indica um desafio crescente para a gestão

pública no sentido de garantir que as famílias mais vulneráveis estejam devidamente identificadas e contempladas pelas políticas sociais.

Gráfico 8. Araraquara: Famílias Inscritas no CadÚnico com Renda per capita de Até Meio Salário-Mínimo (%), (2015-2023)

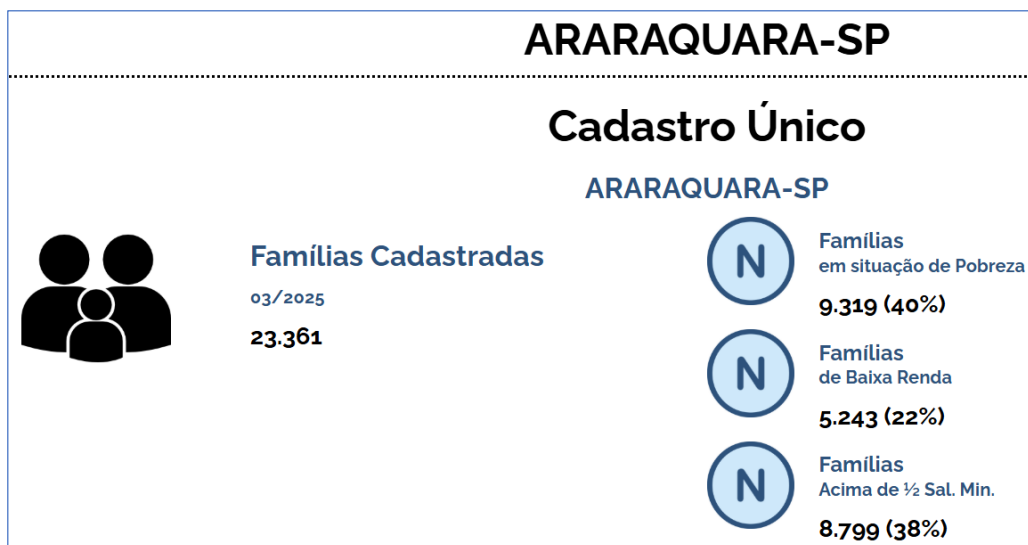


Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

Em março de 2025, conforme os dados apresentados na Figura 4 e extraídos do Cadastro Único (CadÚnico), disponibilizados pelo CECAD 2.0 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o município de Araraquara registrava 23.361 famílias cadastradas. Dentre elas, 8.799 famílias (38%) possuíam renda per capita superior a meio salário-mínimo. Por outro lado, os dados mostram que 9.319 famílias (40%) viviam em situação de pobreza, revelando um quadro preocupante de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, 5.243 famílias (22%) foram classificadas como de baixa renda, o que evidencia o desafio de garantir o acesso a direitos básicos e a inclusão social para uma parcela significativa da população.

Considerando que 62% das famílias cadastradas ainda se encontram em condições de pobreza ou baixa renda, o cenário reflete uma realidade de desigualdade e fragilidade econômica, que exige a implementação de ações integradas voltadas à assistência social, geração de emprego e renda, e fortalecimento da rede de proteção social no município.

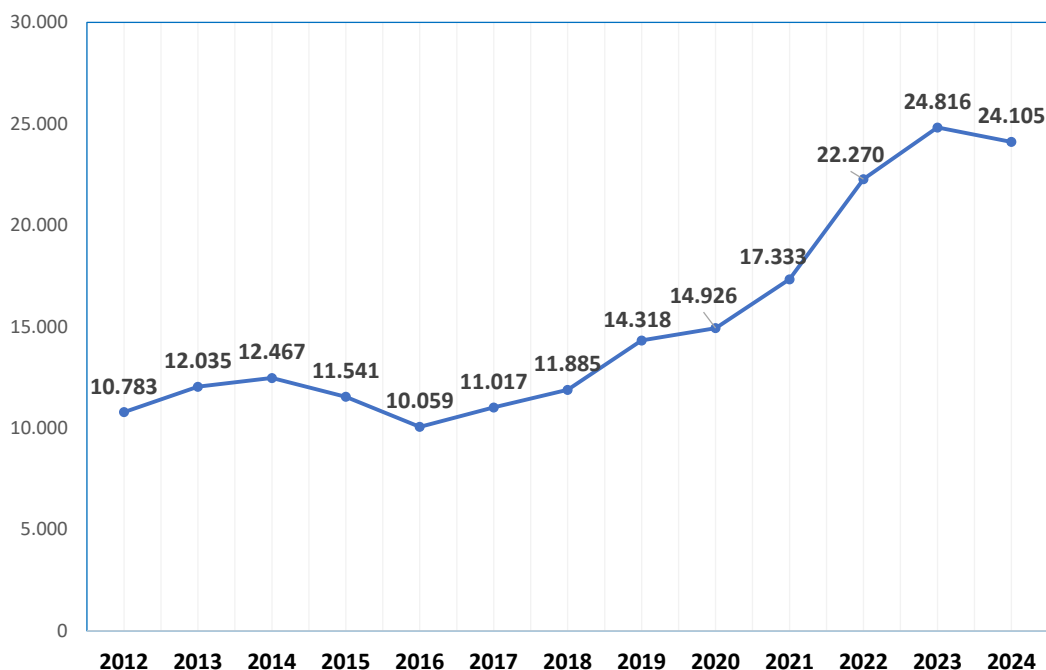
Figura 4. Araraquara: Famílias Inscritas no CadÚnico (Março/2025)



Fonte: CECAD 2.0/MDS

No que se refere à evolução do número de famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) em Araraquara, em dezembro de 2012 o município registrava 10.783 famílias cadastradas, conforme ilustrado no Gráfico 9. Nos anos seguintes, houve crescimento até 2014, quando o número chegou a 12.467 famílias, representando um aumento acumulado de 15,6% em relação a 2012. A partir de 2015, inicia-se uma trajetória de queda, com destaque para 2016, que registrou 10.059 famílias, uma redução de 12,8% em relação ao ano anterior e o menor valor da série histórica. Esse cenário se reverte a partir de 2019, ano em que o número de cadastrados cresceu 20,5%, atingindo 14.318 famílias. Esse aumento marca o início de um crescimento mais acentuado, intensificado em 2022, quando o município alcançou 22.270 famílias, um salto de 28,5% em relação a 2021. O maior número de famílias cadastradas ocorreu em 2023, com 24.816 famílias, crescimento de 11,4% em relação ao ano anterior. Já em 2024, observa-se uma leve queda de 2,9%, totalizando 24.105 famílias, mantendo ainda um patamar elevado comparado ao período anterior a 2020.

Gráfico 9. Araraquara: Evolução do Número de Famílias Inscritas no CadÚnico (Dez.2012 a Dez./2024)



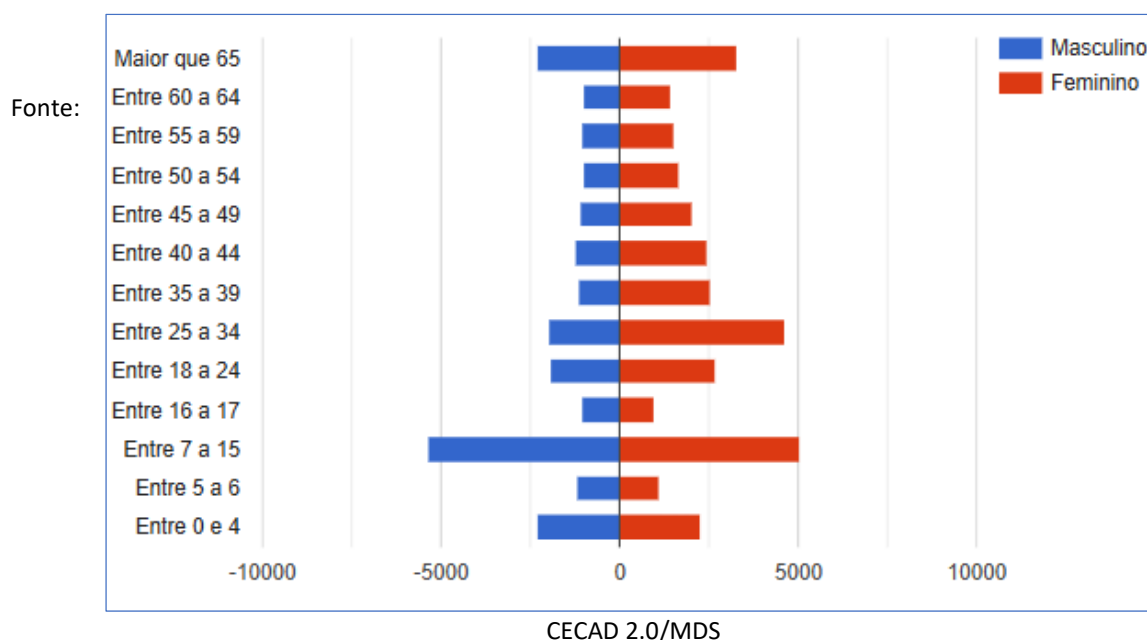
Fonte: CECAD 2.0/MDS

Esse crescimento expressivo a partir de 2019 e, principalmente, entre 2021 e 2023, está diretamente relacionado aos efeitos econômicos prolongados da pandemia da COVID-19 que tiveram um impacto profundo nas condições materiais dos moradores de Araraquara, resultando em um aumento significativo da vulnerabilidade social e da dependência de programas de transferência de renda. Embora tenha ocorrido uma leve retração em 2024, os dados ainda apontam para uma demanda persistente por programas sociais e pela ampliação da rede de proteção voltada às famílias em situação de vulnerabilidade no município. É importante destacar que esses números também refletem o fortalecimento de iniciativas de busca ativa e campanhas de mobilização para o cadastramento de famílias, ampliando a cobertura dos programas sociais. Além disso, a partir de 2021, a reestruturação do Bolsa Família pelo Governo Federal, com a criação do Auxílio Brasil (em novembro de 2021), ampliou os critérios de elegibilidade e aumentou os valores dos benefícios, incentivando mais famílias a se cadastrarem. A exigência de inscrição no CadÚnico para acesso a outros benefícios (como a tarifa social de energia elétrica, isenção de taxas e programas habitacionais) também contribuiu para a elevação do número de cadastros. Outro fator relevante foi a alta da inflação, especialmente nos preços de alimentos e itens essenciais, que corroeu a renda das famílias e levou um número maior de pessoas a se enquadrar nos critérios de vulnerabilidade socioeconômica. A elevada informalidade e a precarização do mercado de trabalho também intensificaram a demanda por proteção social.

Por outro lado, como mostrado no Gráfico 10, há uma concentração de cadastros principalmente entre jovens e adultos em idade economicamente ativa, com destaque para o predomínio feminino, o que reflete o papel central das mulheres na gestão dos benefícios sociais dentro dos núcleos familiares. Nas faixas etárias mais elevadas, a partir dos 60 anos, observa-se também um maior número de mulheres inscritas, o que pode estar relacionado à maior

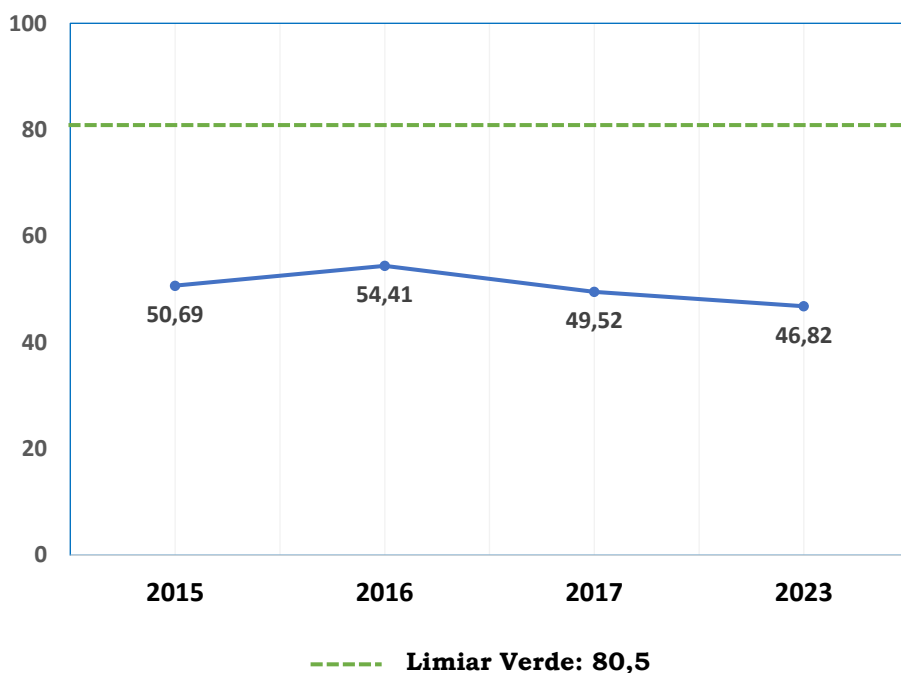
expectativa de vida feminina. Entre os homens, destaca-se a faixa etária de 7 a 15 anos, na qual a população masculina supera significativamente a feminina. Já nas faixas de 0 a 4 anos, 5 a 6 anos e 16 a 17 anos, os números se mostram mais equilibrados, ainda que com leve prevalência do sexo feminino nas idades mais baixas. Nas demais faixas etárias, as mulheres superam numericamente os homens, com ênfase no grupo de 25 a 34 anos, que concentra o maior número absoluto de cadastros femininos. Esse predomínio feminino também é visível nas faixas de 18 a 24 anos, 35 a 39 anos e 40 a 44 anos. Assim, os dados evidenciam o peso da participação feminina no Cadastro Único em Araraquara em dezembro de 2024, tanto entre as faixas adultas quanto entre as idades mais avançadas, o que reforça a importância de iniciativas da gestão pública sensíveis às dinâmicas de gênero no enfrentamento da vulnerabilidade social.

Gráfico 10. Araraquara: Pessoas inscritas no CadÚnico por sexo, dez./2024



O indicador que mede o número de beneficiários do Bolsa Família inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) constitui um instrumento fundamental para avaliar o alcance e os impactos dos programas voltados ao enfrentamento da pobreza, ao evidenciar, sobretudo, a capacidade dessas ações de priorizar o atendimento às populações em situação de maior vulnerabilidade. Os dados do Gráfico 11 apontam uma redução expressiva no percentual de pessoas inscritas no CadÚnico que recebem o Bolsa Família, caindo de 50,69% em dezembro de 2015 para 46,82% no mesmo mês de 2023. Esse resultado evidencia um cenário preocupante, conforme divulgado pelo portal Cidades Sustentáveis, já que a meta de beneficiar 80,5% da população cadastrada ainda está distante de ser atingida.

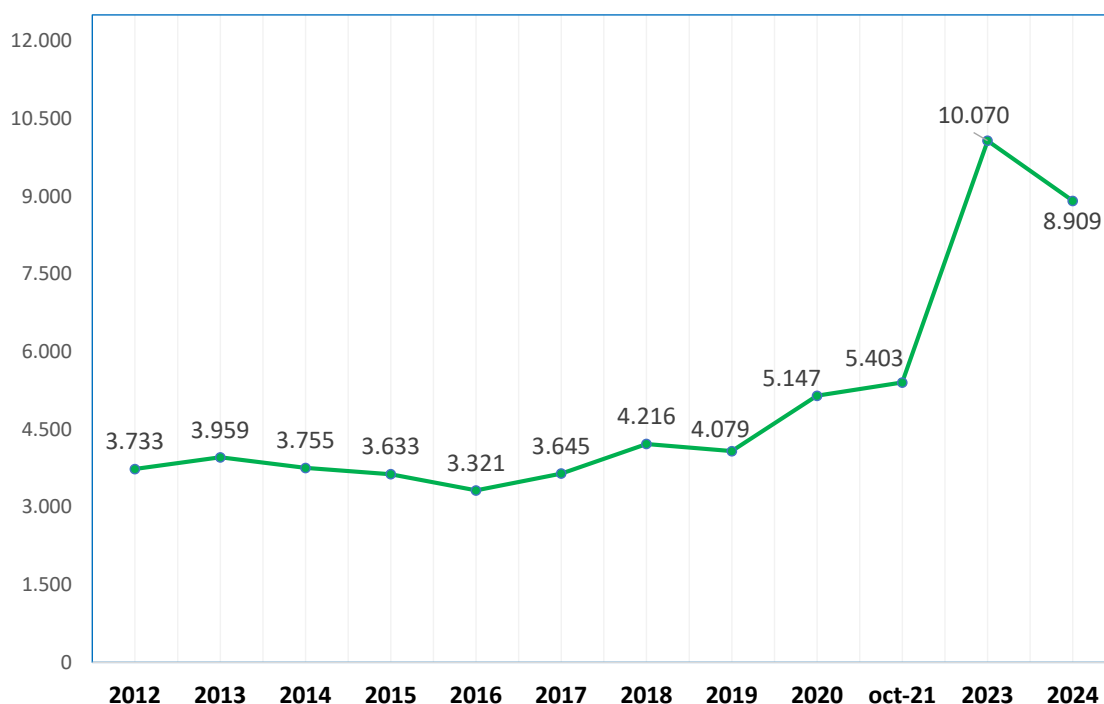
Gráfico 11. Araraquara: Percentual de Pessoas Inscritas no CadÚnico que Recebem Bolsa Família (dez/2015-dez/2023)



Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

De acordo com o Gráfico 12, que apresenta a evolução do número de famílias de Araraquara beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, com base em dados do CECAD 2.0/MDS, entre 2012 e 2016, observa-se uma tendência de leve queda, partindo de 3.733 famílias em 2012 para 3.321 em 2016. A partir de 2017, o número volta a crescer de forma gradual, atingindo 4.216 famílias em 2018, com uma leve oscilação em 2019 (4.079 famílias). Em 2020, nota-se um avanço significativo para 5.147 famílias, número que se mantém estável até outubro de 2021 (5.403 famílias). É importante destacar que, devido à pandemia de Covid-19, entre abril e dezembro de 2020, as famílias elegíveis ao Bolsa Família receberam o Auxílio Emergencial, o que impactou os registros oficiais. Assim, os dados de 2021 consideram apenas os meses de janeiro a outubro para os beneficiários exclusivamente do Bolsa Família, desconsiderando os que migraram temporariamente para o Auxílio Emergencial. A partir de 2023, observa-se um aumento significativo no número de famílias beneficiárias, atingindo o pico de 10.070 naquele ano. Esse crescimento reflete tanto a ampliação do programa quanto os efeitos socioeconômicos decorrentes da crise sanitária e econômica. Em 2024, houve uma leve redução, com 8.909 famílias recebendo o benefício, número ainda bastante superior ao registrado antes da pandemia. Se se considera que nesse ano Araraquara contava com 24.105 famílias inscritas no CadÚnico, então apenas 36,9% delas (8.909) estavam recebendo o Bolsa Família, o que evidencia a limitada cobertura do programa no município para uma parcela significativa da população vulnerável. É fundamental que as ações de governo mantenham como prioridade o combate à pobreza e a promoção da equidade, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Gráfico 12. Araraquara: Evolução do Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família (Dez.2012 a Dez./2024)*



Fonte: CECAD 2.0/MDS

* Em razão da pandemia de Covid-19, de abril a dezembro de 2020, as famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família passaram a receber o Auxílio Emergencial. Por essa razão, os dados consideram apenas os beneficiários do Bolsa Família no período de janeiro a outubro de 2021

De acordo com os dados disponibilizados no Relatório do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, publicado na página oficial do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em março de 2025 o município de Araraquara contou com 8.840 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, beneficiando um total de 23.782 pessoas. O investimento realizado no período foi de R\$ 5.643.619,00, com um benefício médio de R\$ 652,67 por família. A distribuição dos benefícios, por categoria, ocorreu da seguinte forma:

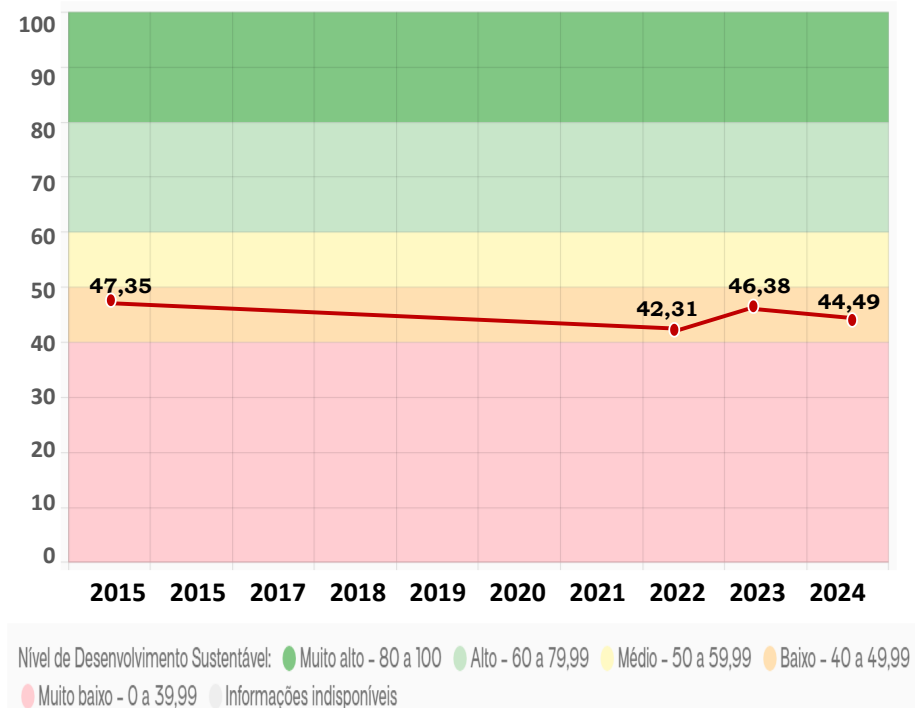
- 23.782 Benefícios de Renda de Cidadania (BRC), no valor de R\$ 142,00 por integrante, direcionados a todas as famílias contempladas pelo programa;
- 8.029 Benefícios Complementares (BC), pagos às famílias cujo total de benefícios financeiros somava menos de R\$ 600,00, sendo calculados para complementar essa diferença;
- 4.368 Benefícios Primeira Infância (BPI), no valor de R\$ 150,00 por criança, destinados às famílias com crianças de 0 a 7 anos incompletos.
- Não foram registrados, nesse mês, Benefícios Variáveis Familiares (BVF), que têm o valor de R\$ 50,00 e são concedidos a famílias com gestantes, nutrizes, crianças de 7 a 12 anos incompletos ou adolescentes de 12 a 18 anos incompletos.

- Além disso, foram pagos 87 Benefícios Extraordinários de Transição (BET), aplicados em situações específicas até maio de 2025 para assegurar que nenhum beneficiário recebesse valor inferior ao concedido pelo programa anterior, o Auxílio Brasil.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS 2) — "Fome Zero e Agricultura Sustentável" — é de importância estratégica para o Brasil por estar diretamente relacionado à garantia de direitos básicos, como o acesso à alimentação adequada e saudável, à erradicação da pobreza extrema e à promoção da segurança alimentar e nutricional. O Brasil, apesar de ter alcançado avanços significativos nas últimas décadas na redução da fome, enfrenta atualmente um cenário desafiador, com o aumento da insegurança alimentar agravado pela pandemia de COVID-19, pela alta da inflação, e pelas desigualdades regionais persistentes. Isso evidencia que o combate à fome continua sendo uma das maiores urgências nacionais, não apenas por sua dimensão humanitária, mas também por seu impacto direto na saúde pública, na educação, na produtividade econômica e na coesão social. Para Araraquara, município com fortes indicadores de desenvolvimento em diversos setores, a relevância do ODS 2 se manifesta tanto nos desafios locais quanto nas oportunidades de fortalecimento das políticas públicas. Embora o município tenha uma infraestrutura consolidada em saúde e educação, dados recentes apontam para o aumento da vulnerabilidade social e para a necessidade de fortalecer a rede de proteção social, especialmente após os impactos econômicos da pandemia. Em Araraquara, a erradicação da fome também está ligada à valorização da agricultura familiar, ao incentivo à produção sustentável e à articulação de programas de segurança alimentar que garantam o acesso contínuo e digno aos alimentos para todas as famílias, especialmente as mais vulneráveis.

Por isso, é fundamental realizar uma análise detalhada de indicadores-chave relacionados à segurança alimentar da população de Araraquara, como o baixo peso ao nascer, a desnutrição infantil, a obesidade infantil e a presença de estabelecimentos dedicados à agricultura orgânica. Tanto o baixo peso ao nascer quanto a desnutrição infantil são indicadores sensíveis que evidenciam carências no acesso a alimentos nutritivos e adequados, além de refletirem fragilidades nas condições de saúde materno-infantil. A obesidade infantil, por sua vez, geralmente ligada à baixa qualidade da alimentação e ao consumo elevado de alimentos ultraprocessados, ilustra o paradoxo da fome oculta, em que a insegurança alimentar não se manifesta apenas pela escassez, mas também pelo desequilíbrio nutricional. Já o levantamento dos pontos de produção orgânica é essencial para avaliar o acesso da população a alimentos mais saudáveis e sustentáveis, incentivando práticas alimentares adequadas. O monitoramento sistemático desses indicadores é essencial para revelar fragilidades pontuais, embasar decisões governamentais mais precisas e fomentar iniciativas articuladas que assegurem uma alimentação adequada, promovam a saúde pública e contribuam para a qualidade de vida da população de maneira duradoura.

Gráfico 13. Araraquara: Evolução do ODS 2, Erradicar a Fome (2015-2024)



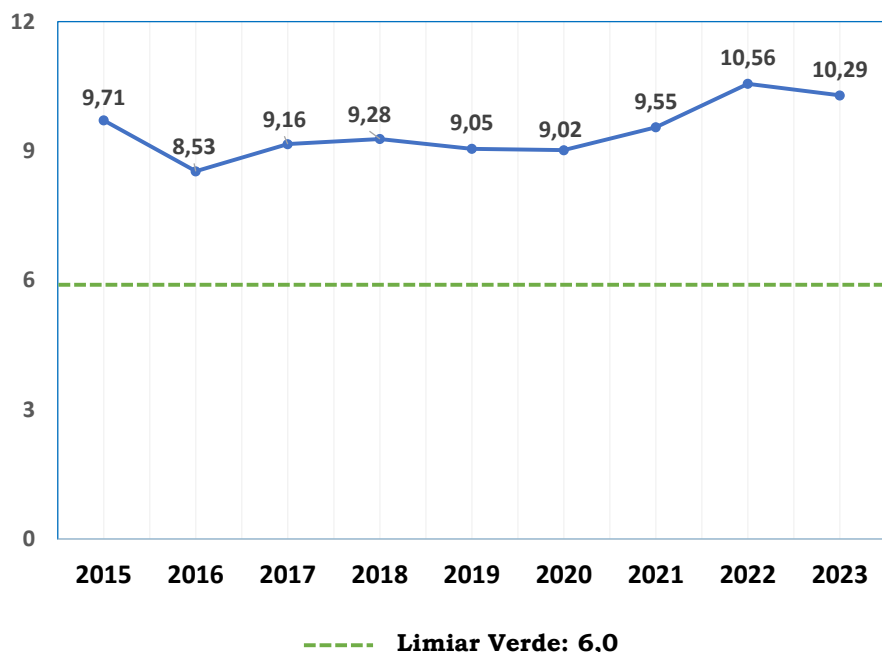
Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), a trajetória do ODS 2 (Erradicar a Fome) em Araraquara revela um cenário de desempenho persistentemente baixo (Gráfico 13). Durante todo o período analisado, o município permaneceu na faixa "Baixa" (40 a 49,99 pontos), sem conseguir avançar para níveis mais elevados de desenvolvimento sustentável nessa área. Em 2015, o município registrava 47,35 pontos, já dentro da faixa baixa, e apresentou uma leve tendência de queda até atingir seu pior resultado em 2021, com 42,31 pontos. Houve uma modesta recuperação em 2023, quando o índice chegou a 46,38 pontos, mas em 2024 o desempenho voltou a cair levemente, encerrando o período em 44,49 pontos. Esse quadro indica que, ao longo da última década, o município enfrentou dificuldades contínuas para superar os desafios relacionados à erradicação da fome, mantendo-se distante das faixas "Média" (50 a 59,99) e "Alta" (60 a 79,99) de desenvolvimento sustentável. Os resultados sugerem problemas estruturais persistentes, como insegurança alimentar, limitações no acesso a alimentos saudáveis e gargalos em políticas de apoio à agricultura local e sustentável. A estabilidade em níveis baixos reforça a necessidade de fortalecer e ampliar programas voltados à segurança alimentar e nutricional, com foco especial no incentivo à agricultura familiar, ao fornecimento de alimentos saudáveis para a população vulnerável e à integração de ações intersetoriais que possam reverter esse quadro de estagnação.

O baixo peso ao nascer (inferior a 2.499 gramas) é um indicador fundamental de saúde pública, pois está diretamente associado ao risco aumentado de mortalidade neonatal e infantil, além de possíveis complicações de saúde ao longo da vida, como atraso no desenvolvimento físico e cognitivo, maior suscetibilidade a doenças infecciosas e crônicas, e dificuldades de

aprendizado. Esse indicador também reflete, de maneira ampla, as condições de saúde materna, a qualidade da assistência pré-natal e fatores socioeconômicos que afetam a gestação.

Gráfico 14. Araraquara: Baixo Peso ao Nascer* (2015-2023)



Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

* Proporção de recém-nascidos com peso inferior a 2.499 g em relação ao total de nascidos vivos no município.

O Gráfico 14 e a Tabela 1 apresentam a evolução desse indicador em Araraquara entre 2015 e 2023, com base nos dados disponibilizados pelo Tabnet do DataSUS. Observa-se que, durante todo o período analisado, a proporção de nascimentos com baixo peso manteve-se consistentemente acima do limiar verde de 6,0%, parâmetro estabelecido como meta para considerar o objetivo de redução atingido. Em 2015, o percentual era de 9,71%, com uma leve redução em 2016 para 8,53%, o valor mais baixo da série histórica. A partir de 2017, o índice voltou a subir gradualmente, alcançando 9,16% e depois 9,28% em 2018. Entre 2019 e 2020, houve pequena oscilação para baixo, com registros de 9,05% e 9,02%, respectivamente. A partir de 2021, nota-se nova elevação, chegando a 9,55% e atingindo o pico de 10,56% em 2022, o maior percentual do período. Em 2023, houve leve redução para 10,29%, ainda muito acima do limiar recomendado.

Os resultados demonstram que Araraquara não conseguiu, em nenhum dos anos avaliados, se aproximar da meta estabelecida. A persistência de índices elevados evidencia desafios contínuos na saúde materno-infantil, especialmente relacionados ao acesso e à qualidade da assistência pré-natal, às condições socioeconômicas das gestantes e a outros fatores de risco associados às gestações. Essa situação reforça a necessidade de ampliar e qualificar as políticas públicas voltadas à saúde da gestante e do recém-nascido, incluindo maior cobertura e eficácia dos serviços de atenção pré-natal, programas de apoio nutricional e iniciativas intersetoriais que

melhorem as condições de vida das mulheres em idade fértil, especialmente das mais vulneráveis.

Tabela 1. Araraquara: Nascimentos por Faixa de Peso (2015-2023)

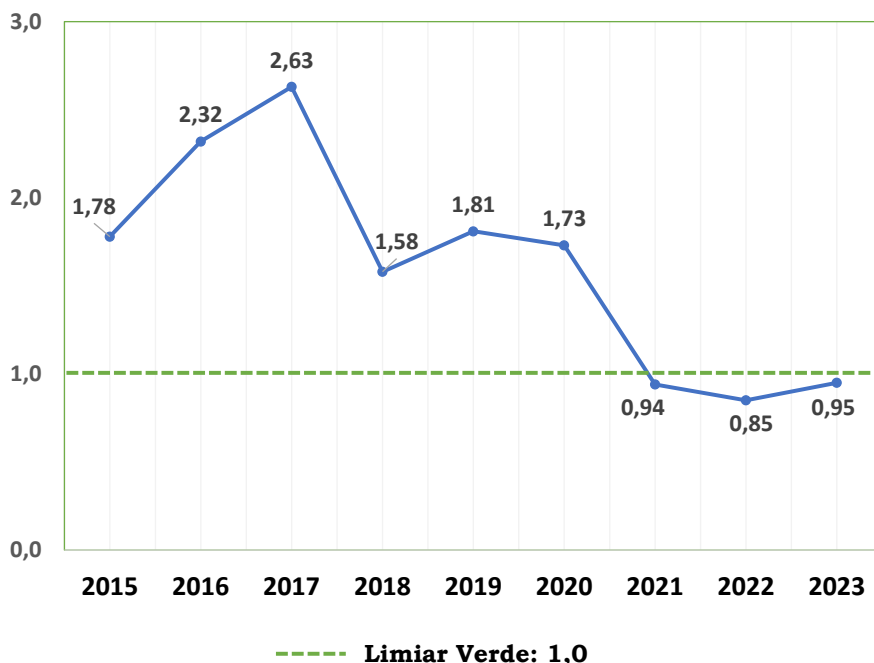
Ano do nascimento	Menos de 500 g	500 a 999 g	1000 a 1499 g	1500 a 2499 g	2500 a 2999 g	3000 a 3999 g	4000 g e mais	Total	Baixo Peso ao nascer (<2.499 g)	% Baixo Peso ao nascer
2015	2	18	16	251	763	1.794	112	2.956	287	9,71%
2016	2	10	25	197	700	1.706	103	2.743	234	8,53%
2017	1	17	15	221	672	1.714	133	2.773	254	9,16%
2018	4	11	29	216	694	1.751	98	2.803	260	9,28%
2019	2	11	18	204	655	1.618	90	2.598	235	9,05%
2020	2	16	14	201	597	1.635	117	2.582	233	9,02%
2021	3	15	30	201	603	1.658	96	2.606	249	9,55%
2022	1	15	29	219	584	1.573	78	2.499	264	10,56%
2023	2	23	25	210	643	1.552	72	2.527	260	10,29%

Fonte: Tabnet – DataSUS

Por outro lado, conforme apresentado no Gráfico 15, observa-se que a taxa de desnutrição infantil (crianças menores de 5 anos) em Araraquara em 2015 era de 1,78, subindo de forma expressiva nos anos seguintes, atingindo o pico em 2017 com 2,63. Após esse ápice, houve uma queda significativa em 2018, quando o índice baixou para 1,58. Entre 2018 e 2020, a taxa oscilou levemente, registrando 1,81 em 2019 e 1,73 em 2020. A partir de 2021, nota-se uma melhora consistente: o índice caiu para 0,94, posicionando-se abaixo do limiar verde de 1,0, que representa a meta desejada. Essa tendência de melhora manteve-se em 2022, quando o índice chegou ao menor patamar da série (0,85), e, em 2023, permaneceu estável em 0,95. De modo geral, o período analisado mostra uma evolução positiva nos últimos anos, especialmente a partir de 2021, quando os índices de desnutrição infantil ficaram consistentemente abaixo da meta de 1,0 estipulada como referência.

A manutenção do indicador abaixo da meta estabelecida corrobora que o município alcançou uma redução consistente na prevalência de desnutrição em crianças menores de cinco anos, resultado fundamental para assegurar condições adequadas ao pleno desenvolvimento físico e neuro cognitivo durante a fase crítica da primeira infância.

Gráfico 15. Araraquara: Desnutrição Infantil (crianças menores de 5 anos) * (2015-2023)



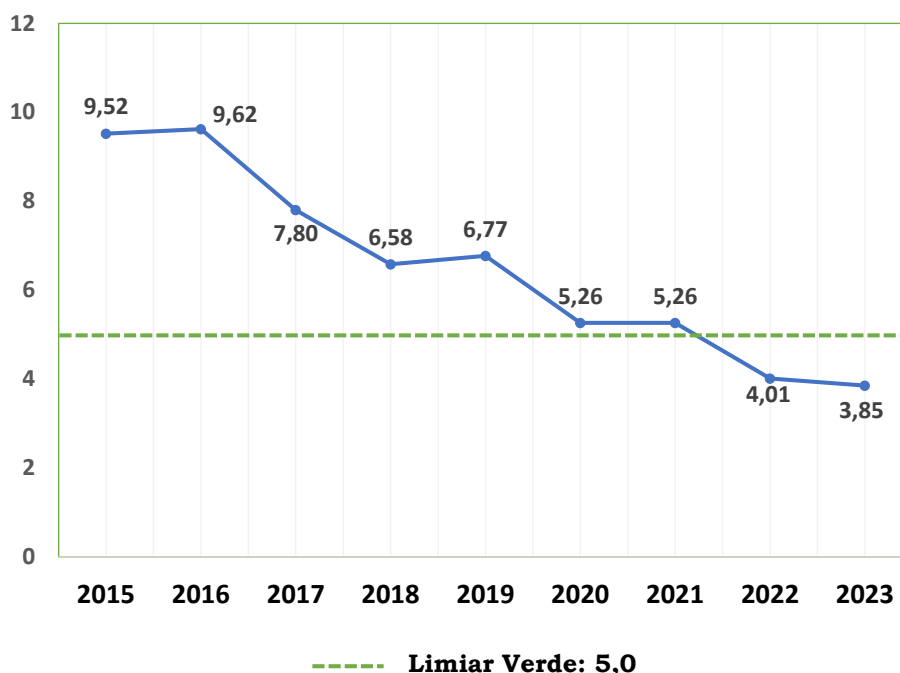
Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

* Proporção de crianças com menos de 5 anos que apresentam desnutrição em relação ao total dessa faixa etária

No que se refere à obesidade infantil, Araraquara apresenta uma melhora gradual e consistente no controle desse indicador nos últimos anos, destacando-se especialmente a partir de 2021, quando o município consolidou índices dentro do patamar considerado ideal (Gráfico 16). Em 2015, a taxa era de 9,52, subindo levemente para 9,62 em 2016. A partir de 2017, observa-se uma trajetória contínua de queda: o índice recuou para 7,80 em 2017 e manteve tendência de declínio nos anos seguintes. Em 2020, houve uma redução expressiva para 5,26, valor que se manteve estável em 2021. A partir de 2022, a taxa voltou a cair de forma significativa, atingindo 4,01 e, em 2023, 3,85 — ambos abaixo do limiar verde de 5,0 estipulado como meta.

Apesar dos avanços, é fundamental que a administração municipal mantenha e intensifique as ações voltadas à promoção da saúde e alimentação adequada, de modo a garantir a continuidade da redução desses índices nos próximos anos.

Gráfico 16. Araraquara: Obesidade Infantil* (2015/2023)



Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

* Proporção de crianças de 0 a 5 anos diagnosticadas com obesidade (relação peso-altura) em relação ao total dessa faixa etária.

Problemas e Desafios Prioritários para o Plano Estratégico 2025 – 2028

1. A cobertura insuficiente do Bolsa Família evidencia fragilidades na proteção social de Araraquara, dificultando o alcance efetivo das famílias vulneráveis e exigindo maior ampliação e eficiência das políticas de transferência de renda.
2. A fragilidade da segurança alimentar e nutricional em Araraquara revela dificuldades persistentes em superar a insegurança alimentar e promover acesso adequado a alimentos saudáveis, agravadas por problemas estruturais e pela baixa articulação de políticas voltadas ao fortalecimento da produção sustentável e à valorização da agricultura familiar.
3. A persistência de elevados índices de baixo peso ao nascer evidencia fragilidades na saúde materno-infantil, refletindo deficiências nos serviços de pré-natal, na assistência nutricional e no apoio social às gestantes, especialmente entre os grupos mais vulneráveis da população.
4. Araraquara enfrenta o desafio de sustentar e fortalecer as políticas públicas de combate à desnutrição e à obesidade infantil, exigindo a continuidade de ações eficazes em educação alimentar, promoção da saúde e garantia de acesso a alimentos adequados, a fim de consolidar os avanços e prevenir retrocessos.

4.4 DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Os direitos humanos são um conjunto de princípios e garantias universais, indivisíveis, inalienáveis e interdependentes, que asseguram a todas as pessoas uma vida digna, livre, justa e igualitária. Eles abrangem os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, sendo reconhecidos internacionalmente por meio de tratados, convenções e declarações, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A cidadania, por sua vez, representa o exercício dos direitos e deveres de uma pessoa no contexto de uma comunidade política, especialmente no Estado. Ela se manifesta tanto no acesso aos direitos fundamentais (como educação, saúde, segurança, moradia, participação política, cultura e meio ambiente) quanto na responsabilidade de colaborar para a construção de uma sociedade democrática, solidária e justa. Direitos humanos e cidadania são, portanto, dimensões complementares: não há cidadania plena sem o respeito integral aos direitos humanos, e a efetivação dos direitos humanos se concretiza por meio do exercício da cidadania ativa.

Os direitos humanos e a cidadania abrangem um conjunto amplo e interdependente de áreas, que se concretizam na garantia dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e digitais, fundamentais para a construção de uma sociedade justa, democrática, inclusiva e sustentável:

- Em primeiro lugar, estão os direitos civis e políticos, que asseguram liberdades fundamentais como a liberdade de expressão, de pensamento, de crença, de organização e de participação política, além do direito ao voto, ao acesso à informação, ao devido processo legal, à segurança e à proteção contra qualquer forma de arbitrariedade ou violência;
- No campo dos direitos econômicos, sociais e culturais, encontram-se as garantias fundamentais que asseguram condições materiais para uma vida digna, como o direito à educação de qualidade, à saúde, à alimentação adequada, à moradia, ao trabalho digno, à seguridade social e à participação cultural e artística. Esses direitos são essenciais para reduzir desigualdades e promover a inclusão social;
- Os direitos ambientais também são parte integrante dos direitos humanos contemporâneos, reconhecendo que todas as pessoas têm direito a viver em um meio ambiente ecologicamente equilibrado, saudável e sustentável. Isso implica a adoção de políticas públicas voltadas à preservação dos recursos naturais, à justiça ambiental e à responsabilidade intergeracional, assegurando o bem-estar das gerações presentes e futuras;
- Além disso, emergem de forma crescente os direitos digitais e de acesso à informação, que tratam da proteção de dados pessoais, da privacidade, do direito à conectividade e à inclusão

digital, além do acesso às tecnologias e da garantia de que as pessoas possam participar ativamente da sociedade da informação. Esses direitos são fundamentais para fortalecer a democracia contemporânea, garantindo transparência, participação e controle social sobre as políticas públicas;

- Por fim, os direitos humanos e a cidadania abrangem os direitos difusos e coletivos, que dizem respeito à proteção de grupos específicos que historicamente enfrentaram violações, discriminação e exclusão. Nessa dimensão, **incluem-se os direitos das crianças e adolescentes, das mulheres, da população negra, dos povos indígenas, das pessoas com deficiência, das pessoas idosas, da população LGBTQIA+, dos povos tradicionais, dos migrantes e refugiados**. Promover esses direitos significa combater todas as formas de preconceito, discriminação, racismo, violência e exclusão social.

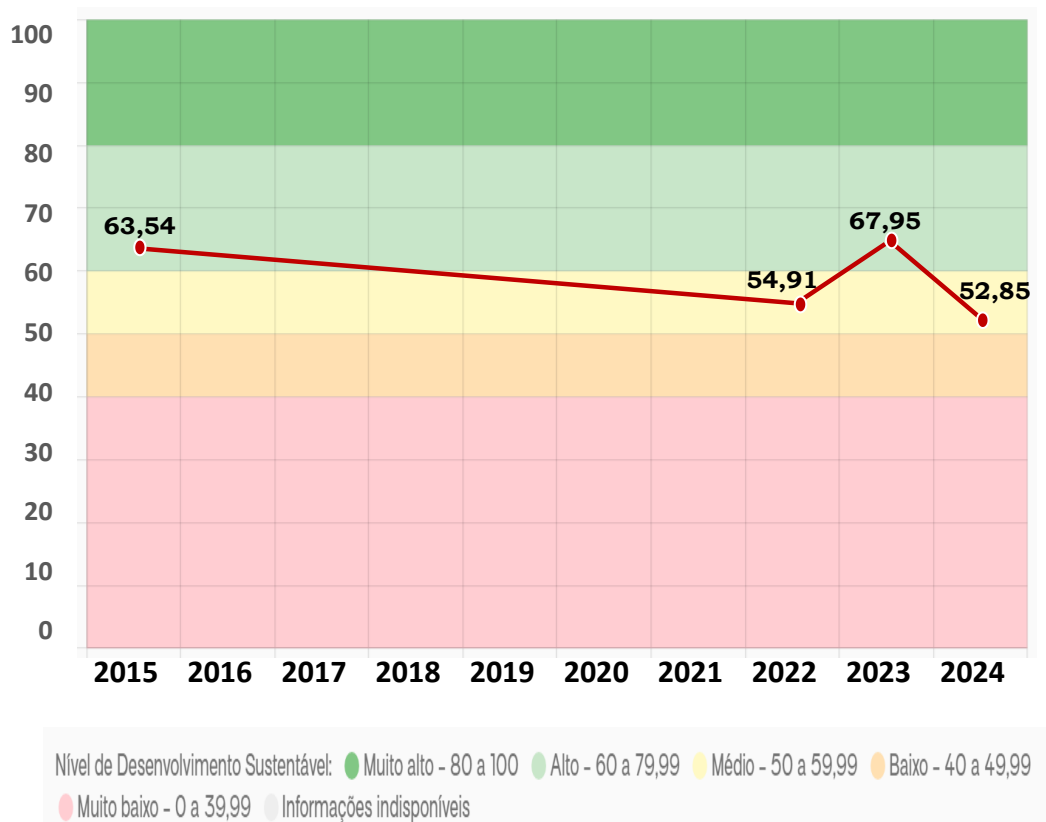
O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, estabelecido pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), tem como propósito fundamental reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles. Este objetivo reconhece que o crescimento econômico, por si só, não é suficiente para promover o desenvolvimento sustentável, se não for acompanhado de políticas que assegurem inclusão social, econômica e política para todos, sem discriminação de renda, gênero, idade, raça, deficiência, origem étnica, orientação sexual ou qualquer outra condição. No contexto brasileiro, o ODS 10 assume particular relevância diante de um histórico marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas, raciais e regionais. Desigualdades de renda, de acesso à educação, saúde, moradia, saneamento básico e oportunidades de trabalho são expressões concretas desse cenário. Grupos historicamente marginalizados, como a população negra, povos indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, comunidades tradicionais e a população LGBTQIA+, estão entre os mais afetados.

Entre 2015 e 2024, o desempenho de Araraquara no ODS 10 – Redução das Desigualdades, segundo o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), apresenta oscilações significativas, conforme ilustrado no Gráfico 17. Em 2015, o município registrava um índice de 63,54, classificado como Nível Alto de Desenvolvimento Sustentável. Esse resultado refletia avanços importantes na promoção da inclusão social e na mitigação das desigualdades. Nos anos seguintes, observa-se uma tendência de queda, chegando a 54,91 em 2022, o que posicionou Araraquara no patamar de Nível Médio, sinalizando retrocessos nas políticas voltadas à redução das desigualdades. Esse recuo pode estar associado a impactos econômicos, sociais e sanitários, como o aumento da pobreza e as consequências da pandemia de COVID-19. O cenário melhora significativamente em 2023, quando o índice sobe para 67,95, retornando ao Nível Alto. Esse avanço indica esforços bem-sucedidos na implementação de programas e políticas públicas, fortalecimento de redes de proteção social ou melhoria no acesso a direitos e oportunidades para grupos vulneráveis. Contudo, em 2024, ocorre uma nova retração, com o índice caindo para 52,85, voltando à faixa de Nível Médio. Essa queda reflete a fragilidade na sustentabilidade das

ações de enfrentamento às desigualdades, evidenciando que os avanços obtidos não foram suficientes para garantir estabilidade ou consolidação dos resultados.

Esse comportamento oscilante revela que a redução das desigualdades permanece como um desafio estrutural no município, exigindo o fortalecimento de políticas permanentes, intersetoriais e orientadas pela equidade, especialmente no atendimento às populações mais vulneráveis, como pessoas com deficiência, população negra, povos indígenas, mulheres, idosos e pessoas em situação de pobreza.

Gráfico 17. Araraquara: Evolução do ODS 10 – Redução Das Desigualdades (2015-2024)



Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

■ Mulheres

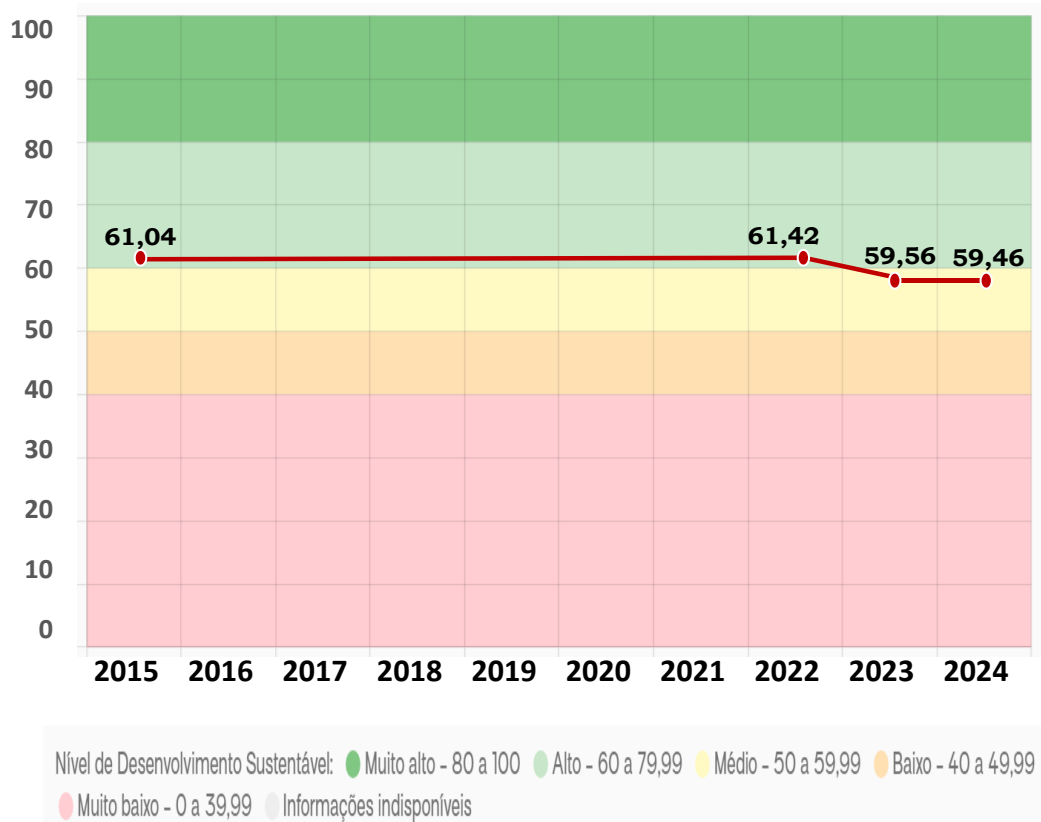
No contexto dos direitos humanos e da cidadania, se insere o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), que busca “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Esse objetivo reflete não apenas um compromisso global, mas uma exigência ética, social e política para combater as múltiplas formas de desigualdade, discriminação e violência que historicamente afetam mulheres e meninas em todo o mundo. No Brasil, os desafios para a efetivação do ODS 5 são expressivos. Dados revelam que as mulheres, especialmente as mulheres negras, seguem enfrentando desigualdades salariais, barreiras no acesso a cargos de liderança, sobrecarga com o trabalho doméstico e, de forma alarmante, elevados índices de violência doméstica, feminicídio e assédio. Nesse contexto, a Lei nº 11.340/2006, conhecida

como *Lei Maria da Penha*, representa, desde sua promulgação, um dos principais instrumentos legais de proteção aos direitos das mulheres. A legislação estabelece medidas para prevenir e enfrentar diferentes formas de violência, incluindo a violência física, especialmente quando ocorre no âmbito doméstico, e a violência psicológica, manifestada por atos como calúnia, difamação ou injúria que atentam contra a honra, a dignidade e a integridade emocional da mulher. Essa legislação reconhece a violência de gênero como uma grave violação dos direitos humanos e estabelece uma rede de proteção, acolhimento e atendimento às vítimas.

No âmbito local, o município de Araraquara tem se destacado nacionalmente por sua atuação consistente na defesa dos direitos das mulheres e na promoção da equidade de gênero. O município implementa políticas públicas intersetoriais que abrangem desde o enfrentamento à violência até a promoção da autonomia econômica, social e política das mulheres. A criação de equipamentos da Prefeitura Municipal, como o Centro de Referência da Mulher (CRM); a Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência "Alaíde Aparecida Kuranaga"; a Casa das Margaridas "Yasmin da Silva Nery"; o Centro de Referência da Mulher Prof^a. Dr^a. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti; o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), além de legislações específicas tais como a Lei Municipal nº 10.607/2022, que instituiu no Calendário Oficial do Município a Semana Municipal de Conscientização e Prevenção ao Feminicídio "Karunã Ferreira Coimbra Manduca", demonstra o compromisso da gestão pública em transformar o princípio da igualdade de gênero em realidade concreta.

Esse conjunto robusto de políticas e instrumentos institucionais contribuiu diretamente para que, ao longo de vários anos, o município apresentasse uma trajetória de estabilidade positiva nos indicadores relacionados ao ODS 5 – Igualdade de Gênero. Como evidencia o Gráfico 18, a evolução desse indicador em Araraquara reflete de forma concreta os esforços empreendidos, mantendo-se, entre 2015 e 2022, no patamar de desenvolvimento sustentável classificado como “Alto”, com índices que oscilaram de forma controlada dentro da faixa de 60 a 79,99 pontos, atingindo seu ponto mais elevado em 2022, com 61,42. Esse desempenho reforça que os avanços institucionais e programáticos implementados foram capazes de sustentar, de maneira efetiva, políticas públicas voltadas à promoção dos direitos das mulheres e à redução das desigualdades de gênero no território. No entanto, a partir de 2023, observa-se uma inflexão negativa, com o índice caindo para 59,56 e, em 2024, mantendo-se em 59,46. Com essa redução, Araraquara deixou de integrar o grupo de municípios com nível de desenvolvimento sustentável considerado “Alto”, passando a ser classificado como “Médio”, na faixa entre 50 e 59,99 pontos. Essa queda, embora numérica e percentualmente discreta, possui um significado simbólico e técnico relevante, pois indica a perda de capacidade do município em sustentar os avanços obtidos ao longo dos anos na promoção da igualdade de gênero.

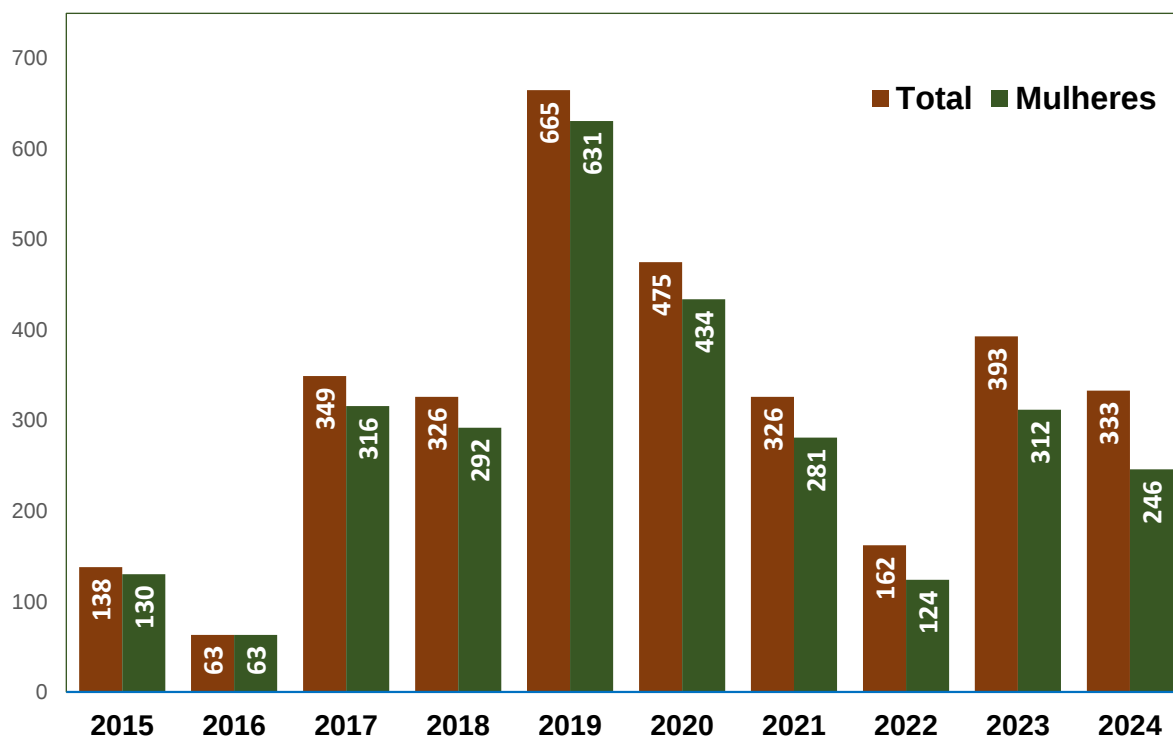
Gráfico 18. Araraquara: Evolução do ODS 5 – Igualdade de Gênero (2015-2024)



Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

Essa deterioração dos indicadores de desenvolvimento sustentável relacionados à igualdade de gênero não é um fenômeno isolado, mas reflete a persistência de um quadro estrutural de violência contra as mulheres em Araraquara, configurando um problema crônico e profundamente enraizado nas dinâmicas sociais e culturais do município. Trata-se de uma realidade que se consolidou de forma alarmante, especialmente a partir de 2017, quando o volume de casos confirmados atingiu patamares significativamente elevados, como mostrado no Gráfico 19. Esse período inaugura uma fase crítica, marcada pela intensificação da violência de gênero, que se mantém majoritária dentro do total de registros de violência física no município, com percentuais que frequentemente superam 90% dos casos confirmados.

Gráfico 19. Araraquara: Violência Física, Total e Contra a Mulher (2015/2024)



Fonte: Ministério da Saúde/ /SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

O auge dessa crise ocorre em 2019, quando a quantidade de casos e a proporção de mulheres entre as vítimas atingem níveis extremamente elevados. Naquele ano, 94,9% dos casos confirmados de violência física tiveram como vítimas mulheres, configurando um cenário de emergência social. Essa situação, longe de ser um episódio isolado, se estende para 2020, ano particularmente sensível, diretamente impactado pelos efeitos da pandemia de COVID-19. As medidas de isolamento social, o confinamento forçado, a sobrecarga emocional, econômica e doméstica, além da intensificação das tensões familiares, criaram um ambiente propício para o agravamento dos episódios de violência. Como resultado, em 2020, 91,4% dos casos de violência física registrados na cidade foram contra mulheres, refletindo o quanto o ambiente pandêmico expôs as mulheres a situações de risco extremo, muitas vezes isoladas dos serviços de proteção e convivendo diariamente com seus agressores. Nos anos subsequentes, observa-se uma tendência de leve redução proporcional da violência física contra mulheres em relação ao total de casos registrados. Em 2022, esse percentual caiu para 76,5%, e em 2023 manteve-se em 79,4%, indicando uma ligeira mudança no perfil das vítimas, embora a maioria absoluta ainda seja composta por mulheres. Em 2024, os dados mais recentes apontam para um percentual de 73,9%, o menor da série analisada, mas ainda extremamente expressivo, evidenciando que, apesar das variações, a violência de gênero permanece como um traço predominante do fenômeno da violência física no município.

Ao longo de toda a série histórica analisada, a média de participação das mulheres nos casos confirmados de violência física é de aproximadamente 88,4%, um dado que por si só

denuncia a gravidade da situação e a centralidade da questão de gênero nesse fenômeno. Os dados evidenciam, portanto, que não se trata de um fenômeno episódico, mas de um problema profundamente estruturado, sustentado por padrões socioculturais que naturalizam as desigualdades de gênero e reproduzem práticas de violência no espaço doméstico e comunitário. Diante dessa realidade, é imperativo que o enfrentamento à violência física contra mulheres seja tratado como prioridade na agenda pública, por meio de políticas articuladas, permanentes e integradas entre os setores de saúde, assistência social, segurança pública, educação e justiça. Somente a partir de ações coordenadas e de caráter estrutural será possível romper esse ciclo e promover a construção de uma cultura de paz, equidade e proteção à vida das mulheres no município de Araraquara.

O feminicídio, definido como o assassinato de uma mulher em razão de sua condição de gênero — motivado pelo ódio, desprezo, sentimento de posse ou discriminação —, representa a forma mais extrema de violência de gênero, resultante de um ciclo contínuo de violências físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais que frequentemente antecedem o ato letal². O conceito está diretamente ligado às relações de poder desiguais, à cultura machista e patriarcal, que naturaliza a dominação e o controle sobre os corpos e as vidas das mulheres. No Brasil, a tipificação do feminicídio foi incorporada ao Código Penal em 2015, por meio da Lei nº 13.104/2015, como circunstância qualificadora do homicídio, além de incluí-lo no rol dos crimes hediondos. Atualmente, a Lei nº 14.994, sancionada em 9 de outubro de 2024, representa um avanço significativo no enfrentamento à violência contra a mulher e ao feminicídio no Brasil. A nova legislação torna o feminicídio um crime autônomo, amplia as penas para delitos praticados contra mulheres e fortalece os mecanismos de proteção, prevenção e repressão à violência de gênero. Além disso, promove alterações em diversos dispositivos do Código Penal, da Lei de Contravenções Penais, da Lei de Execução Penal, da Lei dos Crimes Hediondos, da Lei Maria da Penha e do Código de Processo Penal, reforçando o compromisso do Estado com a defesa dos direitos das mulheres.

O feminicídio no Brasil configura uma grave violação dos direitos humanos e reflete de forma contundente a desigualdade estrutural de gênero, com uma taxa de 1,4 casos por 100 mil mulheres registrada em 2023. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o país ocupa, de forma recorrente, as primeiras posições entre as nações com as maiores taxas de feminicídio no mundo. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que, em 2024, uma mulher é vítima de feminicídio, em média, a cada 17 horas no país. A maioria desses crimes ocorre no ambiente doméstico, tendo como principal agressor o companheiro ou ex-companheiro. O *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024* revela ainda

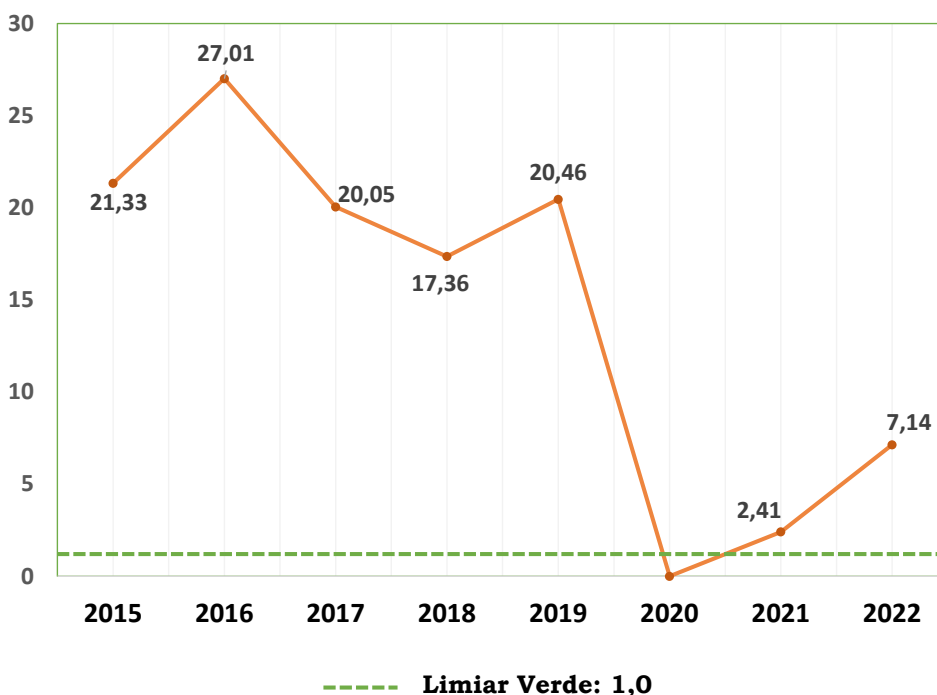
² É importante diferenciar feminicídio de feticídio. Embora os dois termos sejam frequentemente usados como sinônimos, eles não são idênticos em sua conceituação teórica. O termo feticídio refere-se, de forma geral, ao assassinato de mulheres, independentemente da motivação. Já o feminicídio especifica o assassinato cometido por razões de gênero, ou seja, quando a mulher é morta porque é mulher, especialmente em contextos de violência doméstica, familiar, relações íntimas de afeto, ou em situações de menosprezo e discriminação à condição feminina.

que 63,6% das vítimas são mulheres negras, 71,1% estão na faixa etária entre 18 e 44 anos e 64,3% foram assassinadas dentro de suas próprias residências.

A análise da evolução da taxa de feminicídio em Araraquara, segundo dados do DataSUS apresentados no Gráfico 20, revela oscilações significativas ao longo dos anos. Observa-se que, entre 2015 e 2016, houve um aumento expressivo de 26,6%, com a taxa passando de 21,33 para 27,01, o maior patamar registrado no período. Em 2017 e 2018, verifica-se uma tendência de queda, chegando a 17,36 em 2018, o que representa uma redução de 35,7% em relação a 2016. Contudo, em 2019, há uma nova elevação da taxa para 20,46, correspondendo a um aumento de 17,8% em relação ao ano anterior. A partir de 2020, os registros indicam uma queda abrupta, com taxa zerada naquele ano e níveis muito baixos nos anos seguintes — 2,41 em 2021 e 7,14 em 2022 — ambos ainda consideravelmente acima do limiar verde de 1,0, adotado como parâmetro de segurança. Apesar da expressiva redução após 2019, os dados de 2022, que apontam um aumento de 196% em relação a 2021, acendem um sinal de alerta sobre uma possível retomada do crescimento desse tipo de violência no município, exigindo atenção das políticas públicas locais. O enfrentamento ao feminicídio exige uma abordagem ampla e intersetorial, que inclua não apenas o fortalecimento dos programas de segurança pública, como também investimentos em educação para a igualdade de gênero, garantia de acesso à rede de proteção, serviços especializados de atendimento às mulheres, bem como ações de transformação cultural que desconstruam os padrões machistas e violentos naturalizados na sociedade.

Os registros de casos confirmados de estupro, violência sexual e assédio sexual contra mulheres no município de Araraquara, no período de 2015 a 2024, evidenciam uma dinâmica marcada por oscilações, com episódios críticos que revelam a gravidade da violência de gênero no município. Para a adequada interpretação dos dados, é necessário compreender as diferenças conceituais entre esses três tipos de violência. O estupro é definido, segundo o Código Penal Brasileiro, como o ato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que se pratique outro ato libidinoso. Trata-se, portanto, de uma agressão sexual que envolve coerção física ou psicológica, configurando uma das formas mais graves de violência sexual. A violência sexual, por sua vez, é uma categoria mais ampla que inclui todas as formas de ato sexual forçado, tentativa de ato sexual, contato físico não consentido, investidas verbais, comentários ou propostas sexuais indesejadas, bem como situações que envolvem exploração ou coação, mesmo quando não configuram tecnicamente o crime de estupro. Já o assédio sexual é caracterizado pelo ato de constranger alguém com o objetivo de obter vantagem ou favorecimento sexual, utilizando-se de sua posição de poder ou autoridade, sendo mais comum em relações hierárquicas no ambiente de trabalho, instituições ou espaços educacionais.

Gráfico 20. Araraquara: Taxa de Feminicídio (2015/2022)



Fonte: DataSUS/SIM

A análise dos dados de Araraquara exibidos na Tabela 2 mostra que, no recorte dos casos de estupro, houve um crescimento expressivo de 102% entre os anos de 2018 e 2019, quando as notificações passaram de 22 para 56, configurando o maior pico registrado na série histórica. Ainda que os números tenham apresentado redução após esse período, permanecem em patamares preocupantes, com 26 casos em 2023 e 21 em 2024, indicando a persistência estrutural desse tipo de violência no município. No que diz respeito aos registros de violência sexual, observa-se que o ano de 2019 concentrou o cenário mais crítico, com 72 ocorrências, um crescimento de 132% em relação a 2018, que havia registrado 31 casos. Embora os números tenham recuado nos anos seguintes, a trajetória voltou a ser ascendente em 2023, que contabilizou 42 casos, representando um aumento de 44,8% em relação a 2021, quando foram registradas 29 ocorrências.

Em relação aos casos de assédio sexual, o padrão de crescimento também é evidente em determinados anos. Os maiores volumes de notificações ocorreram em 2019 e 2020, com 15 e 16 casos, respectivamente, praticamente o dobro dos anos anteriores. Ainda que em 2022 tenha sido registrada uma queda expressiva, com apenas 5 ocorrências, os dados voltaram a subir em 2023, alcançando 13 casos, o que configura um crescimento relevante e um indicativo de alerta para o município, e volta a recuar novamente para 8 em 2024.

De modo geral, os dados demonstram que, embora haja períodos de redução, a violência sexual contra mulheres em Araraquara persiste como um problema estrutural e recorrente. O padrão identificado evidencia que os avanços são frágeis e não sustentáveis, exigindo respostas institucionais mais robustas, permanentes e integradas, tanto na dimensão da prevenção quanto

na proteção às vítimas e na responsabilização efetiva dos agressores. O comportamento recorrente dos indicadores, sobretudo nos anos de 2019 e 2023, reforça a urgência de fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção dos direitos das mulheres e ao enfrentamento da violência de gênero no município. Além disso, o monitoramento contínuo dos indicadores deve ser utilizado como instrumento estratégico para aprimorar as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres no município.

Tabela 2. Araraquara: Casos Confirmados de Estupro, Violência Sexual e Assédio Sexual contra Mulheres no Município de Araraquara (2015-2024)

Ano da Notificação	Estupro	Violência Sexual	Assédio Sexual
2015	17	32	8
2016	5	5	-
2017	28	45	14
2018	22	31	7
2019	56	72	15
2020	24	43	16
2021	16	29	10
2022	14	20	5
2023	26	42	13
2024	21	26	8

Fonte: DataSUS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)

Outra problemática estrutural de grande relevância enfrentada pelas mulheres diz respeito à desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal, tanto no que se refere à participação quanto à remuneração, conforme evidenciam os dados de 2024 da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho (Tabelas 3 e 4). Embora a taxa de participação feminina em Araraquara, que alcança 44,1%, esteja ligeiramente acima das médias do Estado de São Paulo (43,5%) e do Brasil (41,3%), esse indicador não deve ser interpretado como sinônimo de igualdade de oportunidades. Pelo contrário, uma análise mais detalhada por setor evidencia um padrão claro de segregação ocupacional e de concentração das mulheres em segmentos tradicionalmente considerados femininos, como comércio e serviços, que, não por coincidência, estão entre os setores de menor remuneração média. O setor de serviços, onde a participação feminina em Araraquara atinge 52,3%, reproduz um fenômeno nacional: a feminização de atividades associadas ao cuidado, à prestação de serviços e ao atendimento, que historicamente são menos valorizadas economicamente. Por outro lado, setores como a construção civil continuam praticamente inacessíveis às mulheres, com uma participação de apenas 7,7% em Araraquara — valor inferior, inclusive, às já baixas médias estadual (11,7%) e nacional (11,5%). Mesmo na indústria, que no município registra uma participação feminina de 38,4%, superior às

médias estadual e nacional, persiste uma desigualdade marcada na qualidade dos postos ocupados, refletindo-se diretamente na remuneração.

Tabela 3. Araraquara: Estoque do Emprego Formal Segundo Grande Agrupamento e Sexo (2024)

Setor	Total	Homens	Mulheres	Participação Mulheres
Agropecuária	1.294	938	356	27,5%
Indústria	18.256	11.248	7.008	38,4%
Construção	5.391	4.978	413	7,7%
Comércio	16.593	8.975	7.618	45,9%
Serviços	35.779	17.078	18.701	52,3%
Total	77.313	43.217	34.096	44,1%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego-RAIS

Quando a análise se desloca para os rendimentos médios, a situação se agrava ainda mais. Em Araraquara, as mulheres recebem, em média, apenas 70,8% do salário dos homens, um índice que revela uma inequidade mais severa que aquela observada no Estado de São Paulo (79,2%) e no Brasil (81,4%). Essa diferença salarial evidencia que, além de estarem sub-representadas em setores de maior prestígio econômico, as mulheres de Araraquara também enfrentam uma depreciação de seu trabalho mesmo quando ocupam os mesmos agrupamentos econômicos que os homens. A indústria, por exemplo, é um dos setores que mais escancara essa desigualdade: enquanto os homens recebem, em média, R\$ 5.235,40, as mulheres recebem apenas R\$ 3.268,30, ou seja, 62,4% da remuneração masculina — uma diferença ainda mais acentuada que a observada no estado (76,6%) e no país (73,5%). O setor de serviços, que é o maior empregador de mulheres no município, também expressa uma remuneração média feminina que corresponde a apenas 73% da masculina, demonstrando que a ampla participação feminina nesse segmento não se traduz em reconhecimento econômico proporcional. Apenas na construção civil, há uma relativa aproximação dos rendimentos, embora ainda desfavorável em Araraquara, diferentemente do que ocorre no Estado de São Paulo (104,4%) e no Brasil (98,9%), onde as mulheres chegam a superar os homens na remuneração média nesse setor — um fenômeno isolado e incomum no panorama nacional.

Portanto, o diagnóstico é claro: a realidade do mercado de trabalho formal em Araraquara é atravessada por profundas desigualdades de gênero, que combinam segregação ocupacional com disparidades salariais persistentes. As mulheres estão majoritariamente inseridas nos setores menos valorizados economicamente e, mesmo nesses, recebem menos que os homens, o que reforça a reprodução das desigualdades estruturais no município. Esse quadro exige uma resposta contundente tanto por parte do poder público quanto do setor privado, por meio de políticas afirmativas que promovam a equidade salarial, incentivem a presença feminina em setores tradicionalmente masculinizados, garantam a transparência nos planos de cargos e

salários e enfrentem as barreiras estruturais que impedem a plena igualdade de gênero no mercado de trabalho local.

Tabela 4. Araraquara: Remuneração Média Segundo Grande Agrupamento e Sexo em R\$ (2024)

Setor	Total	Homens	Mulheres	Participação Mulheres
Agropecuária	2.403,6	518,5	2.111,5	407,2%
Indústria	4.472,1	5.235,4	3.268,3	62,4%
Construção	4.142,6	4.191,2	3.589,8	85,7%
Comércio	2.967,2	3.229,7	2.662,5	82,4%
Serviços	3.475,7	4.080,3	2.978,1	73,0%
Total	3.635,9	4.189,4	2.965,3	70,8%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego-RAIS

■ Igualdade Étnico Racial

Igualdade Étnico-Racial refere-se ao princípio e à condição em que pessoas de diferentes grupos étnicos e raciais têm garantidos os mesmos direitos, oportunidades e acesso aos bens, serviços e recursos da sociedade, sem sofrer qualquer forma de discriminação, preconceito ou desigualdade em razão de sua cor, raça, etnia, ascendência ou origem. Esse conceito envolve não apenas a garantia formal da igualdade, mas também a superação das desigualdades históricas, estruturais e institucionais que afetam, sobretudo, as populações negras, indígenas e outros grupos racializados no Brasil.

No ordenamento jurídico brasileiro, esse princípio está consolidado no Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), que define igualdade racial como “a ausência de discriminação e de privilégios étnico-raciais” e estabelece como dever do Estado e da sociedade a promoção da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnico-raciais e o combate à discriminação e às desigualdades resultantes do racismo. O Estatuto também orienta a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade, incluindo ações afirmativas nas áreas de educação, trabalho, cultura, saúde e acesso à justiça. Além do Estatuto, o Brasil é signatário da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e formas correlatas de intolerância, promulgada em 2022 pelo Decreto nº 10.932. Adicionalmente, é importante destacar que, desde 2023, o crime de injúria racial passou a ser equiparado ao crime de racismo, conforme estabelece a Lei nº 14.532/2023. Com essa alteração, a injúria racial deixa de ser considerada uma ofensa individual e passa a ser reconhecida como uma manifestação de racismo, entendida como crime imprescritível e inafiançável, de acordo com o que prevê a Constituição Federal. Essa mudança representa um avanço significativo no

fortalecimento do combate à discriminação racial no Brasil, ampliando a proteção jurídica às vítimas e reforçando o compromisso do Estado com a promoção da igualdade étnico-racial.

No âmbito internacional, a promoção da igualdade étnico-racial está diretamente alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 – Redução das Desigualdades, que estabelece, entre suas metas, o compromisso de empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de raça, etnia, origem ou qualquer outra condição. Além disso, dialoga transversalmente com o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, que visa promover sociedades pacíficas, inclusivas e justas, e com o ODS 4 – Educação de Qualidade, que contempla a eliminação das disparidades no acesso à educação para grupos vulneráveis, incluindo as populações étnico-raciais. Portanto, a igualdade étnico-racial não se resume à igualdade formal, mas exige a adoção de políticas reparatórias, afirmativas e estruturantes, capazes de enfrentar o racismo estrutural, institucional e interpessoal.

A análise da dinâmica da população de Araraquara segundo raça, com base nos dados do Censo Demográfico de 2022, evidencia de forma contundente as marcas estruturais das desigualdades raciais no município. Esses dados revelam não apenas diferenças demográficas, mas também profundas assimetrias no acesso a direitos, oportunidades e condições de vida. A população negra — composta por pretos (7,9%) e pardos (26,4%) — representa 34,3% da população de Araraquara (Tabela 5).

Embora esse percentual seja inferior ao observado no Brasil (55,5%) e no estado de São Paulo (41%), trata-se de uma presença demográfica numericamente expressiva, que corresponde a mais de 80 mil pessoas. A população indígena, embora pequena em termos absolutos (146 pessoas, 0,1%), também está presente e demanda reconhecimento, visibilidade e políticas públicas específicas. Por outro lado, a análise da dinâmica demográfica revela que a população negra é a que mais cresce em Araraquara. Entre 2010 e 2022, a taxa de crescimento geométrica da população preta foi de 3,5% ao ano e da população parda, de 2,9% ao ano, enquanto a população branca cresceu apenas 0,5%. Este dado não é meramente demográfico: ele expressa a resistência, a vitalidade e a presença crescente da população negra na cidade, ao mesmo tempo em que reflete os desafios de reprodução social em contextos de desigualdade.

Tabela 5. Araraquara: População Residente, Por Cor ou Raça (Censos 2010 e 2022)

Cor ou Raça	Censo 2010	%	Censo 2022	%	Taxa de Crescimento Geométrica (%)
Branca	148.766	71,3%	157.275	64,9%	0,5%
Preta	12.667	6,1%	19.158	7,9%	3,5%
Amarela	1.863	0,9%	1.714	0,7%	-0,7%
Parda	45.155	21,6%	63.921	26,4%	2,9%
Indígena	209	0,1%	146	0,1%	-3,0%
Total	208.662	100,0%	242.228	100,0%	1,3%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

De acordo com os dados do IBGE, apresentados nas Tabelas 6 e 7, embora Araraquara registre uma elevada taxa de alfabetização no total da população (97,6%), observa-se que as populações preta (95,9%) e parda (96,2%) ainda apresentam índices ligeiramente inferiores aos da população branca (98,4%). Contudo, é no nível de escolaridade que a desigualdade se torna abissal: apenas 10,3% da população preta e 11% da parda concluíram o ensino superior, contra 30% da população branca e 49,1% da população amarela. Ao mesmo tempo, 28,4% da população parda e 23,3% da preta possuem, no máximo, ensino fundamental incompleto, contrastando com apenas 17,2% da população branca.

Tabela 6. Taxa de Alfabetização das Pessoas de 15 Anos Ou Mais de Idade Por Raça (2022)

Cor ou Raça	Brasil	Estado de São Paulo	Araraquara
Branca	95,7	97,7	98,4
Preta	89,9	95,4	95,9
Amarela	97,5	98,7	99,1
Parda	91,2	95,7	96,2
Indígena	83,9	94,5	97,7
Total	93,0	96,9	97,6

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tabela 7. Araraquara: Pessoas de 18 Anos Ou Mais de Idade, Por Nível de Instrução, Segundo Cor Ou Raça (2022)

Cor ou raça	Total	%	Branca	%	Preta	%	Amarela	%	Parda	%	Indígena	%
Sem instrução e fundamental incompleto	39.657	20,6%	21.476	17,2%	3.737	23,3%	163	10,9%	14.261	28,4%	21	16,5%
Fundamental completo e médio incompleto	28.256	14,7%	15.871	12,7%	2.785	17,4%	60	4,0%	9.529	19,0%	11	8,7%

Médio completo e superior incompleto	79.405	41,2%	50.100	40,1%	7.835	48,9%	538	36,0%	20.835	41,6%	86	67,7%
Superior completo	45.434	23,6%	37.529	30,0%	1.649	10,3%	734	49,1%	5.513	11,0%	10	7,9%
Total	192.752	100,0%	124.976	100,0%	16.007	100,0%	1.494	100,0%	50.137	100,0%	127	100,0%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Esses dados não são meramente estatísticos: eles expressam o resultado de processos históricos de exclusão, marginalização e negação de direitos. A escolarização limitada impacta diretamente o acesso ao mercado de trabalho formal, aos espaços de poder, à participação social e política e, conseqüentemente, à qualidade de vida. Trata-se, portanto, de uma reprodução intergeracional das desigualdades, onde o racismo opera como vetor central.

■ Pessoas Com Deficiência

As pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com barreiras, podem ter restringida sua plena e efetiva participação na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Essa definição, adotada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2006, foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, com status de emenda constitucional, por meio do Decreto nº 6.949/2009. A adoção da CDPD representou um marco na compreensão da deficiência, ao consolidar um novo paradigma: ela não reside na pessoa, mas resulta da interação desta com as barreiras físicas, sociais, culturais e comunicacionais. Complementa esse tratado o Protocolo Facultativo, que permite a indivíduos apresentar denúncias de violações de direitos diretamente à ONU. Esse avanço se insere em uma trajetória histórica de consolidação dos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, foi pioneira ao afirmar a dignidade e a igualdade de todas as pessoas. Posteriormente, em 1981, a ONU instituiu o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, ressaltando a urgência de promover a inclusão e enfrentar as diversas formas de discriminação.

No Brasil, a proteção dos direitos das pessoas com deficiência está respaldada na Constituição Federal de 1988, que assegura igualdade de oportunidades, combate a qualquer forma de discriminação e prevê proteção especial em temas como educação, trabalho, acessibilidade, assistência social e direitos sociais. Antes disso, a Lei nº 7.853/1989 já estabelecia medidas de apoio e integração social. Posteriormente, o Decreto nº 3.298/1999 regulamentou a *Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência*, e o Decreto nº 5.296/2004 definiu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. O avanço mais significativo ocorreu com a promulgação da Lei nº 13.146/2015, conhecida como *Lei Brasileira de Inclusão (LBI)* ou *Estatuto da Pessoa com Deficiência*, que consolidou e ampliou os direitos desse grupo,

garantindo acesso igualitário à educação, saúde, trabalho, transporte, cultura, lazer e participação política, além de reafirmar a concepção da deficiência como resultado da interação com barreiras sociais, culturais, arquitetônicas e comunicacionais.

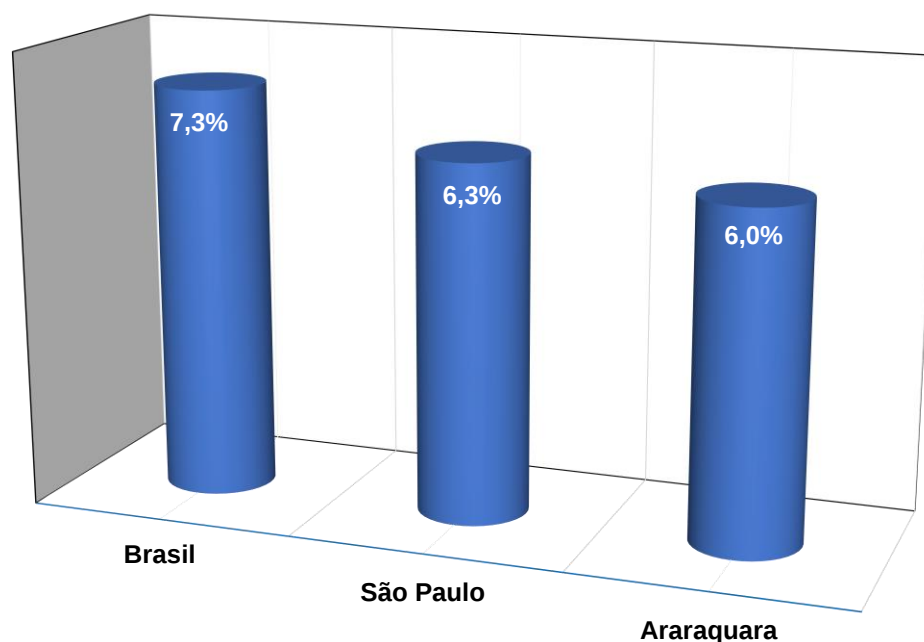
Segundo informações do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, aproximadamente 14,4 milhões de brasileiros, o que equivale a 7,3% da população com dois anos ou mais, declararam ter algum tipo de deficiência. Observa-se uma predominância feminina nesse grupo: 8,3 milhões de mulheres, em comparação a 6,1 milhões de homens. Entre as limitações mais relatadas, 54,9% das pessoas com deficiência apresentavam dificuldades para enxergar, 36,1% tinham limitações para caminhar ou subir degraus, 18,8% enfrentavam dificuldades para realizar tarefas manuais finas, como segurar pequenos objetos ou abrir tampas, e 18% relataram dificuldade para ouvir. O levantamento também identificou 2,4 milhões de pessoas com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) no país. A análise por faixa etária revela um crescimento expressivo da prevalência da deficiência com o avanço da idade. Enquanto apenas 2,2% das crianças e adolescentes de 2 a 14 anos convivem com algum tipo de deficiência, essa proporção sobe para 5,4% na população de 15 a 59 anos e atinge 27,5% entre os idosos com 70 anos ou mais. Esses números refletem, de maneira clara, o impacto do envelhecimento populacional sobre a incidência de deficiências, especialmente as de ordem física e sensorial. Os dados também escancaram profundas desigualdades educacionais. Entre as pessoas com deficiência de 15 anos ou mais, cerca de 2,9 milhões eram analfabetas, representando uma taxa de 21,3%, índice quatro vezes superior ao observado entre pessoas sem deficiência, cuja taxa é de 5,2%. As disparidades se tornam ainda mais evidentes quando analisamos os níveis de escolaridade: 63,1% das pessoas com deficiência com 25 anos ou mais não haviam concluído o ensino fundamental ou sequer possuíam qualquer nível de escolarização. No grupo sem deficiência, essa proporção é bem menor, 32,3%. Quando se observa o acesso ao ensino superior, o contraste também é significativo: apenas 7,4% das pessoas com deficiência haviam completado a graduação, frente a 19,5% da população sem deficiência.

Os dados evidenciam que as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência no Brasil transcendem as limitações físicas, estando profundamente associadas a fatores sociais, educacionais e culturais, que perpetuam situações de exclusão e vulnerabilidade. Apesar dos avanços normativos e institucionais, esse grupo ainda enfrenta grandes desafios para acessar direitos fundamentais, como educação, trabalho e serviços públicos, o que evidencia a persistência de profundas desigualdades estruturais.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a inclusão das pessoas com deficiência em Araraquara permanece como um dos maiores desafios para a efetivação dos direitos humanos, da cidadania e da construção de uma sociedade democrática, justa e inclusiva. O município de Araraquara registra 14.139 pessoas com deficiência, o que corresponde a 6,0% da população com dois anos ou mais de idade. Esse percentual é ligeiramente inferior ao observado no Estado de São Paulo, onde a taxa chega a 6,3% (2,76 milhões de pessoas), e também abaixo da média

nacional, que é de 7,3% (14,4 milhões de pessoas), conforme apresentado no Gráfico 21. Embora esses números possam sugerir uma prevalência um pouco menor no município, a realidade revela que as desigualdades enfrentadas por essas pessoas são profundas, estruturais e atravessam diversas dimensões da vida social, incluindo idade, raça, escolaridade, acesso aos serviços, mobilidade urbana e participação social.

Gráfico 21. Percentual de Pessoas com Deficiência na População Residente a partir de 2 Anos de Idade (Censo 2022)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022

Tabela 8. Araraquara: População Total e População Com Deficiência, Por Faixa Etária (Censo 2022)

Grupo de Idade	População Total		Pessoas Com Deficiência		Participação
2 a 14 anos	35.870	15,1%	621	4,4%	1,7%
15 a 64 anos	169.801	71,5%	7.505	53,1%	4,4%
65 anos ou mais	31.777	13,4%	6.012	42,5%	18,9%
Total	237.447	100,0%	14.139	100,0%	6,0%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022

A análise demográfica mostra que o envelhecimento é um fator determinante na prevalência da deficiência (Tabela 8). Embora pessoas com 65 anos ou mais representem apenas

13,4% da população do município, elas concentram 42,5% do total de pessoas com deficiência. A taxa de prevalência nesse grupo etário é de 18,9%, um dado expressivo que indica que quase uma em cada cinco pessoas idosas convive com algum tipo de deficiência, seja ela visual, auditiva, física, intelectual ou múltipla. Entre a população economicamente ativa, de 15 a 64 anos, o percentual de pessoas com deficiência é de 4,4%, representando 53,1% do total das pessoas com deficiência no município, o que demonstra desafios significativos em relação ao acesso ao trabalho, à mobilidade urbana, à qualificação profissional e aos serviços públicos. Na infância e adolescência, de 2 a 14 anos, o índice é o menor, 1,7%, o que reforça a necessidade de ampliar ações de busca ativa, diagnóstico precoce, inclusão educacional e apoio às famílias.

O cruzamento dos dados de deficiência com os marcadores de raça, apresentado na Tabela 9, revela uma clara sobreposição das desigualdades. As populações preta, que representa 7,8%, e parda, que corresponde a 27,1% da população total de Araraquara, somam 34,9% e possuem taxas de deficiência praticamente equivalentes à média geral, ambas com 5,9%. Isso demonstra que esses grupos sociais enfrentam uma dupla vulnerabilidade, combinando os efeitos do racismo estrutural com as barreiras impostas pela deficiência.

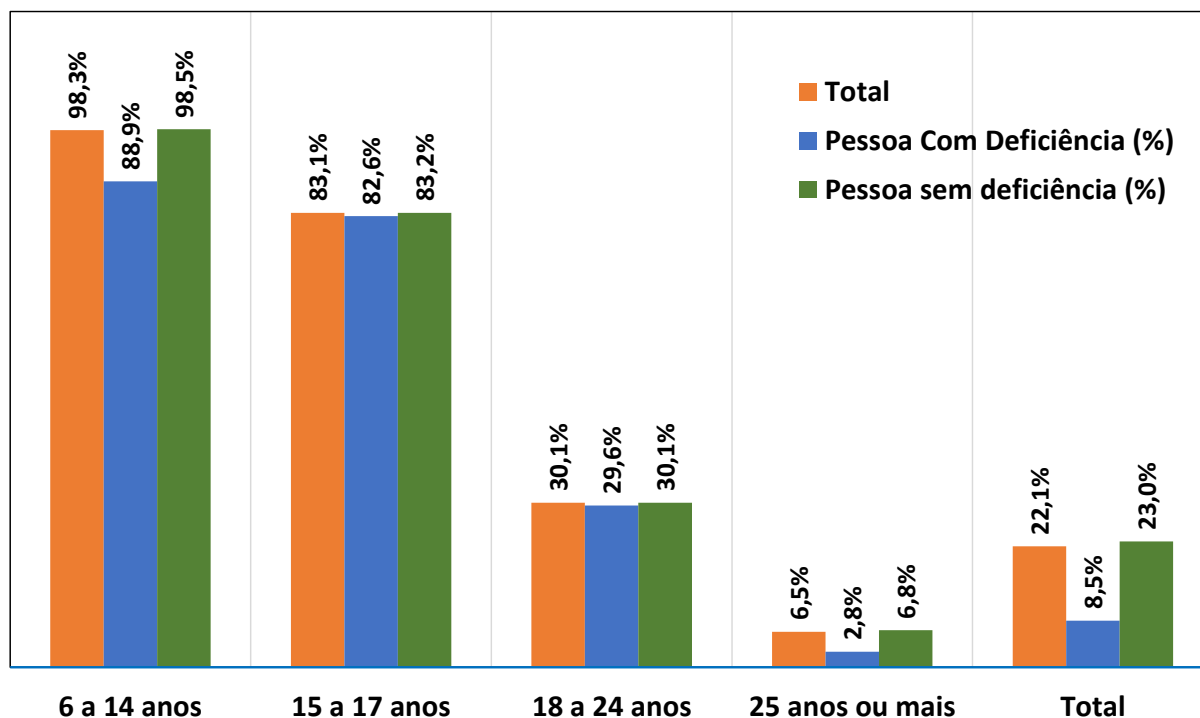
Em relação aos tipos de deficiência, a dificuldade para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato, é a mais prevalente no município, afetando 10,8% da população com algum grau de dificuldade visual. Na sequência, aparecem as dificuldades para andar ou subir degraus, que atingem 4,1% da população com alguma dificuldade e 2,0% com muita dificuldade; as dificuldades auditivas, que afetam 3,6% da população com alguma dificuldade e 1,0% com muita dificuldade; as dificuldades motoras finas, como pegar pequenos objetos, que atingem 2,3% da população; e as limitações nas funções mentais, que afetam 1,3% da população, embora com impactos profundos na autonomia, no desenvolvimento educacional, no trabalho e na participação social.

Tabela 9. Araraquara: População Total e População Com Deficiência, Por Cor ou Raça (Censo 2022)

Cor ou Raça	População Total		Pessoas Com Deficiência		Participação
Branca	152.753	64,3%	9.144	64,7%	6,0%
Preta	18.451	7,8%	1.092	7,7%	5,9%
Amarela	1.776	0,7%	93	0,7%	5,2%
Parda	64.261	27,1%	3.800	26,9%	5,9%
Indígena	183	0,1%	10	0,1%	5,5%
Total	237.447	100,0%	14.139	100,0%	6,0%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022

Gráfico 22. Taxa de Escolarização das Pessoas de 6 Anos ou Mais, Por Grupo de Idade e Existência de Deficiência (Censo 2022)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022

A educação surge como um dos maiores gargalos no processo de inclusão das pessoas com deficiência. A taxa de escolarização, que mede o percentual de pessoas que estão frequentando a escola no momento da pesquisa, revela de forma contundente essa realidade (Gráfico 22). Em Araraquara, apenas 8,5% da população com deficiência está atualmente na escola, percentual muito inferior ao da população sem deficiência, que é de 23,0%. Na faixa de 6 a 14 anos, que deveria estar próxima à universalização, a taxa de escolarização das crianças com deficiência atinge 88,9%, enquanto entre aquelas sem deficiência chega a 98,5%, evidenciando que a exclusão já se manifesta nas séries iniciais. No entanto, nas faixas de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos, observa-se uma relativa aproximação das taxas entre pessoas com e sem deficiência, sendo de 82,6% e 83,2% na primeira, e de 29,6% e 30,1% na segunda, respectivamente. Esses dados mostram certo avanço na permanência escolar, embora ainda expressem limitações na progressão, especialmente no acesso ao ensino técnico e superior. Entre os adultos, com 25 anos ou mais, as taxas de escolarização despencam, revelando os efeitos acumulados da exclusão educacional: apenas 2,8% das pessoas com deficiência estão frequentando a escola, frente a 6,8% daquelas sem deficiência, o que evidencia a baixa presença desse grupo em processos de educação continuada, ensino superior e qualificação profissional ao longo da vida.

O retrato das desigualdades se agrava quando se observa o nível de instrução. Mais da metade das pessoas com deficiência em Araraquara, 52,1%, possuem até o ensino fundamental incompleto ou nenhuma instrução, contra apenas 20,3% da população sem deficiência. No outro

extremo, apenas 10% das pessoas com deficiência têm ensino superior completo, enquanto esse percentual é de 26,7% entre as pessoas sem deficiência.

Diante desse quadro, as implicações para as políticas públicas são profundas e urgentes. No campo da educação, é necessário universalizar o acesso e garantir a permanência desde a educação infantil até o ensino superior, com políticas robustas de inclusão, formação continuada para professores, adequações arquitetônicas, materiais didáticos acessíveis, transporte escolar adequado e tecnologias assistivas. A ampliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da educação continuada é essencial, especialmente para os adultos e idosos com deficiência que foram sistematicamente excluídos do sistema educacional. Na saúde, torna-se imperativo fortalecer a rede de serviços especializados em reabilitação, saúde auditiva, visual, física e psicossocial, articulando esses serviços com a educação, a assistência social e as políticas de mobilidade. No campo da assistência social, é fundamental fortalecer a rede de proteção social, ampliar o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), aos serviços de convivência e às políticas de autonomia e cuidado, especialmente para a população idosa e para pessoas com deficiências severas. A inclusão no mundo do trabalho demanda políticas específicas de qualificação profissional, empreendedorismo acessível, ampliação das cotas no serviço público e no setor privado e fortalecimento das políticas de trabalho protegido e economia solidária. No campo da acessibilidade, torna-se urgente investir em infraestrutura urbana inclusiva, transporte adaptado, calçadas acessíveis, prédios públicos sem barreiras e comunicação acessível. E, no campo dos direitos humanos e da cidadania, é essencial garantir a participação ativa das pessoas com deficiência na formulação, no monitoramento e na avaliação dos programas e das políticas públicas.

■ **Pessoas Com Autismo**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades na comunicação, na interação social e pela presença de comportamentos, interesses e atividades restritos e repetitivos. O termo “espectro” reflete a ampla diversidade de manifestações, que podem variar desde quadros mais leves até formas mais severas, com diferentes níveis de suporte necessários.

Nos últimos anos, o número de diagnósticos de TEA tem crescido em todo o mundo, resultado tanto de avanços na ciência e nos critérios diagnósticos quanto do aumento da conscientização sobre o tema. Estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que cerca de 1 em cada 100 crianças no mundo está dentro do espectro autista, embora esses números possam variar entre os países, dependendo da metodologia utilizada. No Brasil, o Censo de 2022 do IBGE trouxe um marco histórico ao contabilizar, pela primeira vez, a população com TEA, estimando 2,4 milhões de pessoas (1,18% da população total do país), o que representa um passo fundamental para a formulação de políticas públicas direcionadas. Apesar desses avanços, as pessoas com TEA no Brasil ainda enfrentam múltiplas barreiras que limitam sua inclusão social. Dificuldades no acesso à educação inclusiva, aos serviços de saúde especializados, à inserção no

mercado de trabalho e às redes de apoio psicossocial são realidades que persistem, agravadas por estigmas, preconceitos e falta de preparo da sociedade e das instituições para acolher essa população.

No campo legislativo, o Brasil tem avançado na garantia dos direitos das pessoas com TEA. O principal marco é a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Esta lei reconhece oficialmente a pessoa com TEA como pessoa com deficiência, garantindo-lhe todos os direitos previstos na legislação brasileira, incluindo os estabelecidos na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Outros instrumentos legais reforçam essa proteção, como o Decreto nº 8.368/2014, que regulamenta a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, e a Lei nº 13.977/2020, conhecida como *Lei Romeo Mion*, que cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), destinada a garantir atendimento prioritário em serviços públicos e privados. Além disso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, que tem status de emenda constitucional no Brasil desde o Decreto nº 6.949/2009, também se aplica às pessoas com TEA, reforçando seu direito à inclusão plena, à dignidade e à igualdade de oportunidades.

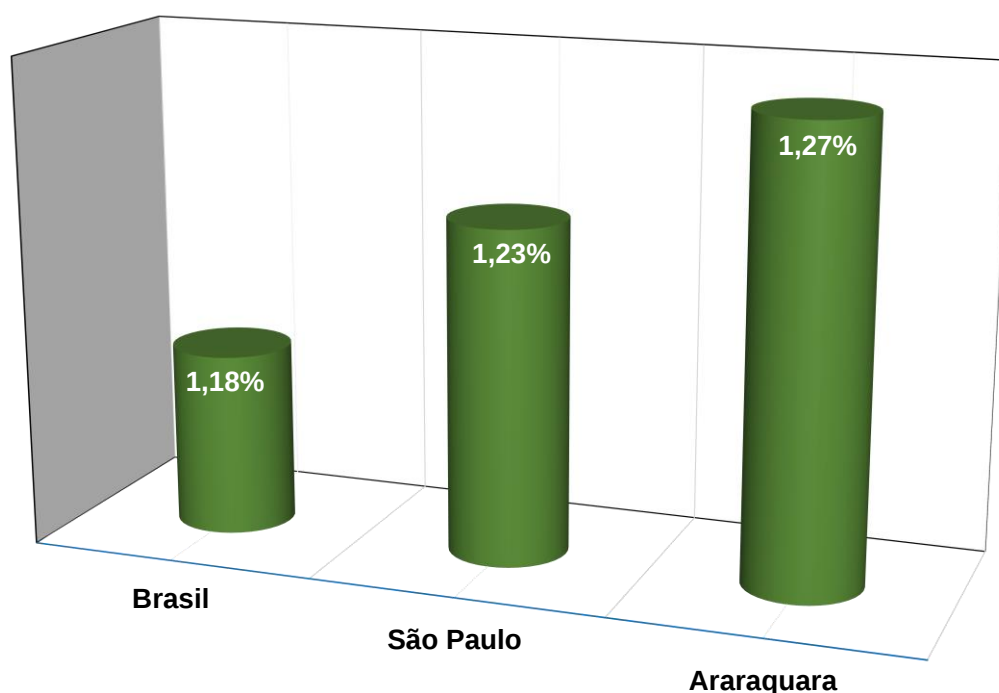
No Estado de São Paulo, o *Plano Estadual Integrado de Atendimento à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista* foi instituído pelo Decreto nº 67.634, de abril de 2023, com o objetivo de articular os serviços de saúde, educação e assistência social, além de promover a capacitação dos profissionais e o fortalecimento das redes de apoio. No âmbito municipal, Araraquara tem realizado avanços, criando centros especializados de atendimento como o Centro de Referência do Autismo, fortalecendo as salas de recursos na rede pública de ensino e estabelecendo parcerias com instituições como APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), AMPARA (Associação de Pais e amigos dos autistas de Araraquara e mãe atípica) e outras organizações. A Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania exerce um papel essencial na promoção e na defesa dos direitos das pessoas com TEA, assegurando o acesso a serviços como a Carteira de Identificação da Pessoa com TEA (CIPTEA) e orientações sobre o Cadastro Único. Além disso, atua na sensibilização da sociedade e na promoção da inclusão social, oferecendo apoio e orientação a familiares e cuidadores. A Secretaria de Saúde tem ampliado os serviços de diagnóstico e intervenção, enquanto a Secretaria de Educação promove ações de formação, adaptação de práticas pedagógicas e disponibilização de cuidadores e estagiários para acompanhar os alunos com TEA.

O reconhecimento das pessoas com TEA como sujeitos de direitos representa um avanço significativo, mas sua efetivação ainda depende do fortalecimento das políticas públicas, da ampliação dos serviços especializados e da superação das barreiras físicas, sociais e atitudinais que ainda persistem. O desafio está em garantir não apenas acesso, mas também condições reais de participação, autonomia, desenvolvimento e qualidade de vida para as pessoas com TEA e suas famílias, promovendo uma sociedade verdadeiramente inclusiva e acolhedora para todos.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em Araraquara torna-se um dos desafios mais relevantes para a construção de uma sociedade inclusiva, democrática e baseada nos direitos humanos. Conforme apresentado no Gráfico 23, o município possui 3.075 pessoas diagnosticadas com autismo, o que representa 1,27% de sua população total de 242.228 habitantes. Esse percentual é superior tanto à média nacional (1,18%), quanto à média estadual (1,23%).

A distribuição etária das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em Araraquara revela uma forte concentração nas faixas infantis, especialmente entre 5 e 9 anos, que concentra 18% dos casos e apresenta a maior taxa de incidência, 3,84%. Na faixa de 0 a 4 anos, estão 9,2% das pessoas com TEA, com taxa de 2,27%. Também se destacam as faixas de 10 a 14 anos (8,3%) e de 15 a 19 anos (7,6%), ambas com incidência superior a 1,6%. A partir dos 20 anos, há uma queda significativa tanto no número de casos quanto na taxa de incidência, embora a faixa de 25 a 29 anos registre uma leve elevação (7,4%). Nas idades acima de 70 anos, as incidências são muito baixas, possivelmente devido ao subdiagnóstico no passado e à menor expectativa de vida de gerações anteriores e menor reconhecimento do TEA em adultos e idosos até tempos recentes.

Gráfico 23. Percentual de Pessoas Diagnosticadas Com Autismo (Censo 2022)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022

Os dados do Censo de 2022 indicam que a cidade possui 996 estudantes com TEA, representando uma taxa de incidência de 1,98% no conjunto dos estudantes do município. A maior concentração está na faixa de 6 a 14 anos, que corresponde a 70,2% dos alunos com TEA

e apresenta a maior taxa de incidência, 2,78%, refletindo a predominância dos diagnósticos na infância e a demanda por suporte na escolarização obrigatória. No ensino médio (15 a 17 anos), são 139 alunos (14%), com uma taxa de 1,89%, indicando a necessidade de continuidade dos apoios na adolescência. A partir dos 18 anos, observa-se uma queda acentuada, com apenas 31 estudantes (3,1%) e uma taxa de 0,46%, refletindo prováveis barreiras na inclusão no ensino superior, técnico e na EJA. Curiosamente, na faixa de 25 anos ou mais, há 127 estudantes (12,8%), com taxa de 1,15%, o que evidencia uma demanda significativa por educação na vida adulta, muitas vezes invisibilizada nas políticas públicas.

De acordo com o Censo 2022, entre as pessoas com 25 anos ou mais diagnosticadas com TEA em Araraquara, observa-se uma distribuição desigual nos níveis de escolaridade. A maior parte está na faixa de médio completo e superior incompleto, representando 32,5% (528 pessoas), seguida por aqueles com superior completo, que somam 26,0% (423 pessoas), indicando avanços na escolarização de uma parcela desse grupo. Por outro lado, 29,6% (481 pessoas) não possuem instrução ou têm apenas o ensino fundamental incompleto, percentual superior à média da população geral, evidenciando barreiras significativas no acesso e na permanência escolar. A menor proporção está no grupo com fundamental completo e médio incompleto, que corresponde a 11,9% (194 pessoas), revelando uma tendência de polarização nos níveis de escolarização: parte da população atinge níveis elevados, enquanto outra permanece nos patamares mais baixos.

■ **Pessoas Idosas**

O envelhecimento da população é um dos fenômenos demográficos mais relevantes no Brasil nas últimas décadas. O país, que historicamente foi caracterizado por uma população jovem, vive um processo acelerado de transição demográfica, resultado da queda nas taxas de fecundidade e do aumento da expectativa de vida. Dados do Censo 2022 indicam que mais de 32 milhões de brasileiros têm 60 anos ou mais, representando aproximadamente 15% da população total, e as projeções indicam que, até 2050, essa proporção pode ultrapassar 30%, colocando o Brasil entre os países com maior percentual de pessoas idosas no mundo.

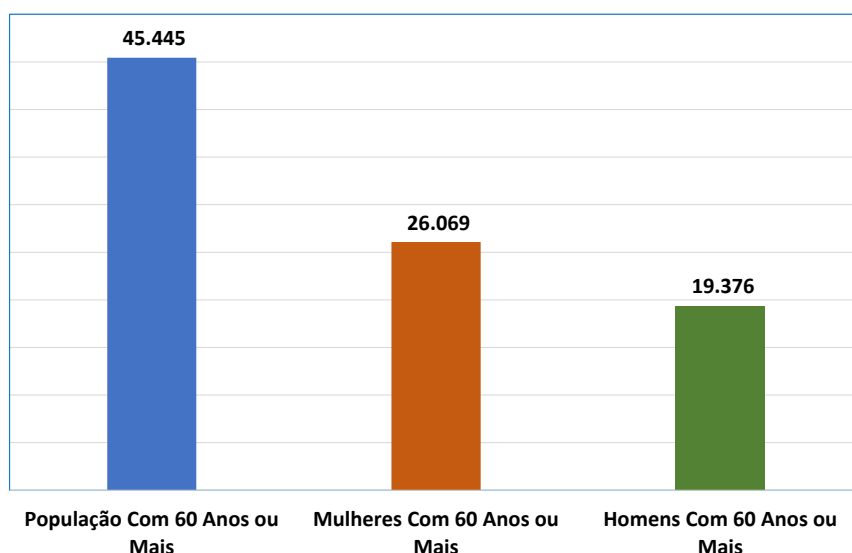
Esse processo traz desafios significativos para a gestão pública, sobretudo nas áreas de saúde, previdência, assistência social, mobilidade urbana, moradia, acessibilidade e inclusão social. As pessoas idosas enfrentam uma série de vulnerabilidades, que vão desde limitações físicas, aumento de doenças crônicas e dependência funcional até situações de violência, negligência, abandono e discriminação etária, conhecida como etarismo. Além disso, muitos idosos vivem em condições de pobreza ou insegurança econômica, especialmente aqueles que não tiveram acesso pleno à educação, formalização no mercado de trabalho ou sistemas de proteção social ao longo da vida.

No campo legal, a Constituição Federal de 1988 já reconhece, em seu artigo 230, a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado na garantia dos direitos das pessoas idosas,

assegurando-lhes participação na comunidade, defesa da dignidade, bem-estar e direito à vida. Outro instrumento legal é a Lei nº 8.842/1994, que estabelece a *Política Nacional do Idoso* e o *Estatuto da Pessoa Idosa*, instituído pela Lei nº 10.741/2003, que estabelece os direitos fundamentais nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade e convivência familiar e comunitária. O Estatuto reforça o direito ao atendimento prioritário em serviços públicos e privados, à proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão e à participação ativa na sociedade. Apesar desse amparo legal, a realidade mostra que as violações de direitos contra pessoas idosas continuam sendo um problema grave e persistente no país. Apenas em 2022, foram contabilizadas mais de 97,5 mil denúncias de violações de direitos humanos de pessoas idosas, segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). As ocorrências foram registradas em cerca de 70% dos municípios brasileiros, revelando que as situações de violência, negligência e abandono contra pessoas idosas estão disseminadas em praticamente todo o território nacional, evidenciando a urgência de fortalecer as políticas de proteção, acolhimento e garantia de direitos para essa população.

A população idosa de Araraquara, composta por pessoas com 60 anos ou mais, totaliza 45.445 (Censo Demográfico de 2022). Esse contingente representa 18,8% da população total do município. Na análise por sexo, observa-se que as mulheres são maioria entre os idosos, somando 26.069 pessoas (57,4%). Já os homens correspondem a 19.376 indivíduos, o que representa 42,6% da população idosa (Gráfico 24).

Gráfico 24. Araraquara: Distribuição da População Com 60 Anos Ou Mais, Por Sexo (Censo 2022)



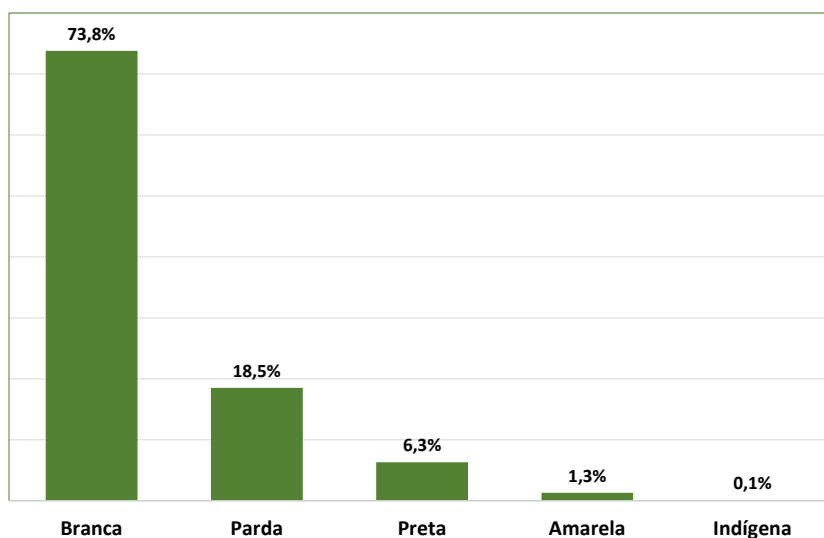
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022

A análise da população idosa de Araraquara segundo cor/raça, apresentada no Gráfico 25, revela que a maioria é composta por pessoas brancas, que representam 73,8% desse grupo. Em

seguida, observa-se que 18,5% da população idosa se autodeclara parda, enquanto as pessoas pretas correspondem a 6,3%. As pessoas idosas que se identificam como amarelas representam 1,3%, e a população indígena é praticamente residual, com apenas 0,1% do total.

Em relação à educação, 5,8% da população idosa de Araraquara, com 60 anos ou mais, não é alfabetizada, o que corresponde a 2.618 pessoas do total de 45.445 idosos, segundo o Censo Demográfico de 2022. Ao analisarmos especificamente a faixa etária de 65 anos ou mais, os dados revelam desigualdades ainda mais acentuadas. A taxa geral de analfabetismo nesse grupo é de 6,77%, mas há variações significativas por sexo e por cor ou raça. Entre os homens idosos, a taxa é de 5,21%, enquanto entre as mulheres idosas é mais elevada, alcançando 7,89%, o que aponta para maior vulnerabilidade educacional entre as mulheres mais velhas. A desigualdade racial também é evidente. A maior taxa de analfabetismo entre os idosos é registrada entre as pessoas indígenas, com 23,08%, seguida pelas pessoas pretas (16,55%) e pardas (14,2%). Em contraste, as taxas são significativamente menores entre as pessoas amarelas (1,97%) e brancas (4,35%). A comparação revela que a taxa de analfabetismo entre os idosos indígenas é mais de cinco vezes maior que a dos brancos, enquanto entre os pretos essa taxa é cerca de quatro vezes superior. Esses dados, apresentados na Tabela 10, evidenciam que o analfabetismo na velhice está profundamente marcado por desigualdades raciais e de gênero, refletindo trajetórias históricas de exclusão educacional que se perpetuam ao longo da vida.

Gráfico 25. Araraquara: Distribuição da População Com 60 Anos Ou Mais, Por Cor ou Raça (Censo 2022)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022

Tabela 10. Araraquara: Taxa de Analfabetismo das Pessoas Com 65 Anos ou Mais (Censo 2022)

Cor ou Raça	Total (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Branca	4,35	2,95	5,31
Preta	16,55	14,76	17,71
Amarela	1,97	1,68	2,16
Parda	14,2	11,24	16,75
Indígena	23,08	25,00	22,22
Total	6,77	5,21	7,89

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Problemas e Desafios Prioritários para o Plano Estratégico 2025–2028

1. A redução das desigualdades permanece como um desafio estrutural para o município, exigindo o fortalecimento de programas permanentes, intersetoriais e orientados pela equidade, com foco na superação das vulnerabilidades sociais e econômicas.
2. As quedas nos índices do ODS 10 no município refletem retrocessos na garantia de direitos e oportunidades, sinalizando que a exclusão e a vulnerabilidade persistem e, em certos momentos, se agravam para as populações mais marginalizadas.
3. A deterioração dos indicadores de igualdade de gênero reflete a persistência de um quadro estrutural de violência contra as mulheres, expressa nos elevados índices de violência física, feminicídio e outras formas de violação de direitos.
4. As mulheres em Araraquara enfrentam desigualdades profundas no mercado de trabalho formal, caracterizadas por segregação ocupacional, disparidades salariais e concentração em setores tradicionalmente considerados femininos, como comércio e serviços, geralmente associados às menores remunerações médias.
5. As desigualdades enfrentadas por pessoas com deficiência são múltiplas e estruturais, abrangendo fatores como idade, raça, escolaridade, acesso a serviços públicos, mobilidade urbana e participação social. Destaca-se a condição de dupla vulnerabilidade da população preta e parda com deficiência, que enfrenta simultaneamente barreiras capacitistas e racismo estrutural. A baixa escolarização continua sendo um dos maiores gargalos.
6. Apesar da presença expressiva de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede pública, especialmente entre 6 e 14 anos, observa-se uma queda acentuada nas taxas de escolarização a partir dos 18 anos, refletindo barreiras persistentes de inclusão no ensino superior, na EJA e na formação profissional.

7. A taxa de analfabetismo entre idosos indígenas, pretos e pardos é alarmante, somando-se ao aumento da dependência funcional e ao risco de negligência, abandono e violência.
8. Elevado índice de analfabetismo entre idosos indígenas, pretos e pardos; aumento da dependência funcional; risco de violência, abandono e negligência.
9. O envelhecimento acelerado da população impõe desafios crescentes à gestão municipal, exigindo abordagens transversais nas áreas de saúde, previdência, assistência social, mobilidade urbana, habitação e inclusão social, com foco na promoção da autonomia e na prevenção das vulnerabilidades.
10. O analfabetismo entre a população idosa — especialmente entre mulheres, indígenas, pretos e pardos — expressa trajetórias históricas de exclusão educacional, que se perpetuam ao longo da vida.

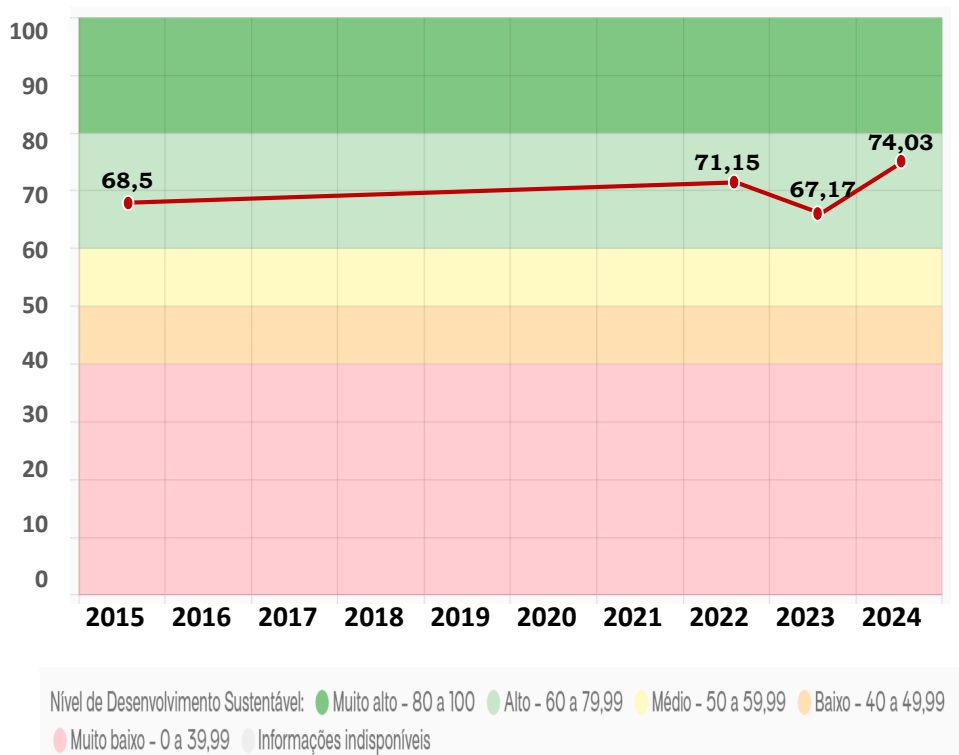
4.5 SAÚDE

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3), que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, é de fundamental importância para o município de Araraquara. Embora a cidade apresente avanços significativos na área da saúde, persistem desafios relacionados às desigualdades socioeconômicas e de acesso aos serviços de saúde. Para que o ODS 3 seja efetivamente implementado em Araraquara, é indispensável a adoção de políticas públicas que priorizem a equidade no acesso aos serviços, com o fortalecimento da atenção básica e a ampliação de ações preventivas, especialmente nas áreas mais vulneráveis. Iniciativas como o programa "Promoção de Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida", que oferece atividades físicas e recreativas gratuitas em praças públicas da cidade, também desempenham um papel relevante na melhoria das condições de vida da população. Dessa forma, o compromisso com esse objetivo é essencial para garantir que todos os cidadãos de Araraquara tenham acesso a uma saúde de qualidade e vivam em ambientes que favoreçam o bem-estar integral. Por isso, as metas estabelecidas pelo ODS 3 devem ser reconhecidas como referências estratégicas para o planejamento municipal e incorporadas como desafios prioritários na formulação do Plano Estratégico.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), entre 2015 e 2024, Araraquara manteve-se na faixa "Alta" do ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, como mostrado no Gráfico 26. Em 2015, com um índice de 68,5, o município já apresentava um desempenho satisfatório, dentro da classificação "Alta". Esse patamar foi mantido em 2022, quando houve um avanço para 71,15. No entanto, em 2023, ocorreu uma queda para 67,17 — ainda dentro da mesma faixa, mas apontando uma deterioração na qualidade ou cobertura dos

serviços de saúde. Em 2024, o índice subiu para 74,03, atingindo o melhor resultado da série histórica e aproximando-se do nível "Muito alto". Portanto, embora Araraquara esteja na categoria "Alta", as variações observadas dentro dessa faixa revelam que o município ainda enfrenta desafios para alcançar um patamar de excelência (acima de 80 pontos), sendo necessário o fortalecimento de ações contínuas e estruturantes que consolidem os avanços obtidos e evitem retrocessos.

Gráfico 26. Araraquara: Evolução do ODS 3, Saúde e Bem-estar (2015-2024)



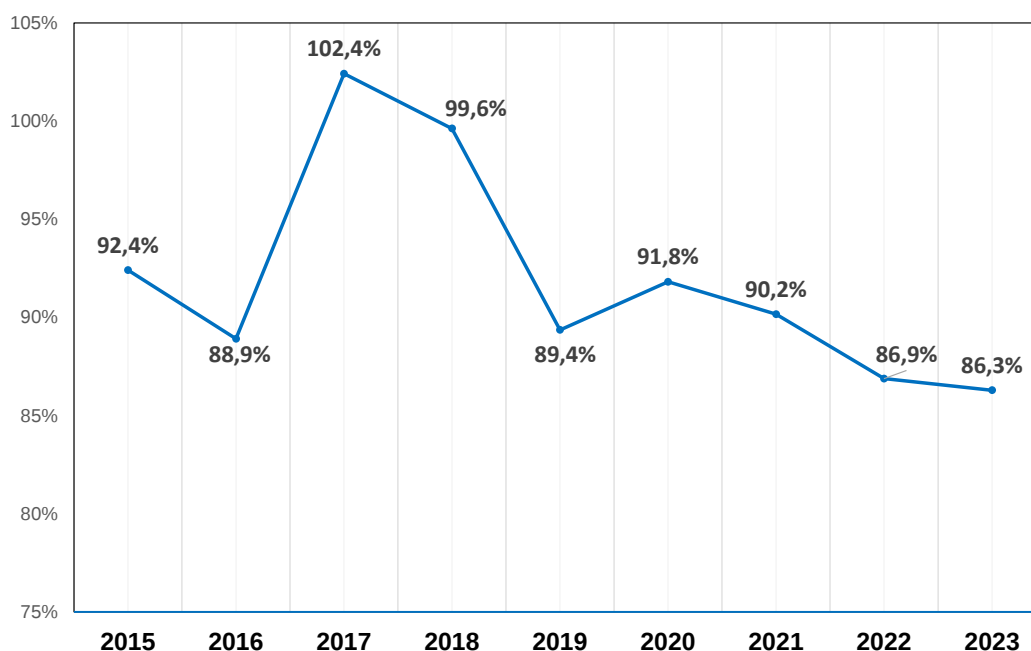
Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

■ Cobertura Vacinal

A cobertura vacinal é um dos indicadores-chave para aferir o desempenho do ODS 3, pois reflete diretamente a capacidade do sistema de saúde de prevenir doenças, proteger populações vulneráveis e promover a equidade no acesso aos serviços essenciais. Alta cobertura vacinal em crianças, especialmente nos primeiros anos de vida, é fundamental para garantir a imunidade coletiva, evitar surtos de doenças preveníveis e reduzir a mortalidade infantil.

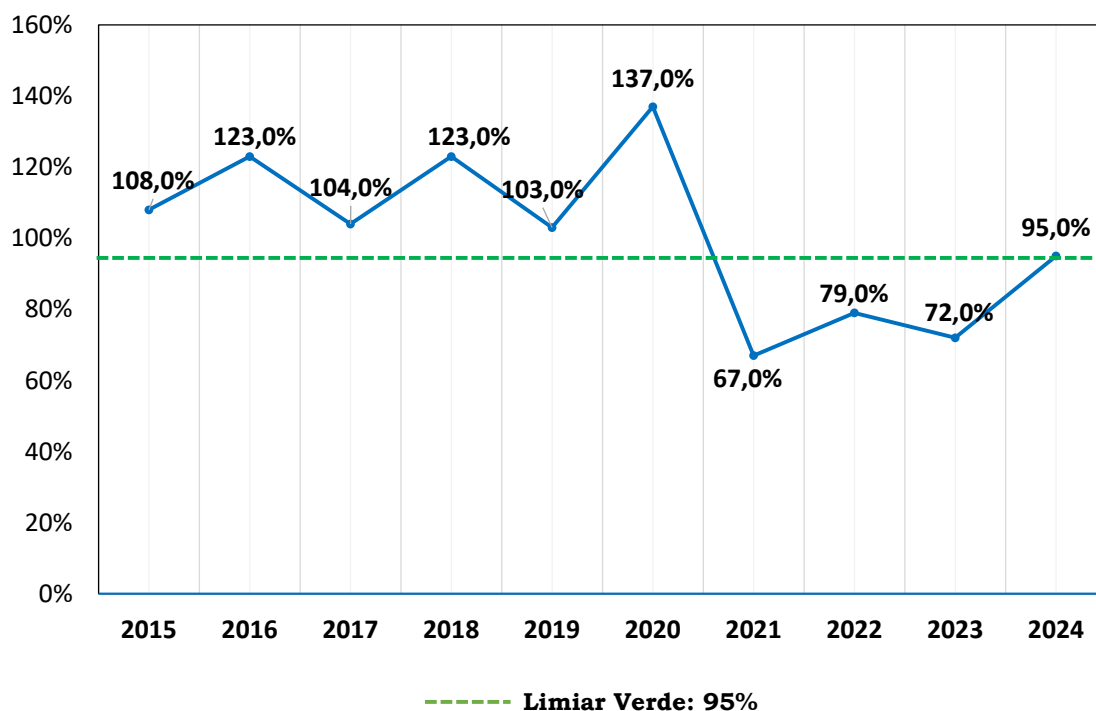
Com base nos dados oficiais da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, a análise da cobertura vacinal tetravalente e pentavalente em crianças menores de 1 ano no município de Araraquara revela uma tendência preocupante, conforme ilustrado no Gráfico 27. Embora o município tenha iniciado o período com índices elevados — acima de 90% em 2015 (92,4%) e com um pico em 2017 (102,4%) — os últimos anos apresentam declínio, atingindo os menores níveis da série em 2022 (86,9%) e 2023 (86,3%). Essa redução compromete a proteção da primeira infância e exige o reforço imediato das estratégias de imunização, como ações de busca ativa, ampliação do acesso nos territórios e campanhas educativas para combater a hesitação vacinal.

Gráfico 27. Araraquara: Cobertura vacinal tetravalente e pentavalente em menores de 1 ano (2015/2023)



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde – SES

Gráfico 28. Araraquara: Índice de Cobertura vacinal. (2015/2024)



Fonte: CONASEMS - SUS

Por outro lado, o índice de cobertura vacinal da população³ de Araraquara, com base nos dados divulgados pelo Conselho Nacional de Secretarias municipais de Saúde – CONASEMS-SUS e apresentados no Gráfico 28, revela uma trajetória preocupante nos últimos anos. Entre 2015 e 2020, observa-se uma cobertura consistentemente elevada, sempre acima de 100%, com destaque para 2020, quando atingiu 137%. Esses números sugerem um sistema de vacinação ativo e eficiente, ainda que coberturas superiores a 100% geralmente indiquem distorções no cálculo populacional estimado ou vacinação de indivíduos fora da faixa etária prevista. No entanto, a partir de 2021, há uma inflexão significativa na tendência. A cobertura despencou para 67% e, embora haja uma leve recuperação nos anos seguintes — 79% em 2022 e 72% em 2023 — os índices permanecem muito aquém da meta mínima recomendada de 95% para a maioria das vacinas do calendário básico. Essa queda está associada a fatores como a desorganização dos calendários vacinais durante e após a pandemia de COVID-19, o aumento da hesitação vacinal e possíveis dificuldades operacionais nas equipes de atenção primária.

Apesar desse cenário crítico nos anos recentes, os dados de 2024 apontam uma recuperação importante, com a cobertura vacinal voltando a atingir 95%, alcançando o patamar mínimo recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Reverter os efeitos da queda de

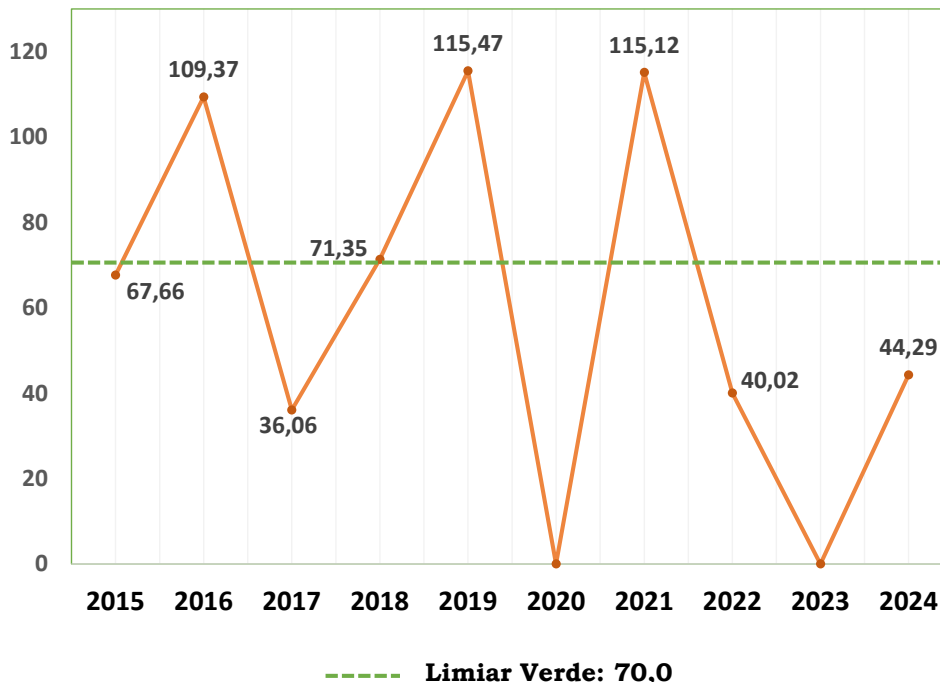
³ A CONASEMS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) e o SUS (Sistema Único de Saúde) definem a cobertura vacinal como a proporção de pessoas que receberam uma vacina específica, em relação à população-alvo, no tempo e idade recomendados. Este indicador é crucial para avaliar a eficácia dos programas de imunização e garantir a proteção coletiva contra doenças imunopreveníveis.

cobertura vacinal e consolidar os avanços recentes é essencial para proteger a saúde coletiva e evitar o retorno de doenças imunopreveníveis em Araraquara.

■ Mortalidade Materna, Infantil e na Infância

A análise da Razão de Mortalidade Materna em Araraquara, com base nos dados do Ministério da Saúde, revela significativa oscilação no período de 2015 a 2024, como mostrado no Gráfico 29. O indicador, que expressa o número de mortes maternas por 100 mil nascidos vivos, apresentou valores relativamente elevados em alguns anos, com destaque para 2016 (109,37), 2019 (115,47) e 2021 (115,12), indicando possíveis fragilidades no sistema de atenção à saúde da gestante e da parturiente nesses períodos. Em contrapartida, houve anos com valores consideravelmente mais baixos, como 2017 (36,06), 2022 (40,02) e 2024 (44,29), o que sugere melhorias pontuais na qualidade do cuidado pré-natal, na assistência ao parto e no acompanhamento pós-parto. Os anos de 2020 e 2023 apresentaram razão igual a zero, devido à ausência de registro de mortes maternas; entretanto, no caso de 2020, esse resultado pode também estar associado à subnotificação durante a pandemia da COVID-19, o que exige cautela na interpretação.

Gráfico 29. Araraquara: Razão de Mortalidade Materna. (2015/2024)



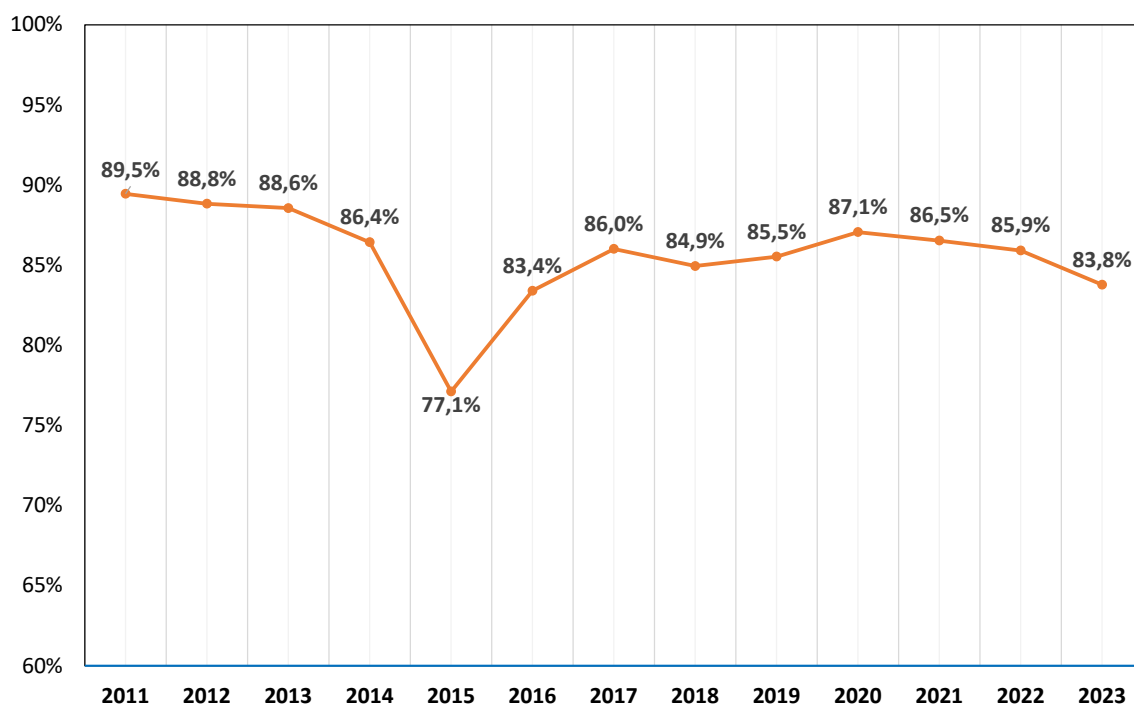
Fonte: IVIS – Plataforma integrada de vigilância em saúde. Ministério da Saúde

Cabe destacar que, segundo a meta 3.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas), a taxa de mortalidade materna

deve ser reduzida para menos de 70 mortes por 100 mil nascidos vivos até 2030. Nesse sentido, embora Araraquara tenha alcançado esse patamar em alguns anos, a elevada variabilidade observada ao longo do período evidencia a necessidade de programas mais consistentes, contínuos e estruturados para assegurar a redução sustentada da mortalidade materna e o cumprimento da meta estabelecida pela Agenda 2030.

A análise da proporção de mães que realizaram sete ou mais consultas de pré-natal em Araraquara, no período de 2011 a 2023, revela um desempenho consistentemente elevado, conforme demonstrado no Gráfico 30 com base em dados do DataSUS. O ano de 2011 se destaca como o de melhor resultado da série (89,5%), refletindo um pico no acompanhamento pré-natal adequado. Em contrapartida, os anos de 2015, 2016 e 2023 apresentam os menores percentuais (77,1%, 83,4% e 83,8%, respectivamente), sinalizando possíveis fragilidades no acesso ou na continuidade da assistência às gestantes. A leve queda observada em 2023 acende um alerta, indicando a necessidade de atenção redobrada para evitar retrocessos e assegurar a qualidade integral da atenção à saúde materna. Isso inclui a revisão das estratégias de captação precoce das gestantes, garantia da continuidade do cuidado e ampliação do acesso aos serviços, sobretudo para os grupos populacionais mais vulneráveis.

Gráfico 30. Araraquara: Proporção de Mães que Fizeram Sete ou Mais Consultas de Pré-Natal (2011/2023)



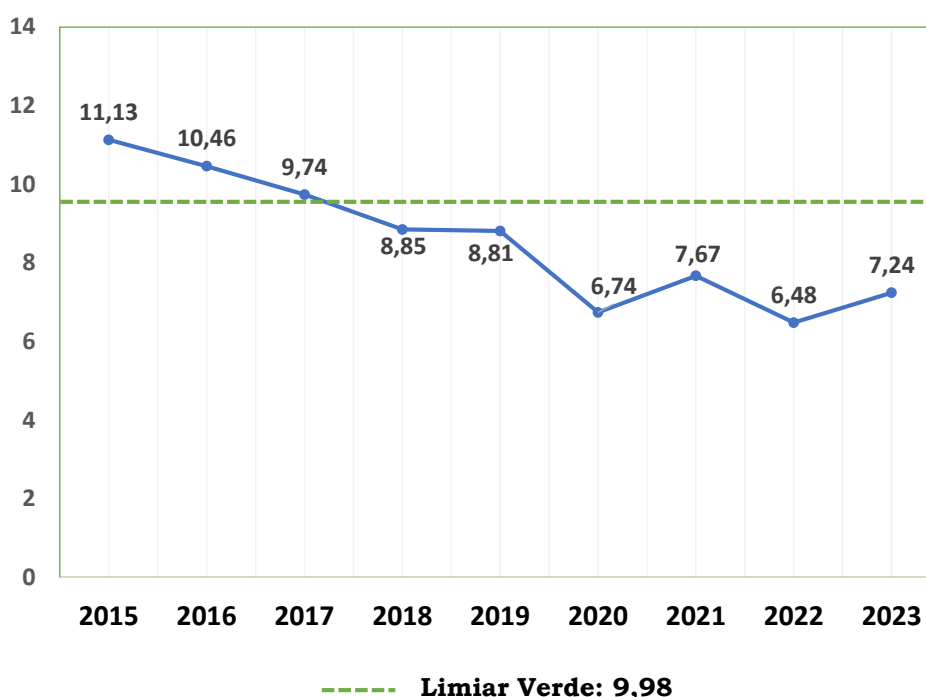
Fonte: Ministério da Saúde – DataSUS

A gravidez na adolescência representa um relevante desafio de saúde pública, com impactos significativos na vida das jovens mães, de seus filhos e na sociedade como um todo. No Brasil, apesar da tendência de redução nas últimas décadas, o índice ainda permanece elevado

em comparação a países com desenvolvimento semelhante. Dados de 2023 do Ministério da Saúde indicam que aproximadamente 12% dos nascimentos anuais no país são de mães com até 19 anos, refletindo desigualdades sociais, falhas na educação sexual e limitações no acesso a métodos contraceptivos e a serviços de saúde reprodutiva. A gravidez precoce está frequentemente associada à evasão escolar, à redução de oportunidades de trabalho e à perpetuação de ciclos de pobreza.

No contexto do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), o Limiar Verde para esse indicador foi estabelecido em 9,98%, ou seja, valores inferiores a esse patamar indicam bom desempenho em direção ao cumprimento das metas do ODS 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as idades. Em Araraquara, a análise da proporção de nascimentos de mães com 19 anos ou menos, entre 2015 e 2023, mostra um desempenho positivo, com todos os anos abaixo do Limiar Verde a partir de 2017 (Gráfico 31). O percentual caiu de 11,13% em 2015 para 6,48% em 2022, revelando avanços importantes na prevenção da gravidez precoce. O menor valor da série foi registrado justamente em 2022. Em 2023, porém, observou-se uma leve elevação para 7,24%, ainda dentro do patamar considerado desejável, mas que exige atenção da gestão pública para evitar uma possível reversão da tendência de queda. Os resultados reforçam a necessidade de ações integradas e contínuas nas áreas da saúde, educação e assistência social, com foco em adolescentes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. A manutenção de resultados abaixo do limiar de 9,98% depende do fortalecimento de estratégias de educação sexual, acesso a métodos contraceptivos, escuta qualificada e acompanhamento integral da juventude, visando prevenir gestações indesejadas e ampliar oportunidades de desenvolvimento pessoal e social.

Gráfico 31. Araraquara: Gravidez na Adolescência (%) * (2015-2023)



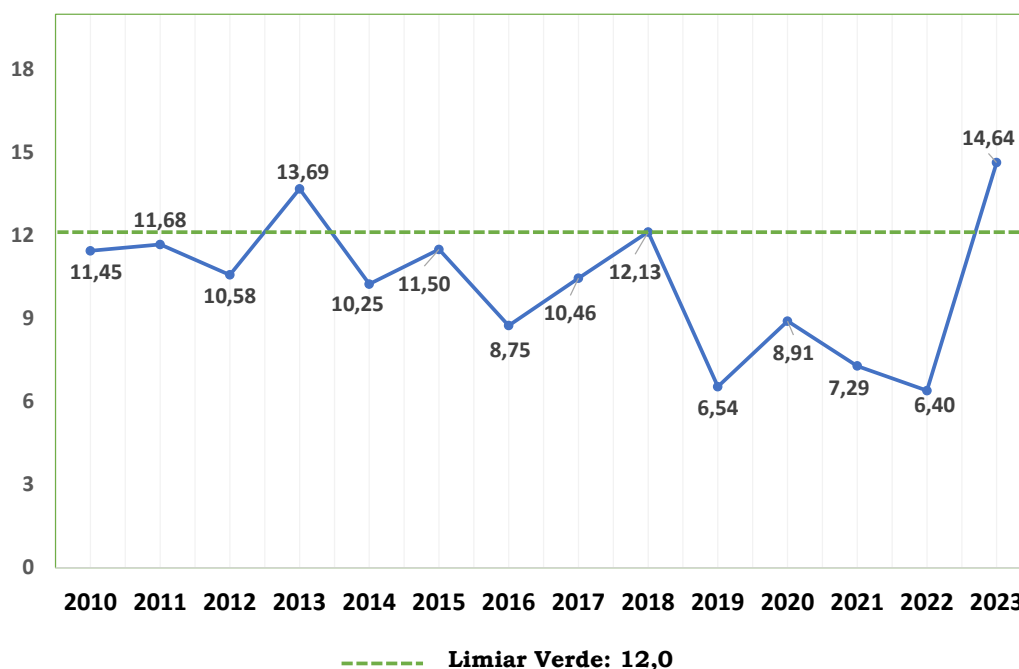
Fonte: IVIS – Plataforma integrada de vigilância em saúde. Ministério da Saúde

*Proporção de nascidos vivos cujas mães residentes tinham 19 anos ou menos.

A meta 3.2 da Agenda 2030 da ONU estabelece o compromisso de acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos, propondo que todos os países reduzam a mortalidade neonatal para, no máximo, 12 óbitos por mil nascidos vivos, e a mortalidade de crianças menores de cinco anos para, no máximo, 25 óbitos por mil nascidos vivos.

Segundo o Gráfico 32, elaborado a partir de dados do DataSUS, no caso de Araraquara, observa-se que, em 2010, a taxa de mortalidade infantil (crianças menores de um ano) era de 11,45 por mil nascidos vivos, subindo para 13,69 em 2013. Após esse ano, houve uma queda expressiva em 2019 (6,54) e uma redução ainda mais significativa em 2022, quando a taxa caiu para 6,40, o menor valor do período analisado. Entretanto, em 2023, nota-se uma reversão abrupta dessa tendência de queda, com um salto preocupante para 14,64 mortes por mil nascidos vivos — o maior valor da série apresentada, superando todos os anos anteriores. A ultrapassagem do limiar verde de 12,0 no último ano sugere um possível retrocesso nas políticas de atenção à saúde materno-infantil e seus desdobramentos sobre o sistema de saúde local. É fundamental que o município reforce a vigilância em saúde e implemente medidas integradas voltadas à gestação segura, ao parto humanizado, à ampliação do acesso a serviços pediátricos e à melhoria das condições de vida das famílias.

Gráfico 32. Araraquara: Mortalidade Infantil (Crianças menores de um ano) (2010-2023)

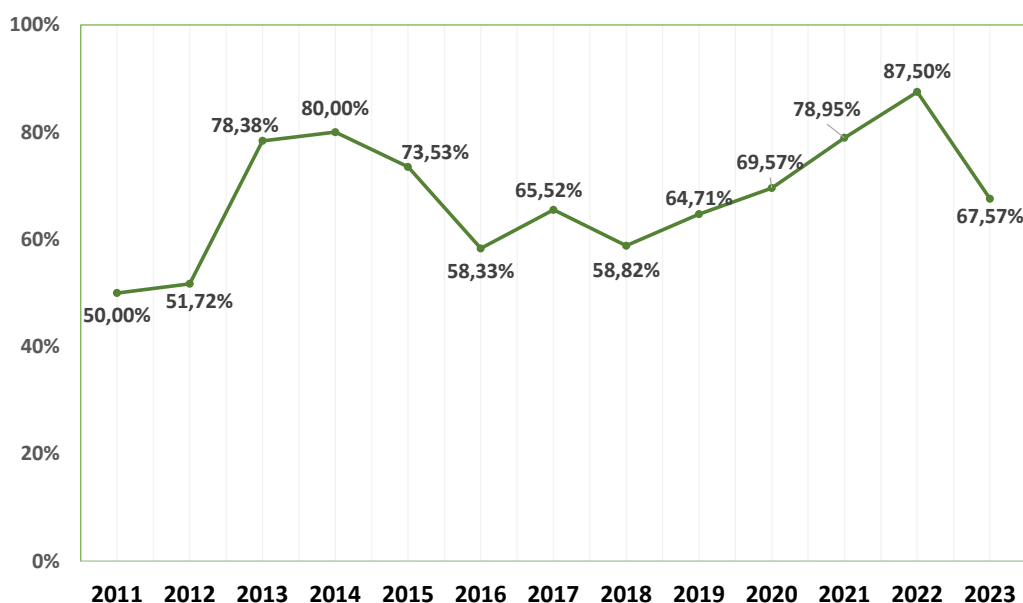


Fonte: Ministério da Saúde – DataSUS

A análise do percentual de mortalidade infantil por causas evitáveis em menores de 1 ano no município de Araraquara entre 2011 e 2023 revela informações fundamentais sobre a efetividade das ações de saúde voltadas à primeira infância e ao cuidado materno. São consideradas causas evitáveis aquelas que poderiam ser prevenidas por meio de ações adequadas de imunização; atenção qualificada à mulher durante a gestação e no parto; cuidados ao recém-nascido; diagnóstico e tratamento oportunos; bem como ações de promoção e atenção à saúde de forma integrada.

Como apresentado no Gráfico 33, em 2011 e 2012, pouco mais da metade dos óbitos infantis foi atribuída a causas evitáveis (50% e 51,72%, respectivamente), o que já indicava fragilidades importantes na rede de atenção básica e materno-infantil. A partir de 2013, no entanto, observa-se um salto significativo nesses percentuais, com destaque para os anos de 2013 (78,38%), 2014 (80%) e 2015 (73,53%). Nos anos seguintes, entre 2016 e 2019, os percentuais oscilaram entre 58% e 65%, mantendo-se em um patamar elevado, o que reforça a necessidade de fortalecer os serviços de saúde voltados ao ciclo gravídico-puerperal e à primeira infância. Em 2020, o índice subiu novamente para 69,57%, com nova elevação nos anos seguintes: 78,95% em 2021 e o alarmante pico de 87,50% em 2022 — o maior valor da série. Já em 2023, houve uma queda para 67,57%, embora ainda represente um patamar preocupante.

Gráfico 33. Araraquara: Mortalidade Infantil Por Causas Evitáveis (2011-2023)



Fonte: Ministério da Saúde – DataSUS

Esse histórico revela que, em grande parte dos anos analisados, mais da metade das mortes de crianças menores de 1 ano no município poderiam ter sido evitadas com ações adequadas e oportunas de saúde pública. Essa constatação exige a ampliação e qualificação dos programas de atenção primária, especialmente no que tange à saúde da mulher, ao pré-natal, à assistência ao parto e ao cuidado neonatal. Também ressalta a importância da vigilância ativa e da análise de

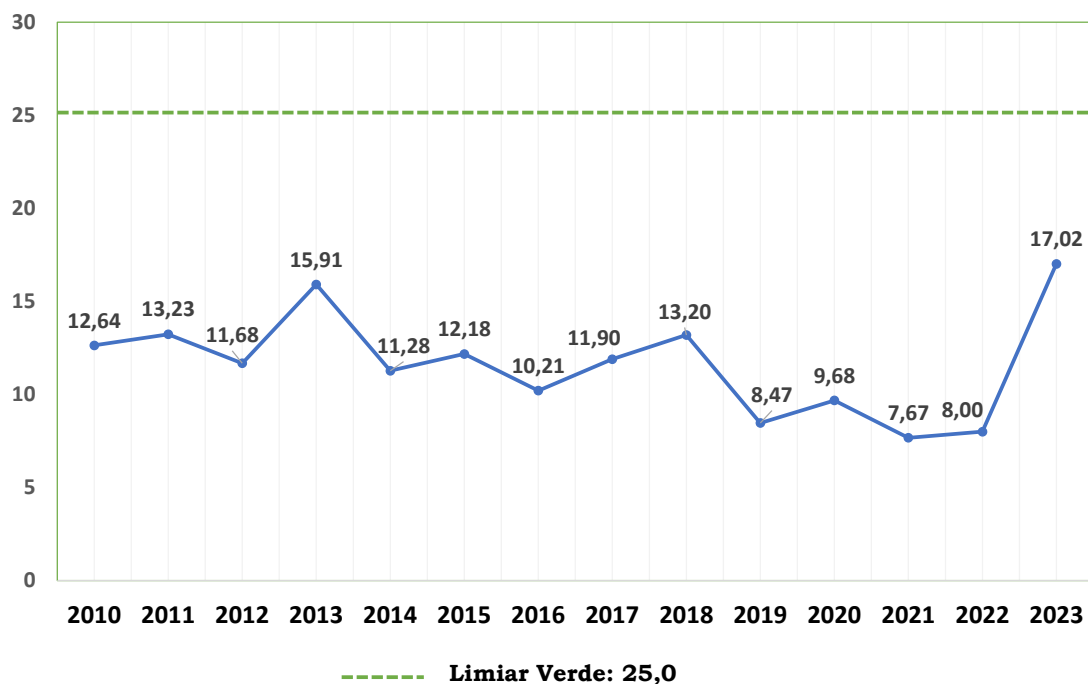
cada óbito infantil como instrumento para o aprimoramento dos serviços de saúde e para o cumprimento da ODS 3, que busca, entre suas metas, acabar com mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos.

A análise da taxa de mortalidade na infância por causas evitáveis (crianças de 0 a 4 anos) no município de Araraquara, entre 2010 e 2023, permite observar tendências importantes sobre a efetividade dos programas de saúde infantil ao longo do tempo. O limiar verde de 25,0 óbitos por mil nascidos vivos é o parâmetro utilizado para classificar o desempenho como aceitável, de acordo à meta 3.2 da Agenda 2030. Como se apresenta no Gráfico 34, os valores permaneceram abaixo do limiar verde, o que mostra que, sob uma perspectiva quantitativa, o município apresentou um controle relativamente eficaz da mortalidade evitável na infância. Contudo, dentro dessa faixa considerada aceitável, há oscilações expressivas que merecem atenção.

Entre 2010 e 2013, os índices oscilaram entre 11,68 e 15,91, sendo este último — registrado em 2013 — o maior valor da série até então. A partir de 2014 até 2018, houve relativa estabilidade em torno da faixa de 11 a 13 mortes por mil nascidos vivos, com um pequeno pico em 2018 (13,20), sinalizando que, embora controlada, a taxa ainda exigia atenção da gestão pública. O ano de 2019 marcou uma melhora significativa, com queda para 8,47, seguido por 2020 (9,68) e os valores mais baixos da série em 2021 (7,67) e 2022 (8,00). Essa sequência de anos com taxas reduzidas pode indicar o sucesso de intervenções em saúde primária, atenção pré-natal, e acompanhamento infantil, mesmo diante das dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19. Entretanto, em 2023 houve uma inflexão importante na curva, com a taxa saltando para 17,02 óbitos por mil nascidos vivos. Apesar de ainda estar abaixo do limiar de alerta, esse aumento expressivo em relação aos três anos anteriores rompe com a tendência positiva e acende um sinal de alerta para o sistema de saúde local.

Portanto, ainda que os dados de Araraquara revelem desempenho aceitável em termos de mortalidade infantil evitável entre 0 e 4 anos, a tendência ascendente em 2023 exige resposta imediata, com análise de causas, reforço das ações intersetoriais e reavaliação dos programas de saúde da criança, com foco especial na atenção integral nos primeiros anos de vida — etapa crítica para o cumprimento da ODS 3 – Saúde e Bem-Estar.

Gráfico 34. Araraquara: Mortalidade na Infância Por Causas Evitáveis (Crianças entre 0 e 4 anos de idade) (2010-2023)



Fonte: Ministério da Saúde - DataSUS

■ Doenças Transmissíveis

As doenças transmissíveis continuam sendo um dos maiores desafios para a saúde pública mundial, especialmente em países com menor acesso à infraestrutura sanitária, vacinas, medicamentos e atenção básica. Essas enfermidades — causadas por vírus, bactérias, parasitas ou fungos — se propagam por diferentes vias, como contato direto, gotículas respiratórias, água e alimentos contaminados, ou por vetores como mosquitos e flebotomíneos. Representam uma ameaça persistente, sobretudo para populações vulneráveis, incluindo crianças, idosos e pessoas imunossuprimidas. Apesar dos avanços científicos e do fortalecimento dos sistemas de vigilância epidemiológica, surtos e epidemias ainda ocorrem com frequência em escala global. Esses eventos muitas vezes estão associados a desigualdades sociais, mudanças climáticas, intensificação da mobilidade humana e resistência antimicrobiana. A pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, evidenciou de maneira dramática como uma doença infecciosa pode impactar profundamente a saúde, a economia e a organização social — inclusive nos países mais desenvolvidos.

No Brasil, diversas doenças transmissíveis seguem como problemas relevantes de saúde pública. Tuberculose, HIV/AIDS, hepatites virais, dengue, malária e leishmaniose afetam milhares de pessoas anualmente. Além disso, surtos de sarampo voltaram a ocorrer após décadas de controle, impulsionados pela queda na cobertura vacinal. A dengue, em particular, tem apresentado números recordes, impulsionada por fatores como as mudanças climáticas e a urbanização desordenada. As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) também seguem em

alta, muitas vezes agravadas por barreiras no acesso à prevenção, ao diagnóstico precoce e ao tratamento adequado.

Nesse contexto, destaca-se a meta estabelecida pela Agenda 2030 das Nações Unidas, no âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3): “Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, as doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis.” Para isso, são necessários esforços coordenados em múltiplas frentes: ampliação da cobertura vacinal, fortalecimento da atenção primária, vigilância epidemiológica eficaz, educação em saúde, investimentos em saneamento básico, pesquisas em novas tecnologias e garantia de acesso universal ao diagnóstico e ao tratamento. Também é fundamental enfrentar os determinantes sociais da saúde — como pobreza, desigualdade, habitação precária e falta de acesso à informação — que favorecem a disseminação dessas enfermidades.

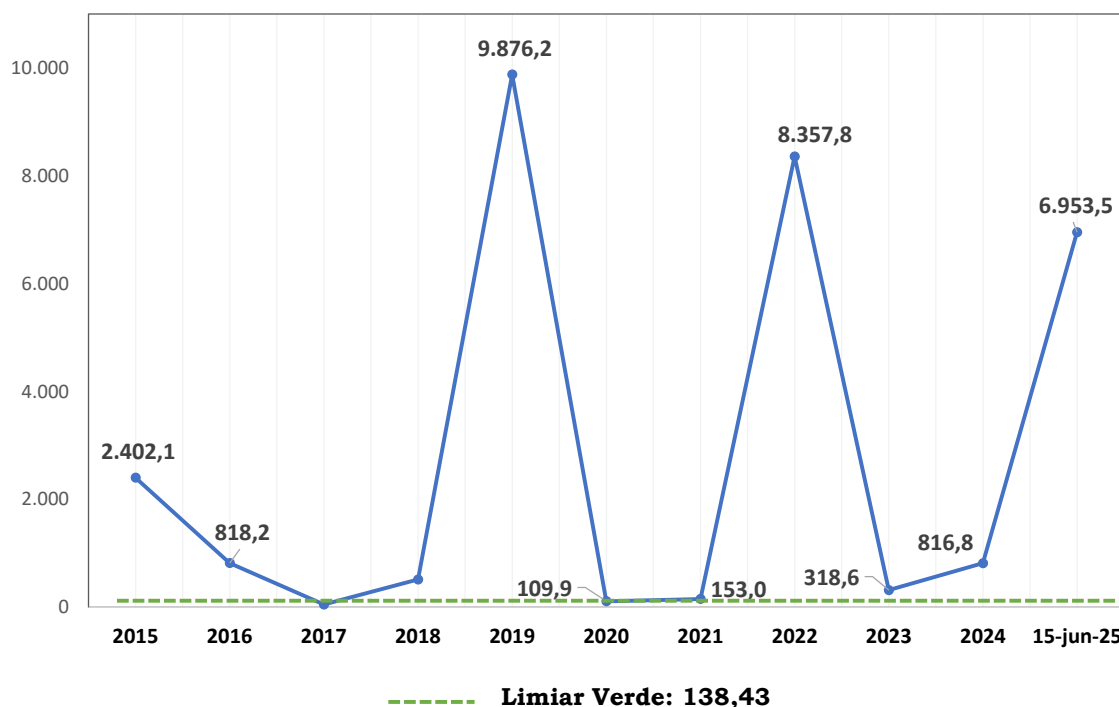
Entre os diferentes tipos de doenças transmissíveis, aquelas causadas por vetores — como mosquitos, flebotomíneos e barbeiros — merecem atenção especial devido à sua alta letalidade e ampla distribuição geográfica. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), essas enfermidades representam mais de 17% de todas as doenças infecciosas no mundo, resultando em mais de 700 mil mortes por ano. Entre as principais estão a malária, a dengue, a leishmaniose e a doença de Chagas. A malária, por exemplo, causou cerca de 597 mil mortes em 2023, sobretudo na África Subsaariana. A dengue afeta aproximadamente 96 milhões de pessoas sintomáticas a cada ano, com cerca de 40 mil mortes. A leishmaniose, nas suas formas cutânea e visceral, também responde por dezenas de milhares de óbitos anuais, e a doença de Chagas continua afetando milhões de pessoas na América Latina (OMS, set. 2024).

No Brasil, o impacto das doenças transmitidas por vetores é especialmente alarmante. Segundo o Ministério da Saúde, em 2024, o país registrou 6,6 milhões de casos suspeitos de dengue, concentrando mais de 80% das notificações mundiais. Foram contabilizados 6.264 óbitos no período, um aumento de mais de 430% em relação às 1.179 mortes registradas em 2023, evidenciando um crescimento expressivo na letalidade da doença em apenas um ano. Também preocupa a evolução dos casos de chikungunya: foram registrados 122 óbitos em 2023 e 243 em 2024, representando um incremento de 99% na mortalidade associada à arbovirose. Além disso, cerca de 30 milhões de brasileiros estão expostos ao risco de contrair Doenças Tropicais Negligenciadas, como a leishmaniose, a esquistossomose e a doença de Chagas. Esses agravos estão fortemente relacionados a fatores sociais e ambientais, como a precariedade no saneamento, a urbanização desorganizada, a desigualdade socioeconômica e os efeitos das mudanças climáticas. O aumento da temperatura e as alterações no regime de chuvas favorecem a proliferação de vetores, ampliando as áreas de risco e tornando o controle mais desafiador.

A análise da incidência de dengue no município de Araraquara, com base nos dados do Ministério da Saúde, revela um padrão cíclico de surtos intercalados por anos de baixa notificação. O limiar verde, definido em 138,43 casos por 100 mil habitantes, é um parâmetro

que indica a zona de segurança epidemiológica. Valores acima desse limite sinalizam risco aumentado para epidemias. Observa-se no Gráfico 35 que a cidade ultrapassou consideravelmente esse limiar em diversos anos, com destaque para os picos registrados em 2019 (9.876,22) e 2022 (8.357,84), evidenciando surtos epidêmicos de grande magnitude. Em 2024, a taxa de incidência de dengue em Araraquara alcançou 816,00 — valor quase seis vezes superior ao limiar de segurança de 138,43 —, apontando um cenário preocupante de expansão da doença. A situação torna-se ainda mais alarmante com os dados atualizados até a semana 24 de 2025 (encerrada em 15 de junho): o município já contabilizava 17.545 casos prováveis de dengue, com cinco óbitos confirmados, 18 em investigação e uma taxa de incidência acumulada de 6.953,5 casos por 100 mil habitantes. Para efeito de comparação, durante todo o ano de 2024 foram registrados apenas 2.061 casos, sem nenhum óbito. Essa evolução demonstra não apenas um aumento expressivo na transmissão da doença, mas também uma elevação significativa na gravidade clínica dos casos, com a reintrodução de cepas mais agressivas ou a reinfecção de pessoas previamente expostas. Araraquara vive, portanto, mais um ciclo epidêmico de dengue, com números que já superam a totalidade do ano anterior, indicando a urgência de medidas mais robustas e intersetoriais de contenção.

Gráfico 35. Araraquara: Incidência de Dengue (2015 a 15/06/2025)



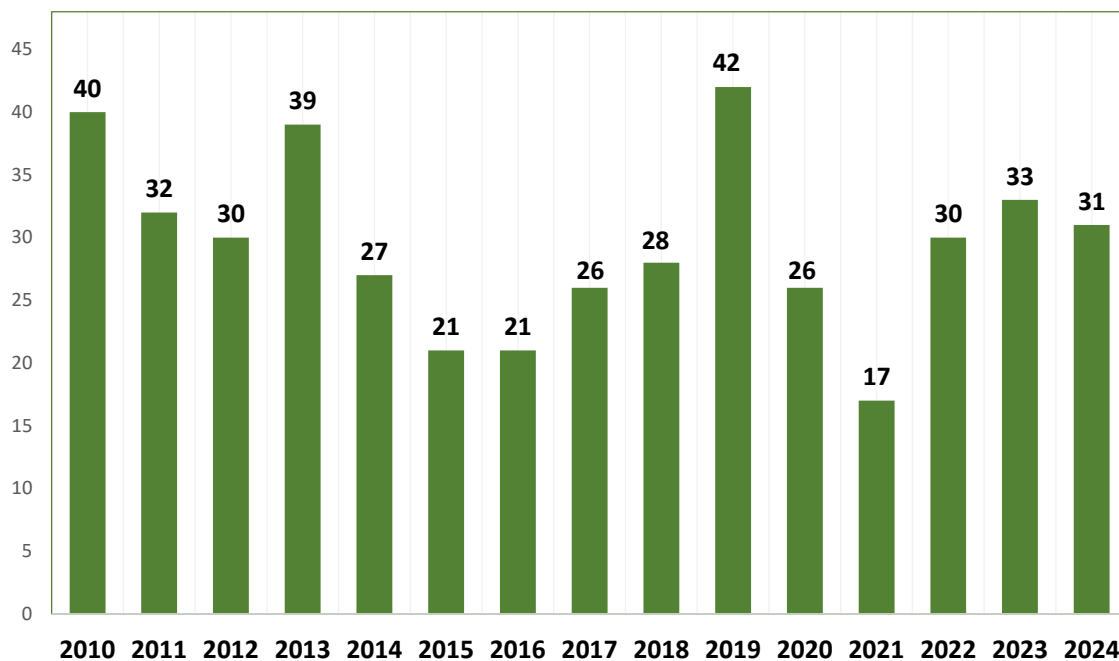
Fonte: Ministério da Saúde

A diarreia e gastroenterite infecciosa se enquadram entre as doenças transmissíveis ou infecciosas. Essas condições geralmente são causadas por agentes infecciosos — como vírus (ex.: rotavírus, norovírus), bactérias (ex.: *Escherichia coli*, *Salmonella*, *Shigella*) ou protozoários (ex.: *Giardia lamblia*, *Entamoeba histolytica*) — que são transmitidos principalmente por via fecal-oral,

ou seja, por meio do consumo de água ou alimentos contaminados, ou pelo contato direto com pessoas ou superfícies contaminadas.

Em Araraquara, entre os anos de 2010 e 2024, conforme apresentado no Gráfico 36, observa-se uma tendência de relativa estabilidade no número de internações por diarreia e gastroenterite de origem infecciosa. As variações anuais registradas refletem a influência de fatores sazonais, bem como oscilações nas condições sanitárias e no cenário epidemiológico do município. O ano de 2010 registrou 40 internações, número que apresentou leve queda nos anos seguintes, com destaque para 2015 e 2016, ambos com apenas 21 casos — os menores da série até então. Em contrapartida, picos importantes foram observados em 2013 (39 casos) e especialmente em 2019, quando as internações chegaram a 42, o maior número de todo o período analisado. Esse aumento pode estar relacionado a surtos localizados ou a condições ambientais desfavoráveis naquele ano. A partir de 2020, os números oscilaram entre 17 e 33 internações anuais, com o menor registro em 2021 (17 casos), possivelmente influenciado pelas medidas de isolamento e higiene adotadas durante a pandemia de COVID-19, que também reduziram a circulação de outras doenças infecciosas. Nos anos mais recentes, 2023 e 2024, os registros foram de 33 e 31 internações, respectivamente, evidenciando uma leve elevação em relação ao triênio anterior, mas ainda dentro de uma faixa de variação considerada moderada. Embora os números não revelem uma tendência crescente acentuada, a persistência anual desses casos reforça a importância de medidas contínuas de vigilância epidemiológica, acesso à água potável, saneamento e educação em saúde como estratégias fundamentais para a prevenção das doenças diarreicas no município.

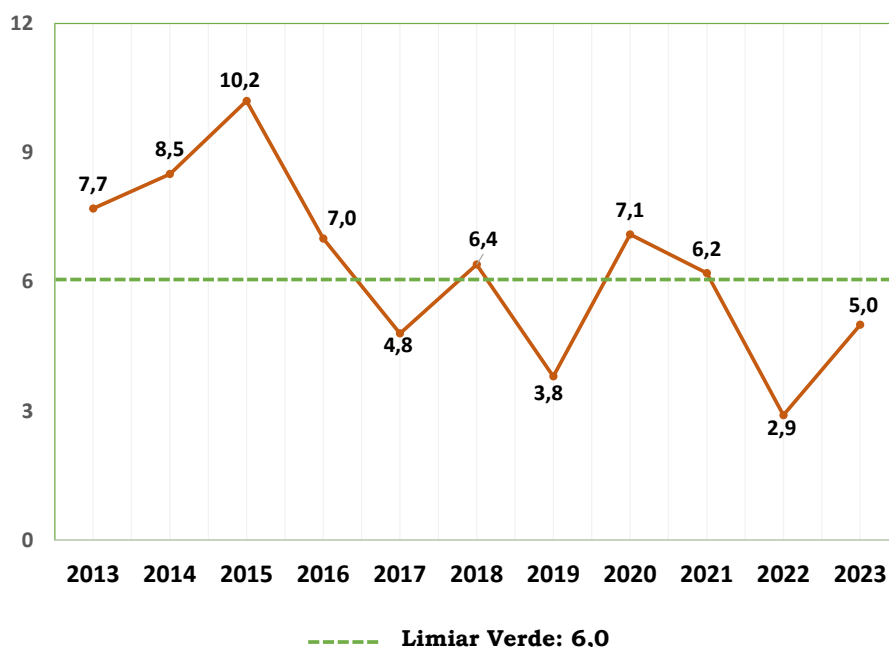
Gráfico 36. Araraquara: Evolução do Número de Casos de Internação por Diarreia e Gastroenterite (2010-2024)



Fonte: Tabnet - Datasus

A evolução da taxa de mortalidade por AIDS (Acquired Immunodeficiency Syndrome) em Araraquara entre 2013 e 2023 revela oscilações relevantes, com anos de queda expressiva intercalados por aumentos pontuais, exigindo atenção contínua dos programas de saúde. Conforme os dados do Ministério da Saúde apresentados no Gráfico 37, o maior índice da série ocorreu em 2015, quando a taxa de mortalidade por AIDS atingiu 10,2 óbitos por 100 mil habitantes. A partir desse pico, houve uma queda significativa em 2016 (7,0) e, especialmente, em 2017, quando a taxa caiu para 4,8 — redução superior a 50% em relação a 2015. No entanto, em 2018 e 2020, observou-se uma reversão na tendência de queda, com as taxas de mortalidade subindo para 6,4 e 7,1 óbitos por 100 mil habitantes, respectivamente. O aumento registrado em 2020 pode estar associado aos impactos da pandemia de COVID-19, que comprometeu o acesso ao diagnóstico, ao tratamento e ao acompanhamento das pessoas vivendo com HIV. A recuperação parcial veio em 2021 (6,2), seguida por uma queda expressiva em 2022, quando a taxa atingiu o menor patamar da década: 2,9 óbitos por 100 mil habitantes. Em 2023, porém, a taxa voltou a subir, alcançando 5,0. Embora ainda abaixo do limiar de atenção definido como 6,0 — considerado o limite "verde" para a mortalidade por AIDS —, o aumento em relação ao ano anterior interrompe a trajetória de queda e acende um sinal de alerta. Essa elevação sugere a necessidade de reforçar ações preventivas, ampliar a testagem e assegurar o acesso regular ao tratamento antirretroviral, a fim de consolidar os avanços recentes e evitar novos retrocessos.

Gráfico 37. Araraquara: Mortalidade por AIDS (2013-2023)



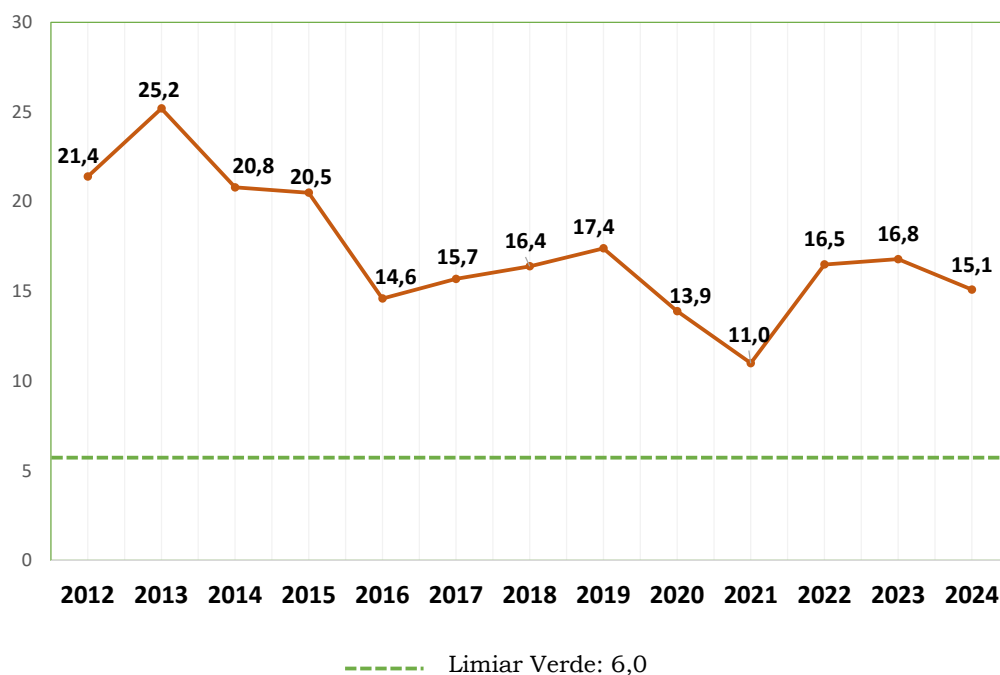
Fonte: Ministério da Saúde

Os dados publicados pelo Ministério da Saúde evidenciam que a tuberculose permanece como um importante desafio de saúde pública em Araraquara, exigindo ações contínuas e

direcionadas para a redução da transmissão e o controle efetivo da doença. Como apresentado no Gráfico 38, a evolução da incidência de tuberculose na cidade entre 2012 e 2024 revela um padrão preocupante, com taxas persistentemente elevadas ao longo de todo o período, sempre muito acima do limiar verde de 6,0 casos por 100 mil habitantes. Os anos de maior incidência ocorreram no início da série, com destaque para 2013, que atingiu o pico de 25,2 casos por 100 mil — o valor mais alto registrado. Outros anos com índices elevados incluem 2012 (21,4), 2014 (20,8) e 2015 (20,5), caracterizando um cenário de alta transmissão. A partir de 2016, observa-se uma tendência de queda relativa, com valores mais baixos em 2016 (14,6), 2020 (13,9) e, especialmente, em 2021, quando a taxa chegou a 11,0, o menor índice do período analisado. No entanto, esse avanço não se sustentou, e a taxa voltou a subir nos anos seguintes, atingindo 16,5 em 2022 e 16,8 em 2023. Em 2024, houve uma leve redução para 15,1, mas ainda distante do patamar ideal.

Além da persistência de altos índices de incidência, os dados apontam uma predominância significativa entre o sexo masculino, que representa 78% dos casos notificados, enquanto o sexo feminino corresponde a apenas 22%.

Gráfico 38. Araraquara: Incidência de Tuberculose (2015-2023)

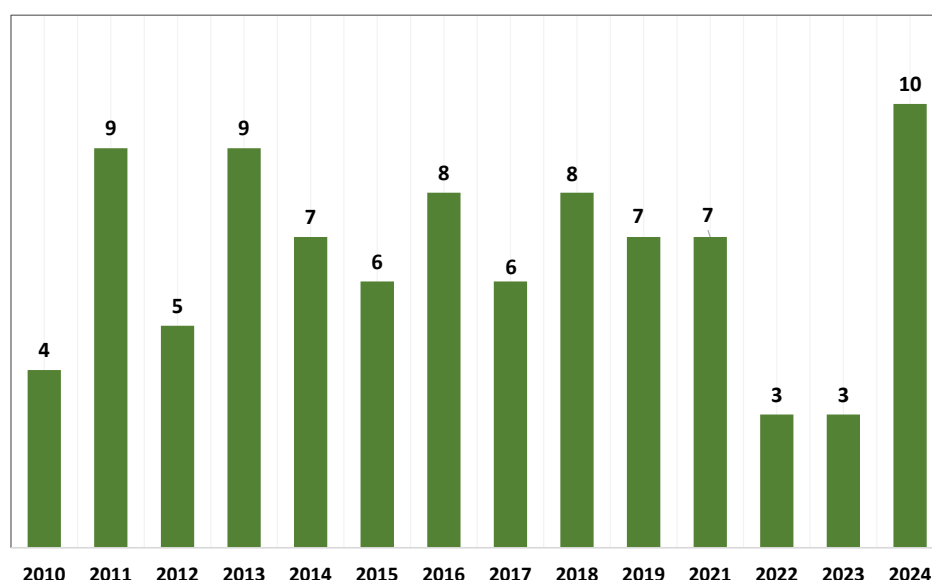


Fonte: Ministério da Saúde

O Brasil está entre os países com maior número de casos de hanseníase no mundo, o que evidencia a persistência de condições de vulnerabilidade social no país. A hanseníase está diretamente associada à pobreza, à falta de saneamento básico e às dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde — fatores que dificultam o diagnóstico precoce e o tratamento oportuno da doença.

No município de Araraquara houve aumentos significativos em 2011 (de 4 para 9 casos), 2013 (de 5 para 9), 2016 (de 6 para 8), 2018 (de 6 para 8) e, especialmente, em 2024, quando o número saltou de 3 para 10 casos, representando um aumento de mais de 230% em apenas um ano (Gráfico 39). Essas variações mostram que, embora haja momentos de redução, a doença ainda não está controlada de forma consistente, o que exige ações contínuas de vigilância epidemiológica, ampliação do acesso ao diagnóstico e tratamento, além de ações focadas na superação das desigualdades sociais. Considerando que a hanseníase é uma doença infecciosa crônica com potencial de causar incapacidades físicas permanentes se não tratada a tempo, é fundamental garantir a resposta rápida e eficaz do sistema de saúde para proteger a população.

Gráfico 39. Araraquara: Casos Diagnosticados de Hanseníase (2010-2024)



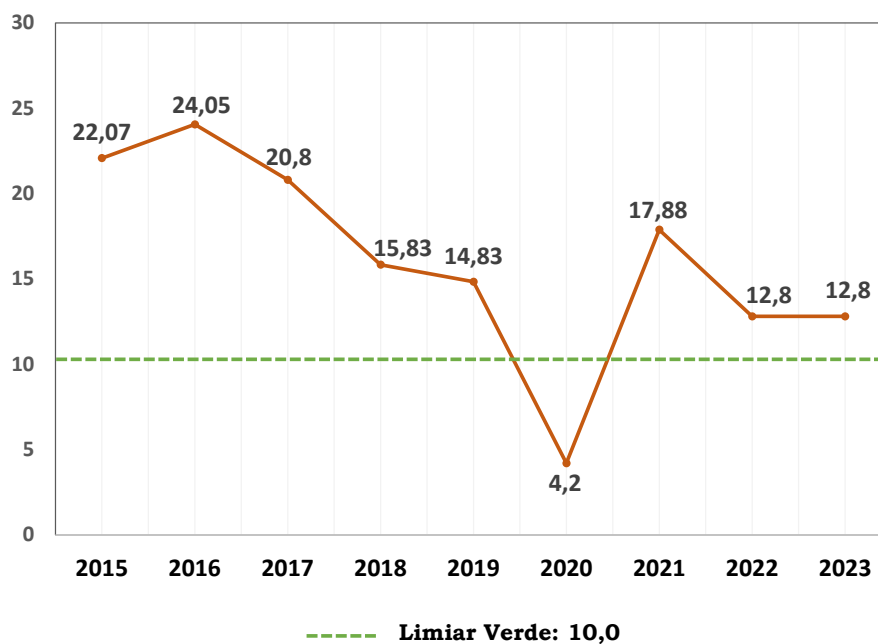
Fonte: Ministério da Saúde

A hepatite é um importante problema de saúde pública no Brasil, especialmente os tipos B e C, que possuem maior potencial de evoluir para formas crônicas, podendo causar cirrose hepática, câncer de fígado e morte. A transmissão silenciosa, muitas vezes sem sintomas nas fases iniciais, dificulta o diagnóstico precoce e favorece a disseminação da doença, o que reforça a necessidade de programas voltados à prevenção, testagem e tratamento. Nesse contexto, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da meta 3.3 do ODS 3, estabelece o compromisso de reduzir, até 2030, a incidência de hepatite para no máximo 10 casos por 100 mil habitantes.

Em Araraquara, como se mostra no Gráfico 40, entre 2015 e 2019, houve uma tendência de queda progressiva, com a taxa de detecção passando de 22,07 para 14,83 por 100 mil habitantes — valores ainda acima do limite definido pelo ODS 3. Em 2020, observou-se uma queda abrupta para 4,2, o que pode estar relacionado à subnotificação decorrente da pandemia de COVID-19, que restringiu o acesso a serviços de saúde e reduziu a testagem da população. Já

em 2021, os casos voltaram a subir de forma acentuada, alcançando 17,88, indicando possível represamento de diagnósticos ou aumento real na transmissão. Nos dois anos seguintes, 2022 e 2023, houve estabilização nos valores em 12,8 casos por 100 mil habitantes. Apesar da queda em relação a 2021, os números permanecem acima da meta de 10,0 casos por 100 mil habitantes, sinalizando a necessidade de intensificar as ações de vigilância epidemiológica, ampliação da testagem e garantia do acesso ao tratamento, com foco especial na população de maior risco.

Gráfico 40. Araraquara: Taxa de Detecção de Hepatite (2015-2023)



Fonte: Ministério da Saúde

■ Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) representam um dos maiores desafios contemporâneos para a saúde pública global. Caracterizam-se por serem doenças de longa duração, geralmente com progressão lenta e não transmissíveis de pessoa para pessoa. Diferentemente das doenças infecciosas, as DCNTs não são causadas por agentes patogênicos, mas estão fortemente associadas a fatores comportamentais, ambientais e sociais. As quatro principais DCNTs são:

- i) Doenças cardiovasculares – incluindo infartos e acidentes vasculares cerebrais (AVC);
- ii) Cânceres;
- iii) Doenças respiratórias crônicas – como asma e doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC); e
- iv) Diabetes.

Outras condições, como doenças renais crônicas, transtornos mentais e neurológicos, também têm sido cada vez mais reconhecidas como parte do conjunto de doenças crônicas com alto impacto na qualidade de vida.

De acordo com os dados mais recentes disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em seu site oficial, as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) foram responsáveis por cerca de 43 milhões de mortes em 2021, o que corresponde a 75% de todos os óbitos não relacionados a pandemias no mundo. As principais causas de morte por DCNT foram as doenças cardiovasculares, com aproximadamente 19 milhões de casos, seguidas por cânceres (10 milhões), doenças respiratórias crônicas (4 milhões) e diabetes, incluindo complicações como nefropatia diabética, com mais de 2 milhões de mortes. Além disso, cerca de 18 milhões de pessoas morreram prematuramente por alguma DCNT antes de completarem 70 anos de idade, sendo que 82% dessas mortes ocorreram em países de baixa e média renda, onde os sistemas de saúde enfrentam maiores limitações estruturais e de acesso. Trata-se, em grande parte, de mortes evitáveis, desde que haja medidas eficazes de prevenção, diagnóstico precoce e acesso contínuo a cuidados de saúde de qualidade (OMS, dez. 2024).

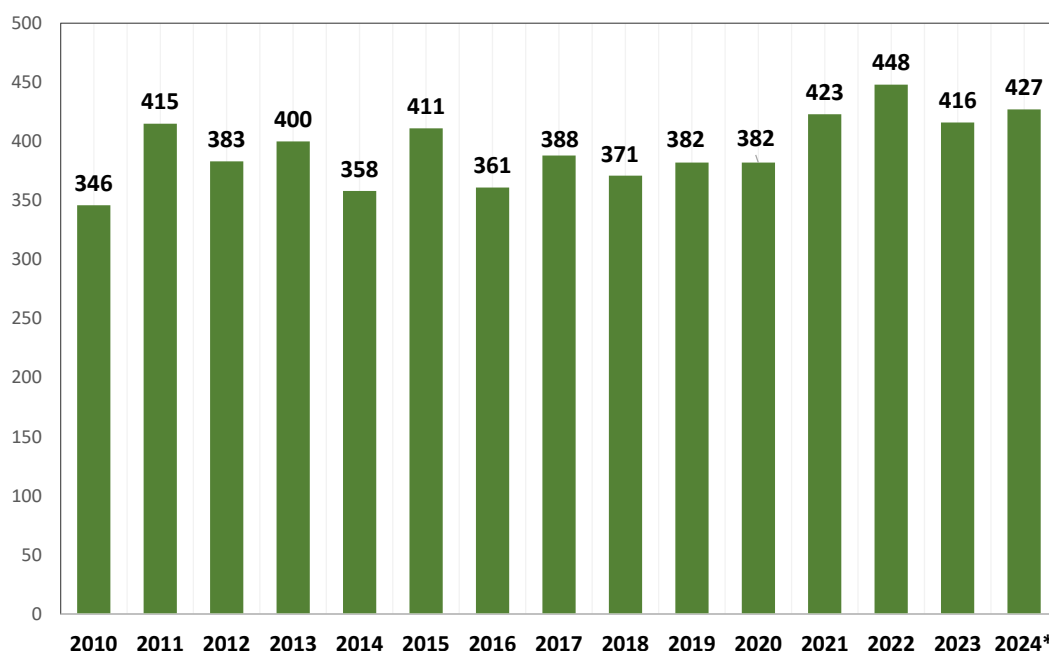
A ampliação da longevidade nas Américas tem sido acompanhada por um aumento expressivo nos casos de doenças crônicas, conforme aponta a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Com o envelhecimento populacional ocorrendo de forma acelerada, cresce também a incidência de condições de saúde e incapacidades relacionadas a enfermidades não transmissíveis. Diante dessa realidade, a OPAS destaca a necessidade de que os sistemas de saúde dos países da região sejam reestruturados para responder adequadamente às novas demandas trazidas pelo envelhecimento da população (Pan American Health Organization, 2024).

Em 2023, as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) foram responsáveis por 40,9% das mortes prematuras no Brasil, ou seja, óbitos registrados entre pessoas de 30 a 69 anos. Em Araraquara, esse percentual foi de 40%. Considerando todas as causas de morte e faixas etárias, as DCNT corresponderam a 53,9% dos óbitos no país e a 54% no município. Fatores de risco como tabagismo, alimentação inadequada, sedentarismo, consumo abusivo de álcool e obesidade têm forte influência na incidência das DCNTs. Estima-se que quatro em cada cinco casos dessas doenças poderiam ser prevenidos com mudanças no estilo de vida e acesso a serviços básicos de saúde. A Agenda 2030 da ONU, por meio da meta 3.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelece o compromisso global de reduzir em um terço a mortalidade prematura por DCNTs até 2030, por meio da prevenção e do tratamento eficaz, bem como da promoção da saúde mental e do bem-estar.

Nesse contexto, a evolução dos óbitos prematuros por DCNT no município de Araraquara ao longo do tempo revela a magnitude e a persistência do problema. A mortalidade entre pessoas de 30 a 69 anos apresentou variações importantes conforme demonstrado no Gráfico 41, com base nos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. Em 2011, observou-se um aumento expressivo de quase 20% em relação ao ano anterior,

saltando de 346 para 415 óbitos. Após oscilações moderadas nos anos seguintes, destaca-se o crescimento entre 2020 e 2022: em 2021, o número chegou a 423 mortes e, em 2022, atingiu o maior patamar da série, com 448 óbitos — um aumento de 6% em relação ao ano anterior. Embora tenha ocorrido uma leve redução em 2023, com 416 mortes, os dados preliminares de 2024 indicam uma nova alta, chegando a 427 óbitos, o que representa um acréscimo de 2,6%. Os dados reforçam a manutenção das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) como principal determinante da mortalidade precoce no município, evidenciando a necessidade premente de implementação de ações programáticas de saúde estruturadas e eficazes voltadas à prevenção, ao diagnóstico precoce e à promoção da saúde, em conformidade com os compromissos internacionais firmados pelo Brasil no âmbito da Agenda 2030.

Gráfico 41. Araraquara: Mortalidade Prematura por DCNT (30 – 69 anos) (2010-2024*)



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – Ministério da Saúde

* O dado de 2024 é preliminar.

A expansão das mortes precoces associadas às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) traz implicações profundas para o tecido econômico e social, especialmente por atingir, em grande parte, indivíduos em plena capacidade de trabalho. Isso representa não apenas uma redução do contingente produtivo, mas também a interrupção de ciclos de geração de renda e estabilidade econômica familiar, afetando a vitalidade do município em seu conjunto. Ao mesmo tempo, a ampliação dos casos de DCNT acarreta uma elevação substancial na procura por serviços de saúde, exigindo maior capacidade de resposta em termos de consultas, diagnósticos, tratamentos e internações. Essa situação impõe uma sobrecarga crescente ao orçamento público e pode comprometer a efetividade do atendimento, especialmente em contextos de limitação de recursos. Outro ponto de atenção são os grupos populacionais em condições mais precárias,

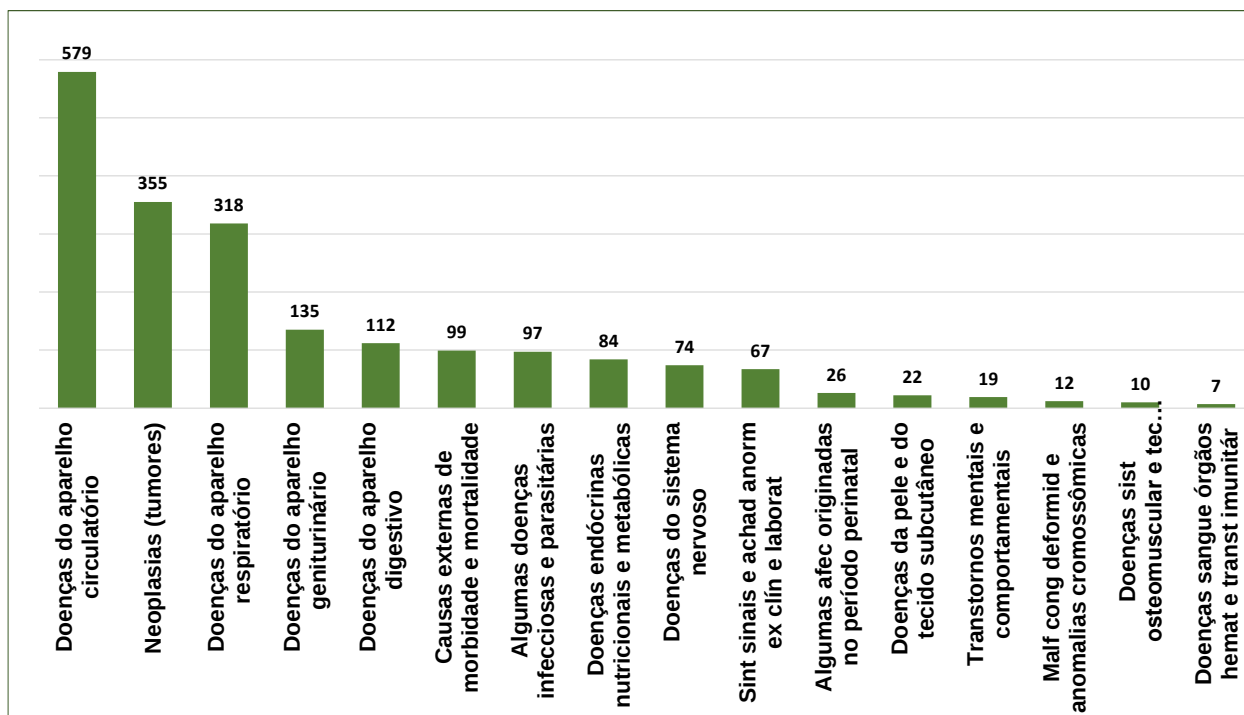
com menor acesso à educação em saúde, alimentação adequada e acompanhamento preventivo, e que acabam sendo os mais atingidos, ampliando as desigualdades sociais. Além das perdas em vidas, as DCNT frequentemente resultam em limitações funcionais e incapacidades que demandam acompanhamento prolongado, cuidados domiciliares e suporte assistencial, gerando pressões adicionais sobre as estruturas de apoio social. Somam-se a esses desafios os custos indiretos — como a necessidade de afastamento do trabalho, aposentadorias antecipadas e dependência de programas sociais — que afetam tanto a sustentabilidade fiscal quanto a estabilidade das famílias. Esse panorama impõe a necessidade do fortalecimento na atuação do poder público local, com a implementação de programas centrados na prevenção, na promoção da saúde e no aprimoramento da atenção primária.

■ **Mortalidade e Morbidade por Capítulo CID-10**

O Gráfico 42, que apresenta as principais causas de morte em Araraquara em 2023, considerando todas as faixas etárias e com base em dados do DataSUS, mostra que as Doenças do Aparelho Circulatório lideraram com folga os óbitos, somando 579 registros, o que representa quase 29% do total de mortes. Esse dado evidencia a elevada incidência de condições como infarto, acidente vascular cerebral (AVC) e hipertensão no município. Em segundo lugar, aparecem as Neoplasias (tumores), com 355 mortes, correspondendo a aproximadamente 18% dos óbitos, o que demonstra o impacto significativo dos diversos tipos de câncer na mortalidade geral da população. Na terceira posição, estão as Doenças do Aparelho Respiratório, com 318 registros, o equivalente a 16% das mortes. Esse grupo inclui doenças como pneumonia, bronquites crônicas e outras condições pulmonares, frequentemente agravadas por fatores ambientais e hábitos de vida. As Doenças do Aparelho Geniturinário ocupam o quarto lugar, com 135 óbitos (6,7%), refletindo enfermidades relacionadas aos rins, bexiga e sistema reprodutor. Em quinto, estão as Doenças do Aparelho Digestivo, responsáveis por 112 mortes (5,6%), abrangendo problemas hepáticos, pancreáticos e do trato gastrointestinal em geral.

Na outra ponta do ranking, entre as causas menos frequentes, estão as Doenças do Sangue, dos Órgãos Hematopoéticos e Transtornos Imunológicos, com apenas 7 mortes, seguidas pelas Doenças do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo, com 10 óbitos, e pelas Malformações Congênitas, Deformidades e Anomalias Cromossômicas, que registraram 12 casos. Apesar de menos expressivas em termos absolutos, essas causas representam grupos com necessidades específicas de atenção e cuidados continuados, especialmente em populações vulneráveis como recém-nascidos e pessoas com doenças raras.

Gráfico 42. Araraquara: Mortalidade por Capítulo CID-10 (2023)



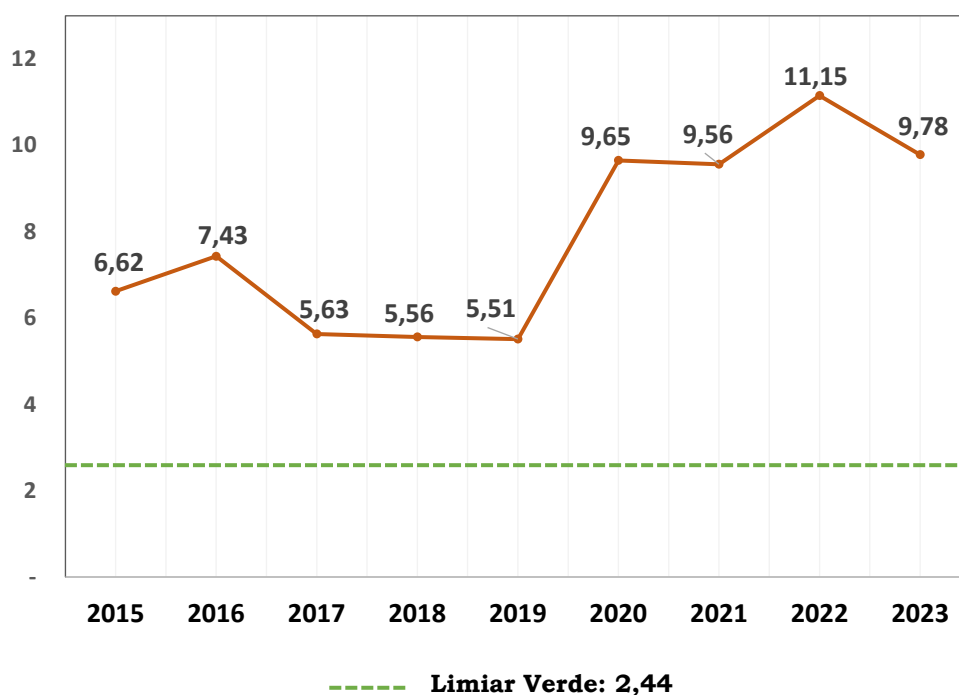
Fonte: Tablet - DataSUS

De acordo com o Boletim Epidemiológico de fevereiro de 2024 do Ministério da Saúde, desde 2014, com a publicação do relatório Preventing Suicide: A Global Imperative pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o suicídio passou a ser reconhecido como um grave problema de saúde pública global. Anualmente, mais de 700 mil pessoas morrem por suicídio, sendo cerca de 80% dessas mortes concentradas em países de baixa e média renda. No caso do Brasil, observa-se uma tendência crescente de mortalidade por suicídio, especialmente a partir de 2014, quando o ritmo de crescimento anual subiu de 1,4% para 3,2%. Atualmente, o suicídio figura como a quarta principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no mundo e, no Brasil, é a segunda causa de morte entre adolescentes de 15 a 19 anos e a quarta entre jovens de 20 a 29 anos, de acordo com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

No Araraquara, os dados refletem de forma preocupante essa tendência nacional de agravamento, como mostrado no Gráfico 43. A análise da taxa de mortalidade por suicídio no período de 2015 a 2023 revela que o município permanece constantemente acima do limiar verde de 2,44 por 100 mil habitantes, parâmetro que representa a faixa de controle epidemiológico. Mesmo nos anos de menor incidência dentro da série, como 2017 (5,63), 2018 (5,56) e 2019 (5,51), os índices foram mais que o dobro do limiar de segurança. A partir de 2020, observa-se um salto expressivo nas taxas, que passam de patamares em torno de 5,5 para valores próximos ou superiores a 9 por 100 mil habitantes, como registrado em 2020 (9,65) e 2021 (9,56). O ponto mais crítico ocorre em 2022, quando a taxa atinge 11,15, representando mais de quatro vezes o limite aceitável, o maior valor da série histórica analisada. Em 2023, embora haja uma leve redução para 9,78, o índice permanece extremamente elevado, sinalizando que o problema

persiste e exige respostas urgentes. Portanto, os dados de Araraquara estão em consonância com a preocupante elevação das taxas de suicídio observada no Brasil. O município vive uma crise severa de saúde mental, com indicadores de mortalidade que revelam um cenário muito distante dos parâmetros de controle e que demandam a implementação urgente de políticas públicas intersetoriais, integrando saúde, educação e assistência social, além do fortalecimento das redes de atenção psicossocial, com foco especial na prevenção, no acolhimento e no enfrentamento dos determinantes sociais que afetam a saúde mental da população

Gráfico 43. Araraquara: Taxa de Mortalidade Por Suicídio (por cem mil habitantes) (2010-2023)



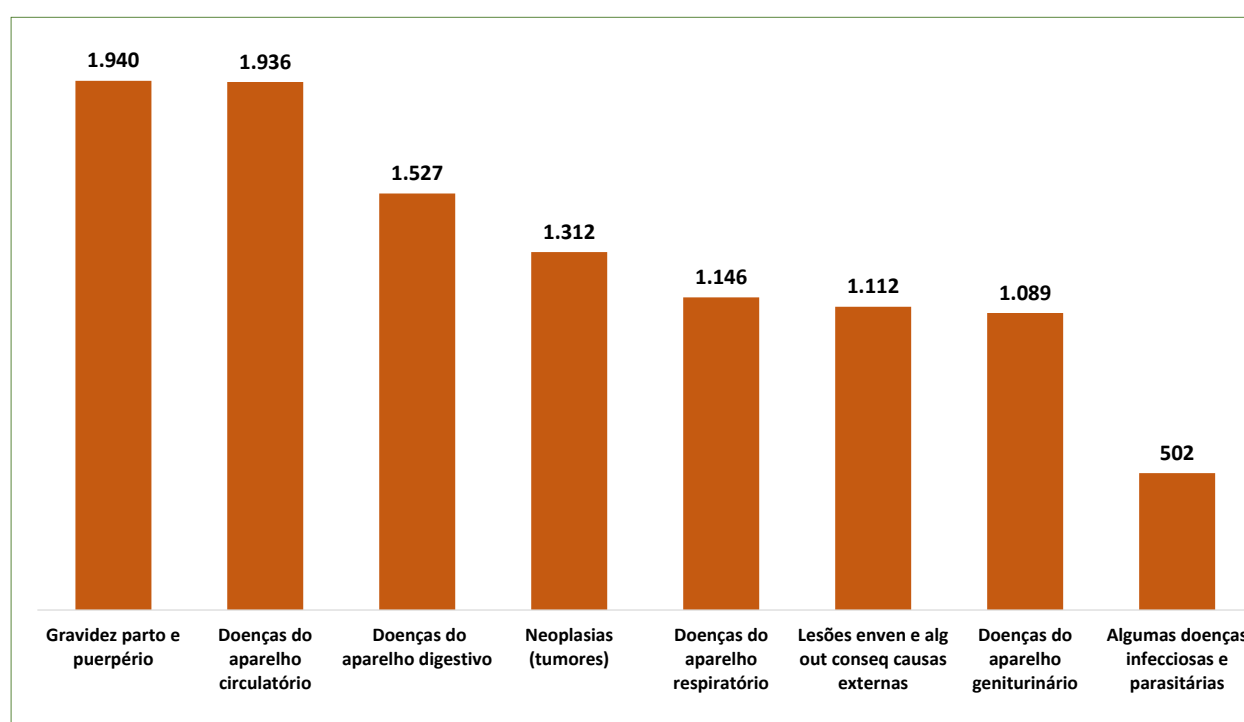
Fonte: Tablet - DataSUS

A análise das principais causas de internação por morbidade em Araraquara, em 2023, com base nos dados do DataSUS organizados por capítulos do CID-10, evidencia a complexidade e diversidade das demandas que recaem sobre o sistema de saúde local, reforçando a necessidade de uma rede de atenção bem estruturada e capaz de oferecer respostas eficazes a diferentes perfis epidemiológicos e clínicos da população.

Como se apresenta no Gráfico 44, o maior número de internações foi registrado no grupo "Gravidez, parto e puerpério", com 1.940 casos, refletindo tanto o volume de nascimentos quanto a estrutura de atenção obstétrica do município. Logo em seguida, com uma diferença mínima, aparecem as Doenças do Aparelho Circulatório, com 1.936 internações, o que evidencia o impacto contínuo de enfermidades como hipertensão, infarto e AVC no uso dos serviços hospitalares. Na terceira posição, estão as Doenças do Aparelho Digestivo, com 1.527 internações, que incluem quadros como gastrite, úlceras, hepatites e pancreatites. Já as Neoplasias (tumores) aparecem em quarto lugar, com 1.312 casos, indicando uma importante

carga hospitalar relacionada ao tratamento do câncer, desde internações para quimioterapia e cirurgia até cuidados paliativos. Completando os cinco primeiros grupos, as Doenças do Aparelho Respiratório contabilizaram 1.146 internações, abrangendo enfermidades como pneumonia, bronquite e doenças pulmonares crônicas, que frequentemente exigem internação, sobretudo entre idosos e pessoas com comorbidades. Outras causas relevantes foram as Lesões, envenenamentos e outras consequências de causas externas (1.112 internações), as Doenças do Aparelho Geniturinário (1.089 internações), e, em menor número, Algumas Doenças Infecciosas e Parasitárias, com 502 registros, refletindo menor prevalência, mas ainda assim representando um desafio para o controle epidemiológico.

Gráfico 44. Araraquara: Principais Morbidades por Capítulo CID-10 (2023)

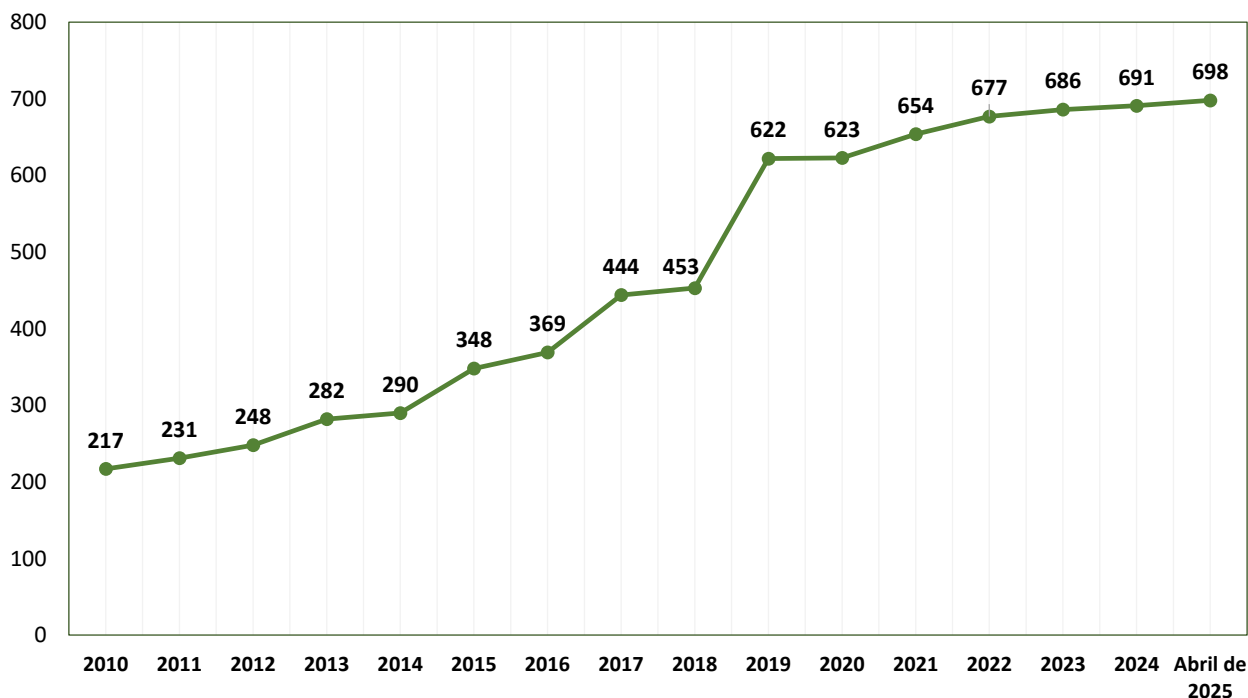


Fonte: Tablet - DataSUS

■ Profissionais da Rede Municipal de Saúde

O aumento expressivo no número de médicos atendentes no SUS na Rede Municipal de Saúde de Araraquara, ao longo dos últimos anos, evidencia uma expansão significativa da capacidade assistencial do município. Entre 2010 e 2025, o total de médicos praticamente triplica, passando de 217 para 698 profissionais, o que reflete um crescimento robusto em termos quantitativos, conforme ilustrado no Gráfico 45.

Gráfico 45. Araraquara: Quantidade de Médicos Atendentes no SUS na Rede Municipal de Saúde (2010-Abril/2025)



Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

Entre 2010 e 2014, o crescimento foi relativamente moderado, com um aumento acumulado de 33,6%, passando de 217 para 290 médicos. A partir de 2015, contudo, observa-se uma aceleração expressiva, quando o número salta para 348 profissionais, representando um incremento de 20% apenas naquele ano. Esse movimento de expansão prossegue de forma consistente, destacando-se o crescimento observado em 2017, quando o total atinge 444 médicos, com um aumento de 20,3% em relação a 2016 (369). O salto mais significativo da série ocorre entre 2018 e 2019, quando o total de médicos cresce de 453 para 622, um incremento de 37,3% em apenas um ano, configurando o maior crescimento percentual registrado no período analisado. A partir de então, o número se estabiliza em patamares elevados, mantendo-se acima de 600 médicos. Entre 2019 e 2024, o crescimento segue de forma mais gradual, alcançando 691 médicos, o que representa um aumento de 11,1% no acumulado desse intervalo. Em abril de 2025, o contingente chega a 698 médicos, consolidando a tendência de expansão da força de trabalho médica na rede municipal.

Ao analisar a distribuição desse crescimento segundo as especialidades, conforme apresentado na Tabela 11, observa-se que esse avanço não foi homogêneo, mas orientado pela priorização de determinadas áreas estratégicas, em consonância com as demandas assistenciais do município e a estruturação dos serviços de saúde. Destaca-se, nesse sentido, o crescimento exponencial da categoria de clínicos, que passa de 55 profissionais em 2010 para 337 em 2019, o que representa um aumento de 512%. Ainda que apresente uma leve redução nos anos subsequentes, permanece como o grupo de maior representatividade, totalizando 281 médicos em 2025. Também chama atenção o fortalecimento da pediatria, que salta de 8 profissionais em 2010 para 62 em 2022, representando um crescimento de quase 675%, mas se reduzindo em

2025 para 58 pediatras. Na atenção básica, observa-se a expansão dos profissionais vinculados à Estratégia Saúde da Família, que passam de 10 em 2010 para 31 em abril de 2025, além da incorporação progressiva da especialidade Médico de Família e Comunidade, que aparece na série a partir de 2022, chegando a 8 profissionais no mesmo mês de 2025.

Tabela 11. Araraquara: Quantidade de Médicos Atendentes no SUS na Rede Municipal de Saúde, Segundo Especialidade (2010-Abril/2025)

Médico Atendente no SUS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Abril/2025
Anestesista	17	14	12	12	3	5	17	15	14	13	13	13	14	16	17	18
Cirurgião Geral	19	1	-	1	1	3	1	3	4	7	6	8	11	10	8	7
Clínico	55	71	87	101	95	120	136	174	179	337	319	339	351	331	309	281
Ginecol. Obstetra	13	12	13	15	17	21	18	23	26	28	30	22	22	22	19	20
Ginecol. Alopata									1	1	1	5	3	5	2	1
Estratégia Saúde da Família	10	14	16	19	28	29	29	32	33	29	34	33	30	25	28	31
Família e Comunidade													1	7	9	8
Pediatra	8	23	33	35	33	35	36	38	45	48	58	58	62	55	58	58
Psiquiatra	9	5	5	5	9	6	6	7	5	7	4	5	5	5	5	5
Radiologista	6	6	6	5	6	8	9	10	15	17	15	16	17	24	22	21
Cardiologista	14	16	12	16	20	21	12	11	12	12	12	13	13	13	15	17
Oftalmologista	14	16	15	13	12	29	30	37	31	25	29	34	31	28	28	25
Oncologista	2	7	6	6	7	7	6	6	8	11	12	11	10	10	10	12
Residente	1	2	2	6	11	13	18	29	7	11	18	29	38	61	77	108
Outras Especialidades Médicas	49	44	41	48	48	51	51	59	73	76	72	68	69	74	84	86
Total	217	231	248	282	290	348	369	444	453	622	623	654	677	686	691	698

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

Entre as especialidades vinculadas ao suporte diagnóstico e terapêutico, o crescimento também se mostra significativo. O número de radiologistas aumenta de 6 para 21 profissionais ao longo do período analisado, enquanto os oftalmologistas praticamente dobram, passando de 14 para 28 em 2024. Já os anestesistas, cuja atuação é fundamental para a realização de procedimentos cirúrgicos, apresentam uma expansão ainda mais expressiva, saindo de 3 profissionais em 2014 para 18 em abril de 2025. Outro aspecto de destaque é a expansão do contingente de residentes médicos, que cresce de forma acelerada, passando de apenas 1 em 2010 para 108 em abril de 2025. Esse avanço demonstra não apenas o fortalecimento da capacidade assistencial da rede, mas também sua consolidação como um importante campo de formação, qualificação e desenvolvimento de novos profissionais. Além disso, observa-se um crescimento contínuo no grupo classificado como outras especialidades médicas, que evolui de 49 para 86 profissionais, evidenciando a diversificação progressiva da oferta de serviços especializados no município, alinhada às necessidades crescentes da população.

A análise da quantidade de médicos atendentes no SUS, alocados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) da Rede Municipal de Saúde de Araraquara, segundo dados do DataSUS, evidencia movimentos de crescimento e reestruturação ao longo do período, especialmente nas especialidades que compõem a base da Atenção Primária à Saúde (APS). Como mostrado na Tabela 12, o grupo de médicos clínicos apresenta um comportamento que se destaca por um crescimento súbito e expressivo a partir de 2018, quando o número de profissionais salta de 17 para 154 em 2019, o que representa um aumento de 805% em apenas um ano. Esse salto se mantém elevado em 2020 (147) e 2021 (132), mas a partir de 2022 inicia-se uma trajetória de queda acentuada, reduzindo para 103, 75 em 2023 e chegando a 66 em 2024.

Tabela 12. Araraquara: Quantidade de Médicos Atendentes no SUS na Rede Municipal de Saúde nas UBS, Segundo Especialidade (2010-2024)

Médico Atendente no SUS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Clínico	13	16	21	20	19	20	20	18	17	154	147	132	103	75	66
Ginecol. Obstetra	10	8	7	10	10	10	9	12	13	15	15	14	14	12	11
Estratégia Saúde da Família	10	14	16	19	28	29	29	32	32	29	34	33	30	24	27
Família e Comunidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7	9
Pediatra	7	15	16	14	14	14	13	12	12	14	15	14	14	13	14

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

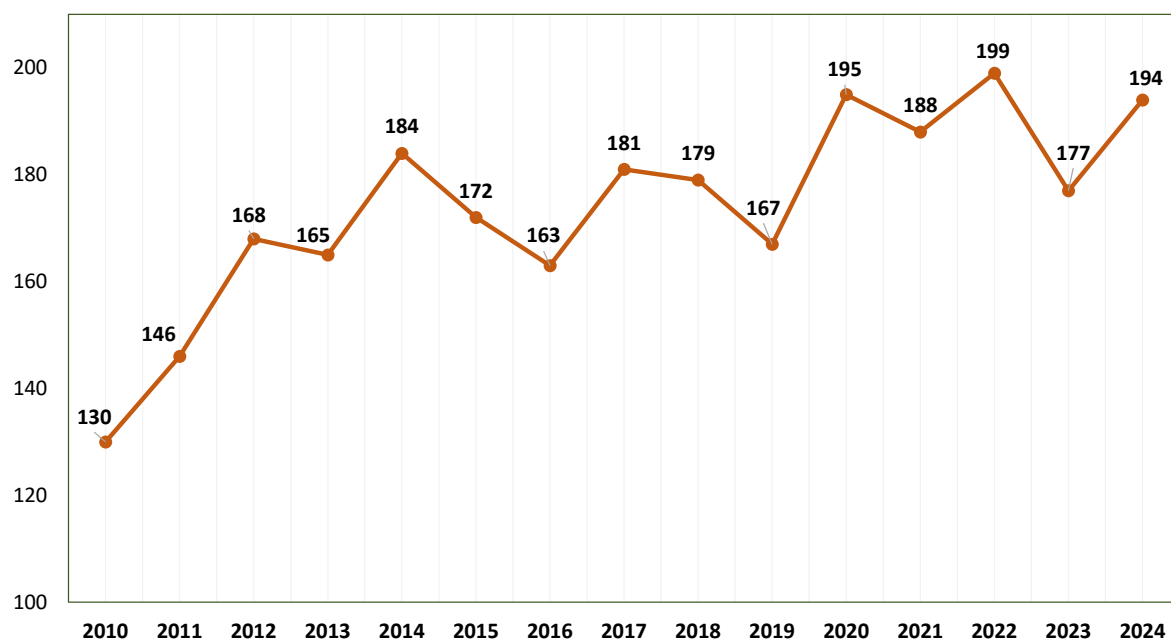
Na Estratégia Saúde da Família (ESF), observa-se uma trajetória de expansão contínua e consistente ao longo da década. O número de médicos aumentou de 10, em 2010, para 34, em 2020 — um crescimento de 240% no período —, consolidando a ESF como o principal modelo de organização da Atenção Primária no município. No entanto, em 2024, verifica-se uma redução no quadro médico, totalizando 27 profissionais, o que representa um retrocesso em relação ao patamar anteriormente alcançado. A especialidade de Família e Comunidade, que passa a ser registrada na série a partir de 2022, surge como um componente complementar e estratégico da Atenção Primária. O número cresce rapidamente de 1 médico em 2022 para 9 em 2024, reforçando uma transição gradual na composição das equipes, com maior qualificação para o atendimento integral, longitudinal e centrado na comunidade. Os pediatras mantêm um comportamento de estabilidade ao longo de toda a série, variando entre 12 e 16 profissionais, com leve crescimento inicial (de 7 em 2010 para 16 em 2012) e posterior estabilidade em patamares médios, encerrando 2024 com 14 profissionais. Isso reflete uma política de manutenção da capacidade assistencial voltada à saúde da criança, sem variações expressivas ao longo dos anos. Por fim, os ginecologistas-obstetras apresentam um comportamento semelhante ao dos pediatras, com flutuações moderadas e uma leve tendência de queda no final da série. O número parte de 10 em 2010, oscila entre 9 e 15 durante o período, e fecha 2024 com 11 profissionais, indicando uma manutenção da capacidade, mas sem ampliação expressiva dessa especialidade nas UBS.

De acordo com os dados analisados, a atenção básica no município de Araraquara passou por um processo de expansão acelerada entre 2018 e 2021. Contudo, a partir de 2022, observa-se uma redução progressiva do número de médicos clínicos generalistas, ginecologistas-obstetras e médicos da Estratégia Saúde da Família, apontando um enfraquecimento da capacidade de resposta da rede básica e um possível risco de descontinuidade na atenção à saúde, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade.

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desempenham um papel essencial na consolidação da Atenção Primária à Saúde (APS), atuando como ponte entre os serviços de saúde e as comunidades. Inseridos nas Equipes de Saúde da Família (ESF), esses profissionais desenvolvem atividades de caráter domiciliar e comunitário, com foco na promoção da saúde, prevenção de doenças, acompanhamento contínuo das famílias e fortalecimento dos vínculos territoriais. Suas atribuições incluem visitas domiciliares regulares, levantamento de informações socioeconômicas e sanitárias, monitoramento de grupos prioritários — como gestantes, crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas —, além de ações educativas, vigilância em saúde e mobilização social. O trabalho dos ACS é, portanto, estruturante para a organização dos serviços de saúde, impactando diretamente na melhoria dos indicadores de saúde, na redução de agravos e na promoção do autocuidado e da cidadania em saúde.

A trajetória desse quadro profissional no município de Araraquara reflete a dinâmica de fortalecimento e reestruturação da APS ao longo dos anos, conforme demonstram os dados do DataSUS exibidos no Gráfico 46. Entre 2010 e 2014, observa-se um crescimento expressivo no número de ACS, que passa de 130 para 184 agentes, o que representa um aumento de aproximadamente 41,5%. Esse crescimento acompanha a expansão das Equipes de Saúde da Família no município e o fortalecimento da estratégia de territorialização da assistência. A partir de 2015, os dados mostram certa instabilidade, com uma redução de 184 para 163 agentes em 2016, uma queda de 11,4%. No entanto, essa tendência é revertida em 2017, quando o número volta a crescer, alcançando 181 agentes, o que equivale a um aumento de 11% em relação a 2016. O ano de 2020 marca um ponto de inflexão relevante, com um salto no número de ACS para 195 agentes, crescimento de 16,8% em relação a 2019 (167). Este aumento está possivelmente associado às demandas impostas pela pandemia de COVID-19, que exigiu uma intensificação das ações comunitárias, vigilância ativa e acompanhamento mais próximo das famílias em situação de vulnerabilidade. Embora em 2021 ocorra uma leve redução para 188 agentes, a recuperação é rápida, chegando ao maior patamar da série em 2022, com 199 ACS, o que reflete a consolidação da atuação desse profissional como peça-chave na gestão territorial da saúde. Por outro lado, em 2023, observa-se uma nova redução significativa para 177 agentes, uma queda de 11% em relação ao ano anterior. Contudo, em 2024, há uma recuperação consistente, com o número subindo novamente para 194 agentes, representando um aumento de 9,6% em relação a 2023.

Gráfico 46. Araraquara: Quantidade de Agentes Comunitários de Saúde na Rede Municipal de Saúde (2010-2024)

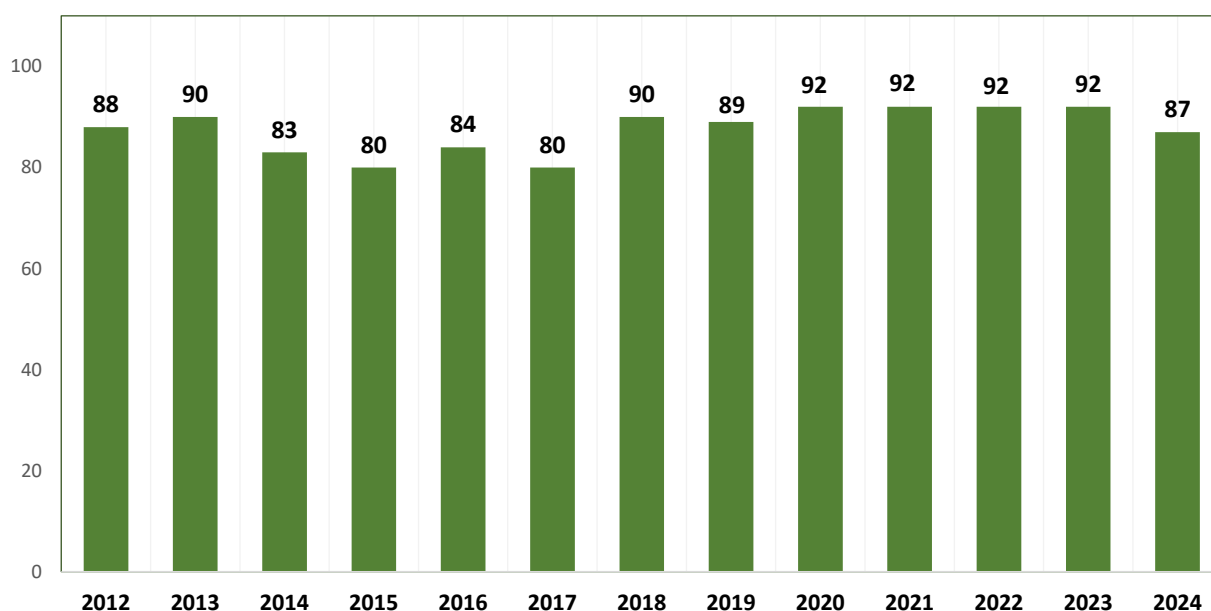


Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

■ Rede de Serviços da Saúde Municipal

No período de 2012 a 2024, o número de estabelecimentos de saúde sob gestão municipal apresentou oscilações significativas em determinados momentos, conforme ilustrado no Gráfico 47. Em 2012, havia 88 unidades, com um leve crescimento de 2,3% em 2013, alcançando 90. Contudo, em 2014 e 2015, houve uma queda expressiva, chegando a 83 (-7,8%) e depois a 80 (-3,6%). Em 2016, observa-se uma recuperação parcial, com aumento para 84 (+5% em relação a 2015), mas que não se sustentou em 2017, quando retornou a 80 (-4,8%). A partir de 2018, o cenário muda de forma significativa, com crescimento para 90 (+12,5%), valor que praticamente se mantém estável em 2019, com uma leve queda para 89 (-1,1%). O ponto de maior estabilidade da série ocorre a partir de 2020, quando o número de estabelecimentos atinge 92, patamar mantido até 2023, indicando um esforço consistente de expansão e manutenção da rede municipal. Contudo, em 2024, observa-se nova queda para 87 (-5,4%).

Gráfico 47. Araraquara: Evolução do Número Total de Estabelecimentos da Gestão Municipal (2012-2024)



Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

Em 2024, a infraestrutura de saúde sob gestão municipal em Araraquara conta com um total de 87 estabelecimentos que atendem ao SUS, distribuídos em diferentes tipos de unidades (Tabela 13). A principal estrutura é composta pelos 37 Centros de Saúde/Unidades Básicas, que representam a base da atenção primária no município. Complementam essa rede 2 Policlínicas, 1 Hospital Geral de grande porte e 1 Hospital Especializado, responsáveis por atendimentos de maior complexidade.

No campo da média complexidade e dos atendimentos especializados, o município possui 10 Clínicas ou Centros de Especialidade, 3 Unidades de Apoio, Diagnóstico e Terapia, além de 3 Consultórios Isolados. A rede de urgência e emergência é sustentada por 12 Unidades Móveis de Nível Pré-hospitalar na Área de Urgência, que sofreu redução em relação aos anos anteriores, além de 3 Prontos Atendimentos, garantindo suporte imediato à população. Na área de vigilância e gestão, destacam-se 3 Unidades de Vigilância em Saúde, 1 Central de Gestão em Saúde, 1 Central de Regulação Médica das Urgências e 1 Central de Abastecimento.

Também fazem parte da estrutura 2 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), fundamentais para a saúde mental, além de 4 Farmácias Municipais, que representam um avanço significativo na assistência farmacêutica. Por fim, no campo das práticas integrativas e promoção da saúde, o município mantém 3 Polos da Academia da Saúde. Esse conjunto de estabelecimentos reflete uma rede relativamente diversificada, embora alguns serviços apresentem quantidade limitada de unidades, especialmente nas áreas de média e alta complexidade, além da redução recente na frota de unidades móveis de urgência.

Tabela 13. Araraquara: Número de Estabelecimentos da Gestão Municipal, Por Tipo (2015 -2024)

Estabelecimentos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Centro de Saúde/ Unidade Básica	33	33	33	34	34	35	36	37	38	37
Policlínica	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Hospital Geral	-	-	1	1	1	2	2	1	1	1
Hospital Especializado	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Clinica/ Centro de Especialidade	9	9	11	10	10	10	10	10	11	10
Unidade de Apoio, Diagnose e Terapia	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar na Área de Urgência	11	12	10	19	19	19	19	19	15	12
Consultório Isolado	4	8	4	4	2	2	2	3	3	3
Unidade de Vigilância em Saúde	3	3	3	4	4	3	3	3	3	3
Central de Gestão em Saúde	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Centro de Atenção Psicossocial	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Farmácias	3	3	2	2	2	3	3	3	4	4
Pronto Atendimento	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Polo Academia da Saúde	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3
Central de Regulação Médica das Urgências	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Central de Abastecimento	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1
Posto de Saúde	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Central de Regulação de Serviços de Saúde	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Central de Regulação do Acesso	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Total	80	84	80	90	89	92	92	92	92	87

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES

Dessa forma, além da preocupação com a recente redução no número de estabelecimentos de saúde, um dos principais desafios da gestão municipal é enfrentar os persistentes problemas estruturais da rede. Isso demanda a realização de investimentos mais robustos e contínuos na modernização, ampliação e qualificação da infraestrutura dos serviços de saúde do município. Tais melhorias são fundamentais para assegurar um atendimento digno, eficiente e de qualidade, capaz de atender às demandas crescentes da população de Araraquara, especialmente diante do envelhecimento das unidades, da sobrecarga dos serviços e das exigências por ambientes mais adequados, humanizados e tecnologicamente equipados.

Problemas e Desafios Prioritários para o Plano Estratégico 2025 – 2028

1. A avaliação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) – Saúde e Bem-Estar revela que, embora Araraquara tenha se mantido na faixa de desempenho "Alta", houve uma queda no índice em 2023, indicando uma deterioração na qualidade ou cobertura dos serviços de saúde, mesmo que tenha se recuperado no ano seguinte.
2. A cobertura vacinal é uma área de grande preocupação. Houve um declínio preocupante na cobertura de vacinas tetravalente e pentavalente em crianças menores de um ano nos últimos anos, comprometendo a proteção da primeira infância. A cobertura vacinal geral da população também teve uma queda significativa a partir de 2021, ficando aquém da meta recomendada.

3. Oscilações significativas nos índices de mortalidade materna, com anos de patamares alarmantes (acima de 100 mortes por 100 mil nascidos vivos), evidenciando fragilidades na atenção à saúde da gestante e da parturiente. Além, a proporção de mães que realizaram um número adequado de consultas de pré-natal, embora consistentemente alta, apresentou uma leve queda em 2023, o que sinaliza a necessidade de atenção redobrada.
4. Um sinal de alerta importante é a reversão da tendência de queda da mortalidade infantil, com um salto preocupante na taxa em 2023, superando o limiar de segurança (12,0). Além disso, uma grande proporção dos óbitos infantis em Araraquara foi atribuída a causas evitáveis, o que destaca a necessidade de qualificar os programas de atenção primária e a saúde da mulher. Embora a mortalidade na infância por causas evitáveis (crianças entre zero e quatro anos) tenha permanecido abaixo do limiar de alerta, o aumento expressivo em 2023 quebra uma tendência positiva.
5. As doenças transmissíveis continuam sendo um desafio. A dengue apresenta um padrão cíclico de surtos, com incidências elevadas e um cenário alarmante no primeiro semestre de 2025, superando os casos do ano anterior com óbitos confirmados. A persistência de internações por diarreia e gastroenterite infecciosa reforça a importância de medidas contínuas de saneamento e vigilância. A mortalidade por AIDS, embora tenha tido uma queda expressiva em 2022, voltou a subir em 2023, exigindo reforço nas ações preventivas. A incidência de tuberculose permanece persistentemente elevada, muito acima do limiar de segurança, com predominância no sexo masculino. Os casos de hanseníase mostram oscilações, com um aumento significativo em 2024, indicando que a doença ainda não está controlada. E, a taxa de detecção de hepatite tem se mantido acima da meta do ODS 3, sinalizando a necessidade de intensificar a vigilância, testagem e acesso ao tratamento.
6. Em Araraquara, as DCNTs foram responsáveis por uma parcela significativa das mortes prematuras e da totalidade dos óbitos. A mortalidade prematura por DCNT (30 a 69 anos de idade) tem apresentado uma tendência de crescimento, com picos em 2022 e 2024, evidenciando a urgência de políticas de prevenção e promoção da saúde. Essas doenças impõem uma sobrecarga ao sistema de saúde e ampliam as desigualdades sociais, afetando a vitalidade do município. As principais causas de morte na cidade são as Doenças do Aparelho Circulatório, Neoplasias e Doenças do Aparelho Respiratório.
7. A saúde mental é uma área crítica, com a taxa de mortalidade por suicídio em Araraquara constantemente acima do limiar de controle. Houve um salto expressivo nas taxas a partir de 2020, atingindo o ponto mais crítico em 2022, revelando uma crise severa que demanda políticas públicas intersetoriais urgentes.

8. Em termos de morbidade, as principais causas de internação em 2023 foram Gravidez, parto e puerpério, Doenças do Aparelho Circulatório, Doenças do Aparelho Digestivo, Neoplasias e Doenças do Aparelho Respiratório, evidenciando a diversidade das demandas sobre o sistema de saúde.
9. Redução do número de médicos clínicos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), instabilidade no quadro de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e inexistência de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) específico para os profissionais da saúde municipal, comprometendo a continuidade da atenção básica e a valorização das equipes de saúde.
10. A rede de serviços de saúde municipal também apresenta desafios. O número de estabelecimentos de saúde sob gestão municipal tem apresentado oscilações, com uma queda recente, passando de 92 em 2023 para 87 em 2024. Igualmente, há sucateamento, envelhecimento da infraestrutura e redução de unidades móveis de urgência, bem como insuficiência de infraestrutura de média e alta complexidade para atender à demanda crescente.

4.6 EDUCAÇÃO

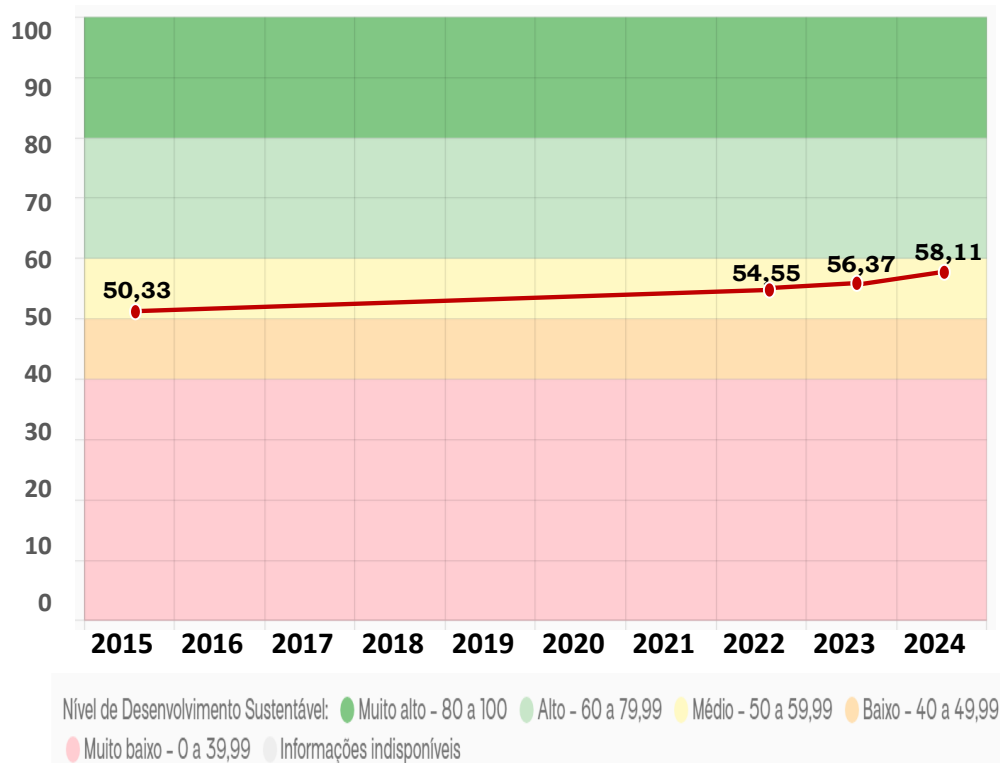
A educação é uma das ferramentas mais poderosas para transformar realidades, combater desigualdades e garantir o desenvolvimento sustentável. Mais do que um direito, ela é a base para o exercício pleno da cidadania, a construção de sociedades democráticas e a promoção de oportunidades iguais para todas as pessoas. Essa compreensão está no centro do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que propõe "assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos". O ODS 4 reconhece que o acesso universal à educação de qualidade é condição indispensável para o alcance dos demais objetivos da Agenda, pois contribui diretamente para o empoderamento dos indivíduos, a superação das desigualdades e a construção de sociedades mais justas e resilientes. Nesse sentido, o objetivo vai além do simples acesso à escola: enfatiza também a permanência, o aprendizado significativo e o êxito educacional, com especial atenção à equidade e à inclusão como pilares centrais das políticas educacionais.

No Brasil, esse compromisso encontra respaldo jurídico na Constituição Federal de 1988, que consagra a educação como um direito social fundamental (art. 6º) e um dever do Estado e da família (art. 205), orientada pelo princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) define a estrutura do sistema educacional, enfatizando a gestão democrática e a valorização dos profissionais da educação. Complementarmente, o país aderiu formalmente à Agenda 2030, incorporando os compromissos do ODS 4 nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) — Lei nº 13.005/2014 —, que define diretrizes e metas até 2024, como a universalização da educação básica, a ampliação da educação em tempo integral e a valorização docente. Contudo, apesar dos avanços normativos, o Brasil ainda enfrenta desafios estruturais significativos para a efetivação desse Objetivo, como a desigualdade de acesso, os baixos índices de aprendizagem, a evasão escolar e as disparidades regionais.

Nos últimos anos, o município de Araraquara vem apresentando avanços graduais no cumprimento do ODS 4 – Educação de Qualidade, conforme demonstrado pelos dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), exibidos no Gráfico 48. Esse resultado contempla o desempenho de toda a rede de ensino do município, abrangendo instituições públicas das redes municipal, estadual e federal, além da rede particular. Em 2015, o município registrava um índice de 50,33, situando-se na faixa de desenvolvimento médio (50 a 59,99). A partir daí, observou-se uma trajetória constante de melhoria, até atingir 58,11 em 2024. Apesar do progresso evidente, Araraquara ainda não ultrapassou a barreira dos 60 pontos, que marca o início da faixa de desenvolvimento alto. Esse resultado revela que, embora as ações empreendidas na área educacional tenham produzido efeitos positivos, persistem desafios

estruturais. Por isso, o município precisa intensificar os esforços para consolidar avanços mais robustos e sustentáveis.

Gráfico 48. Araraquara: Evolução do ODS 4, Educação de Qualidade (2015-2024)



Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

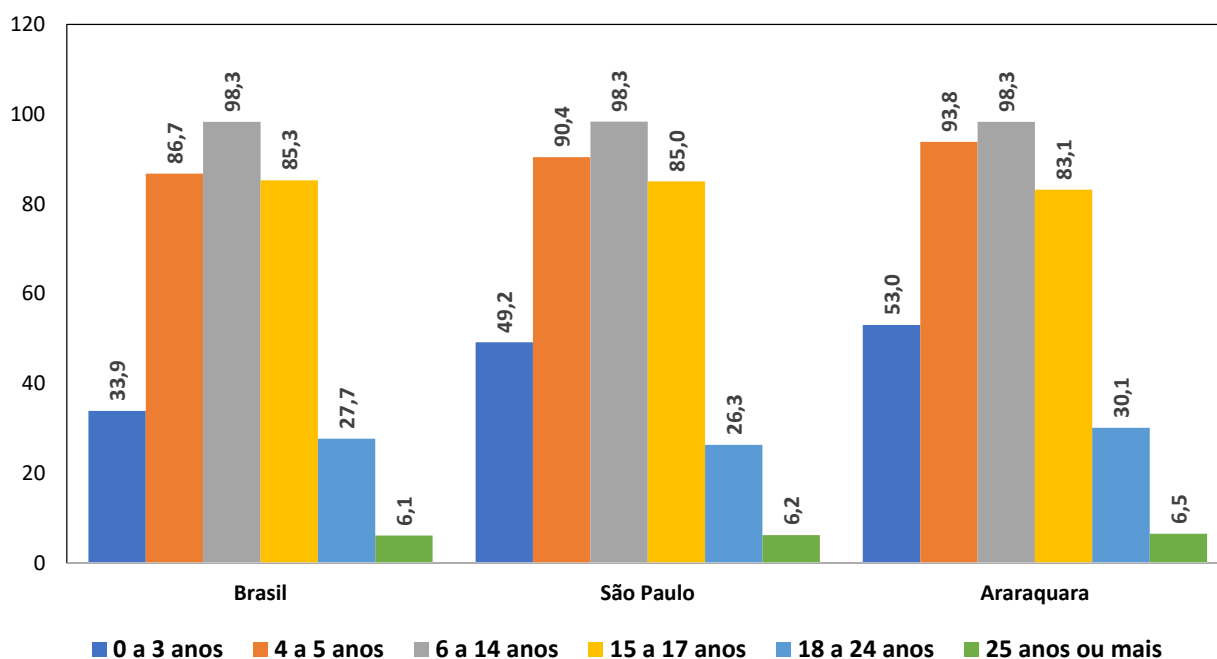
■ Educação Básica

A evolução positiva do ODS 4 em Araraquara, observada ao longo dos últimos anos, se reflete também nos dados do Censo Demográfico de 2022, que permitem uma leitura mais detalhada sobre a taxa bruta de frequência escolar por grupos de idade no município, conforme apresentado no Gráfico 49. Essa taxa expressa a proporção da população de cada faixa etária que está frequentando algum nível de ensino, independentemente da correspondência com a série ou etapa adequada à idade.

Na primeira infância (0 a 3 anos), Araraquara apresenta uma taxa de frequência de 53%, significativamente superior à média nacional (33,9%) e estadual (49,2%). A situação é ainda mais favorável na faixa de 4 a 5 anos, em que a taxa de 93,8% coloca Araraquara acima das médias do Brasil (86,7%) e de São Paulo (90,4%), indicando uma quase universalização da pré-escola, em linha com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Municipal de Educação de Araraquara. No que se refere ao ensino fundamental (6 a 14 anos), a taxa de frequência é de 98,3%, praticamente universalizada e em sintonia com os indicadores nacional (98,3%) e paulista

(98,3%), confirmando que o município garante, com eficácia, o acesso à escolarização obrigatória nessa faixa etária. No entanto, ao observar a faixa de 15 a 17 anos, que corresponde majoritariamente ao ensino médio, verifica-se uma leve queda para 83,1%, situando Araraquara abaixo da média nacional (85,3%) e da média estadual (85%). Esse dado acende um sinal de alerta sobre os desafios de permanência e conclusão do ensino médio, etapa que historicamente registra os maiores índices de evasão e abandono, muitas vezes associados à necessidade de trabalhar, à defasagem idade-série ou à baixa atratividade curricular.

Gráfico 49. Araraquara: Taxa Bruta de Frequência Escolar por Grupos de Idade, Segundo o Censo de 2022

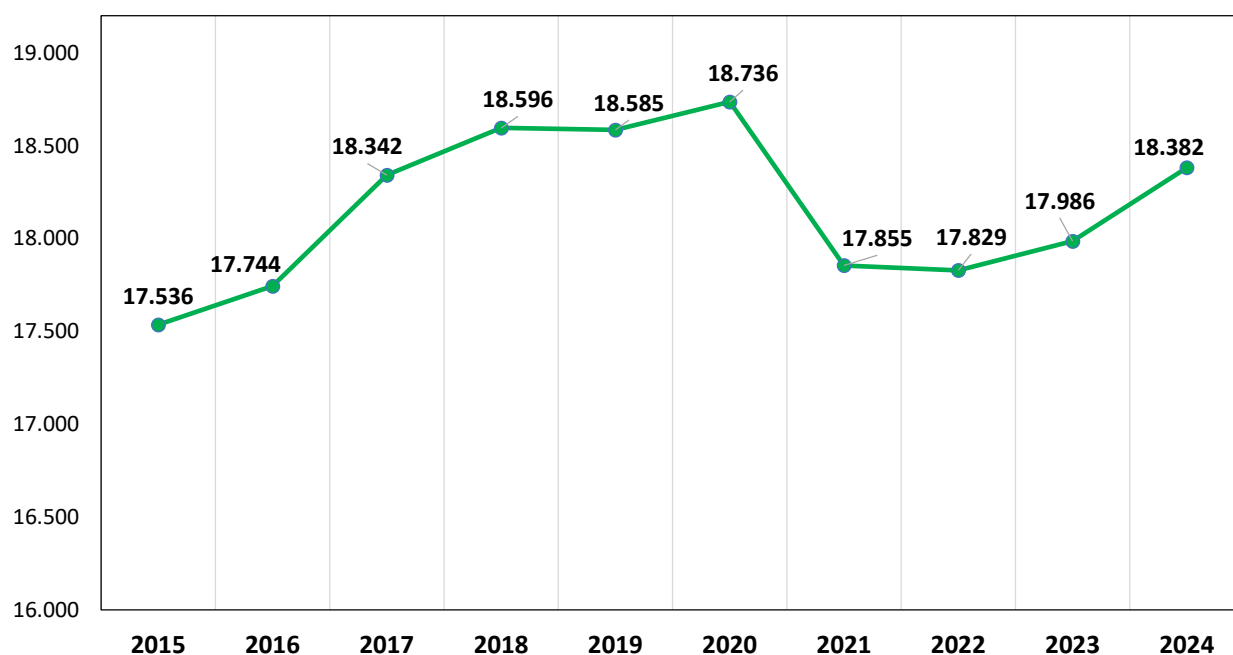


Fonte: IBGE, Censo 2022

Por outro lado, a taxa de frequência na faixa de 18 a 24 anos — que abrange principalmente o ensino superior e a educação técnica — é de 30,1%, superior tanto à média do Brasil (27,7%) quanto à do estado de São Paulo (26,3%). Esse resultado demonstra a presença de políticas e instituições que favorecem a continuidade dos estudos para além da educação básica, indicando que parte expressiva da juventude araraquarense consegue se manter em trajetória educacional após o ensino médio. Já entre os adultos com 25 anos ou mais, a taxa de frequência escolar em Araraquara é de 6,5%, ligeiramente superior às médias do estado (6,1%) e do país (6,2%). Apesar desse leve avanço, os dados evidenciam que a ampla maioria da população adulta ainda está fora da escola, o que reforça a urgência de estratégias mais robustas e contínuas voltadas à alfabetização de adultos, à educação ao longo da vida e à formação profissional. Essas ações são essenciais para garantir a inclusão social, ampliar oportunidades no mercado de trabalho e reduzir as desigualdades educacionais acumuladas ao longo do tempo.

A evolução das matrículas na Educação Básica da Rede Pública Municipal de Araraquara, conforme os dados do Censo Escolar do INEP apresentados no Gráfico 50, revela oscilações pontuais ao longo da última década, com destaque para alguns anos em que ocorreram variações mais expressivas. Entre 2015 e 2018, houve um crescimento acumulado significativo: o número de matrículas passou de 17.536 para 18.596, o que representa um aumento de aproximadamente 6%. O ano de 2020 marca o ponto mais alto da série, com 18.736 matrículas — um crescimento de 6,8% em relação a 2015. Esse pico ocorreu no contexto do início da pandemia da COVID-19, período em que parte das famílias pode ter migrado seus filhos da rede privada para a pública, em função da instabilidade econômica. A partir de 2021, observa-se uma tendência de queda, com as matrículas recuando para 17.829 em 2022 — uma redução de 4,8% em relação a 2020. Em 2024, verifica-se uma recuperação, com 18.382 matrículas — um crescimento de 3,1% em comparação a 2022. Embora os números ainda estejam abaixo do pico registrado em 2020, esse movimento aponta para uma possível estabilização e recuperação gradual do fluxo escolar. O desafio agora é consolidar a retomada e promover condições que garantam acesso, permanência e aprendizagem com qualidade para todos os estudantes.

Gráfico 50. Araraquara: Evolução da Matricula na Educação Básica da Rede Pública Municipal (2015-2024)



Fonte: INEP/Censo Escolar

De acordo como o mostrado na Tabela 14, os dados de 2024 mostram que a Rede Pública Municipal de Araraquara mantém uma estrutura sólida e abrangente, com avanços consistentes no atendimento à infância e na inclusão educacional. Ao mesmo tempo, apontam para desafios persistentes, como a revalorização da EJA e a consolidação de ações que assegurem qualidade, permanência e equidade em todas as etapas do percurso escolar.

A análise da participação percentual de cada etapa evidencia com maior precisão os focos de atendimento da rede municipal. Em 2024, observa-se a predominância da Educação Infantil, que concentra 53,4% do total de alunos matriculados, com destaque para a forte presença nas creches (5.477 alunos) e na pré-escola (4.337 alunos). O Ensino Fundamental corresponde a 41,4% das matrículas, distribuídas entre os anos iniciais (27,9%) e os anos finais (13,5%). Já a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa apenas 1,9% do total, enquanto a Educação Especial responde por 3,3%, embora esse segmento esteja transversalmente integrado às demais etapas. Esses dados reforçam o papel central da Educação Infantil no atendimento municipal, refletindo o compromisso de Araraquara com a expansão do acesso desde os primeiros anos de vida escolar, ao mesmo tempo em que apontam para a necessidade de fortalecer outras etapas e modalidades ainda menos contempladas

Tabela 14. Araraquara: Número de Matrículas da Educação Básica, por Etapa de Ensino, na Rede Pública Municipal (2015-2024)

Ano	Total	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Educação Especial
		Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais		
2015	17.536	9.630	5.406	4.224	7.159	4.428	2.731	361	386
2016	17.744	9.820	5.382	4.438	7.134	4.514	2.620	392	398
2017	18.342	10.170	5.716	4.454	7.306	4.688	2.618	460	406
2018	18.596	10.361	5.852	4.509	7.361	4.825	2.536	460	414
2019	18.585	10.361	5.696	4.665	7.363	5.044	2.319	422	439
2020	18.736	10.284	5.584	4.700	7.479	5.084	2.395	500	473
2021	17.855	9.475	4.963	4.512	7.565	5.140	2.425	366	449
2022	17.829	9.546	5.039	4.507	7.433	5.161	2.272	343	507
2023	17.986	9.651	5.089	4.562	7.518	5.128	2.390	268	549
2024	18.382	9.814	5.477	4.337	7.607	5.130	2.477	346	615

Fonte: INEP/Censo Escolar

■ Educação Infantil

A Meta 1 do Plano Municipal de Educação de Araraquara, instituída pela Lei Municipal nº 8.479, de junho de 2015, com vigência de dez anos (2015–2025), estabelece dois compromissos principais: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos, e ampliar a oferta de vagas em creches, de forma a atender, com qualidade, no mínimo 60% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do plano.

Em 2022, a taxa bruta de frequência escolar para crianças de 4 a 5 anos em Araraquara foi de 93,82%, segundo dados do IBGE. Embora esse índice represente um avanço expressivo na cobertura da pré-escola, a meta de universalização ainda não foi plenamente atingida, pois o conceito de universalização pressupõe o atendimento de 100% das crianças dessa faixa etária. A diferença restante, ainda que pequena, mostra que parte do público-alvo segue fora da escola,

o que exige esforços adicionais para assegurar o cumprimento integral do direito à educação infantil obrigatória. No grupo de 0 a 3 anos, correspondente à etapa da creche, a taxa de frequência registrada foi de 53%, valor próximo à meta de 60% estabelecida para ser alcançada até 2025. Esse indicador mostra que o município está em trajetória de expansão, e que o alcance da meta é viável, desde que haja continuidade nas ações voltadas à ampliação da oferta com qualidade, especialmente na criação de novas vagas, na melhoria das condições de atendimento e no fortalecimento das ações da gestão pública voltadas à primeira infância.

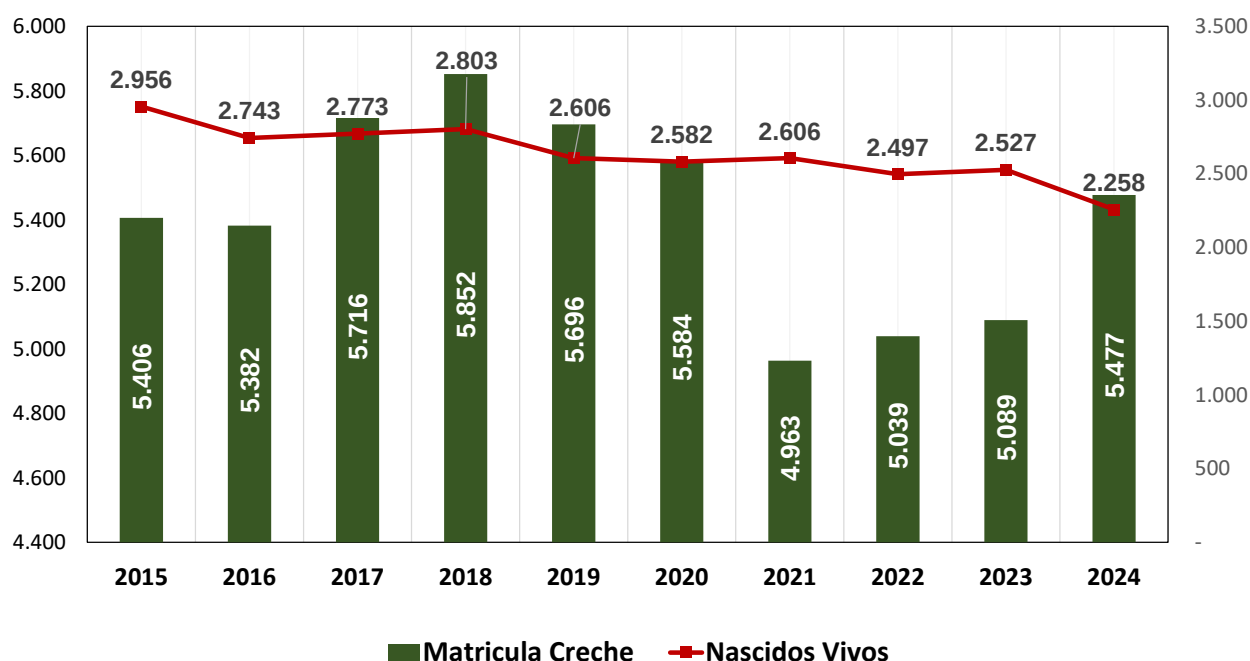
O atendimento em tempo integral na Educação Infantil da rede pública municipal de Araraquara, que alcançou 59% em 2024, representa um avanço importante, mas ainda insuficiente diante dos desafios e demandas sociais existentes. Embora mais da metade das crianças matriculadas estejam contempladas com jornada ampliada, o dado também revela que cerca de 4 em cada 10 crianças ainda permanecem em tempo parcial, o que limita o potencial da educação infantil como promotora de desenvolvimento integral e de redução das desigualdades desde os primeiros anos de vida.

A análise por etapa expõe diferenças importantes. Na creche, o índice de atendimento em tempo integral foi de 62,8%, o que pode ser interpretado como um sinal positivo, considerando a complexidade envolvida na oferta de vagas para essa faixa etária. No entanto, o fato de mais de um terço das crianças de 0 a 3 anos ainda estarem em tempo parcial aponta para a necessidade de expansão contínua da rede, tanto em infraestrutura quanto em equipes pedagógicas e cuidadoras, especialmente em bairros com maior vulnerabilidade social. A creche em tempo integral, além de direito da criança, é um suporte essencial para mães trabalhadoras e famílias em situação de precariedade. Na pré-escola, o percentual de atendimento em tempo integral foi de 54,2%, menor do que o observado na creche, mesmo sendo uma etapa obrigatória e que exige maior articulação entre cuidados e processos pedagógicos estruturados. Essa diferença reforça a urgência de uma política mais sistemática de ampliação da jornada também na pré-escola, garantindo que o tempo escolar seja usado de forma qualificada e integrada, e que a expansão do atendimento vá além do mero acesso. Assim, embora Araraquara apresente resultados expressivos em comparação a muitas realidades municipais, ainda há um caminho a percorrer para que o tempo integral se consolide como política universal e equitativa na educação infantil. Isso exige planejamento de longo prazo, investimento público continuado, formação de equipes e priorização da infância no orçamento e nas estratégias de desenvolvimento local.

A análise da evolução das matrículas em creches da Rede Pública Municipal de Araraquara, em comparação com o número de nascidos vivos no município, revela uma tendência bastante significativa no contexto da educação infantil, conforme os dados apresentados no Gráfico 51. Entre 2015 e 2024, observa-se uma relativa estabilidade no número de crianças matriculadas em creches, que oscilou entre aproximadamente 5 mil e 5,8 mil alunos ao longo do período. O ano de maior atendimento foi 2018, com 5.852 crianças matriculadas, enquanto o menor valor foi

registrado em 2021, com 4.963 matrículas, impactado pelos efeitos da pandemia da COVID-19 sobre o funcionamento das instituições e a demanda das famílias. Paralelamente, os dados sobre nascidos vivos indicam uma queda contínua e acentuada ao longo dos anos. Em 2015, o município registrou 2.956 nascimentos, e esse número caiu para 2.258 em 2024 (dato preliminar), o que representa uma redução de quase 24% em uma década. Essa tendência acompanha o fenômeno nacional de declínio da taxa de fecundidade e do envelhecimento demográfico, com impactos diretos na demanda potencial por vagas em creches.

Gráfico 51. Araraquara: Evolução das Matrículas em Creche da Rede Pública Municipal e do Número de Nascidos Vivos (2015-2024*)



Fonte: INEP/Censo Escolar e DataSUS
2024* Dado Preliminar do nº de Nascidos Vivos

O cruzamento dessas informações revela um dado relevante sobre a política de educação infantil em Araraquara: embora o número de nascidos vivos venha apresentando queda ao longo dos anos, o total de crianças matriculadas em creches tem se mantido elevado — e, em diversos anos, superou o volume anual de nascimentos, especialmente a partir de 2017. Esse comportamento mostra não apenas a manutenção da capacidade instalada, mas também a ampliação do acesso à educação infantil na faixa etária de 0 a 3 anos. A elevada taxa de cobertura sugere que o município tem reduzido barreiras históricas de acesso, como fila de espera e restrição de vagas, e promovido maior inclusão de crianças dessa faixa etária no sistema educacional.

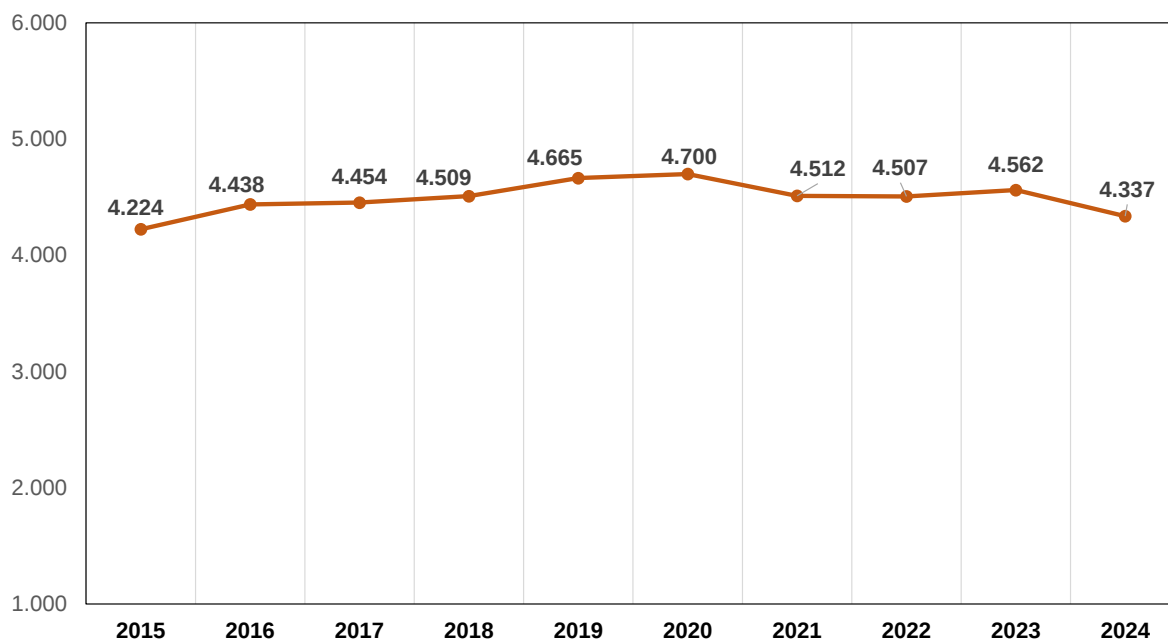
Em 2024, por exemplo, enquanto o número preliminar de nascidos vivos foi de 2.258, o total de crianças matriculadas em creches chegou a 5.477 — evidenciando o esforço da administração pública em ampliar a cobertura na educação infantil. Esse dado reforça a

importância de manter os investimentos na primeira infância, ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de um planejamento demográfico e educacional consistente, especialmente diante da tendência de queda na natalidade, que pode impactar progressivamente a demanda e a ocupação das unidades educacionais. De acordo com o Censo Demográfico de 2022 (IBGE), a Taxa de Fecundidade Total (TFT) em Araraquara foi de 1,25 filhos por mulher, abaixo da média do estado de São Paulo (1,37) e significativamente inferior à média nacional (1,54). Esse índice reflete transformações sociais estruturais, como o aumento da escolarização feminina, o maior acesso a métodos contraceptivos, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e o avanço da urbanização. À luz da educação infantil, esse cenário traz implicações relevantes para o planejamento de políticas públicas. A redução no número de nascimentos pode levar à estabilização ou até a diminuição da demanda por vagas em creches e pré-escolas nos próximos anos, abrindo espaço para que o município qualifique a oferta existente, com foco na ampliação do tempo integral e na melhoria da qualidade do atendimento. Ao mesmo tempo, torna-se fundamental adotar uma estratégia de equidade territorial, priorizando áreas com maior vulnerabilidade social, onde ainda persistem déficits de acesso.

A matrícula na etapa da pré-escola na Rede Pública Municipal, conforme apresentado no Gráfico 52, manteve-se relativamente estável ao longo da última década, com pequenas oscilações entre os anos. Em 2015, o número de crianças matriculadas era de 4.224, e esse total cresceu gradualmente, atingindo seu ponto mais alto em 2020, com 4.700 matrículas. Esse crescimento contínuo até 2020 reflete o esforço da rede municipal em ampliar a cobertura da educação infantil, especialmente após a obrigatoriedade da matrícula na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 59/2009. A partir de 2021, entretanto, observa-se uma leve oscilação negativa, com os números variando entre 4.512 e 4.562 nos anos seguintes. Em 2024, o número de matrículas recuou para 4.337, o menor patamar desde 2016.

Apesar da leve retração observada, os dados demonstram que a rede municipal de Araraquara tem mantido uma cobertura consistente na pré-escola, cumprindo seu papel na garantia do direito à educação infantil e assegurando o acesso da maioria das crianças de 4 e 5 anos a essa etapa educacional. O desafio para os próximos anos será consolidar a universalização do atendimento, mantendo a qualidade dos serviços prestados, mesmo diante de uma possível redução da demanda, e avançar no cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação.

Gráfico 52. Araraquara: Evolução das Matrículas na Pré-Escola da Rede Pública Municipal (2015-2024)



Fonte: INEP/Censo Escolar

■ Ensino Fundamental

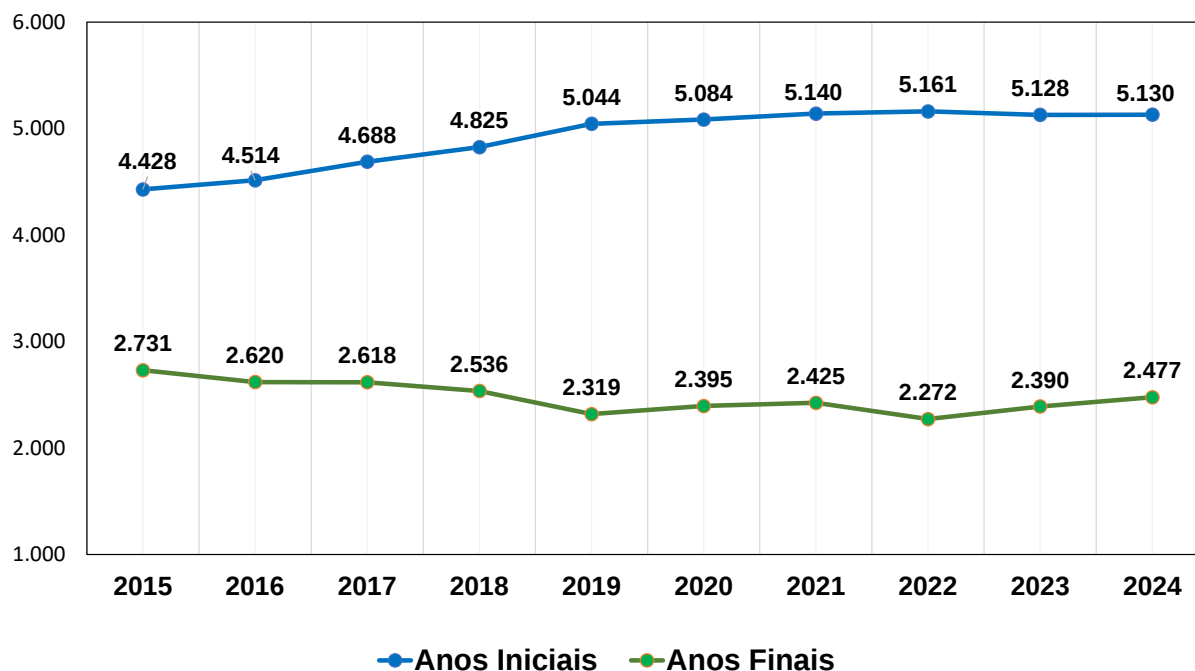
A Meta 2 do Plano Municipal de Educação de Araraquara (2015–2025) estabelece o compromisso de garantir a universalização do ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e assegurar que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o final da vigência do plano. De acordo com os dados do Censo Demográfico 2022 do IBGE, Araraquara atingiu uma taxa de frequência escolar de 98,3% entre crianças e adolescentes dessa faixa etária, o que evidencia um elevado grau de acesso à educação fundamental no município. Esse resultado aponta que a meta relativa à universalização do ensino fundamental está praticamente cumprida, considerando que mais de 98% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos estão frequentando a escola. No entanto, é importante destacar que a frequência escolar, embora seja um indicador fundamental de acesso, não assegura, por si só, a conclusão do ensino fundamental na idade adequada — segundo aspecto previsto na meta. Para que a meta seja plenamente alcançada, é necessário garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, o aprendizado e a progressão regular dos estudantes ao longo das séries. Dessa forma, embora as informações de 2022 indiquem que o município está muito próximo de cumprir a meta em sua totalidade, o desafio nos anos finais do plano está em acompanhar os indicadores de distorção idade-série e de conclusão na idade certa, assegurando que o sistema educacional promova trajetórias escolares contínuas, com qualidade e equidade.

De acordo com os dados do Censo Escolar 2024 do INEP, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 37,4% dos estudantes estão matriculados em escolas com oferta de tempo integral. No entanto, a análise da distribuição dessa oferta entre os estabelecimentos da rede pública municipal revela um cenário ainda desigual, embora em expansão. Apenas 1 escola

tem até 5% dos alunos em tempo integral, 3 estão entre 5% e 20%, a maioria (6) concentra-se entre 20% e 50%. Por outro lado, 5 escolas já superam a marca de 70% de matrículas em tempo integral e duas unidades operam com 100% dos alunos nessa modalidade, o que demonstra avanços importantes rumo à ampliação do tempo integral na rede. O cenário aponta para um crescimento gradual da política de tempo integral, embora ainda marcado por assimetrias no acesso. Essa disparidade torna-se ainda mais acentuada quando se observa a realidade dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), em que apenas 15,9% dos alunos têm acesso à jornada ampliada — uma cobertura bastante limitada justamente na etapa em que aumentam os riscos de evasão, repetência e queda no desempenho acadêmico. A leitura dos dados por estabelecimento da rede pública municipal de Araraquara confirma essa situação: 6 escolas estão na faixa entre mais de 5% e até 20%, 2 escolas possuem entre 20% e 50% das matrículas nessa modalidade e outras 2 entre 50% e 70%. Nenhuma escola municipal atinge mais de 70% de matrículas em tempo integral. Esses números mostram que, embora haja algum avanço, a oferta ainda é restrita e fragmentada, exigindo maior esforço de expansão justamente no segmento mais crítico da trajetória escolar.

De acordo com os dados do Censo Escolar do INEP, apresentados no Gráfico 53, a matrícula no Ensino Fundamental da rede pública municipal de Araraquara revela dinâmicas distintas entre os Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e os Anos Finais (6º ao 9º ano), no período de 2015 a 2024. Nos Anos Iniciais, observa-se um crescimento expressivo entre 2015 e 2019: o número de matrículas passa de 4.428 para 5.044, o que representa um aumento de aproximadamente 13,9%. Após esse avanço, os dados indicam estabilidade em torno de 5.100 matrículas nos anos seguintes, com leve oscilação — em 2024, o total é de 5.130 alunos, sinalizando manutenção da capacidade de atendimento nessa etapa. Já nos Anos Finais, a trajetória é inicialmente de queda: entre 2015 e 2019, o número de matrículas cai de 2.731 para 2.319, uma redução de 15,1%. A partir de 2020, no entanto, há sinais de recuperação. Em 2024, o total de matrículas atinge 2.477, o que representa um crescimento de 6,8% em relação a 2019. Ainda que modesta, essa retomada é importante, pois aponta possíveis avanços nas políticas de retenção e combate à evasão.

Gráfico 53. Araraquara: Evolução da Matrícula no Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) da Rede Pública Municipal (2015-2024)

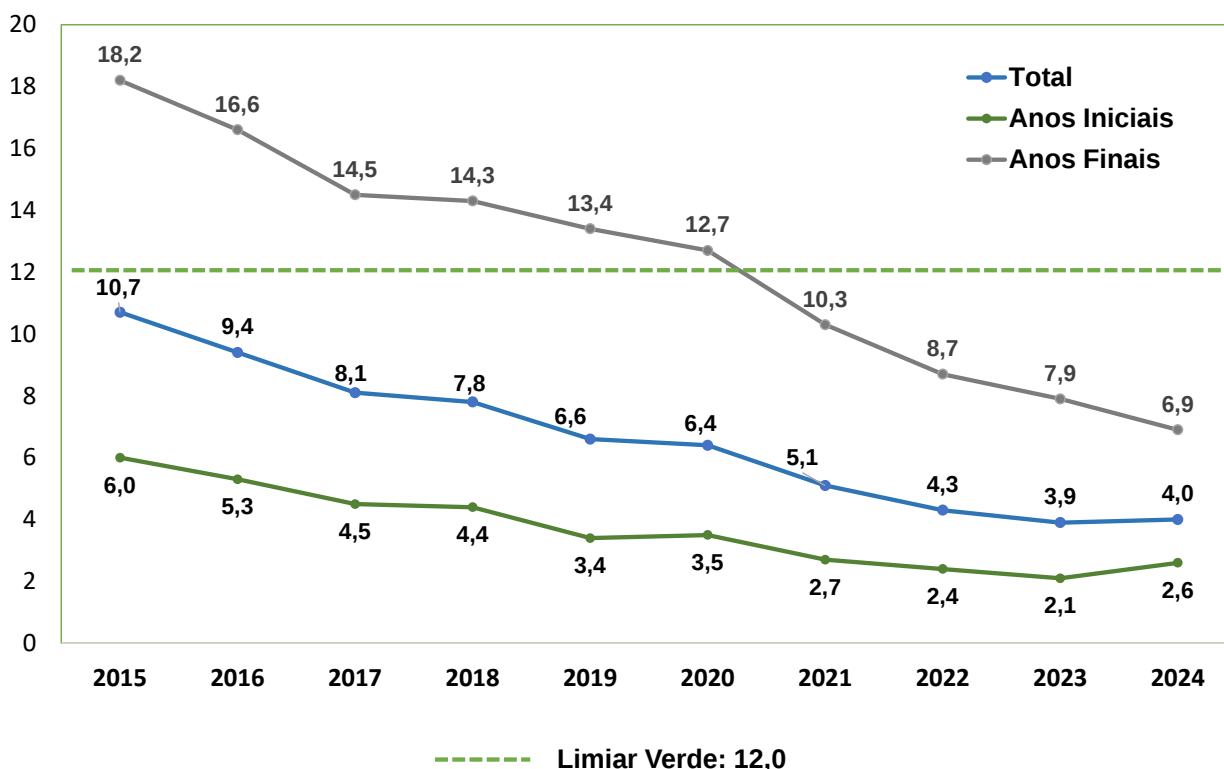


Fonte: INEP/Censo Escolar

A taxa de Distorção Idade-Série mede o percentual de estudantes matriculados em um ano escolar incompatível com sua idade, considerando-se em defasagem aqueles com dois anos ou mais de atraso em relação ao fluxo escolar esperado. De acordo com os dados do INEP, apresentados no Gráfico 54, essa taxa no Ensino Fundamental da rede pública municipal de Araraquara manteve-se, entre 2015 e 2024, abaixo da meta de 12% estabelecida pelo ODS 4 no Índice de Desenvolvimento Sustentável. Nesse período, a taxa total caiu de 10,7% para 4,0%, representando uma redução superior a 60%. Isso significa que, em 2024, a cada 100 crianças matriculadas, apenas quatro apresentavam atraso escolar de dois anos ou mais. Essa queda contínua reflete avanços significativos no enfrentamento da defasagem idade-série e na consolidação de uma trajetória escolar mais regular, contribuindo para a permanência e o sucesso dos estudantes ao longo da educação básica.

Nos Anos Iniciais, os percentuais já estavam abaixo do limiar de 12,0% em todo o período analisado. Em 2015, a taxa era de 6,0%, caindo gradualmente até alcançar 2,6% em 2024. Essa trajetória mostra um fluxo escolar cada vez mais regular nas séries iniciais, com baixa incidência de alunos com atraso escolar. Já nos Anos Finais, a situação era mais crítica no início da série histórica. Em 2015, a taxa era de 18,2%, evidenciando um alto número de estudantes fora da idade adequada para a série cursada. A partir de 2016, inicia-se um processo de queda contínua, com destaque para o período entre 2021 e 2024, quando a distorção cai de 10,3% para 6,9%, uma redução de cerca de 33%. Importante notar que, a partir de 2021, a taxa dos Anos Finais também passa a ficar abaixo do limiar de 12,0%, o que representa um marco positivo na regularização do fluxo escolar dessa etapa, historicamente mais vulnerável à repetência e à evasão.

Gráfico 54. Araraquara: Evolução da taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental (Total, Anos Iniciais e Finais) da Rede Pública Municipal (2015-2024)

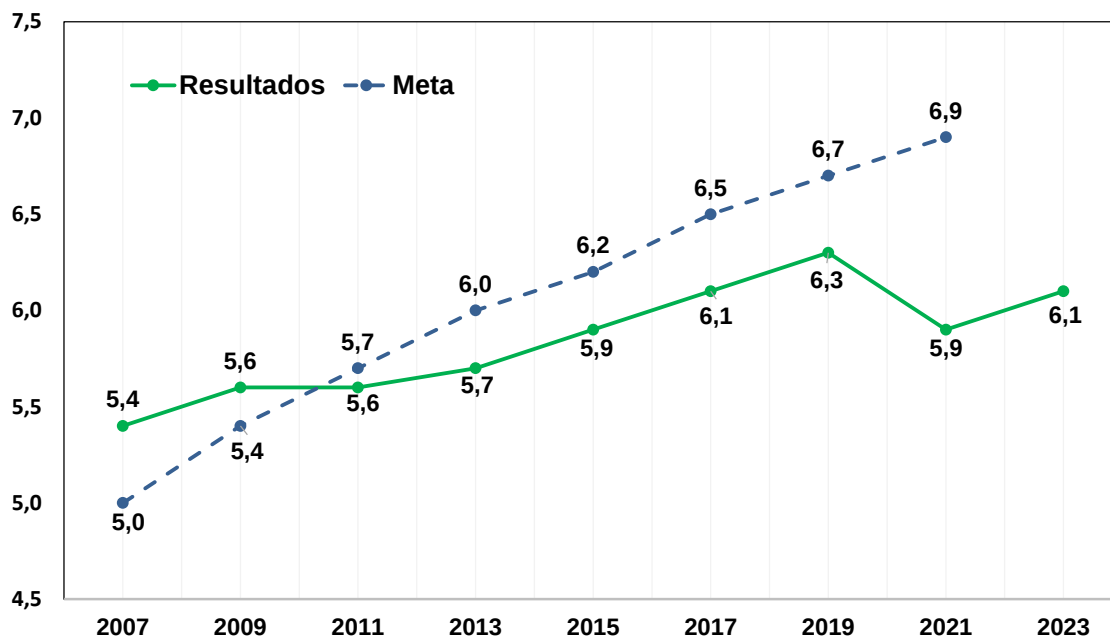


Fonte: INEP/Censo Escolar

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador criado pelo INEP para medir a qualidade da educação nas escolas públicas brasileiras. Ele combina dois fatores: o desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas de Língua Portuguesa e Matemática e as taxas de aprovação escolar, refletindo tanto o aprendizado quanto a progressão dos alunos. Calculado para os Anos Iniciais, Anos Finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, o IDEB varia de 0 a 10 e serve como referência para o acompanhamento de metas e a formulação de políticas públicas voltadas à melhoria da educação básica no país.

A trajetória do IDEB no Ensino Fundamental – Anos Iniciais da rede pública municipal de Araraquara, conforme os dados do INEP apresentados no Gráfico 55, demonstra avanços discretos ao longo do tempo, embora os resultados tenham permanecido abaixo das metas estabelecidas para todos os ciclos de avaliação entre 2011 e 2023.

Gráfico 55. Araraquara: Índice IDEB - Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal (2007-2023)

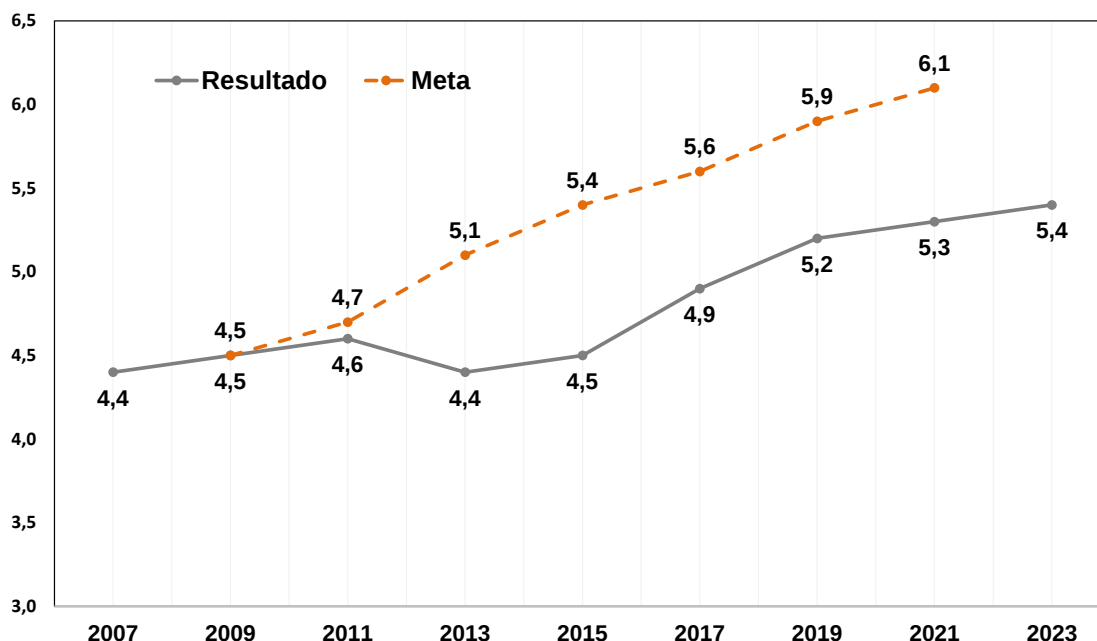


Fonte: MEC/INEP

Após alcançar a meta em 2009 (5,6), os índices voltaram a ficar aquém do esperado nos anos subsequentes, ainda que com leve tendência de crescimento até 2019, quando atingiram o maior valor da série (6,3). Contudo, esse desempenho foi seguido por uma queda em 2021 (5,9), com leve recuperação em 2023 (6,1). Apesar de os resultados indicarem avanços em relação a 2007, a distância entre os valores alcançados e as metas projetadas aumentou a partir de 2015, sinalizando a necessidade de intensificar os esforços para elevar a aprendizagem e atingir os parâmetros de qualidade definidos nacionalmente.

A trajetória do IDEB nos Anos Finais do Ensino Fundamental, conforme os dados apresentados no Gráfico 56, revela uma evolução positiva, porém ainda aquém das metas estabelecidas ao longo do período. Entre 2007 e 2023, os resultados avançaram de 5,4 para 6,1, configurando uma elevação de 0,7 ponto em 16 anos. No entanto, mesmo com essa tendência de crescimento gradual — mais expressiva a partir de 2015 — os resultados permaneceram abaixo das metas projetadas pelo INEP em todos os anos de aplicação. Em 2021, por exemplo, o IDEB alcançado foi 5,9, enquanto a meta definida era 6,9, evidenciando um distanciamento significativo. Essas informações mostram que, embora haja progressos, ainda persistem desafios relacionados à melhoria da aprendizagem e ao aumento da proficiência nas etapas finais do Ensino Fundamental.

Gráfico 56. Araraquara: Índice IDEB - Anos Finais do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal (2007-2023)



Fonte: MEC/INEP

A Meta 7 do Plano Municipal de Educação de Araraquara (2015–2025) estabelece o compromisso de fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias projetadas para o IDEB até o final da vigência do plano. No entanto, conforme demonstram os dados do INEP, os resultados do IDEB tanto nos Anos Iniciais quanto nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede pública municipal permaneceram, ao longo do período de vigência do PME, sistematicamente abaixo das metas definidas. A defasagem persistente em relação à essa meta aponta para a necessidade de fortalecer as estratégias pedagógicas, intensificar o acompanhamento das aprendizagens, reduzir as taxas de distorção idade-série e promover ações intersetoriais voltadas à permanência e ao sucesso escolar. Além disso, recomenda-se que os resultados obtidos até 2023 sejam considerados como subsídios para a revisão e atualização do próximo ciclo do Plano Municipal de Educação, com metas mais realistas, porém ambiciosas, acompanhadas de políticas eficazes para seu cumprimento.

No campo da alfabetização na idade certa, os primeiros resultados do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, divulgados pelo Ministério da Educação em 2024, apontam que apenas 56% das crianças brasileiras estão alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental. Embora esse percentual represente uma melhora em relação aos índices registrados durante a pandemia, ele ainda está significativamente abaixo da meta nacional de 80% estabelecida para 2030. Em Araraquara, os dados revelam um desempenho igualmente insatisfatório. De acordo com o Censo Escolar/INEP, o município também apresenta 56% de alunos alfabetizados ao final do 2º ano, além de registrar um nível médio de alfabetização classificado como nível 2 em uma escala padronizada — o que indica que a maioria das crianças permanece em estágios iniciais do processo de letramento. Essa condição compromete não apenas a consolidação da alfabetização,

mas também o percurso escolar futuro, acentuando o risco de defasagens acumuladas nas etapas seguintes da educação básica. Destaca-se, no entanto, a elevada taxa de participação nas avaliações — 90% — o que confere alta representatividade e confiabilidade aos dados apresentados.

O desempenho de Araraquara, ao se equiparar à média nacional, é particularmente preocupante, sobretudo considerando que o Brasil inclui inúmeros municípios marcados por severas restrições orçamentárias, baixos níveis de escolaridade familiar e deficiências estruturais crônicas. Araraquara, por sua vez, possui indicadores socioeconômicos mais favoráveis, uma rede escolar consolidada, elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ampla cobertura de serviços públicos e presença de instituições de ensino técnico e superior. Diante desse contexto, seria razoável esperar que o município apresentasse resultados significativamente superior à média nacional — e não simplesmente equivalentes a ela.

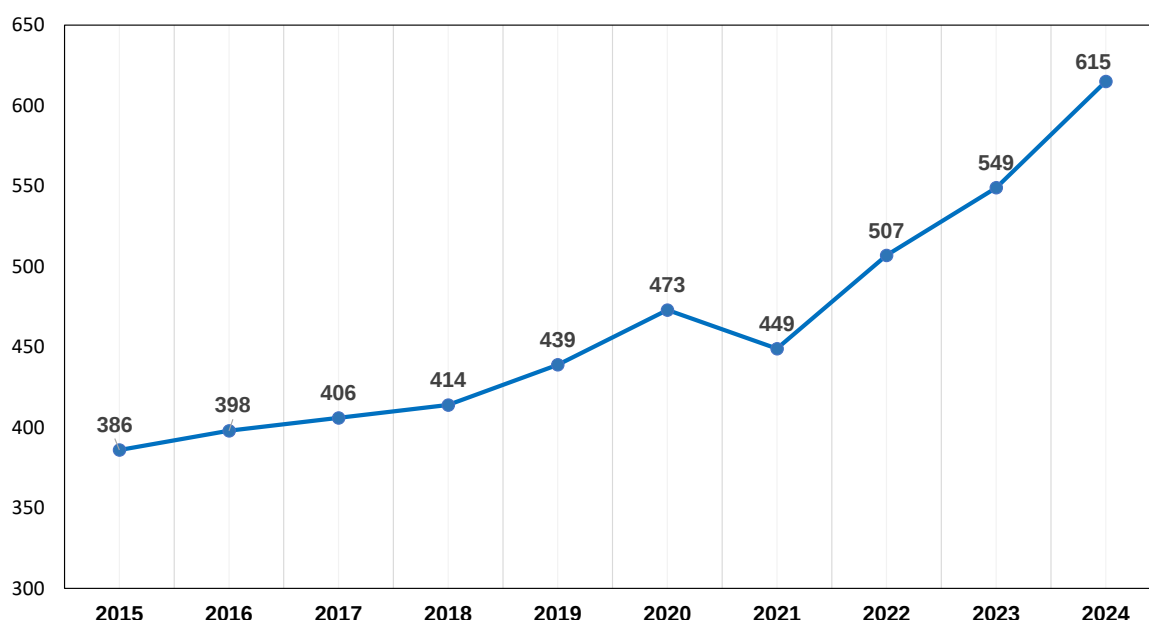
■ Educação Especial

A Educação Especial é garantida por um conjunto de marcos legais e normativos que asseguram o direito à educação inclusiva e de qualidade para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. No plano nacional, destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Decreto nº 7.611/2011, que regula a oferta da educação especial no contexto da educação inclusiva, e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que fundamenta o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino, com suporte de salas de recursos multifuncionais, serviços e apoios especializados. Em 2020, o Decreto nº 10.502/2020 propôs uma nova política para a Educação Especial, criando a possibilidade de ampliação de classes e escolas especializadas. Essa proposta foi posteriormente revogada pelo Decreto nº 11.815/2023, que restabeleceu os fundamentos da política anterior, reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com a construção de um sistema educacional inclusivo e com o atendimento educacional especializado como complementar, e não substitutivo, à escolarização na rede regular.

Outro marco relevante é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, que estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes da educação básica e reforça a necessidade de garantir acessibilidade curricular, materiais adaptados e práticas pedagógicas inclusivas. No contexto local, a Meta 4 do Plano Municipal de Educação de Araraquara (2015–2025) estabelece como objetivo universalizar o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado para estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo um sistema educacional inclusivo estruturado com salas de recursos, classes especializadas e parcerias públicas ou conveniadas.

De acordo com os dados do Censo Escolar do INEP apresentados no Gráfico 57, observa-se uma evolução significativa nas matrículas da Educação Especial na rede pública municipal entre 2015 e 2024. Em 2015, foram registradas 386 matrículas, e esse número cresceu gradualmente, atingindo 439 em 2019. Em 2020, houve um aumento expressivo para 473 matrículas, o que representa um crescimento de 22,5% em relação a 2015. Após uma leve queda em 2021 (449 matrículas), os dados mostram uma retomada contínua: 507 matrículas em 2022, até atingir 615 em 2024 — o maior valor da série, correspondendo a um crescimento acumulado de 59,3% em relação ao início do período. Essa trajetória revela avanços importantes nas políticas de inclusão do município, demonstrando o compromisso progressivo com os princípios da equidade, da acessibilidade e da educação de qualidade para todos.

Gráfico 57. Araraquara: Evolução da Matricula na Educação Especial da Rede Pública Municipal (2015-2024)



Fonte: INEP/Censo Escolar

■ Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica voltada a pessoas que não tiveram acesso ou permanência na escola na idade apropriada. Prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a EJA deve ser ofertada nos níveis de ensino fundamental e médio, garantindo o direito à educação ao longo da vida, respeitando as especificidades dos sujeitos jovens, adultos e idosos. O Plano Nacional de Educação (PNE) e diretrizes do Conselho Nacional de Educação reconhecem que a EJA é essencial para a superação das desigualdades educacionais históricas, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade social.

No município de Araraquara, esse compromisso está explicitado na Meta 8 do Plano Municipal de Educação (PME 2015–2025), que estabelece como objetivo elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, alcançando no mínimo 12 anos de estudo até o final da vigência do plano, com atenção especial às populações do campo, das regiões de menor escolaridade, aos 25% mais pobres da população e à igualdade de escolaridade entre negros e não negros, conforme os dados declarados ao IBGE. Trata-se de uma meta que articula o direito à educação com o enfrentamento das desigualdades raciais, territoriais e socioeconômicas, promovendo justiça educacional e inclusão.

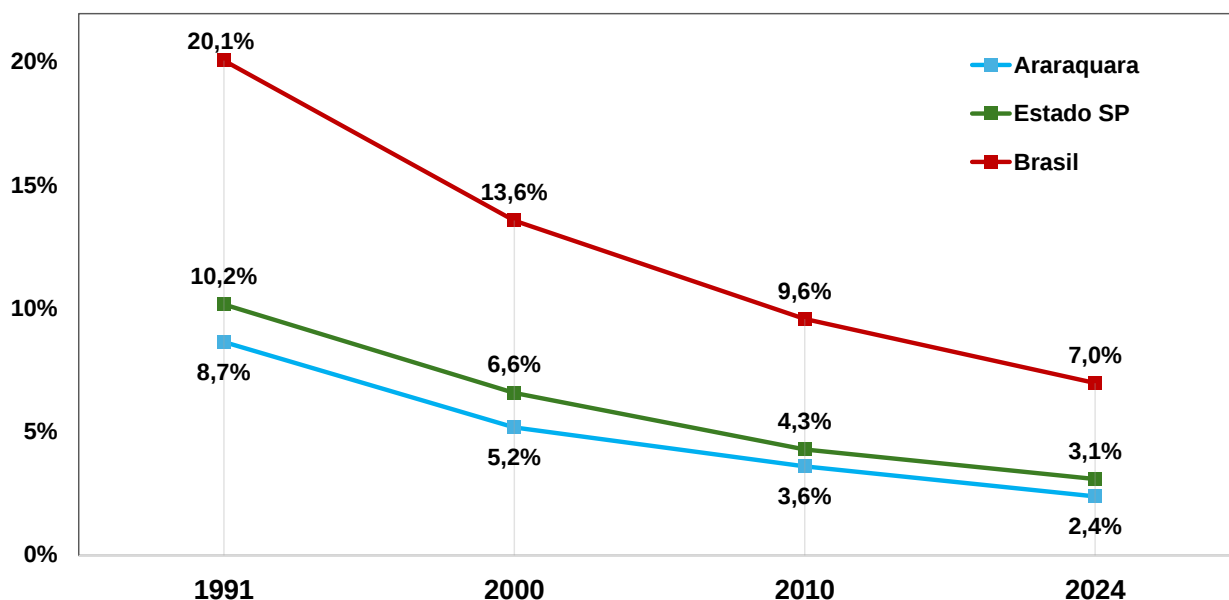
Segundo dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, o número médio de anos de estudo da população de Araraquara com 11 anos ou mais é de 10,9 anos. Entre os indivíduos com 25 anos ou mais de idade — faixa etária que costuma refletir a escolarização consolidada ao longo da vida — essa média sobe ligeiramente para 11,1 anos. A diferença entre os gêneros é mínima: os homens apresentam média de 11,2 anos de estudo, enquanto as mulheres registram 11,1 anos, o que sugere relativa equidade de acesso educacional entre os sexos no município. Embora esses indicadores revelem avanços importantes no nível de escolaridade da população araraquarense ao longo das últimas décadas, os dados também evidenciam que a média geral ainda está abaixo dos 12 anos de estudo, patamar que corresponde à conclusão do ensino médio.

O perfil do nível de instrução da população de Araraquara com 18 anos ou mais, segundo os dados do Censo 2022, revela avanços importantes na escolarização dos jovens, ao mesmo tempo em que evidencia desafios persistentes entre a população adulta. A distribuição por faixa etária permite observar contrastes significativos no acesso e na conclusão dos diferentes níveis de ensino. Considerando o total da população com 18 anos ou mais, 41,2% estão entre o médio completo e o superior incompleto; 23,6% têm superior completo; 14,7% concluíram o fundamental, mas não completaram o médio; e 20,6% não completaram sequer o ensino fundamental. Diante desse cenário, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Araraquara assume um papel estratégico ao buscar atender os 35,3% da população que não concluíram a educação básica — somando aqueles sem instrução, com fundamental incompleto ou com ensino fundamental completo sem acesso ao ensino médio.

Entre os jovens de 18 a 24 anos, destaca-se que 68,6% possuem ensino médio completo até superior incompleto, indicando uma consolidação do ensino básico nessa faixa etária. Apenas 4,8% ainda não completaram o ensino fundamental, o que representa uma melhora em relação às gerações anteriores. No entanto, apenas 9,1% já concluíram o ensino superior, refletindo o fato de que muitos ainda se encontram em fase de formação ou inserção no ensino superior. Já na população com 25 anos ou mais, o cenário é mais heterogêneo: 37,6% possuem ensino médio completo até superior incompleto, enquanto 25,5% concluíram o ensino superior. Por outro lado, um contingente ainda expressivo — 22,6% — permanece sem instrução ou com fundamental incompleto, e 14,3% possuem apenas o ensino fundamental completo, sem alcançar o médio, totalizando 36,9% da população adulta com escolarização incompleta.

Conforme apresentado no Gráfico 58, a taxa de analfabetismo em pessoas com 15 anos ou mais de idade em Araraquara tem mostrado uma trajetória contínua de redução nas últimas décadas, evidenciando avanços consistentes no campo da educação de jovens e adultos. Em 1991, o município registrava uma taxa de 8,7%, inferior à média do Estado de São Paulo (10,2%) e significativamente abaixo do índice nacional (20,1%), já indicando um desempenho educacional relativamente positivo no contexto estadual e nacional. Nas décadas seguintes, essa taxa caiu progressivamente: atingiu 5,2% em 2000, reduziu-se para 3,6% em 2010 e chegou a 2,4% em 2024. Esse resultado posiciona Araraquara entre os municípios com menor incidência de analfabetismo, à frente das médias estadual (3,1%) e nacional (7,0%) no último ano observado. Tais dados refletem a eficácia de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à educação básica e à garantia do direito à alfabetização ao longo da vida.

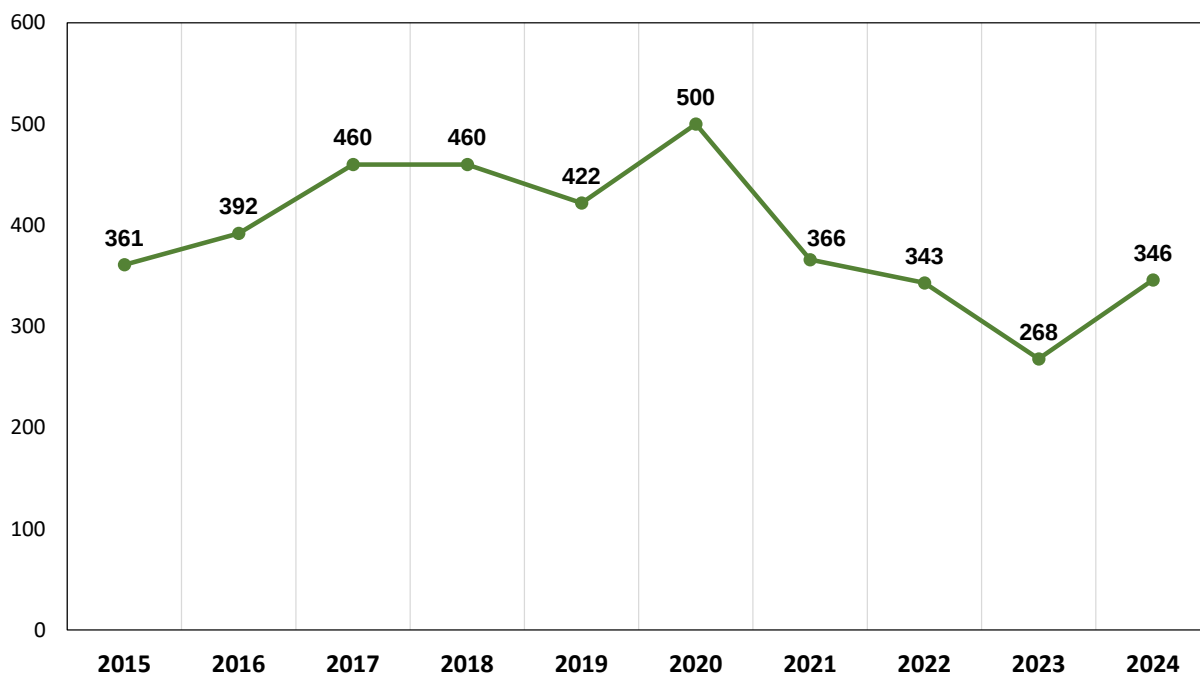
Gráfico 58. Araraquara: Taxa de Analfabetismo em Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade (Censos 1991, 2000, 2010 e 2022)



Fonte: IBGE

No entanto, ao se confrontar esse desempenho com a Meta 9 do Plano Municipal de Educação de Araraquara, observa-se que o município ainda não alcançou plenamente o objetivo de elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 98% até 2017 e erradicar o analfabetismo até o final da vigência do plano. Embora a taxa atual de 2,4% represente um avanço expressivo, ela permanece acima do patamar necessário para a erradicação completa, conforme pactuado no plano. Portanto, apesar dos resultados positivos, Araraquara ainda precisa reforçar estratégias específicas para atingir integralmente as metas estabelecidas, consolidando sua posição como referência em alfabetização no cenário estadual e nacional.

Gráfico 59. Araraquara: Evolução da Matrícula na EJA da Rede Pública Municipal (2015-2024)



Fonte: INEP/Censo Escolar

A trajetória recente das matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Araraquara revela importantes variações que ajudam a compreender os desafios e avanços dessa modalidade no município ao longo da última década. Como apresentado no Gráfico 59, entre 2015 e 2024, o número de matrículas oscilou significativamente, marcando três momentos distintos: expansão, queda acentuada e leve recuperação. Entre 2015 e 2020, houve um período de crescimento consistente, com as matrículas aumentando de 361 para 500 alunos — uma alta acumulada de 38,5%. O crescimento mais expressivo ocorreu entre 2019 e 2020, quando o número de estudantes saltou de 422 para 500, registrando um incremento de 18,5% em apenas um ano. A partir de 2021, no entanto, o cenário mudou. Iniciou-se uma fase de retração intensa, com as matrículas caindo para 366 naquele ano, o que representa uma queda de 26,8% em relação a 2020. Essa tendência de redução continuou nos dois anos seguintes, chegando a 268 matrículas em 2023, o ponto mais baixo da série. Nesse intervalo, a retração acumulada foi de 46,4%. Em 2024, observa-se uma reversão parcial da tendência de queda, com um crescimento de 29,1% em relação ao ano anterior, totalizando 346 matrículas. Apesar dessa recuperação, o número ainda está distante dos níveis alcançados no período pré-pandemia, o que demonstra a persistência de obstáculos para a consolidação da EJA como política efetiva de inclusão educacional.

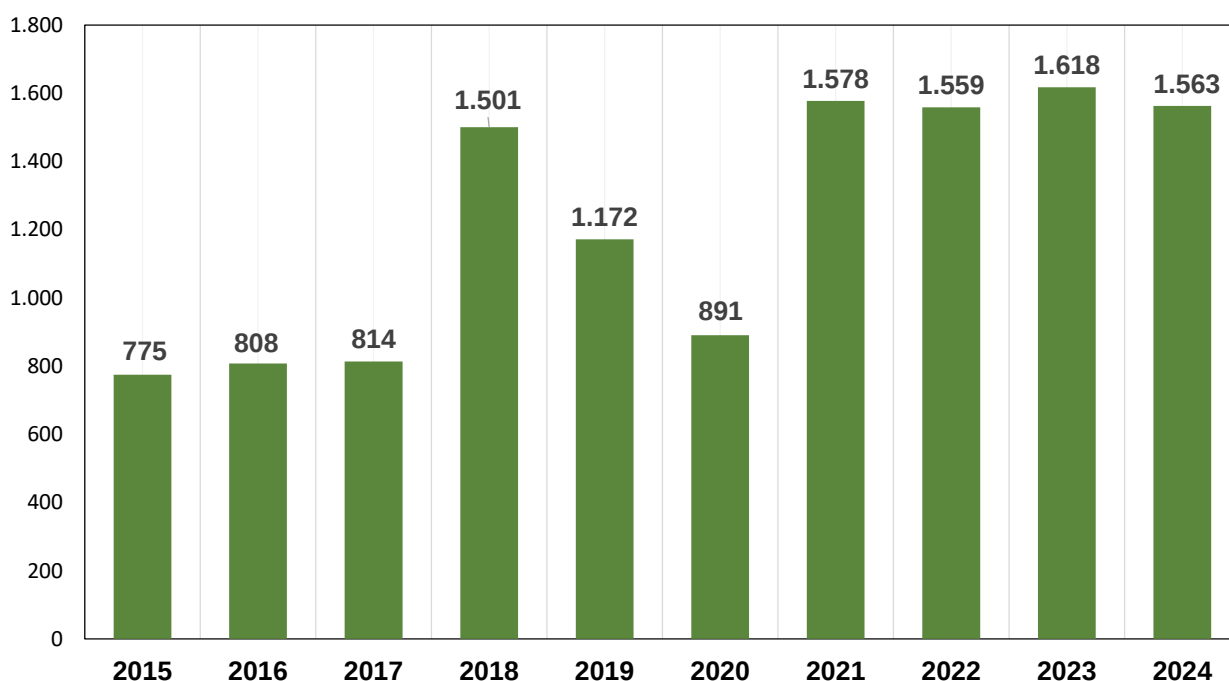
Tal tendência revela-se ainda mais preocupante ao ser confrontada com o dado de que 35,3% da população adulta de Araraquara não completou a educação básica — considerando aqueles sem instrução formal, com ensino fundamental incompleto ou com fundamental completo, mas sem acesso ao ensino médio. Essa proporção expressiva evidencia a existência de

um público potencial que permanece fora das salas de aula, mesmo diante da oferta da EJA, revelando um descompasso entre a demanda latente e a capacidade de mobilização, acolhimento e permanência por parte da rede pública.

■ Professores da Rede

Conforme apresentado no Gráfico 60, com base nos dados do Censo Escolar/INEP, a quantidade de professores da rede pública municipal de Araraquara variou significativamente entre 2015 e 2024, revelando ciclos distintos de expansão e retração do corpo docente ao longo da década.

Gráfico 60. *Evolução do Quadro Docente da Rede Pública Municipal (2015-2024)*



Fonte: INEP/Censo Escolar

Entre 2015 e 2018, observou-se um crescimento expressivo no número de professores. O total, que era de 775 em 2015, saltou para 1.501 em 2018, representando um aumento acumulado de 93,7% em apenas três anos. O avanço mais acentuado ocorreu entre 2017 e 2018, com um crescimento de 84,4% (de 814 para 1.501 professores). Esse movimento de expansão foi seguido por uma fase de retração. Em 2019, o número de docentes caiu para 1.172 — uma redução de 21,9% em relação ao ano anterior — e continuou diminuindo em 2020, atingindo 891 professores, o que representa um recuo de 40,6% em relação ao pico de 2018. A partir de 2021, houve uma retomada vigorosa na contratação de profissionais. O número saltou para 1.578 professores, um crescimento de 77,1% em comparação a 2020. Essa tendência de alta foi mantida nos dois anos seguintes, com 1.559 docentes em 2022 e um novo pico de 1.618 em

2023, o maior número registrado no período analisado. Há uma leve queda em 2024 para 1.563, o que representa uma variação de apenas -3,4% em relação ao ano anterior, mas ainda se mantém em um patamar elevado em comparação com os anos anteriores a 2018.

Em 2024, o município de Araraquara alcançou um índice expressivo de 98,2% de docentes da educação básica da rede pública municipal com formação superior em cursos de licenciatura, evidenciando um elevado grau de qualificação da sua força docente e refletindo o compromisso da gestão municipal com a valorização da formação inicial dos professores. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a exigência de formação em nível superior, preferencialmente na área de atuação, constitui um requisito fundamental para assegurar a qualidade do ensino. Nesse sentido, Araraquara se destaca positivamente ao praticamente universalizar essa condição em sua rede de ensino. Ainda que a qualificação inicial não seja o único fator determinante da qualidade do ensino, ela é um componente essencial para garantir práticas pedagógicas consistentes, maior capacidade de planejamento e atuação crítica dos educadores em sala de aula.

O dado também demonstra que Araraquara caminha em consonância com a Meta 15 do Plano Municipal de Educação (2015-2025), que estabelece que todos os professores da educação básica devem ter formação superior específica na área em que atuam, obtida por meio de cursos de licenciatura. Ao atingir 98,2%, o município praticamente cumpre essa meta, colocando-se como referência regional em termos de formação docente.

■ **Infraestrutura Escolar**

Com base nos dados do Censo Escolar do INEP de 2024, a rede pública municipal de Araraquara conta com 59 estabelecimentos de ensino, distribuídos entre as diferentes etapas e modalidades da educação básica, com destaque para a forte presença da Educação Infantil (Tabela 15).

Tabela 15. Araraquara: Número de Estabelecimentos da Rede Pública Municipal (2024)

Total	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Educação de Jovens e Adultos	Educação Especial Classes Comuns
	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Fundamental	
59	48	47	15	11	2	55

Fonte: INEP/Censo Escolar 2023

Das 48 unidades escolares de educação infantil do município, todas oferecem atendimento em creche e 47 também ofertam pré-escola, o que evidencia o papel estruturante da Educação

Infantil na rede municipal. Além disso, essa etapa também é atendida por 19 escolas privadas de educação infantil com autorização de funcionamento regularizada, integrantes do sistema municipal de ensino. Esses números indicam uma cobertura significativa da primeira infância, essencial ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

No Ensino Fundamental, a rede municipal mantém 15 escolas voltadas aos Anos Iniciais e 11 destinadas aos Anos Finais, sendo oito Centros de Educação Integral (CEIs) que atendem crianças e adolescentes de 6 a 14 anos. A maior concentração de unidades nos Anos Iniciais reflete tanto a política de municipalização dessa etapa quanto a atuação mais expressiva da rede estadual nos Anos Finais, com 21 escolas estaduais em funcionamento. Uma das deficiências na infraestrutura do Ensino Fundamental quanto na educação infantil, diz respeito à ausência de laboratórios de informática em algumas unidades escolares, o que limita o acesso dos alunos às tecnologias educacionais.

A oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) permanece bastante limitada, com apenas duas unidades escolares ofertando o Ensino Fundamental nessa modalidade, voltada a pessoas com 15 anos ou mais que não concluíram essa etapa da educação básica. Esse dado reforça os desafios de ampliação e fortalecimento da EJA no município, sobretudo diante do elevado percentual de adultos ainda fora da escola.

Por fim, 55 estabelecimentos da rede municipal atendem alunos da Educação Especial em classes comuns, o que aponta para um elevado grau de inclusão, com a ampla presença de estudantes público-alvo da educação especial matriculados em escolas regulares, conforme orientam as diretrizes nacionais de educação inclusiva. No entanto, até 2024, grande parte dessas escolas ainda não contava com a infraestrutura adequada para receber, de forma plena e acessível, crianças com deficiência, o que compromete a efetividade dessa inclusão.

Problemas e Desafios Prioritários para o Plano Estratégico 2025 – 2028

1. Apesar dos avanços no ODS 4, Araraquara ainda permanece na faixa de desenvolvimento médio, o que revela que os progressos obtidos, embora relevantes, ainda não asseguram qualidade e sustentabilidade plenas, sugerindo que a educação no município continua enfrentando desafios estruturais.
2. Embora próxima da meta, a taxa de frequência de 93,8% para crianças de 4 a 5 anos ainda está abaixo do ideal de 100%, exigido pela legislação.
3. Os índices de qualidade da educação (IDEB) nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental permanecem sistematicamente abaixo das metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação o que demonstra que, apesar dos avanços observados, a distância

entre os resultados alcançados e os objetivos projetados vem se ampliando continuamente.

4. Somente 56% das crianças estão alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, valor igual à média nacional e muito abaixo da meta nacional de 80% até 2030, o que compromete o desempenho futuro dos estudantes.
5. Apenas 59% das crianças da Educação Infantil estão em tempo integral e, na pré-escola, esse percentual cai para 54,2% o que limita o potencial da etapa como promotora de equidade desde a primeira infância.
6. Apesar dos avanços na matrícula de alunos da educação especial, grande parte das escolas ainda não passou pelas adaptações necessárias para garantir acessibilidade plena.
7. A oferta de tempo integral é desigual e insuficiente, especialmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental, onde apenas 15,9% dos alunos têm jornada ampliada, agravando vulnerabilidades em uma etapa já marcada por maiores riscos de evasão e defasagem.
8. Apesar do crescimento de 59,3% nas matrículas da Educação Especial entre 2015 e 2024, a qualidade e a infraestrutura para inclusão plena exigem investimento contínuo em salas de recursos, formação docente e apoio especializado.
9. A EJA em Araraquara enfrenta baixa efetividade, com oferta limitada e dificuldade de alcance, apesar da expressiva demanda de adultos sem escolarização básica, o que evidencia falhas na articulação entre necessidade social e resposta institucional.
10. Ausência de laboratórios de informática em algumas unidades escolares do Ensino Fundamental, o que limita o acesso dos alunos às tecnologias educacionais.
11. A redução de quase 24% no número de nascidos vivos entre 2015 e 2024 exige planejamento de médio e longo prazo para reorganização da oferta educacional, evitando ociosidade ou desequilíbrio regional da rede.

4.7 CULTURA

A cultura em Araraquara constitui um dos pilares fundamentais da identidade e da coesão social do município, expressando-se por meio de uma rica diversidade de manifestações artísticas, tradições populares e espaços de convivência comunitária. Reconhecida como a "Morada do Sol", a cidade abriga uma cena cultural ativa, sustentada por políticas públicas, instituições históricas e iniciativas da sociedade civil que promovem o acesso à arte e à cultura como direitos essenciais. Essa dinâmica cultural, além de fortalecer os vínculos comunitários e a

identidade local, também dialoga diretamente com os compromissos globais estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU. Em especial, a cultura desempenha um papel estratégico na promoção de cidades e comunidades sustentáveis, como preconiza o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11). Em Araraquara, diversas iniciativas culturais têm contribuído para a preservação do patrimônio histórico, a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento do tecido social urbano, evidenciando o potencial transformador da cultura na construção de uma cidade mais inclusiva, resiliente e integrada.

A cidade celebra sua cultura de diversas formas, com eventos culinários e festas populares que preservam as tradições interioranas. A cidade se anima com as festas juninas e a Feira Agrocomercial e Industrial (FACIRA). Araraquara também valoriza seu patrimônio e a literatura através da Semana do Patrimônio Histórico, da Semana dos Museus e da FliSol, a Festa Literária de Araraquara. A música popular tem seu espaço na Seresta a Caminho do Sol, e as celebrações religiosas do padroeiro São Bento em julho, com procissões e quermesses, reforçam a identidade cultural da região.

O município dispõe de um conjunto expressivo de equipamentos culturais que desempenham papéis fundamentais na democratização do acesso à cultura. Destacam-se, entre os espaços voltados às artes cênicas, o Teatro Municipal, o Teatro “Wallace Leal Valentin Rodrigues” e o Teatro de Arena, utilizados para espetáculos, formações e eventos públicos. A Casa da Cultura “Luís Antonio Martinez Corrêa”, além de sua importância simbólica como patrimônio tombado, funciona como centro cultural multifuncional, com programação formativa e expositiva.

A cidade conta ainda com bibliotecas públicas voltadas à leitura e formação cidadã, como a Biblioteca Municipal “Mário de Andrade” e a Biblioteca Infantil “Monteiro Lobato”. No campo da memória e preservação documental e artística, destacam-se o Arquivo Público Histórico Municipal “Professor Rodolfo Telarolli”, a Pinacoteca Municipal “Mário Ybarra de Almeida” e o Museu da Imagem e do Som “Maestro José Tescari” (MIS).

O acervo museológico é diversificado e abrange áreas distintas do conhecimento e da história local, com destaque para o Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria”, o Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAPA), o Museu do Futebol e dos Esportes, e o Museu Ferroviário “Francisco Aureliano de Araújo”.

Esses espaços se somam a um conjunto relevante de bens tombados que integram o patrimônio cultural de Araraquara, como a Esplanada das Rosas, a Praça da Matriz, o Palacete São Bento, a Estação Ferroviária, a antiga Chácara Sapucaia, entre outros imóveis e áreas de valor histórico, religioso e arquitetônico. Tais bens estão protegidos por legislações municipais e estaduais e evidenciam o compromisso institucional com a memória urbana.

Embora o município disponha de uma rede diversificada de equipamentos culturais, ainda enfrenta desafios significativos para consolidar a cultura como vetor estratégico de desenvolvimento humano, coesão social e fortalecimento da identidade local. Muitos desses equipamentos apresentam deficiências estruturais, como infraestrutura física deteriorada, ausência de acessibilidade universal, carência de profissionais qualificados e falta de planejamento continuado para conservação e modernização dos espaços. Além disso, são limitados os investimentos em tecnologia e acessibilidade comunicacional, dificultando a adaptação dos espaços culturais às novas linguagens e práticas contemporâneas, bem como à inclusão plena de diferentes públicos. Soma-se a isso a concentração das atividades culturais na região central da cidade e a escassez de equipamentos nas áreas periféricas e distritos, comprometendo a equidade territorial no acesso à cultura. A ausência de mecanismos efetivos de descentralização reforça desigualdades socioespaciais e limita o alcance das políticas culturais.

Outro desafio crítico diz respeito à representatividade. A participação de comunidades indígenas, afrodescendentes, imigrantes e outros grupos historicamente marginalizados permanece reduzida tanto nas instâncias decisórias quanto nas políticas de fomento, revelando um déficit de pluralidade e comprometendo a construção de uma política cultural verdadeiramente democrática e inclusiva.

A sustentabilidade financeira das iniciativas também é frágil: muitas dependem de editais pontuais ou apoios esporádicos, em um cenário marcado pela ausência de mecanismos permanentes de financiamento. Faltam políticas estruturadas de estímulo à cooperação com a iniciativa privada, instituições de ensino e organizações da sociedade civil, que poderiam ampliar a base de apoio às ações culturais.

Além disso, há um déficit na formação e capacitação de gestores, artistas e produtores culturais, o que enfraquece a governança do setor e limita a capacidade de planejamento, execução e avaliação das políticas públicas. A carência de ações sistemáticas de mapeamento e valorização dos agentes e territórios culturais também dificulta a formulação de estratégias mais eficazes, participativas e territorialmente integradas.

Essas limitações comprometem a plena efetivação do direito à cultura e dificultam a consolidação de uma política cultural capaz de contribuir estrategicamente para o desenvolvimento urbano sustentável, conforme preconiza o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11). Superar esses entraves requer investimentos estruturantes em infraestrutura, formação de pessoal, fortalecimento institucional e ampliação dos mecanismos de participação social.

Nesse sentido, a instituição do Plano Municipal de Políticas de Cultura 2023–2027, por meio da Lei Ordinária nº 11.277, de 17 de julho de 2024, representa um marco importante na tentativa de enfrentar essas fragilidades. O êxito desse processo, no entanto, depende do cumprimento

efetivo de suas diretrizes e metas. Somente assim será possível transformar os equipamentos culturais do município em centros vivos de criação, memória, convivência e transformação social, promovendo uma cultura acessível, plural e territorialmente integrada.

Problemas e Desafios Prioritários para o Plano Estratégico 2025 – 2028

1. Concentração das atividades culturais na região central da cidade, o que restringe o acesso de moradores das periferias e de áreas com menor infraestrutura pública aos equipamentos, projetos e eventos culturais, e comprometendo a equidade no acesso aos bens e serviços culturais em todo o município.
2. Baixa representatividade de comunidades indígenas, afrodescendentes, imigrantes e outros grupos historicamente marginalizados nas instâncias de decisão e nas políticas de fomento cultural, evidenciando um déficit de inclusão e reconhecimento das múltiplas identidades culturais que compõem o tecido social araraquarense.
3. Sustentabilidade financeira frágil das iniciativas culturais, que permanecem fortemente dependentes de editais esporádicos ou apoios pontuais, sem mecanismos permanentes de financiamento. A ausência de parcerias estruturadas com a iniciativa privada, instituições de ensino e organizações da sociedade civil compromete a continuidade e a expansão das ações culturais.
4. Déficit na formação e capacitação de gestores, artistas e produtores culturais, o que limita a capacidade técnica do setor para planejar, executar e avaliar políticas públicas culturais de forma profissional e estratégica.
5. Carência de ações sistemáticas de mapeamento e reconhecimento dos agentes, coletivos e territórios culturais, dificultando o planejamento participativo, a distribuição equilibrada de recursos e a formação de redes de articulação cultural no município.
6. Deficiências na infraestrutura física de parte dos equipamentos culturais, com problemas relacionados à conservação predial, à acessibilidade e à adequação técnica para realização de atividades culturais diversificadas.
7. Ausência ou insuficiência de equipamentos culturais em bairros periféricos e distritos, o que reforça a exclusão territorial e limita o desenvolvimento de políticas culturais descentralizadas.
8. Baixo investimento em modernização tecnológica e acessibilidade nos espaços culturais existentes, o que compromete a inclusão digital, a participação de pessoas com deficiência e a atualização das práticas de mediação cultural frente aos novos formatos de produção e consumo cultural.

4.8 ESPORTE E LAZER

A prática regular de atividade física é amplamente reconhecida como um dos pilares da promoção da saúde e da prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, obesidade, diabetes e depressão. Além dos benefícios fisiológicos, a atividade física contribui para o bem-estar emocional, o alívio do estresse, a melhoria do humor e o fortalecimento da autoestima. Nesse contexto, o acesso a práticas esportivas e a espaços de lazer deve ser compreendido como parte de uma política pública de saúde preventiva e integral.

No entanto, a inatividade física tem se consolidado como um dos principais fatores de risco para a saúde pública global, sendo atualmente classificada como o quarto maior fator de risco de mortalidade no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Isso significa que a falta de atividade física contribui significativamente para o surgimento e agravamento de doenças crônicas, diabetes e diversos tipos de câncer, impactando diretamente na expectativa e na qualidade de vida da população.

Dados da OMS (2022) revelam um cenário preocupante: 31% dos adultos e impressionantes 80% dos adolescentes em todo o mundo não praticam atividade física em níveis suficientes para garantir benefícios à saúde, conforme os parâmetros recomendados pela própria organização. Diante desse quadro, foram estabelecidas metas globais de redução da inatividade física, com o objetivo de frear seus impactos sobre os sistemas de saúde e a economia. As metas preveem uma redução de 10% na inatividade física até 2025 e 15% até 2030, tomando como base os níveis registrados em 2010. Caso essas metas não sejam atingidas, as consequências econômicas também serão severas: estima-se que os custos acumulados para os sistemas públicos de saúde no período de 2020 a 2030 poderão chegar a 300 bilhões de dólares, o que representa um impacto médio de 27 bilhões de dólares por ano, apenas com o tratamento de doenças atribuíveis à inatividade física (OMS, 2020).

Complementarmente, o direito ao lazer e ao ócio também assume papel central na qualidade de vida da população. Em uma sociedade marcada por jornadas exaustivas e pressões constantes, o tempo livre — entendido não apenas como tempo disponível, mas como tempo vivido com autonomia — é essencial para o desenvolvimento humano, a criatividade, o descanso e a fruição da vida comunitária e cultural.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, da Agenda 2030 da ONU, enfatiza a urgência de assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades. Assim, o esporte surge como um importante aliado das políticas de saúde pública, contribuindo para a prevenção de doenças, a promoção de hábitos saudáveis e a melhoria da qualidade de vida. Duas metas do ODS 3 estão diretamente relacionadas ao impacto

positivo do esporte e da atividade física. A Meta 3.4 propõe reduzir em um terço a mortalidade prematura causada por doenças não transmissíveis até 2030, por meio de ações integradas de prevenção, tratamento e promoção da saúde mental e do bem-estar. Já a Meta 3.5 busca fortalecer as estratégias de prevenção e tratamento do uso abusivo de substâncias psicoativas, incluindo o consumo nocivo de álcool e o uso indevido de entorpecentes. Ambas as metas reforçam a importância de ações da gestão pública que articulem esporte, saúde e educação, especialmente em contextos urbanos, como o de Araraquara, onde o acesso a práticas saudáveis pode se tornar um fator decisivo para a redução de desigualdades e a promoção do desenvolvimento humano sustentável.

Araraquara possui uma tradição esportiva consolidada, com destaque tanto para o esporte de alto rendimento quanto para a prática esportiva comunitária. Ao longo dos anos, o município estruturou uma ampla rede de equipamentos públicos voltados à promoção da atividade física, do lazer e da convivência social. Entre os principais espaços, destacam-se dois estádios municipais, três estádios de futebol, três ginásios poliesportivos, o Parque do Pinheirinho “Otaviano de Arruda Campos”, o Centro de Treinamento “Olegário Tolói de Oliveira (Dudu)”, além das pistas de bicicross e autocross, um kartódromo, o Complexo Esportivo da Fonte, piscinas públicas, praças esportivas, parques e diversas áreas verdes. Esses espaços representam infraestrutura fundamental para a prática regular de esportes, atividades recreativas e lazer contemplativo.

Além da estrutura física, Araraquara conta com importantes iniciativas e programas voltados à democratização do acesso ao esporte:

- O *Programa de Escolinhas de Esportes* oferece aulas gratuitas em diversas modalidades, como atletismo, basquete, vôlei de piscina, beach tennis, boxe, capoeira, damas, escolinha para goleiros, futebol masculino e feminino, futevôlei, futsal, ginástica artística e rítmica, handebol, judô, karatê, natação, skate, taekwondo, tênis de campo, tênis de mesa, vôlei e xadrez. O programa promove o desenvolvimento motor, a socialização e o acesso ao esporte educacional em diferentes regiões da cidade;
- O *Programa Saúde na Praça* busca incentivar a prática diária de atividade física gratuita, com orientação de profissionais qualificados. A iniciativa atende a população em geral, especialmente pessoas que não têm acesso a academias ou a profissionais de educação física. O programa também contempla instituições como os asilos Vila Vicentina, Lar São Francisco de Assis e Recanto Feliz; as casas de acolhimento São Pio, o CR Feminino e os assentamentos Bela Vista e Monte Alegre. Além disso, o Saúde na Praça oferece 10 pontos de ginástica laboral voltados a servidores da Prefeitura Municipal de Araraquara;
- O *Projeto Gol do Brasil* voltado a crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade, utiliza o futebol como ferramenta pedagógica e social. O projeto tem como objetivo promover valores como

cidadania, educação, saúde e proteção integral, contribuindo para o desenvolvimento integral dos participantes.

No entanto, apesar desses avanços, persistem desafios significativos para a consolidação do esporte, do lazer e do direito ao ócio como elementos estruturantes da cidade. Entre os principais entraves estão as deficiências na infraestrutura existente, que demandam ações contínuas de manutenção e revitalização dos espaços públicos, a necessidade de ampliar o acesso por meio da descentralização territorial e da oferta de vagas suficientes, e as questões relacionadas à segurança, que impactam diretamente na utilização dos equipamentos. Soma-se a isso a falta de investimentos regulares e eficazes, indispensáveis para garantir que a população disponha de ambientes adequados, seguros e acolhedores para a prática de atividades físicas, recreativas e de convivência social.

Problemas e Desafios Prioritários para o Plano Estratégico 2025 – 2028

1. A desigualdade territorial no acesso aos equipamentos limita a participação plena de moradores das regiões periféricas e rurais. Em muitas dessas áreas, faltam espaços adequados e atividades regulares, o que evidencia a necessidade de ampliar e descentralizar a oferta de políticas públicas.
2. Insuficiente manutenção, revitalização e modernização das estruturas já existentes, muitas das quais apresentam desgaste físico ou não atendem plenamente aos critérios de acessibilidade. Soma-se a isso a carência de profissionais especializados, que dificulta a implementação de atividades contínuas, monitoradas e qualificadas.
3. Oferta insuficiente de vagas em programas esportivos municipais, como as Escolinhas de Esportes, resultando em listas de espera em determinadas modalidades e regiões, o que evidencia um descompasso entre a demanda da população e a capacidade atual de atendimento.
4. Presença de usuários de drogas e ausência de segurança em alguns espaços de lazer comprometem sua função social e de promoção da saúde, desestimulando a frequência da população e limitando o uso pleno desses equipamentos públicos.
5. O tempo livre da população – especialmente entre os segmentos mais vulneráveis – ainda é marcado por restrições materiais, insegurança pública e ausência de oportunidades culturais e esportivas de qualidade. Esses fatores agravam as desigualdades no acesso ao esporte e ao lazer e reforçam a importância de se reconhecer o tempo livre, o ócio e a recreação como dimensões legítimas do bem-estar social e do direito à cidade.

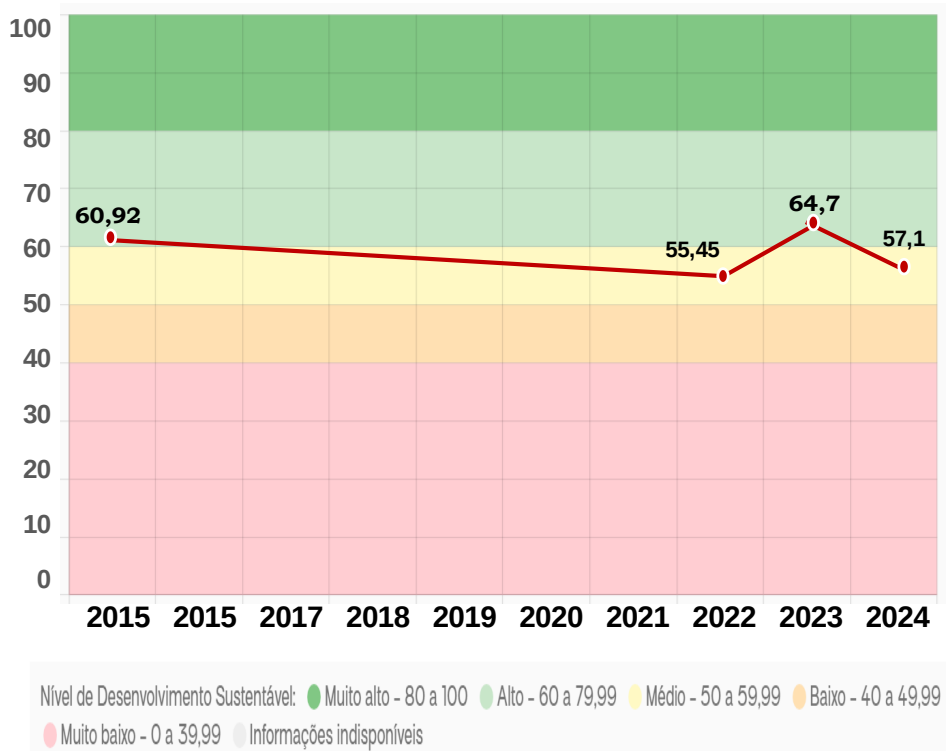
6. Embora a cidade ofereça diversas modalidades esportivas e eventos culturais, a diversidade e a inclusão de grupos específicos (como pessoas com deficiência) podem sempre ser aprimoradas para garantir que o esporte e o lazer sejam acessíveis e relevantes para todos os cidadãos de Araraquara.

4.9 SEGURANÇA PÚBLICA

No âmbito da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16) — Paz, Justiça e Instituições Eficazes — busca "promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis". Esse compromisso reflete a compreensão de que o desenvolvimento só é possível quando há garantia de direitos, redução da violência e fortalecimento do Estado de Direito.

No Brasil, esse objetivo assume uma dimensão urgente diante dos altos índices de violência, criminalidade e desigualdades que afetam especialmente as populações mais vulneráveis, revelando desafios estruturais que comprometem a coesão social e a efetividade das instituições públicas. Um dos principais obstáculos é a violência urbana, que se manifesta em diferentes frentes: o crime organizado, com a atuação de facções criminosas e o domínio de territórios; os crimes contra o patrimônio, como roubos e furtos, que afetam diretamente a sensação de segurança do cidadão comum; e a violência letal, que, apesar de apresentar tendências de queda em algumas regiões, ainda mantém o Brasil em patamares elevados no cenário internacional. A instabilidade em áreas de fronteira e o tráfico de drogas continuam a alimentar grande parte dessa dinâmica criminosa.

Gráfico 61. Araraquara: Evolução do ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes (2015-2024)



Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

Em Araraquara, a evolução do desempenho relacionado ao tema da paz, justiça e instituições eficazes, segundo o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), revela oscilações significativas entre os anos de 2015 e 2024, com variações entre os níveis alto e médio de desenvolvimento sustentável (Gráfico 61). Em 2015, a cidade registrou 60,92 pontos, posicionando-se no nível alto, com desempenho positivo nas dimensões relacionadas à segurança pública, justiça e instituições. No entanto, ao longo dos anos seguintes, observa-se uma tendência de queda, com o índice recuando para 55,45 em 2022, o que representou uma mudança de patamar para o nível médio de desenvolvimento sustentável. Em 2023, o município apresentou uma recuperação expressiva, atingindo 64,7 pontos, retornando ao nível alto. No entanto, esse avanço não se sustentou, e em 2024, o índice caiu novamente para 57,1, recolocando o município no nível médio.

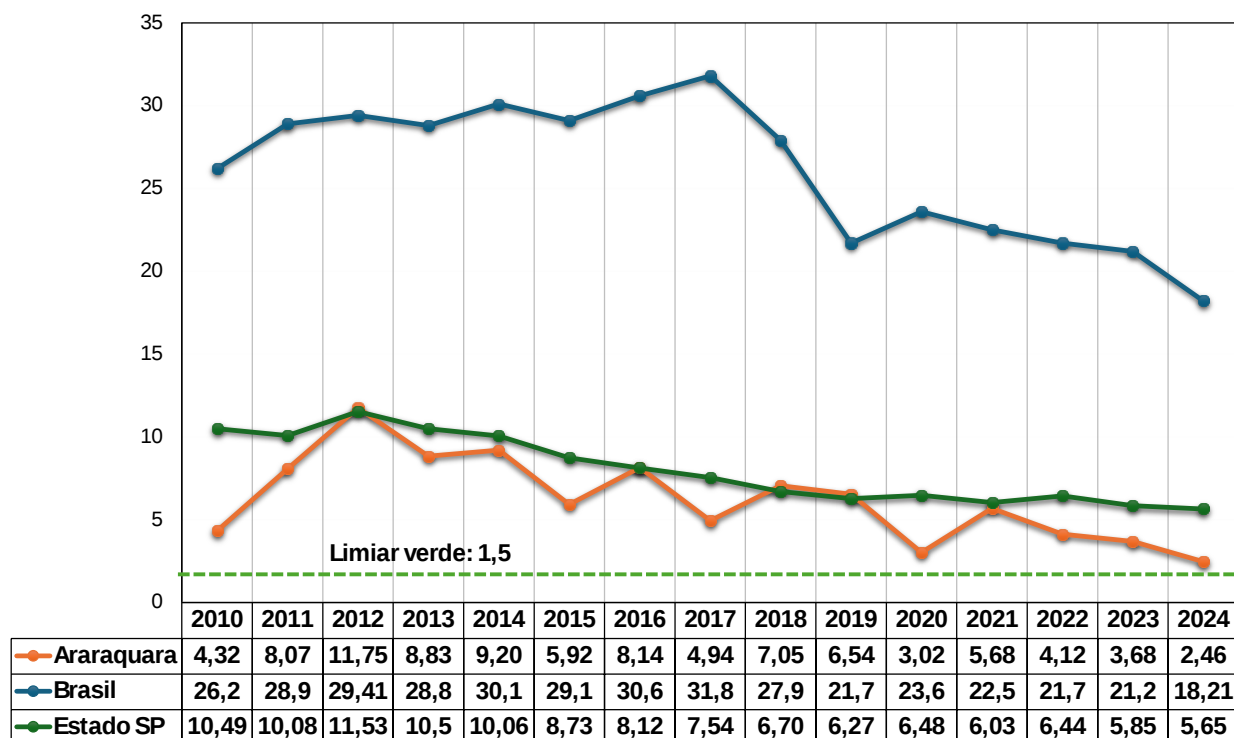
Essa trajetória revela que, embora Araraquara apresente resultados relativamente positivos no ODS 16 em comparação com a média nacional, há instabilidade na consolidação dos avanços, o que aponta para a necessidade de políticas públicas mais consistentes e contínuas. A oscilação entre os níveis médio e alto mostra que o município está em uma posição intermediária, com potencial para avanços significativos, mas que ainda enfrenta desafios estruturais para garantir um ambiente seguro, justo e institucionalmente confiável de forma duradoura. Esses problemas se tornam mais evidentes quando se observa a realidade cotidiana do município. Ainda que os indicadores de criminalidade sejam inferiores aos dos grandes centros urbanos, a população convive com situações de insegurança.

Com base nos dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) e do *Atlas da Violência 2025*, observa-se que Araraquara, historicamente, registra taxas de homicídio significativamente inferiores às médias estadual e nacional. No entanto, essa trajetória não foi linear, apresentando oscilações relevantes ao longo do período de 2010 a 2024, conforme ilustrado no Gráfico 62. Embora os números mais recentes indiquem uma queda expressiva da violência letal no município, o indicador ainda se mantém acima do limiar de 1,5 homicídios por 100 mil habitantes, valor considerado como referência (faixa verde) para o atingimento da meta estabelecida no âmbito do ODS 16.

Em 2010, Araraquara registrava uma taxa de 4,32 homicídios por 100 mil habitantes, valor bem inferior à média nacional (26,2) e estadual (10,49), já sinalizando um cenário relativamente menos violento. Essa tendência de menor letalidade violenta se manteve ao longo da série histórica, com picos localizados — o mais expressivo ocorreu em 2012, quando a taxa no município saltou para 11,75, ultrapassando inclusive a média estadual naquele ano (11,53). Após esse episódio atípico, os dados de Araraquara demonstram uma redução consistente das taxas de homicídio, acompanhando a tendência estadual, mas com valores sistematicamente mais baixos. Em 2024, Araraquara atingiu o menor índice de todo o período, com apenas 2,46 homicídios por 100 mil habitantes. Em contraste, o Brasil como um todo experimentou uma trajetória de alta até 2017 (chegando a 31,8 homicídios por 100 mil), seguido de uma queda acelerada, chegando a 18,21 em 2024. O Estado de São Paulo, por sua vez, manteve uma tendência estável e descendente, saindo de 10,49 em 2010 para 5,65 em 2024.

Assim, a comparação revela que Araraquara conseguiu reduzir suas taxas de homicídio em um ritmo mais intenso e sustentado do que o próprio Estado de São Paulo e muito acima da média nacional. Esse desempenho pode ser interpretado como resultado de ações eficazes de segurança pública e políticas preventivas locais, sendo um exemplo importante de como é possível avançar em direção a sociedades mais seguras, conforme proposto pelo ODS 16.

Gráfico 62. Taxa de Homicídio Doloso por 100.000 Habitantes (2010-2024)

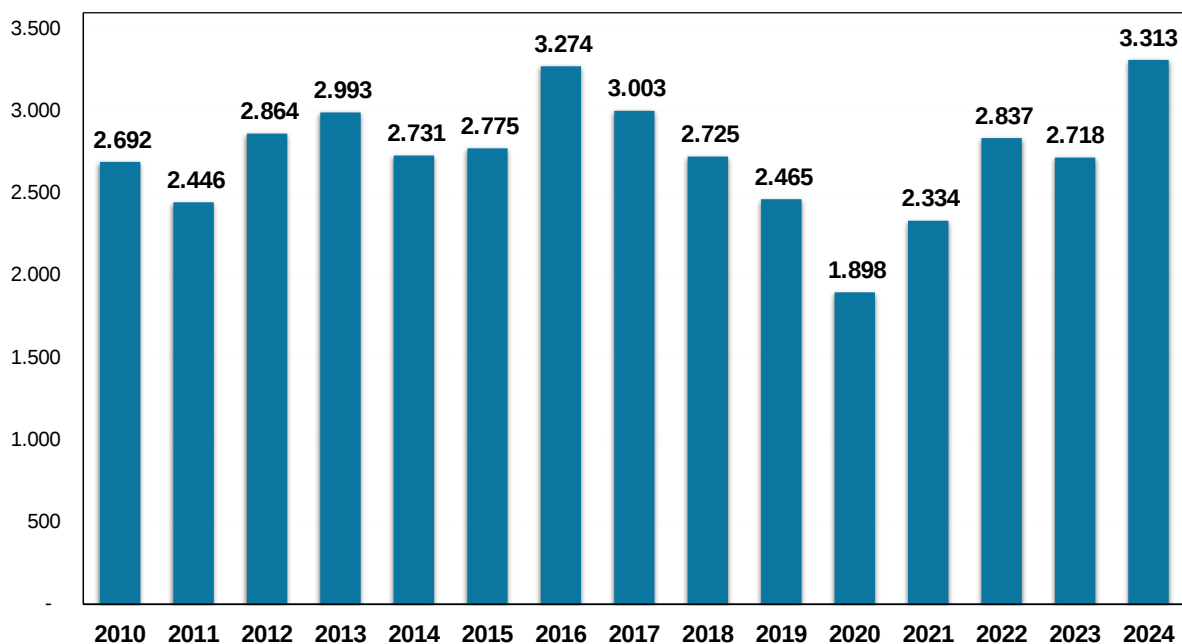


Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) e Atlas da Violência 2025

A análise da série histórica de ocorrências de furtos em Araraquara, com base nos dados da SSP-SP, revela um cenário de flutuações consistentes entre os anos de 2010 e 2024, sem uma tendência clara de redução sustentada (Gráfico 63). O ano de 2016 representa um dos picos do período, com 3.274 registros, valor 18% superior ao ano anterior (2015: 2.775 casos). Outro aumento expressivo ocorreu em 2024, quando foram registradas 3.313 ocorrências, o maior número da série, representando um crescimento de 21,9% em relação a 2023 (2.718 casos). A redução observada entre 2019 e 2020, quando os furtos caíram de 2.465 para 1.898 ocorrências (queda de 23%), está associada ao contexto da pandemia e às restrições de circulação impostas naquele período. Contudo, a partir de 2021, os registros voltaram a crescer de forma gradual, mostrando uma retomada das dinâmicas criminais após a flexibilização das medidas sanitárias.

Assim, entre 2020 e 2024, a cidade experimentou um aumento acumulado de 74,5% nas ocorrências de furtos, colocando o tema da criminalidade patrimonial em evidência e reforçando a necessidade de ações coordenadas entre as forças de segurança, a Guarda Municipal e políticas de prevenção comunitária.

Gráfico 63. Araraquara: Ocorrências de Furtos (2010-2024)

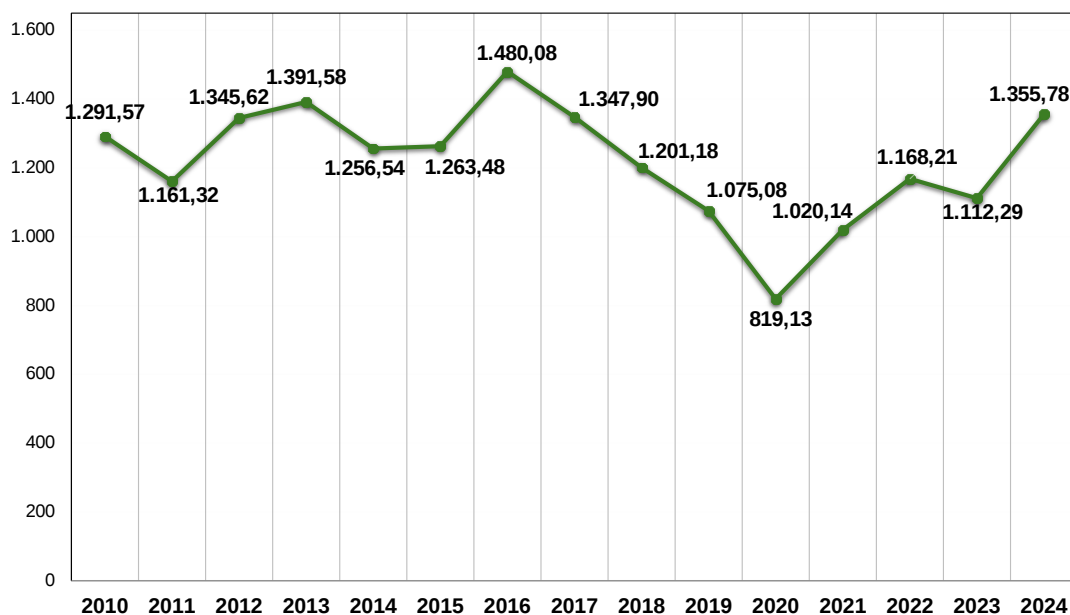


Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP)

No relativo à taxa de furtos por 100 mil habitantes, conforme apresentado no Gráfico 64, entre 2013 e 2017, os índices permaneceram em patamares elevados, com destaque para os anos de 2013 (1.391,58), 2016 (1.480,08 – o maior da série) e 2017 (1.347,90), o que revela uma fase de maior vulnerabilidade à criminalidade patrimonial. Em contraste, o menor índice foi registrado em 2020, com 819,13 ocorrências, resultado influenciado pelas restrições de circulação durante a pandemia. A partir de então, observou-se uma retomada gradual, culminando em 2024 com uma taxa de 1.355,78, o que acende um sinal de alerta para a administração municipal.

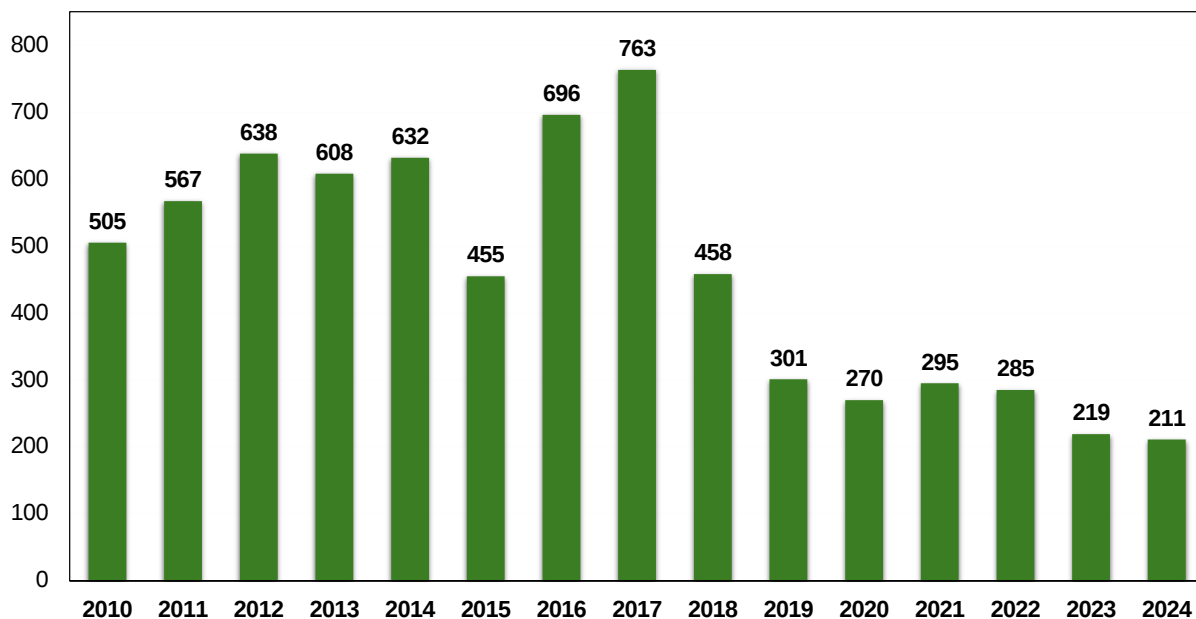
Por outro lado, a evolução das ocorrências de roubos na cidade, conforme dados da SSP-SP apresentados no Gráfico 65, mostra uma tendência geral de queda ao longo dos anos, especialmente a partir de 2017 com o maior número de ocorrências (763), um aumento de 9,6% em relação a 2016 (696 casos) e de 67,7% em relação a 2015 (455 casos), evidenciando um momento crítico no enfrentamento da criminalidade violenta no município. No entanto, após esse ano, observou-se uma redução expressiva, com destaque para a queda de 34,3% entre 2018 e 2019 (de 458 para 301 casos). Entre 2017 e 2024, o número de roubos caiu cerca de 72%, chegando a 211 registros em 2024, o menor patamar da série histórica. Essa redução consistente sugere avanços na contenção desse tipo de crime, relacionados ao fortalecimento da presença das polícias militar e civil, à inteligência da Guarda Civil Municipal, melhorias em tecnologias de vigilância e estratégias locais de segurança.

Gráfico 64. Araraquara: Taxa de Furto por 100 mil hab. (2010-2024)



Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP)

Gráfico 65. Araraquara: Ocorrências de Roubos (2010-2024)

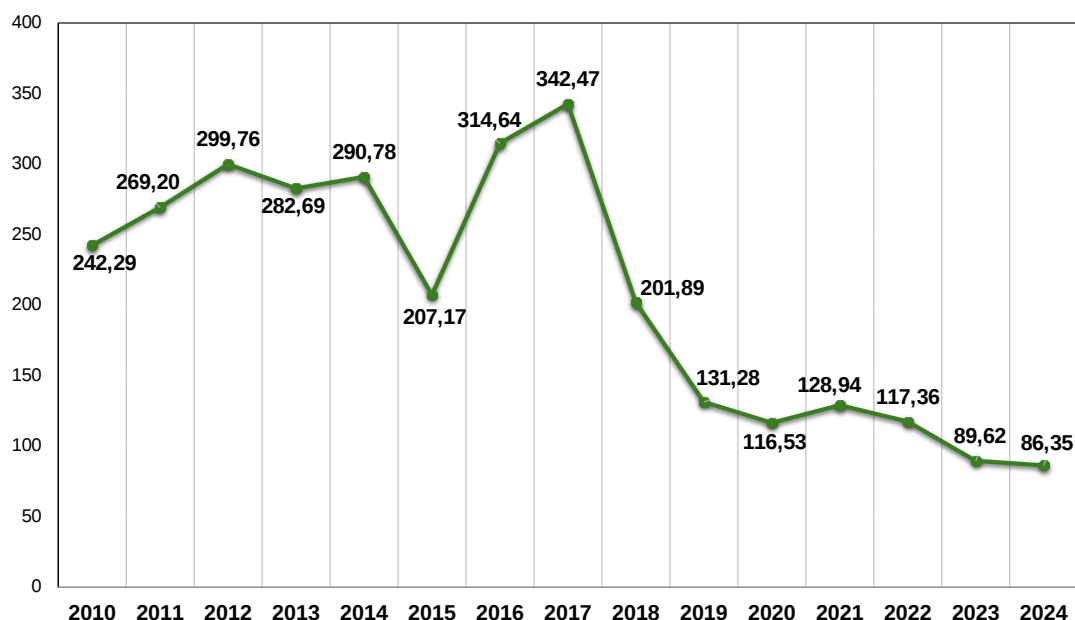


Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP)

A taxa de roubos por 100 mil habitantes em Araraquara, apresentada no Gráfico 66, revela um comportamento marcado por altas significativas até 2017, seguido de uma queda expressiva e contínua até 2024. O maior valor da série foi registrado em 2017, com 342,47 ocorrências por 100 mil habitantes, confirmando o pico da criminalidade violenta naquele período. Esse índice representa um aumento de 65,3% em relação a 2015 (207,17), evidenciando um agravamento do cenário de segurança pública na segunda metade da década. A partir de 2018, a taxa inicia

uma trajetória de queda. Entre 2017 e 2020, a redução acumulada foi de 66%, com o indicador caindo para 116,53. Essa tendência se manteve nos anos seguintes, ainda que com oscilações pontuais, até alcançar 86,35 ocorrências por 100 mil habitantes em 2024, o menor valor da série histórica.

Gráfico 66. Araraquara: Taxa de Roubo por 100 mil hab. (2010-2024)



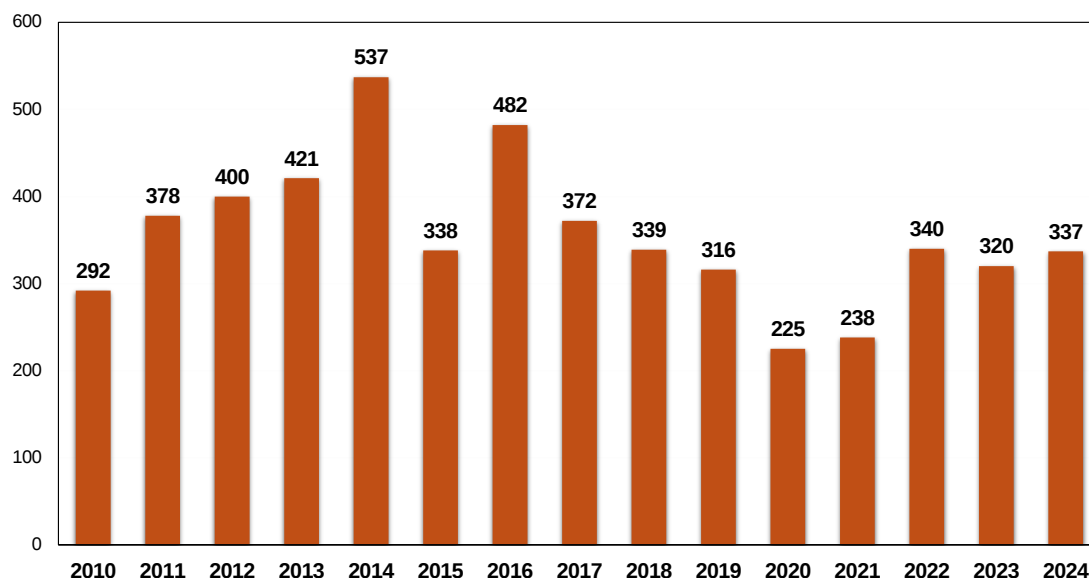
Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP)

Essa queda sustentada ao longo dos últimos sete anos sinaliza um avanço significativo no enfrentamento dos crimes de roubo no município, refletindo os efeitos de políticas de prevenção, maior presença policial e fortalecimento das estratégias locais de combate à criminalidade. Ainda assim, a consolidação desses resultados depende da continuidade das ações integradas e do monitoramento constante das dinâmicas urbanas que influenciam os indicadores de violência.

Sobre as ocorrências de furto e roubo de veículos em Araraquara, conforme os dados mostrados no Gráfico 67 publicados pela SSP-SP, o maior número de registros foi observado em 2014, com 537 casos, um aumento de quase 84% em relação a 2010 (292). Outro ano de destaque foi 2016, com 482 ocorrências, representando um crescimento de 42,6% em comparação com 2015 (338 casos). Esses anos refletem momentos de maior vulnerabilidade na segurança veicular do município. A partir de 2017, observa-se uma tendência de redução, que se acentuou especialmente entre 2019 e 2020, quando os registros caíram de 316 para 225, uma diminuição de 28,8%. Esse declínio coincide com o período da pandemia, que impactou a mobilidade urbana e as oportunidades para esse tipo de crime. Nos anos seguintes, os dados apresentaram relativa estabilidade, com pequenas oscilações. Em 2024, foram contabilizadas 337 ocorrências, número

próximo ao de 2022. Isso evidencia uma certa retomada, embora sem alcançar os níveis mais críticos do passado.

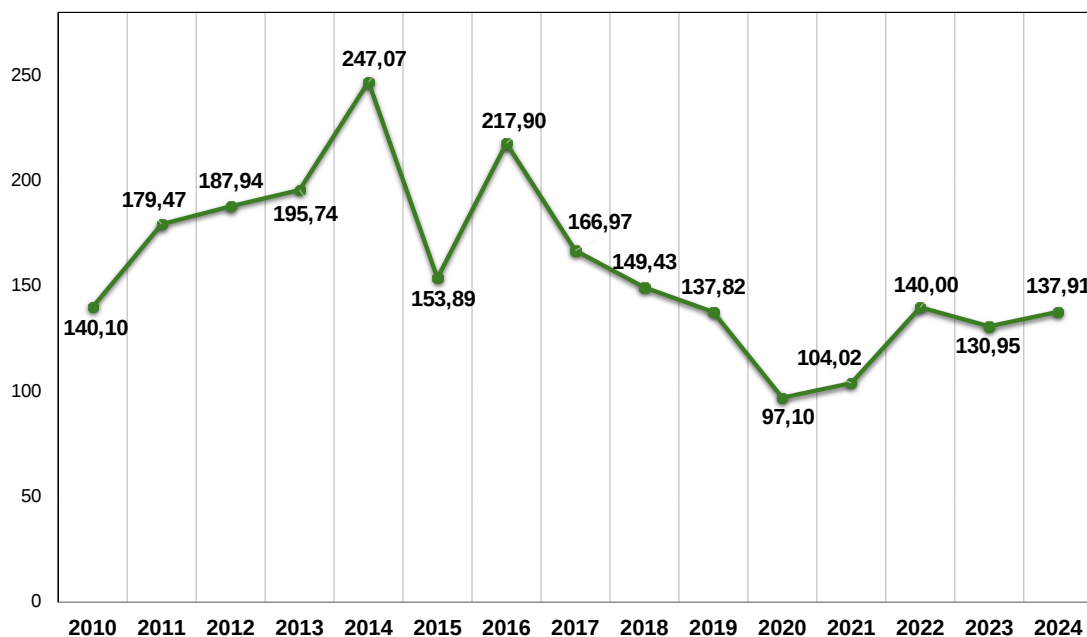
Gráfico 67. Araraquara: Ocorrências de Furto e Roubo de Veículos (2010-2024)



Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP)

No que se refere à taxa de furto e roubo de veículos por 100 mil habitantes em Araraquara, o período entre 2012 e 2016 concentrou os maiores índices registrados entre 2010 e 2024. O ano de 2014 destacou-se como o pico da série, com 247,07 ocorrências, seguido por 2016, com 217,90 — ambos representando os momentos de maior pressão sobre a segurança patrimonial veicular no município (Gráfico 68). Após esse período crítico, os dados revelam uma trajetória de queda, com destaque para o ano de 2020, que registrou 97,10 casos por 100 mil habitantes, o menor valor da série. Nos anos seguintes, observa-se uma recomposição gradual da taxa, chegando a 137,91 em 2024 — valor ainda inferior à média histórica, mas que aponta para a necessidade de manter atenção e investimentos em estratégias de prevenção, especialmente em ações de inteligência, fiscalização e articulação entre os órgãos de segurança pública.

Gráfico 68. Araraquara: Taxa de Furto e Roubo de Veículo por 100 mil hab. (2010-2024)

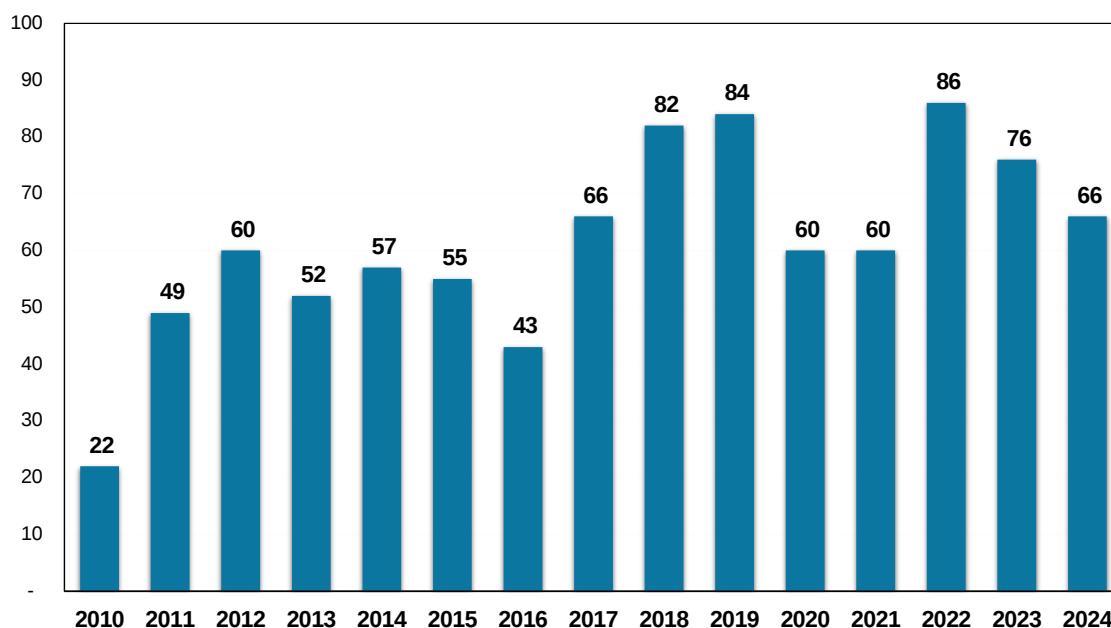


Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP)

A curva dos registros de estupro em Araraquara conta uma história que não pode ser ignorada. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP), os casos notificados de violência sexual têm aumentado significativamente ao longo da última década, com variações importantes em determinados períodos — como demonstra o Gráfico 69.

Em 2010, o município registrava 22 ocorrências, mas esse número avançou rapidamente: em 2012, já eram 60 casos, quase o triplo em apenas dois anos. Entre 2016 e 2019, a evolução foi ainda mais intensa — saltando de 43 para 84 notificações, o que representa um aumento de 95,3%. O pico absoluto da série foi atingido em 2022, com 86 casos, evidenciando a persistência do problema. Nos dois anos mais recentes, há uma leve tendência de queda: 76 casos em 2023 e 66 em 2024, o que corresponde a uma redução de 13,1%. Ainda assim, o patamar atual permanece elevado quando comparado à média da década anterior, o que exige respostas firmes e contínuas por parte do poder público. Mais do que números, esses dados refletem vidas impactadas e a urgência de fortalecer políticas de prevenção, proteção e atendimento humanizado às vítimas, com atuação integrada das redes de saúde, assistência social, educação e segurança pública.

Gráfico 69. Araraquara: Total de Notificações de Estupros (2010-2024)



Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP)

Problemas e Desafios Prioritários para o Plano Estratégico 2025 – 2028

1. Embora Araraquara apresente resultados relativamente positivos no ODS 16 em comparação com a média nacional, há instabilidade na consolidação dos avanços, com o município oscilando entre os níveis médio e alto de desenvolvimento sustentável entre 2015 e 2024.
2. Embora Araraquara tenha reduzido suas taxas de homicídio em um ritmo mais intenso e sustentado que o Estado de São Paulo e a média nacional, o indicador ainda se mantém acima do limiar de 1,5 homicídios por 100 mil habitantes, valor considerado como referência para o atingimento da meta estabelecida no âmbito do ODS 16.
3. O avanço contínuo da criminalidade patrimonial, especialmente os furtos, expõe vulnerabilidades nos sistemas de prevenção e controle social urbano. O crescimento de 74,5% entre 2020 e 2024 e a taxa elevada por 100 mil habitantes indicam não apenas o aumento das ocorrências, mas também a ampliação da sensação de insegurança no cotidiano da população.
4. Dificuldade em manter resultados consistentes na prevenção de crimes contra o patrimônio veicular, evidenciada pela retomada das ocorrências em 2024, associada à fragilidade na vigilância ativa, à reincidência de práticas delituosas e à ausência de respostas articuladas diante do aumento da mobilidade urbana.

5. Manutenção de níveis elevados de violência sexual no município, com crescimento expressivo ao longo da última década e patamares recentes que, apesar de leve queda, continuam superiores à média histórica.

4.10 ECONOMIA E TURISMO

De acordo com a concepção do economista Amartya Sen (2000), o desenvolvimento deve ser compreendido como a ampliação das liberdades reais das pessoas, o que pode ser interpretado como fortalecimento de suas capacidades de escolher e levar adiante o tipo de vida que consideram valiosa. Nessa perspectiva, a geração de emprego e renda desempenha um papel estratégico, por ser uma das formas mais eficazes de garantir não apenas os meios materiais para a subsistência, mas também a inclusão social, a autonomia e a participação ativa na vida econômica, política e cultural. O acesso a um trabalho digno potencializa a liberdade individual, fortalece a cidadania e amplia as possibilidades de cada pessoa exercer plenamente seus direitos e aspirações.

A participação na geração e na distribuição de renda é fundamental para assegurar que todos tenham acesso aos recursos necessários para suprir suas necessidades básicas e, ao mesmo tempo, contribuir para a construção coletiva da riqueza social. O trabalho remunera o esforço produtivo dos indivíduos, possibilita o consumo de bens e serviços essenciais, como saúde, educação, moradia e lazer, e fortalece os vínculos familiares e comunitários, promovendo bem-estar e autoestima. Além disso, a inserção laboral amplia as escolhas individuais e a capacidade de influenciar a própria trajetória de vida, em consonância com a ideia de liberdade substantiva defendida por Sen. No entanto, para que o emprego contribua efetivamente para o desenvolvimento sustentável, é necessário que seja produtivo, digno, estável e bem remunerado, permitindo que os trabalhadores desenvolvam seus talentos e aspirações pessoais. O trabalho precário, mal remunerado ou informal limita a geração de renda, restringe o acesso à previdência e à proteção social e agrava situações de exclusão e vulnerabilidade, perpetuando desigualdades históricas. Em especial, o desemprego e o subemprego impõem não apenas restrições econômicas, mas também danos emocionais, sociais e familiares, comprometendo a saúde física e mental, gerando dependência e, em casos extremos, ampliando o risco de envolvimento com atividades ilícitas.

O quadro de vulnerabilidade no mercado de trabalho está fortemente associado a déficits estruturais nos níveis de escolaridade e na qualificação profissional da população economicamente ativa. A limitação no acesso a mecanismos formais de educação e capacitação técnica reduz a empregabilidade, sobretudo entre os segmentos mais expostos à exclusão social, como jovens, mulheres e residentes em áreas socioeconomicamente vulneráveis. Jovens que

concluem o ensino técnico ou superior têm maiores chances de acessar empregos com melhores salários e maior estabilidade, enquanto aqueles com baixa escolaridade são empurrados para atividades precárias e instáveis, sem os direitos e proteções assegurados por um trabalho formal. Dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024) reforçam esse diagnóstico, ao evidenciar taxas persistentemente elevadas de desocupação e informalidade entre aqueles com menor escolaridade formal. Assim, o desenvolvimento econômico não pode ser medido apenas pelo crescimento do PIB, mas também pela capacidade de ampliar as liberdades e oportunidades reais de vida digna para todos.

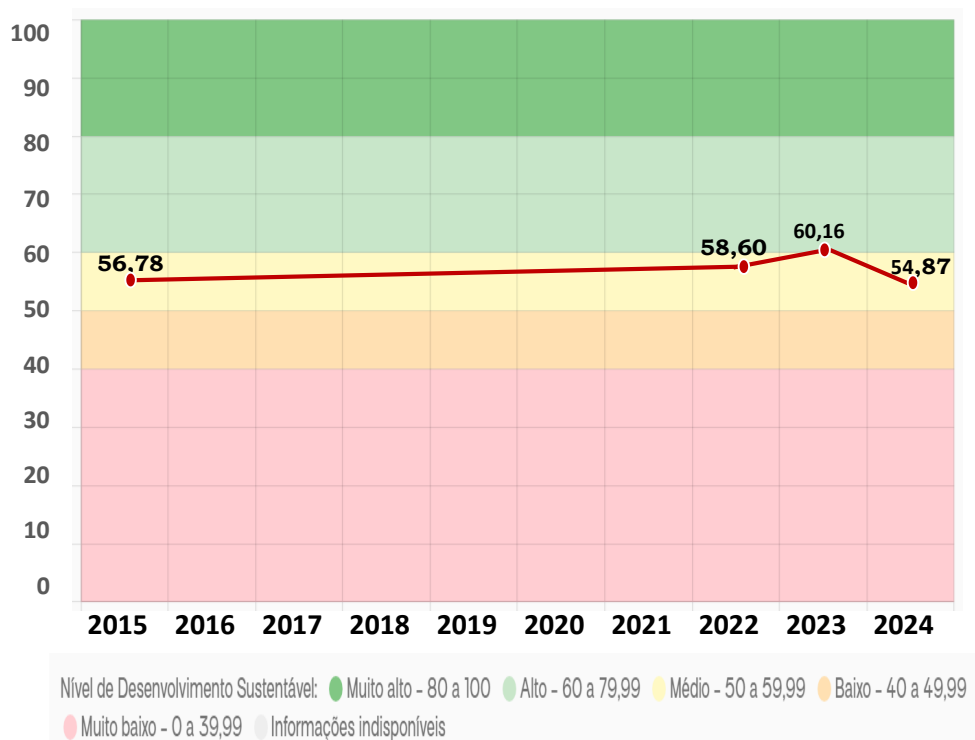
Nessa direção, a promoção de um crescimento econômico sustentado, inclusivo e distributivo deve estar vinculada à geração de empregos de qualidade e à valorização do trabalho humano. Promover o acesso universal à educação, ampliar as oportunidades de qualificação profissional e garantir trabalho decente não são apenas objetivos econômicos, mas compromissos éticos, sociais e políticos com a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. Essa visão está plenamente alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS 8) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que reconhece o papel central do trabalho digno e do crescimento econômico sustentável na erradicação da pobreza e na redução das desigualdades.

O ODS 8 propõe promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, ao mesmo tempo em que assegura o emprego pleno e produtivo, com condições de trabalho decentes para todas as pessoas, mulheres, homens, jovens, pessoas com deficiência e populações em situação de vulnerabilidade. Para isso, contempla metas específicas que incluem o aumento da produtividade, a modernização tecnológica, o estímulo ao empreendedorismo, o apoio às micro, pequenas e médias empresas, a ampliação do acesso a serviços financeiros, a erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado, e a promoção da igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.

De acordo com o Gráfico 70, entre 2015 e 2024, o desempenho de Araraquara no ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, medido pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), variou predominantemente dentro da faixa classificada como “desenvolvimento médio” (pontuação entre 50 e 59,99). Apenas em um curto período o município avançou para o patamar de “desenvolvimento alto” (entre 60 e 79,99), apontando avanços pontuais, mas ainda não sustentados ao longo da série. Em 2015, o município registrava um índice de 56,78, mantendo-se ao longo dos anos seguintes dentro da faixa intermediária. A trajetória foi de leve crescimento até 2022, quando atingiu 58,60, e culminou em 2023 com o melhor desempenho do período, chegando a 60,16, já dentro da categoria de desenvolvimento sustentável alto. No entanto, em 2024, houve uma reversão dessa tendência positiva, com queda para 54,87, retornando à faixa de desenvolvimento médio. Essa oscilação revela que, apesar de avanços pontuais, Araraquara ainda enfrenta desafios estruturais para

consolidar um crescimento econômico inclusivo e sustentado, com geração de empregos dignos e bem remunerados.

Gráfico 70. Araraquara: Evolução do ODS 8, Trabalho Decente e Crescimento Econômico (2015-2024)



Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

■ Dinâmica e Transformações Estruturais da Economia de Araraquara

A economia de Araraquara apresenta um perfil heterogêneo e em constante transformação, combinando atividades tradicionais, como a agroindústria e a produção agrícola, com segmentos industriais e de serviços em expansão. Historicamente reconhecida como polo da citricultura e da cadeia sucroalcooleira, a cidade abriga importantes empresas voltadas à produção e exportação de suco cítrico, açúcar e etanol, além de contar com um parque industrial diversificado e um setor de serviços em crescimento. Nos últimos anos, no entanto, a dinâmica econômica local tem refletido mudanças relevantes na estrutura produtiva do município, com destaque para o avanço do setor terciário e a retração da indústria, sinalizando uma reconfiguração dos vetores de desenvolvimento. Esse panorama é confirmado por dados do IBGE que evidenciam o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, suas taxas de crescimento reais e a evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) entre 2010 e 2021, revelando tendências estruturais e desafios para o planejamento econômico sustentável de Araraquara.

As informações fornecidas pelo IBGE apresentadas na Tabela 16, evidenciam que o PIB municipal de Araraquara passou de R\$ 12,1 a quase R\$ 13,9 bilhões entre 2010 e 2021,

representando um crescimento nominal de 118,3% e de 14,0% em valores constantes, ou seja descontando o efeito inflacionário. Esses dados também mostram que o PIB per capita apresentou uma leve queda de 1,1% passando R\$ 58.272 a R\$ 57.654, configurando um estagnação na renda média da população araraquarense.

Tabela 16. Araraquara: Produto Interno Bruto a Preços Constantes de 2024 (R\$ 1.000), (2010-2021)

Ano	Valor Adicionado Bruto					Produto Interno Bruto	Produto Interno Bruto per capita (R\$ 1,00)
	Agropecuária	Indústria	Serviços exceto administração pública	Administração Pública	Valor Adicionado Bruto Total		
2010	245.985	3.177.894	6.050.379	1.228.745	10.703.004	12.162.885	58.272
2011	170.589	3.234.336	6.581.314	1.250.186	11.236.426	12.759.718	60.566
2012	192.529	3.421.260	7.113.097	1.272.727	11.999.613	13.656.228	64.229
2013	193.862	2.995.257	7.678.794	1.440.423	12.308.336	14.016.450	63.127
2014	174.386	2.699.037	7.978.733	1.448.828	12.300.983	13.881.565	61.887
2015	137.586	2.406.630	7.559.068	1.398.224	11.501.508	13.175.999	58.170
2016	161.745	2.444.480	7.759.650	1.342.790	11.708.666	13.400.404	58.603
2017	288.929	2.566.936	7.683.686	1.400.532	11.940.082	13.416.476	58.138
2018	129.413	2.353.693	7.787.918	1.396.497	11.667.520	13.103.933	56.061
2019	121.304	2.252.486	8.136.726	1.390.798	11.901.314	13.386.259	56.704
2020	148.488	2.335.552	8.134.065	1.531.536	12.149.642	13.604.275	57.080
2021	144.495	2.546.336	8.033.839	1.458.462	12.183.133	13.868.204	57.654

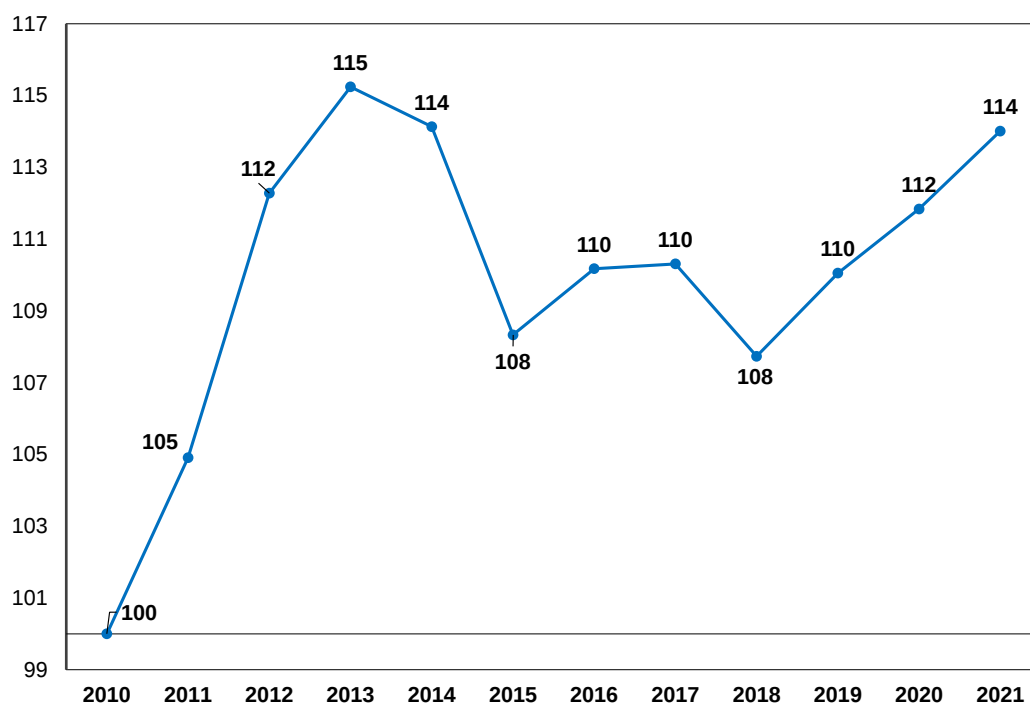
Fonte: IBGE (Valores nominais deflacionados com base no IPCA)

Como se observa no Gráfico 71, o comportamento do PIB real do município de Araraquara entre 2010 e 2021 revela quatro momentos distintos, refletindo os efeitos das dinâmicas da economia nacional sobre a realidade local. Entre 2011 e 2012, observa-se um período de crescimento expressivo, com um crescimento médio anual de aproximadamente 6,0% no PIB real. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pela expansão dos serviços (exceto administração pública), com taxas de crescimento superior a 8,4% ao ano nesse intervalo, além de contribuições positivas da indústria e da agropecuária em 2012. Esse ciclo de crescimento acompanha a tendência de aquecimento econômico nacional no início da década. O período entre 2013 e 2015 foi marcado por uma tendência de queda acentuada, com uma média anual negativa de -1,1% no PIB real, em linha com a crise econômica enfrentada pelo Brasil. Em 2015, Araraquara registrou uma queda de -5,1% no PIB, acompanhada de retrações significativas nos setores industrial (-10,8%), agropecuário (-21,1%) e de serviços (-5,3%). Essa contração reflete tanto a recessão nacional quanto a perda de dinamismo da economia local, particularmente da indústria, que já vinha mostrando sinais de desaceleração desde 2013.

Nos anos de 2016 e 2017, houve uma recuperação moderada, com crescimento do PIB real de 1,7% e 0,1%, respectivamente. Em 2016, a agropecuária e os serviços apresentaram desempenho positivo, com destaque para o crescimento expressivo da agropecuária em 2017 (78,6%), que compensou a estagnação dos demais setores. Apesar dessa recuperação, o cenário

se mostrou instável, e a economia voltou a registrar queda em 2018, com retração de -2,3%. A partir de 2019, inicia-se um novo ciclo de crescimento sustentado com média de 1,9%. Esse resultado mostra que a economia de Araraquara demonstrou resiliência mesmo diante da pandemia da COVID-19. Em 2020, o setor que mais contribuiu para a sustentação do crescimento foi a administração pública, com um avanço de 10,1%, resultado que pode estar relacionado a políticas emergenciais e aumento do gasto público em resposta à crise sanitária. Já em 2021, a indústria se destacou como o principal motor da economia local, com crescimento de 9,0%, o maior entre todos os setores naquele ano. Esse desempenho da indústria foi fundamental para manter o PIB em trajetória positiva, mesmo diante da retração de setores como administração pública e serviços privados.

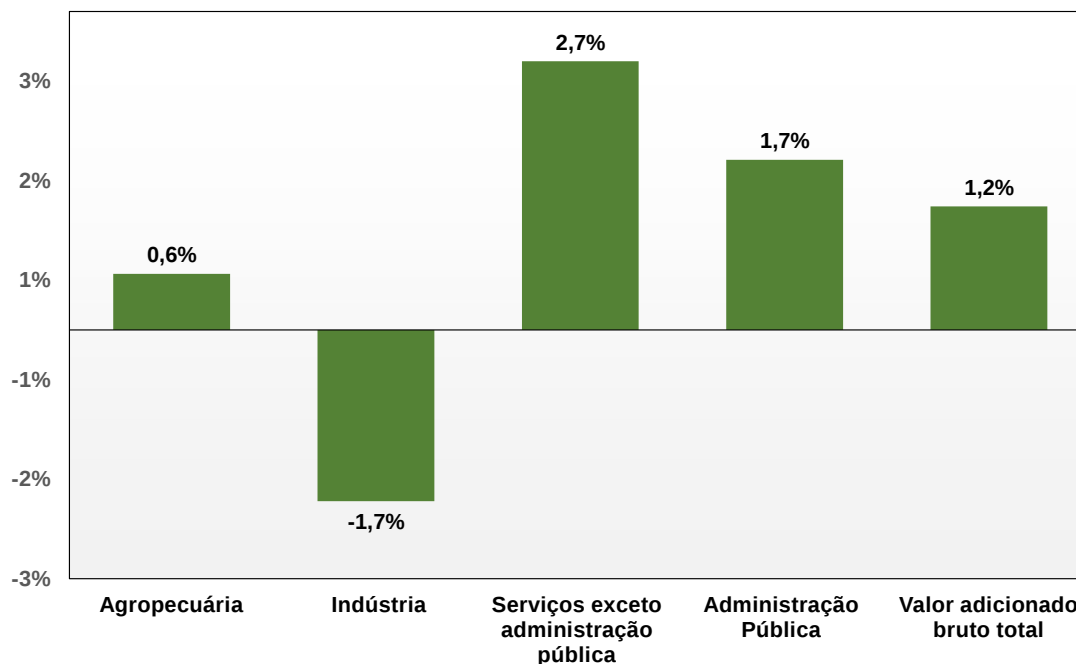
Gráfico 71. Araraquara: Comportamento do PIB Real, Índice 2010=100 (2010-2021)



Fonte: IBGE (Valores nominais deflacionados com base no IPCA)

Como resultado do desempenho desigual entre os grandes setores da economia local, Araraquara vem passando por transformações relevantes em sua estrutura produtiva. Conforme apresentado no Gráfico 72, o setor que mais se destacou no período foi o de serviços, exceto administração pública, com um crescimento médio anual de 2,7% entre 2011 e 2021, consolidando-se como o principal motor da economia municipal. Em seguida, destaca-se o setor de administração pública, que apresentou expansão média de 1,7% ao ano, enquanto a agropecuária registrou um crescimento mais modesto, de 0,6% ao ano.

Gráfico 72. Araraquara: Taxas de Crescimento Média Real do Valor Adicionado Segundo Grandes Setores (2011 a 2021)



Fonte: IBGE (Valores nominais deflacionados com base no IPCA)

Em contrapartida, o setor industrial apresentou retração média anual de -1,7%, o que chama atenção, especialmente por se tratar de um segmento historicamente representativo em Araraquara. O município abriga um parque industrial diversificado, com destaque para as indústrias de transformação, agroindústria e produção de equipamentos industriais. Entre as empresas de maior relevância estão a John Bean Technologies, especializada em sistemas de processamento de alimentos; a Enisa, referência em engenharia industrial; a Biogeoenergy, atuante em soluções de energia renovável; e a Bombas C.R.I., que opera no segmento de sistemas hidráulicos. A cidade também abriga a Solenis, ligada à indústria química, além da tradicional Lupo, referência nacional no setor têxtil e símbolo da identidade local. Complementarmente, a região se destaca pela agroindústria, especialmente nas cadeias de cana-de-açúcar e citrus, que geram empregos, estimulam cadeias produtivas e mantêm a vocação agrícola da região. A retração industrial ao longo da última década pode estar associada a fatores como reestruturações corporativas, automação intensiva, competição externa e mudanças na política de incentivos, entre outros. Tal configuração reforça a necessidade de formulação e implementação de estratégias pelo setor público voltadas à reindustrialização e à modernização produtiva, com ênfase na promoção da inovação, na incorporação de princípios de sustentabilidade e na integração com cadeias de valor de maior densidade tecnológica e econômica.

Essas tendências se refletem diretamente na evolução da composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) do município. O dado mais expressivo no período é a redução contínua da participação da indústria, que passou de 29,7% em 2010 para 20,9% em 2021, atingindo seu ponto mais baixo em 2019 (18,9%). Esse movimento evidencia um processo de desindustrialização local, com perda de dinamismo de um setor outrora central para a economia

do município. Ao mesmo tempo, verifica-se um fortalecimento consistente do setor de serviços (exceto administração pública), cuja participação no VAB aumentou de 56,5% para 65,9% entre 2010 e 2021, com pico de 68,4% em 2019. Esse avanço revela uma tendência de terciarização da economia araraquarense, que passa a depender crescentemente de atividades como comércio, educação, saúde, serviços financeiros e tecnologia. A administração pública manteve uma participação relativamente estável ao longo da década, variando entre 10,6% e 12,6% do VAB, atuando como pilar de sustentação econômica em períodos de crise, como evidenciado em 2020, quando sua relevância aumentou, em função das medidas emergenciais durante a pandemia da COVID-19. Já a agropecuária manteve uma contribuição modesta, oscilando entre 1,0% e 2,4%, sem alterações estruturais expressivas. Embora a agroindústria seja importante na região, a produção agropecuária direta possui participação limitada no valor adicionado do município.

Como síntese desse processo, Araraquara passou por uma reconfiguração significativa de sua base produtiva, marcada pela substituição progressiva da indústria pelo setor de serviços como eixo central da economia local. Diversos segmentos dentro desse setor têm se destacado, impulsionando o crescimento econômico e a geração de empregos na região:

- O comércio varejista apresenta desempenho consistente, com destaque para supermercados, lojas de vestuário, tecidos, calçados e concessionárias de veículos, que vêm contribuindo de forma expressiva para o faturamento do setor. A expansão desses segmentos tem fortalecido a economia local e ampliado as oportunidades de trabalho formal;
- Outro setor que merece atenção é o de educação, tecnologia e inovação, cuja relevância estratégica para o desenvolvimento econômico do município demanda destaque neste diagnóstico. A presença de instituições de ensino superior e técnico consolidou Araraquara como um polo regional de formação e pesquisa, promovendo a capacitação da força de trabalho local. Paralelamente, o fortalecimento de startups e empresas voltadas a soluções tecnológicas vem ampliando o dinamismo do setor, fomentando a inovação e atraindo investimentos em atividades de maior valor agregado. Esse movimento é essencial para a diversificação da matriz econômica e o posicionamento da cidade em cadeias produtivas mais avançadas;
- O setor de saúde também se destaca, impulsionado pela modernização da rede hospitalar, clínicas especializadas e unidades de atendimento. A melhoria da infraestrutura e a presença de profissionais qualificados não apenas elevam a qualidade dos serviços prestados à população local e regional, como também contribuem significativamente para a economia municipal;
- Além disso, observa-se um crescimento expressivo do empreendedorismo, sobretudo com o aumento da formalização de microempreendedores individuais (MEIs). Esse

fenômeno tem dinamizado a economia local, promovendo inclusão produtiva, geração de renda e maior resiliência socioeconômica.

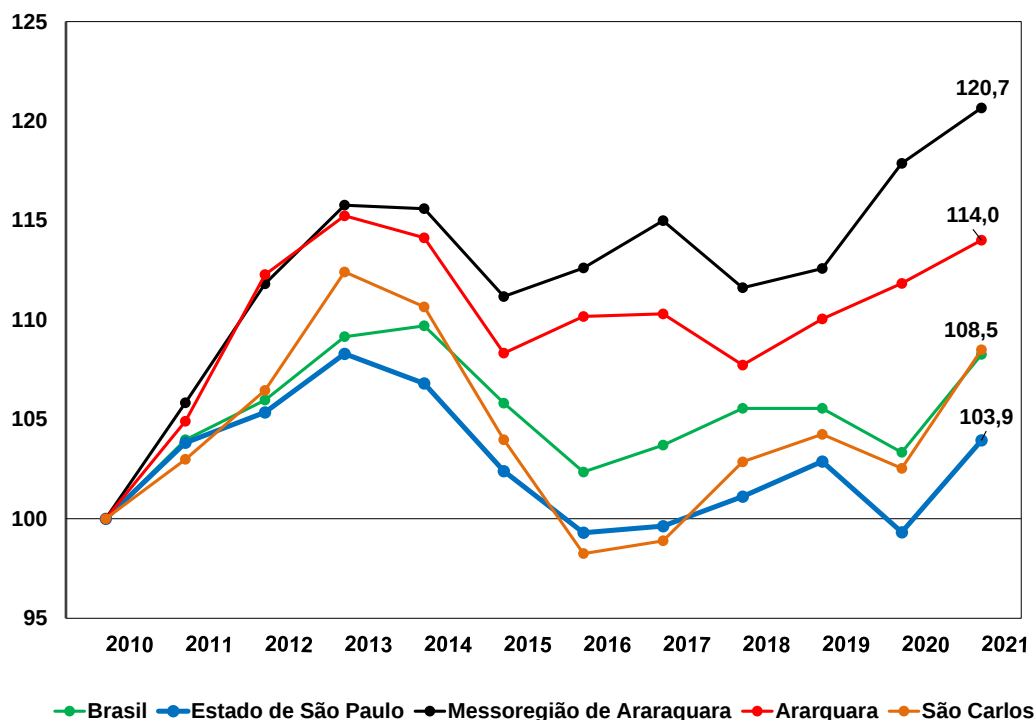
■ A Economia de Araraquara no Contexto Nacional, Estadual e Regional

Como pode ser observado no Gráfico 73, a trajetória de crescimento econômico de Araraquara entre 2010 e 2021 apresenta uma dinâmica semelhante à observada nas esferas nacional, estadual e regional. Esse comportamento evidencia que, em função de suas características estruturais, a economia do município é fortemente influenciada pelos ciclos macroeconômicos do país e pelas oscilações da conjuntura econômica brasileira.

Apesar da correlação geral com os ciclos econômicos mais amplos, Araraquara apresenta um desempenho relativamente superior ao registrado no Brasil, no Estado de São Paulo e no município de São Carlos; este último tradicionalmente reconhecido como um polo regional de referência. Esse resultado é confirmado pelo fato de que, entre 2011 e 2021, Araraquara registrou uma taxa média de crescimento anual de 1,2%, superando a média estadual (0,4%) e a do município de São Carlos (0,8%), e aproximando-se da média nacional (1,4%). A liderança, no entanto, cabe ao conjunto de municípios que compõem a Mesorregião de Araraquara, cuja taxa média de crescimento foi de 1,8% ao ano no período analisado. Esse resultado sugere que a região, como um todo, vivenciou um ciclo mais virtuoso de expansão econômica, ao qual Araraquara conseguiu se conectar de forma parcial. Em termos acumulados, o nível do PIB real da Mesorregião em 2021 foi 20,7% superior ao de 2010 e 4,2% maior em relação ao pico anterior de 2013.

Conforme já analisado, apesar do desempenho relativamente positivo de Araraquara ao longo do período, é importante destacar que o município apresenta sinais de estagnação em seu crescimento de longo prazo. Essa tendência torna-se evidente ao se comparar o ciclo de expansão econômica registrado entre 2010 e 2013 com os resultados mais recentes. Em 2021, o nível de atividade econômica local retornou a patamares muito próximos aos de 2013, o que indica que a forte retração observada entre 2014 e 2017 — reflexo direto da crise econômica nacional iniciada em 2015 e agravada até a lenta retomada no período pré-pandemia, ainda não foi plenamente superada. Soma-se a isso o processo de reconfiguração da estrutura produtiva local, que, embora represente uma transição relevante, ainda não foi capaz de compensar plenamente as perdas acumuladas ao longo da década.

Gráfico 73. Araraquara: Comportamento do PIB Real, Índice 2010=100 (2010-2021)



Fonte: IBGE (Valores nominais deflacionados com base no IPCA)

Sem dúvida, esse comportamento deve ser compreendido à luz de um contexto macroeconômico amplamente desfavorável. A economia brasileira apresentou baixo dinamismo ao longo da última década, limitando o potencial de crescimento sustentado de grande parte dos municípios. Além disso, o desempenho fraco do Estado de São Paulo, que registrou uma das menores médias de crescimento regional no período, acentuou as dificuldades enfrentadas por cidades como Araraquara. Assim, ainda que o município tenha demonstrado certa resiliência frente às crises nacionais, sua trajetória permanece fortemente condicionada às oscilações da conjuntura econômica mais ampla, o que impõe desafios adicionais à consolidação de um modelo de desenvolvimento local mais autônomo e estável.

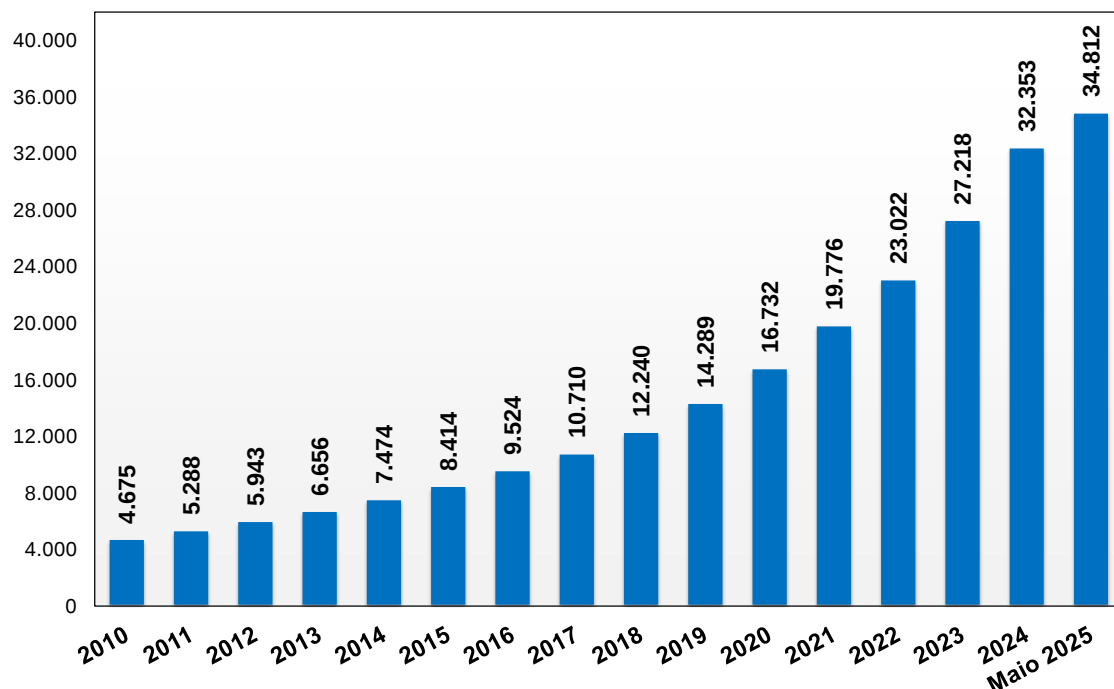
■ Dinâmica Empresarial e da Geração de Emprego

A análise da evolução do número de empresas ativas em Araraquara, entre 2010 e maio de 2025, revela uma trajetória consistente e robusta de crescimento empresarial no município (Gráfico 74). Segundo os dados do Mapa de Empresas do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (maio 2025), o número de empresas ativas saltou de 4.675 em 2010 para 34.812 em maio de 2025, um crescimento superior a 640% no período.

Esse dinamismo foi mantido inclusive em contextos adversos, como a pandemia da COVID-19. Entre 2020 e 2025, Araraquara quase dobrou sua base empresarial, passando de 16.732 para 34.812 empresas ativas, o que representa um crescimento de 108% em apenas cinco anos. Essa expansão, à primeira vista positiva, tem impulsionado a diversificação da base produtiva, a ampliação do mercado consumidor e a arrecadação municipal, com impactos sobre o PIB local.

Contudo, uma análise mais aprofundada revela que esse crescimento ocorre em meio a mudanças estruturais nas formas de inserção econômica, notadamente marcadas pelo avanço do fenômeno da “pejotização”. A Reforma Trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467/2017) flexibilizou direitos históricos da CLT e legalizou formas atípicas de contratação. Esse novo marco legal criou terreno fértil para a substituição de vínculos formais por contratações via CNPJ, sobretudo sob o regime do Microempreendedor Individual (MEI).

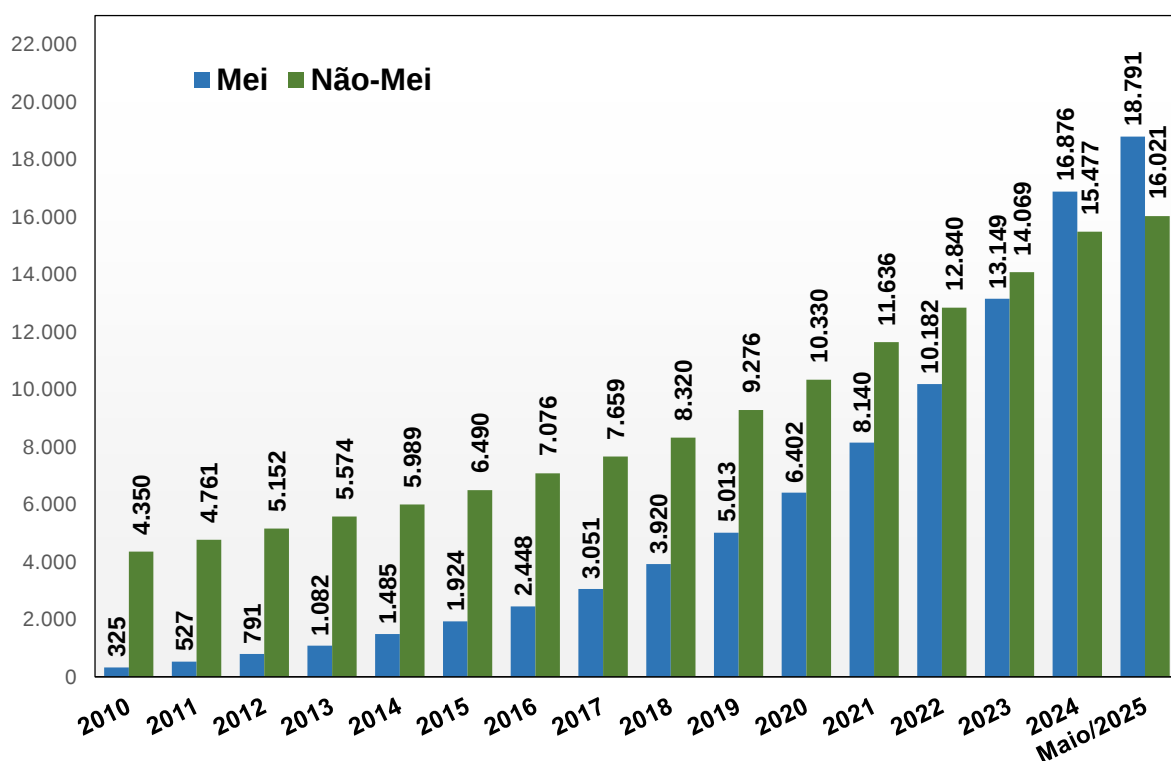
Gráfico 74. Araraquara: Quantidade de Empresas Ativas (2010-Maio/2025)



Fonte: Mapa de Empresas do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

O crescimento expressivo do número de Microempreendedores Individuais (MEIs) em Araraquara revela uma transformação significativa na estrutura empresarial do município. Entre 2010 e 2025, o total de MEIs saltou de apenas 325 para 18.791, representando um aumento superior a 5.600%, enquanto as empresas não-MEI cresceram de forma mais moderada, passando de 4.350 para 16.021 no mesmo período (268,3%). A partir de 2024, os MEIs passaram a representar a maioria entre os empreendimentos ativos, indicando uma reconfiguração do perfil empreendedor local, marcada pela ampliação de negócios de menor porte e maior informalidade relativa. Essas tendências estão ilustradas no Gráfico 75, que reforça o diagnóstico de mudança estrutural no tecido empresarial da cidade.

Gráfico 75. Araraquara: Quantidade de Empresas Ativas Segundo Tipo (2010-Maio/2025)



Fonte: Mapa de Empresas do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Esse crescimento expressivo das MEIs não pode ser interpretado apenas como reflexo de um ecossistema empreendedor dinâmico. Em grande parte, ele está associado à pejetização, a conversão forçada de trabalhadores em prestadores de serviço sem vínculo empregatício formal. Nesses casos, o “empreendedor” atua de maneira subordinada, exclusiva e contínua para um único contratante, muitas vezes sem qualquer autonomia real, arcando com os riscos do negócio e desprovido de direitos trabalhistas básicos como 13º salário, férias, FGTS e cobertura previdenciária. O uso do MEI como instrumento de formalização da informalidade é particularmente expressivo em setores como tecnologia da informação, logística, educação, saúde e serviços administrativos. A pandemia intensificou esse fenômeno, quando milhares de trabalhadores recorreram à criação de CNPJs (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) como alternativa de sobrevivência diante da retração do mercado formal de trabalho. Embora o crescimento das empresas ativas contribua para a movimentação econômica local, esse processo esconde fragilidades importantes na medida em que enfraquece a arrecadação previdenciária, reduz a proteção social dos trabalhadores, fragiliza o poder de compra das famílias e compromete a formação de uma base produtiva sólida, inovadora e com capacidade de competir em mercados mais dinâmicos.

Além disso, os dados nacionais levantados pelo Sebrae revelam que cerca de 30% das empresas abertas encerram suas atividades em até cinco anos, e essa taxa é ainda maior entre os MEIs. Segundo o Sebrae, quase metade dos MEIs abertos até 2017 estavam inativos ou haviam sido formalmente encerrados em 2022. Por outro lado, segundo dados do IBGE, constantes na publicação *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE 2021*, apenas 37,9% das

empresas criadas em 2017 continuavam ativas em 2021, o que mostra que cerca de 62,1% encerraram suas atividades em até cinco anos. Essa elevada taxa de mortalidade empresarial é ainda mais acentuada entre os microempreendimentos e empresas sem pessoal ocupado, que representam a parcela mais vulnerável da estrutura produtiva brasileira. Os setores de comércio, alojamento, alimentação e serviços administrativos concentram os maiores índices de fechamento, evidenciando a instabilidade dos pequenos negócios frente a crises econômicas e à ausência de políticas de apoio contínuo.

Esses dados reforçam a importância de que as ações governamentais não apenas incentivem a abertura de empresas, mas também garantam condições para sua sobrevivência e crescimento sustentável. Diante dessa realidade, os desafios para o poder público municipal tornam-se mais complexos. Para transformar o impulso empreendedor em uma base duradoura de geração de empregos e renda, Araraquara precisa fortalecer suas políticas de apoio ao pequeno empreendedor, à microempresa e ao microempreendedor individual (MEI), com ações articuladas em quatro frentes principais: capacitação técnica e gerencial, por meio de cursos voltados à gestão de pequenos negócios, controle financeiro, marketing digital e inovação; ampliação do acesso ao crédito orientado, com programas de microcrédito municipal e parcerias com bancos públicos e cooperativas de crédito; criação de incubadoras e redes de apoio voltadas à articulação de startups e empreendimento inovadores. Adicionalmente, é fundamental integrar os pequenos empreendedores às cadeias produtivas locais e regionais, promovendo conexões com a agroindústria, o setor de serviços e a economia do conhecimento, de modo a gerar um ecossistema empresarial mais sólido, inovador e inclusivo.

Entre 2020 e 2024, o estoque de empregos formais em Araraquara cresceu de 74.353 para 83.360 vínculos, um aumento de cerca de 12,1%, evidenciando uma trajetória de expansão do mercado de trabalho com carteira assinada no município. A análise setorial desse crescimento, com base nos dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) apresentados na Tabela 17, mostra que o dinamismo se concentrou principalmente nos setores de serviços e indústria, que juntos continuam a compor o núcleo da estrutura econômica local.

O setor de serviços foi o principal responsável pela geração de novos empregos, passando de 37.054 vínculos em 2020 para 40.192 em 2024, o que representa um crescimento absoluto de 3.138 postos de trabalho, ou cerca de 8,5%. Dentro desse setor, o grupo de atividades ligadas à administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais cresceu de 14.802 para 15.127 empregos. Já as atividades de informação, comunicação, finanças, imobiliárias e serviços profissionais apresentaram forte expansão, saltando de 12.562 para 16.458 vínculos, um crescimento expressivo de 31%, o que evidencia a ampliação do setor terciário qualificado e de base tecnológica. O subsetor de alojamento e alimentação também se destacou, com aumento de 2.776 para 3.404 empregos, refletindo a recuperação e o crescimento do segmento voltado ao consumo local e turismo regional.

A indústria consolidou-se como a segunda maior força de geração de empregos na cidade, ampliando seu estoque de 16.634 para 18.440 vínculos formais entre 2020 e 2024. Desse total, 17.510 empregos estão concentrados na indústria de transformação, o que representa quase 95% do total da indústria, demonstrando o peso das atividades manufatureiras na base produtiva local. O crescimento industrial de 10,8% no período revela resiliência e estabilidade do setor mesmo em um contexto de reestruturações produtivas em escala nacional.

O comércio manteve-se como um importante gerador de empregos, com leve crescimento de 7,4%, passando de 15.644 para 16.796 vínculos, sustentado pelo dinamismo do consumo urbano e regional. A construção civil foi outro setor que apresentou expansão significativa: de 3.342 para 5.612 empregos formais, com alta de aproximadamente 68%, impulsionada por obras públicas, investimentos imobiliários e expansão urbana. Em contraste, o setor da agropecuária (que passou de 1.185 para 1.285 empregos) manteve participação reduzida na estrutura ocupacional, com variações modestas ao longo do período. Isso confirma o perfil urbano-industrial de Araraquara, com baixa dependência de atividades primárias ou de infraestrutura pesada em termos de geração de empregos.

A análise mostra, portanto, que entre 2020 e 2024 Araraquara manteve uma estrutura econômica diversificada, com forte predominância dos setores de serviços e da indústria de transformação, que juntos concentram cerca de 70% do total de vínculos formais no município. A expansão observada no setor terciário qualificado, aliada à estabilidade da base industrial, reforça o papel da cidade como polo regional de serviços especializados, atividades produtivas e inovação. Esse dinamismo, no entanto, exige ações estruturantes do poder público voltadas à qualificação profissional, infraestrutura urbana e apoio ao empreendedorismo para sustentar o crescimento e ampliar as oportunidades de inclusão produtiva.

Tabela 17. Araraquara: Estoque Mensal do Emprego Formal Por Setor (2020-2024)

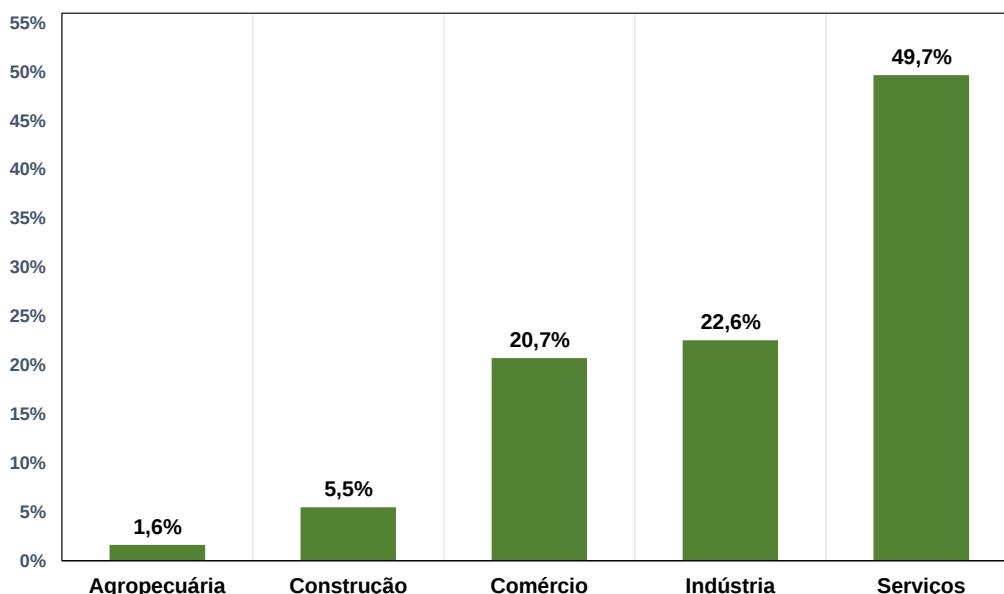
Setor	2020	2021	2022	2023	2024
Agropecuária	1.185	1.197	1.204	1.305	1.285
Indústria	16.634	17.881	18.717	18.203	18.440
Água, Esgoto e estão de Resíduos	486	810	398	392	387
Eletricidade e Gás	381	381	498	384	384
Indústrias de Transformação	15.689	16.954	17.779	17.256	17.510
Indústrias Extrativas	76	9	42	171	159
Construção	3.342	4.275	4.254	4.409	5.612
Comércio	15.644	17.546	16.823	16.719	16.796
Serviços	37.054	39.386	39.625	39.248	40.192
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	14.802	14.725	14.987	14.935	15.127
Alojamento e alimentação	2.776	2.828	3.029	3.271	3.404
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	12.562	14.327	13.787	13.908	16.458
Outros serviços	4.038	4.124	4.225	4.380	4.517
Serviços domésticos				3	3
Transporte, armazenagem e correio	3.370	3.382	3.843	3.584	3.961
Total	74.353	78.681	80.509	80.714	83.360

Fonte: CAGED

Com base nos dados apresentados no Gráfico 76, observa-se que a estrutura atual do emprego formal em Araraquara reflete de forma clara a composição setorial do Valor Adicionado Bruto analisada anteriormente, revelando uma economia fortemente urbanizada e orientada para o setor de serviços. Em 2024, quase metade dos vínculos formais de trabalho (49,7%) está concentrada no setor de serviços, o que confirma seu papel dominante na dinâmica econômica do município.

A indústria, por sua vez, responde por 22,6% dos empregos formais, mantendo-se como o segundo maior gerador de postos de trabalho, especialmente nos segmentos alimentício, químico e de transformação. O comércio, com 20,7%, segue como setor relevante, refletindo a função regional que Araraquara exerce como polo de consumo e distribuição. Já a construção civil, ainda que com peso menor (5,5%), apresenta tendência de crescimento, impulsionada pelas demandas por infraestrutura urbana e novos empreendimentos imobiliários. A agropecuária, apesar de seu legado histórico e do papel que exerce na ocupação do território e nas cadeias produtivas do agronegócio, responde por apenas 1,6% dos empregos formais, evidenciando sua crescente mecanização e a predominância de formas não assalariadas ou informais de trabalho nesse setor.

Gráfico 76. Araraquara: Distribuição do Emprego Formal Segundo Grandes Setores da Economia (2024)



Fonte: CAGED

A dinâmica do emprego formal no município de Araraquara, conforme demonstram os dados do CAGED entre 2020 e 2024 apresentados na Tabela 17, revela uma realidade que contrasta com o forte crescimento no número de novas empresas registradas no mesmo período. Essa divergência reforça a presença do fenômeno da pejetização nas relações de trabalho, ou seja, a substituição de vínculos empregatícios formais por contratações via CNPJ de pessoa jurídica (microempreendedores individuais ou pequenas empresas), muitas vezes sem garantias trabalhistas. Embora o ambiente empresarial tenha se expandido significativamente, esse movimento não se traduziu em um aumento proporcional no estoque de empregos formais, evidenciando que parte relevante da nova atividade econômica está sendo absorvida por formas flexíveis e precárias de contratação.

Os dados do CAGED, combinados com os indicadores do PIB local, ajudam a compreender melhor o ritmo e as características da recuperação econômica de Araraquara no contexto pós-pandemia de COVID-19. Diferentemente da maioria das economias subnacionais, o município apresentou crescimento de 1,6% em seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, enquanto o Brasil e o Estado de São Paulo registraram quedas expressivas de -3,3% e -3,5%, respectivamente, refletindo os efeitos imediatos da crise sanitária. Esse desempenho positivo mostra que a estrutura econômica de Araraquara, mais ancorada em setores menos afetados pelas medidas de isolamento, foi relativamente resiliente à recessão inicial provocada pela pandemia. No entanto, essa resiliência em 2020 teve como contrapartida um ritmo mais moderado de crescimento em 2021, quando o PIB local cresceu apenas 1,9%, contrastando com a recuperação mais vigorosa observada no Brasil (4,8%) e em São Paulo (4,7%). Esse descompasso sugere que, ao contrário de outras regiões que vivenciaram uma forte retração seguida de rápida retomada, Araraquara experimentou um ciclo mais estável, mas também menos dinâmico em sua recuperação. Essa trajetória ressalta a importância de ações locais voltadas à ativação de setores

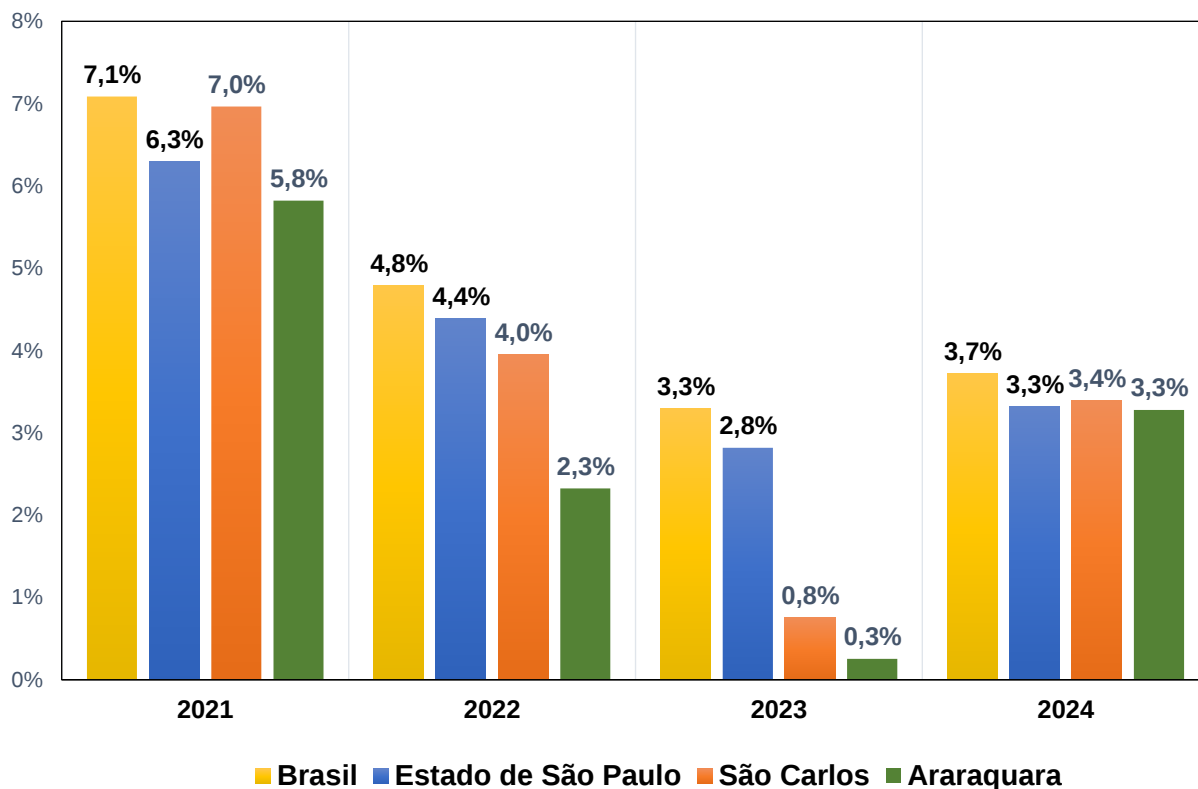
produtivos e ao fortalecimento da capacidade de geração de emprego e renda no período pós-crise.

Embora o PIB municipal tenha demonstrado resiliência em 2020, os dados do CAGED evidenciam que o mercado de trabalho formal em Araraquara foi significativamente afetado pelos impactos da pandemia de COVID-19. As restrições de mobilidade e as medidas de distanciamento social impostas durante a crise sanitária repercutiram de forma mais intensa sobre os setores de serviços pessoais e comércio, historicamente mais vulneráveis a choques externos.

Apesar do aumento no estoque de empregos formais, que passou de 74.353 para 78.681 entre 2020 e 2021 — um crescimento de 5,8% —, esse avanço reflete, sobretudo, um processo de recomposição após perdas expressivas nos meses anteriores, e não um crescimento orgânico sustentado. O comportamento setorial do emprego nesse período reforça essa interpretação, uma vez que parte dos vínculos restabelecidos corresponde a atividades que haviam sido interrompidas temporariamente durante o auge da crise sanitária.

Essa leitura se torna ainda mais robusta quando se compara o comportamento do emprego formal em Araraquara com os desempenhos registrados no Brasil, no Estado de São Paulo e no município de São Carlos. O Gráfico 77 evidencia que, em 2021, todos esses territórios apresentaram uma forte recuperação no estoque de empregos formais, refletindo o reaquecimento da economia após o choque da pandemia. Araraquara registrou um crescimento de 5,8%, valor próximo ao de São Carlos (7,0%), Estado de São Paulo (6,3%) e Brasil (7,1%), o que mostra que o município seguiu, naquele momento, o mesmo padrão de retomada observado em nível nacional e regional. Contudo, essa convergência se atenua a partir de 2022. Enquanto o estoque de empregos formais cresceu 4,8% no Brasil, 4,4% no Estado de São Paulo e 4,0% em São Carlos, Araraquara teve um aumento mais modesto de 2,3%, revelando um enfraquecimento da dinâmica local de geração de empregos. Essa diferença se aprofunda em 2023, quando Araraquara apresenta crescimento praticamente nulo (0,3%), muito abaixo dos resultados de São Carlos (0,8%), do Estado de São Paulo (2,8%) e do Brasil (3,3%). Já em 2024, o município parece retomar certa estabilidade, crescendo 3,3%, valor semelhante ao observado nos outros territórios, o que sinaliza um realinhamento com o comportamento nacional.

Gráfico 77. Taxa de Variação do Estoque do Emprego Formal (2010-2024)



Fonte: CAGED

Essa trajetória reforça a interpretação de que, embora Araraquara tenha acompanhado o ritmo da recuperação inicial em 2021, nos anos seguintes o município demonstrou maior dificuldade em sustentar taxas consistentes de crescimento do emprego formal. Esse padrão sugere a presença de limitações estruturais e setoriais no dinamismo econômico local, como a menor diversificação produtiva, a retração relativa de setores industriais e o peso da pejetização, que restringem a capacidade de geração de novos postos de trabalho com carteira assinada.

■ A Formação do Capital Humano

A dinâmica da economia nacional e global, somada aos impactos causados pela Quarta Revolução Industrial⁴, evidencia que a geração de valor nas sociedades contemporâneas está cada vez mais ancorada no uso intensivo de informações baseadas no conhecimento, na ciência e na tecnologia. Nesse cenário, observa-se uma profunda transformação na base produtiva e nas profissões, com o avanço das terceirizações e a consequente concentração das empresas em suas atividades-fim (core business). Como resultado, a demanda por trabalhadores especializados cresce de forma acelerada, sobretudo em áreas relacionadas à Tecnologia da Informação e às novas tecnologias digitais. Esse novo perfil do mercado de trabalho exige que as instituições de

⁴ A Quarta Revolução Industrial é definida como o processo de transformação tecnológica em curso caracterizado pela fusão de tecnologias digitais, físicas e biológicas, que está modificando profundamente os sistemas de produção, gestão e governança em escala global.

ensino superior (IES) se adaptem e atualizem seus sistemas formativos para responder às novas exigências da economia do século XXI.

Araraquara não está alheia a essas grandes forças motrizes. Pelo contrário, cidades de médio porte como o município ocupam uma posição estratégica nesse novo cenário. Com um histórico relevante na área educacional e boas condições institucionais, o município reúne potencial significativo para aprofundar sua inserção nas dinâmicas da economia do conhecimento. Para se posicionar de forma mais competitiva e sustentável, no entanto, é fundamental que Araraquara intensifique sua articulação com as tendências emergentes: a digitalização acelerada da economia, a reconfiguração das cadeias produtivas, a transformação das profissões, a inovação educacional mediada por tecnologias digitais e o avanço das tecnologias disruptivas aplicadas à educação e à produção. Neste contexto, Araraquara apresenta vantagens estratégicas relevantes, entre elas a presença de importantes instituições de ensino superior, como a Universidade Estadual Paulista (UNESP), o Instituto Federal de São Paulo (IFSP), a Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC) e a Universidade de Araraquara (UNIARA). Na educação profissional técnica de nível médio, destacam-se ainda o IFSP, a ETEC Profª Anna de Oliveira Ferraz, o SENAI “Henrique Lupo”, a CETEC – Centro Educacional Técnico LW e o SENAC. Essas instituições são responsáveis pela formação de milhares de estudantes em diversas áreas do conhecimento.

Segundo dados do Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) de 2024, as instituições técnicas e profissionais de Araraquara registraram um total de 4.196 alunos matriculados, sendo 462 em instituições federais, 1.713 em escolas estaduais e o restante distribuído entre instituições privadas e do Sistema S⁵. Esse conjunto institucional constitui uma base sólida para a qualificação de mão de obra, a difusão de conhecimento e o fomento à inovação local. Complementando esse cenário educacional, os dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE revelam que 9.235 pessoas com 18 anos ou mais estavam frequentando cursos de ensino superior no município. Desse total, 8.434 cursavam graduação, 100 estavam matriculadas em cursos de especialização, 330 em programas de mestrado e 371 em doutorado. Esses números reforçam a vocação educacional de Araraquara e evidenciam o papel estratégico do município na formação de capital humano qualificado, um dos pilares fundamentais para a consolidação de uma economia baseada no conhecimento, na inovação e no desenvolvimento sustentável.

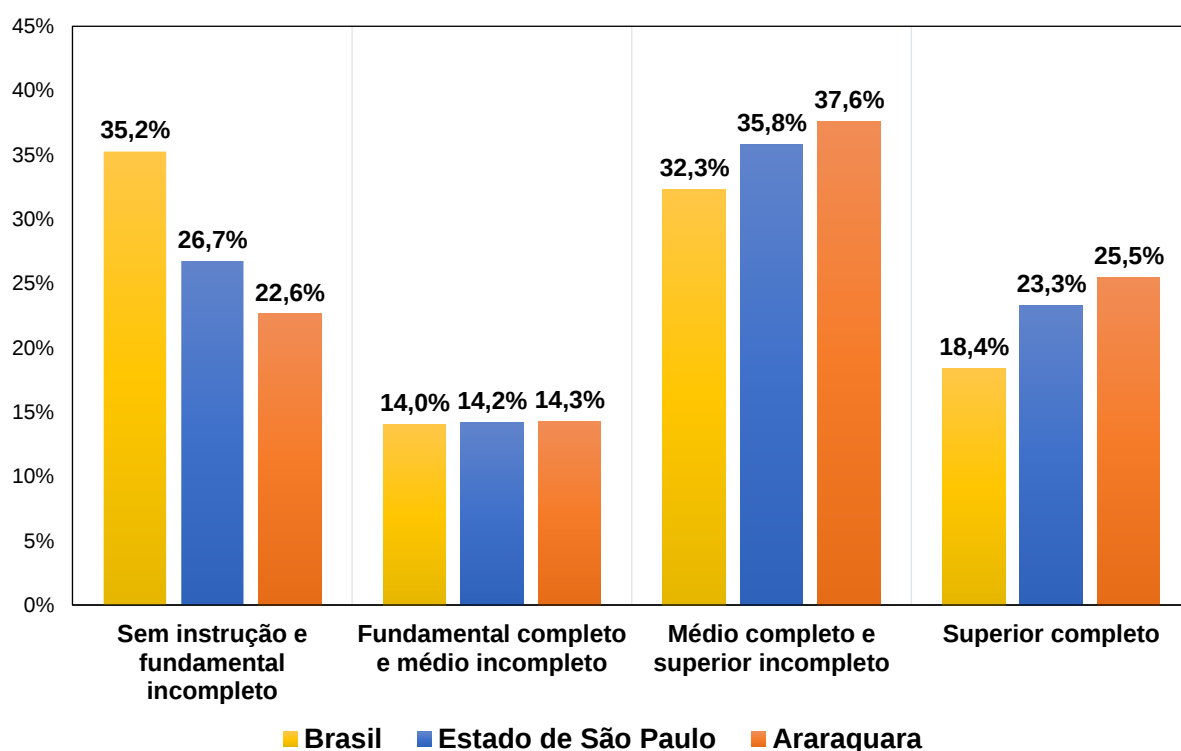
Como resultado do desenvolvimento histórico da educação no município, Araraquara apresenta um nível de instrução da população significativamente superior ao verificado nas médias nacional e estadual. Os dados do Censo de 2022, ilustrados no Gráfico 78, confirmam esse destaque: 25,5% da população de 25 anos ou mais de idade possui ensino superior

⁵ O Sistema S é um conjunto de instituições privadas vinculadas aos setores produtivos, responsáveis por oferecer formação profissional, educação técnica, serviços sociais e apoio ao desenvolvimento empresarial, como SENAI, SENAC, SESI, SESC, SENAR, SEBRAE, entre outros.

completo, proporção acima da média do Estado de São Paulo (23,3%) e substancialmente maior que a média nacional (18,4%).

Além disso, 37,6% da população local possui ensino médio completo ou superior incompleto, o que evidencia uma ampla base de pessoas com escolaridade intermediária, potencialmente aptas a programas de qualificação e formação continuada. Por outro lado, apenas 22,6% da população de Araraquara possui baixa escolaridade (sem instrução ou com ensino fundamental incompleto), proporção significativamente inferior à média brasileira (35,2%) e menor que a estadual (26,7%).

Gráfico 78. Distribuição da População de 25 Anos ou Idade por nível de instrução (2022)



Fonte: Censo de População do IBGE 2022

Por outro lado, a análise do perfil da população de Araraquara com nível superior completo, segundo áreas gerais de formação, revela avanços importantes na qualificação do capital humano local, ao mesmo tempo em que evidencia desafios estruturais para alinhar essa formação às exigências de um desenvolvimento sustentável. Conforme os dados do Censo Demográfico de 2022 (Tabela 18), a maior parte dos diplomados concentra-se nas áreas de Negócios, Administração e Direito, que representam 30,9% dos formados — proporção inferior às médias estadual (35,0%) e nacional (32,5%). Embora essenciais para o funcionamento da administração pública e privada, essas áreas tradicionais oferecem menor contribuição direta à diversificação produtiva e tecnológica, especialmente diante das transformações em curso na economia global.

Tabela 18. Distribuição Percentual das Pessoas com Pelo Menos Nível Superior de Graduação Concluído Segundo Áreas Gerais de Formação (2022)

Área de Formação	Brasil	Estado de São Paulo	Araraquara
Educação	13,9%	11,4%	11,8%
Artes e humanidades	7,4%	6,5%	5,5%
Ciências sociais, comunicação e informação	6,8%	7,1%	7,2%
Negócios, administração e direito	32,5%	35,0%	30,9%
Ciências naturais, matemática e estatística	3,7%	3,3%	4,5%
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	3,2%	4,4%	4,6%
Engenharia, produção e construção	9,2%	10,9%	11,8%
Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	2,1%	1,4%	2,0%
Saúde e bem-estar	16,0%	14,6%	16,9%
Serviços	1,9%	1,9%	2,0%
Não sabe e graduação mal especificada	3,2%	3,5%	2,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CAGED

Em contrapartida, destacam-se desempenhos positivos em áreas estratégicas como Engenharia, Produção e Construção (11,8%), Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC (4,6%) e Ciências Naturais, Matemática e Estatística (4,5%). Esses percentuais, superiores às médias estadual e nacional, sinalizam um movimento crescente de formação voltado à inovação, à digitalização da economia e à transição para uma base produtiva mais tecnológica. Também se destacam as áreas de Saúde e Bem-estar (16,9%) e Educação (11,8%), fundamentais para a promoção da qualidade de vida e da qualificação contínua da população. Por outro lado, a baixa proporção de diplomados em campos relacionados ao meio ambiente e à produção rural, como Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária (2,0%), indica a necessidade de uma articulação mais consistente entre as vocações econômicas do município — em especial a agropecuária e a agroindústria — e a formação superior oferecida.

Nesse sentido, a presença de um contingente expressivo de pessoas com formação qualificada configura-se como um ativo estratégico para Araraquara. Em um contexto de rápidas transformações tecnológicas, digitalização e reestruturação das cadeias produtivas, a elevação do nível educacional da população torna-se decisiva para a competitividade territorial. Os setores industrial, de serviços e o próprio poder público demandam profissionais com competências técnicas, digitais e socioemocionais, capazes de atuar em ambientes complexos e interconectados. A trajetória recente demonstra que Araraquara já dispõe de uma base educacional sólida e relativamente diversificada, fruto da atuação de instituições de ensino superior de qualidade e de uma rede consolidada de formação técnica e profissional. Contudo, persiste o desafio de promover maior aderência entre essa base formativa e os setores

estratégicos do município, como a agroindústria, os serviços tecnológicos, as energias renováveis e a bioeconomia.

Avançar na qualificação de áreas ligadas à ciência, tecnologia, inovação e sustentabilidade deve ser tratado como prioridade nos próximos anos, especialmente se o município pretende consolidar-se como referência regional em desenvolvimento sustentável e economia do conhecimento. Isso requer a integração entre os sistemas educacional, produtivo e institucional, por meio de políticas de inovação, estímulo ao empreendedorismo de base tecnológica e programas de formação profissional continuada.

A reflexão que se impõe, portanto, é que o futuro do desenvolvimento sustentável de Araraquara dependerá da capacidade de transformar suas vantagens estruturais, como a oferta educacional diversificada, a presença de centros de pesquisa e um ambiente urbano de qualidade, em estratégias coerentes de valorização do conhecimento como motor do desenvolvimento local. Alinhar a formação do capital humano com os vetores da nova economia e com os desafios ambientais e sociais do século XXI é um passo fundamental para transformar essas potencialidades em vantagens competitivas de longo prazo.

■ **Inovação e Desenvolvimento das Startups**

O perfil do capital humano em Araraquara revela-se altamente promissor para impulsionar o ecossistema de inovação, especialmente em áreas como tecnologia, saúde e agronegócio, setores que já despontam no município por meio de startups e empresas incubadas. A presença de um contingente expressivo de profissionais formados em áreas técnicas e científicas amplia as possibilidades de articulação entre universidades, setor produtivo e poder público, criando condições favoráveis à formação de redes de inovação mais maduras, capazes de sustentar um ciclo virtuoso de desenvolvimento tecnológico, geração de conhecimento e empreendedorismo de base científica. Essa estrutura qualificada também favorece a atração de investimentos privados e a adesão a programas de fomento estaduais e federais voltados à economia do conhecimento, dado que a capacitação da força de trabalho é um dos principais critérios para a instalação de novos empreendimentos tecnológicos. Esse potencial se traduz na consolidação de um ambiente inovador crescente em Araraquara, já fortalecido pela atuação de startups em segmentos estratégicos como tecnologia da informação, biotecnologia, saúde e agricultura.

Entre as iniciativas de maior destaque está a Digital Innovation One (DIO), fundada por um empreendedor araraquarense e reconhecida como Technology Pioneer pelo Fórum Econômico Mundial. Embora sua sede principal não esteja localizada na cidade, a DIO demonstra o potencial de Araraquara na formação de talentos tecnológicos e no fomento ao empreendedorismo digital. Por outro lado, destacam-se startups efetivamente sediadas no município e vinculadas à Incubadora de Empresas de Araraquara, que exerce papel estratégico no ecossistema local. Entre elas estão a HB Biotec, produtora de biocelulose para tratamentos médicos; a Lievito, especializada em bioativadores para processos fermentativos; a Nock Engenharia, que

desenvolve cateteres UV-C para hemodiálise; a Natcrom, que atua com antioxidantes naturais extraídos da manga; e a NPsmart, focada em soluções nanotecnológicas para o controle de fungos na pós-colheita agrícola. Essas iniciativas comprovam a capacidade do município de gerar inovação a partir de suas próprias competências locais, com impacto direto na diversificação da economia e na geração de empregos qualificados.

As potencialidades de Araraquara estão associadas à presença de um ecossistema acadêmico robusto — com instituições como UNESP, IFSP e UNIARA —, à existência de infraestrutura de apoio à inovação e ao surgimento de hubs empresariais, como o mantido pela Lupo. Soma-se a isso o apoio de programas de fomento promovidos por instituições como o Sebrae, que têm incentivado o fortalecimento do empreendedorismo tecnológico na cidade.

Nesse contexto, não causa surpresa que Araraquara ocupe a 22ª posição no ranking estadual de desenvolvimento de startups, conforme o Sebrae Startups Report São Paulo 2024, com 30 iniciativas ativas, superando municípios como Cotia (29) e Franca (26), e ficando logo atrás de Presidente Prudente (31). As startups paulistas concentram-se, em sua maioria, nos setores de Saúde e Bem-Estar, Tecnologia da Informação, Educação e Agronegócio, adotando predominantemente o modelo de negócios B2B, com destaque para soluções do tipo SaaS (Software como Serviço). Em termos de maturidade, cerca de um terço das startups está em fase de validação e outro terço em fase de crescimento, o que reforça um ambiente dinâmico e em consolidação.

Contudo, quando comparada a São Carlos, referência regional e estadual na área de inovação e ensino superior, Araraquara ainda se encontra em um estágio menos avançado. São Carlos ocupa a 5ª posição no ranking estadual, com 99 startups ativas, ficando atrás apenas de grandes centros como São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto e São José dos Campos. O ecossistema são-carlense é altamente estruturado e articulado, com presença de centros de pesquisa, parques tecnológicos, incubadoras, o Sanca Hub e ambientes colaborativos, além de uma cultura institucionalizada de inovação integrada entre universidade, setor produtivo e poder público.

Essa comparação evidencia a importância de políticas públicas consistentes e investimentos estratégicos no fortalecimento do ecossistema de inovação. Embora Araraquara conte com uma base educacional sólida, ainda carece de uma infraestrutura mais robusta de apoio ao empreendedorismo inovador — como aceleradoras, laboratórios de prototipagem, centros de experimentação tecnológica e mecanismos de escalabilidade para startups em fase de crescimento. Para que Araraquara avance de forma mais expressiva e conquiste posições mais relevantes no cenário estadual, é necessário implementar uma estratégia articulada de longo prazo, voltada à valorização do conhecimento como motor do desenvolvimento. Essa estratégia deve contemplar a integração entre universidades, setor produtivo e gestão pública; o fortalecimento de espaços de inovação e ambientes colaborativos; o estímulo à formação técnica

e digital; a retenção de talentos; e a ampliação do acesso a capital de risco e fontes de financiamento.

Apesar das fortalezas já consolidadas, o município ainda enfrenta desafios estruturais como a migração de profissionais qualificados para grandes centros, a limitação de infraestrutura tecnológica e a falta de estratégias do setor público mais robustas voltadas à inovação. Superar esses entraves exigirá ações coordenadas, que promovam sinergia entre os diversos atores do ecossistema local, capacitem recursos humanos e alinhem as soluções desenvolvidas às demandas do mercado. Com visão estratégica e investimentos consistentes, Araraquara tem o potencial de se consolidar como um território de referência em ciência, tecnologia e inovação no interior paulista. O fortalecimento do ecossistema inovador poderá ampliar a competitividade do município, diversificar sua base econômica e posicioná-lo como protagonista na nova economia do século XXI.

■ **Desenvolvimento Turístico**

O turismo em Araraquara vem se consolidando como um setor estratégico para a diversificação da economia local, com potencial para gerar emprego, renda e dinamizar cadeias produtivas associadas à cultura, gastronomia, eventos e serviços. Conhecida como “Morada do Sol”, Araraquara é reconhecida desde 2017 como Município de Interesse Turístico (MIT) pelo Governo do Estado de São Paulo, o que tem possibilitado o acesso a recursos estaduais voltados à melhoria da infraestrutura turística e à promoção de eventos culturais e históricos.

O município abriga importantes equipamentos culturais e atrativos turísticos, como a Casa da Cultura Luís Antônio Martinez Corrêa, o Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara (MAPA) e o Museu Ferroviário "Francisco Aureliano de Araújo". Além disso, destaca-se por seus sítios arqueológicos com pegadas fósseis de dinossauros, que conferem singularidade à sua oferta turística. O turismo rural e de experiência também ocupa espaço relevante, com destaque para a Fazenda Salto Grande, fundada em 1850 e transformada em hotel fazenda em 1992, oferecendo vivências ligadas à história cafeeira, trilhas, tirolesa e outras atividades de lazer. A cidade conta ainda com uma infraestrutura urbana consolidada, que favorece a realização de grandes eventos e o acolhimento de visitantes. A Arena da Fonte, por exemplo, é um equipamento multipropósito que recebe eventos esportivos e culturais de grande porte. Araraquara é bem conectada por rodovias estratégicas, como a SP-255 e a SP-310, e, desde 2024, voltou a operar voos comerciais no Aeroporto Estadual “Bartholomeu de Gusmão”, com rotas regulares para Campinas, o que fortalece o acesso regional e nacional. Outro diferencial é a valorização da gastronomia local e das manifestações culturais populares. Eventos e produtos típicos, como as tradicionais "coxinhas douradas" do Distrito de Bueno de Andrada, vêm se consolidando como atrativos turísticos, reforçando a identidade local e estimulando o turismo de experiência.

A Tabela 19, que apresenta o estoque mensal de empregos formais no setor de Alojamento e Alimentação em Araraquara entre 2020 e 2025, com base nos dados do CAGED Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, evidencia de forma clara os impactos da pandemia de COVID-19 sobre um dos principais segmentos da atividade turística. Mais do que isso, os dados demonstram a recuperação subsequente do setor e sua crescente relevância para o desenvolvimento econômico do município, especialmente no que se refere à geração de emprego e renda.

Tabela 19. Araraquara: Estoque Mensal do Emprego Formal nos Serviços de Alojamento e Alimentação (2020-Abril/2025)

Ano	Mês	Alimentação	Alojamento	Total
2020	Janeiro	2.838	466	3.304
	Junho	2.265	404	2.669
	Dezembro	2.373	403	2.776
2021	Dezembro	2.419	409	2.828
2022	Dezembro	2.615	414	3.029
2023	Dezembro	2.818	453	3.271
2024	Dezembro	2.891	513	3.404
2025	Abril	2.984	503	3.487

Fonte: CAGED

Em janeiro de 2020, antes da chegada da pandemia, o setor registrava 3.304 vínculos formais, dos quais 2.838 estavam concentrados em atividades de alimentação e 466 em serviços de alojamento. No entanto, com o agravamento da crise sanitária e a interrupção abrupta das atividades turísticas e de lazer, o total de empregos despencou para 2.669 em junho de 2020, uma retração de aproximadamente 19,2% no período, ou 635 postos a menos. Essa queda expressiva refletiu a paralisação quase total do turismo, impulsionada pelo isolamento social e pela contração da demanda presencial. Até dezembro de 2020, o setor apresentou uma leve recuperação (2.776 empregos), mas ainda se encontrava 16% abaixo do nível pré-pandêmico. A partir de 2021, inicia-se um processo de retomada mais consistente. Em dezembro daquele ano, o setor já havia recuperado parte das perdas, alcançando 2.828 vínculos, crescimento de 1,9% em relação ao ano anterior. Em 2022, esse movimento se intensifica, com expansão de 7,1% no total de empregos, impulsionado principalmente pela recuperação do segmento de alimentação (+8,1%). Já em 2023, o crescimento atinge seu ápice, com uma elevação anual de 8,0%, sendo destaque o setor de alojamento, que cresceu 9,4%, o maior percentual do período, demonstrando o fortalecimento da infraestrutura de hospedagem na cidade. Em 2024, a tendência se mantém, com crescimento de 4,1%, puxado especialmente pelo alojamento, que avançou expressivos 13,2%. Mesmo em 2025, no acumulado até abril, o setor registra variação positiva de 2,4%, apesar de uma leve queda pontual no alojamento (-1,9%), mantendo o dinamismo do setor turístico em patamar elevado.

Esse desempenho resultou em uma ampliação da participação do emprego turístico formal no total de empregos do município, passando de 3,6% em dezembro de 2021 para 4,1% em abril de 2025. Esse avanço foi ainda mais expressivo quando comparado à variação do emprego total nos serviços, cuja participação passou de 7,6% para 8,5% no mesmo período. Esse comportamento confirma que os serviços turísticos — especialmente alimentação, hospedagem e eventos, vêm se firmando como um dos vetores mais dinâmicos de geração de trabalho e renda em Araraquara. Considerando esse contexto, é fundamental garantir a continuidade e o aprimoramento das ações governamentais voltadas ao fortalecimento do turismo, de modo a consolidar os avanços recentes, fomentar a qualificação profissional, ampliar a infraestrutura e posicionar o setor como um dos pilares sustentáveis do desenvolvimento econômico e social do município.

Problemas e Desafios Prioritários para o Plano Estratégico 2025 – 2028

1. A estagnação do crescimento econômico de longo prazo representa um desafio central para Araraquara, revelando limitações estruturais na capacidade do município de consolidar um ciclo sustentável de desenvolvimento, especialmente diante da desaceleração da indústria e da dependência crescente do setor de serviços.
2. A retração da participação da indústria no Valor Adicionado Bruto e no emprego formal evidencia um processo de desindustrialização local, comprometendo a geração de empregos de maior valor agregado e a diversificação produtiva do município.
3. O avanço da pejetização e o crescimento acelerado dos Microempreendedores Individuais (MEIs), sem a correspondente geração de empregos formais, revelam um padrão de informalização disfarçada que enfraquece a arrecadação previdenciária, reduz a proteção social e precariza as condições de trabalho.
4. A elevada taxa de mortalidade das empresas, especialmente entre os MEIs, compromete a sustentabilidade do dinamismo empreendedor e reforça a necessidade de políticas públicas estruturadas de apoio à sobrevivência e ao crescimento dos pequenos negócios.
5. A estrutura do emprego formal revela um predomínio de ocupações nos setores de serviços e comércio, com baixa presença de atividades tecnológicas, industriais avançadas e produtivas, o que limita o aumento da produtividade e o acesso a empregos de maior qualidade.
6. O desalinhamento entre o perfil da formação superior e as vocações econômicas estratégicas do município dificulta a consolidação de uma base produtiva inovadora, especialmente nas áreas de ciência, tecnologia, meio ambiente, bioeconomia e agroindústria.

7. A posição ainda tímida de Araraquara no ecossistema estadual de startups, apesar de seu potencial acadêmico e institucional, demonstra fragilidades na infraestrutura de inovação e na articulação entre setor público, universidades e empresas.
8. A ausência de políticas locais robustas de incentivo à inovação tecnológica, incubação de empresas, aceleração de startups e retenção de talentos qualificados compromete a capacidade do município de se integrar de forma competitiva à nova economia do conhecimento.
9. A migração de jovens qualificados para centros urbanos mais desenvolvidos evidencia um esvaziamento de talentos e reforça a urgência de estratégias de atração, fixação e valorização da mão de obra especializada no território.
10. A falta de integração entre formação profissional, vocações produtivas e políticas de desenvolvimento econômico limita o aproveitamento pleno do capital humano existente e compromete a construção de um modelo de crescimento inclusivo, sustentável e baseado na inovação.
11. Apesar da riqueza do acervo histórico, arqueológico e cultural de Araraquara, o município enfrenta limitações na preservação e na divulgação de seus bens tombados, museus e sítios arqueológicos. A ausência de investimentos regulares na conservação, sinalização e acessibilidade desses espaços compromete seu potencial de atratividade turística.
12. O crescimento do setor turístico em Araraquara exige maior preparo da mão de obra local e estratégias estruturadas de marketing para consolidar o município como destino atrativo. A insuficiência de programas contínuos de capacitação profissional e de ações de promoção limitam a qualidade dos serviços e a visibilidade do destino.

4.11 AGRICULTURA

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS 2) — "Fome Zero e Agricultura Sustentável" — da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas assume uma importância estratégica para Araraquara, não apenas por sua dimensão humanitária, mas por seu papel central na garantia do direito à alimentação adequada, na redução das desigualdades sociais e no fortalecimento de uma economia rural mais resiliente e inclusiva.

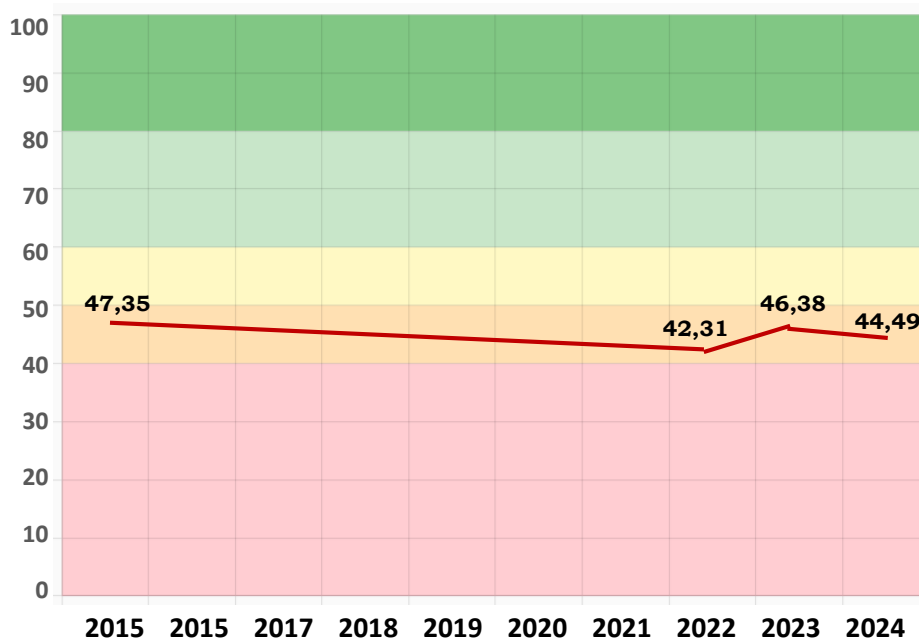
Embora o Brasil tenha registrado avanços significativos no combate à fome ao longo das últimas décadas, o recente agravamento da insegurança alimentar — impulsionado pelos efeitos socioeconômicos da pandemia de COVID-19, pela inflação de alimentos e pelas desigualdades estruturais — escancarou a urgência da pauta. Para municípios como Araraquara, que historicamente apresentaram bons indicadores em saúde e educação, o desafio atual é

consolidar estratégias de ação governamental capazes de proteger os segmentos mais vulneráveis e garantir o acesso contínuo e digno a alimentos saudáveis.

A partir dessa perspectiva, o ODS 2 ganha uma dimensão territorial concreta: erradicar a fome e promover a segurança alimentar em Araraquara passa, necessariamente, pelo fortalecimento da agricultura familiar e pelo apoio estruturado aos pequenos produtores rurais. São esses agentes que asseguram grande parte da produção de alimentos frescos e diversificados, abastecendo feiras, mercados e programas públicos como a merenda escolar e as cestas de assistência social. Essa abordagem torna-se ainda mais relevante diante dos crescentes sinais de vulnerabilidade social no município, especialmente nas periferias urbanas e nas áreas rurais, apesar da infraestrutura urbana consolidada. A valorização da produção local, agroecológica e sustentável, associada a políticas de compras públicas e fomento produtivo, tem o potencial de ampliar o acesso a alimentos de qualidade ao mesmo tempo em que gera trabalho e renda no campo.

Da forma como foi analisado no diagnóstico da assistência social, os dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) reforçam esse alerta. A evolução do desempenho de Araraquara no ODS 2, entre 2015 e 2024, revela uma trajetória persistentemente baixa (Gráfico 79). Em todo o período, o município permaneceu na faixa "Baixa" (40 a 49,99 pontos), sem atingir níveis médios ou altos de desenvolvimento sustentável nesse eixo. Em 2021, chegou a registrar seu pior desempenho com apenas 42,31 pontos. Mesmo com uma leve recuperação em 2023, o índice voltou a cair em 2024, fechando em 44,49 pontos. Esses números mostram que, apesar de sua capacidade institucional, Araraquara enfrenta barreiras estruturais à superação da fome, seja por lacunas na rede de proteção alimentar, seja pela falta de integração entre agricultura, assistência social e saúde.

Gráfico 79. Araraquara: Evolução do ODS 2, Erradicar a Fome (2015-2024)



Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

A agropecuária do município de Araraquara é marcada por uma combinação entre agricultura empresarial de larga escala e núcleos significativos de agricultura familiar. A cidade possui uma forte vocação histórica para a produção de laranja e cana-de-açúcar, integrando-se às cadeias produtivas da citricultura e da agroindústria sucroalcooleira, com presença de grandes empresas voltadas à produção de suco, açúcar e etanol. Essa agricultura intensiva é altamente mecanizada e ocupa grandes extensões de terra, tendo grande peso na geração de valor adicionado para a economia local, apesar de sua baixa representatividade no emprego formal – a agropecuária responde por menos de 2% dos vínculos formais de trabalho no município.

Paralelamente, a agricultura familiar desempenha papel fundamental no abastecimento alimentar da população local, com destaque para a produção de hortaliças, frutas, leite e criação de pequenos animais. Iniciativas de produção orgânica e agroecológica têm se expandido, sobretudo entre pequenos produtores, em resposta à demanda crescente por alimentos saudáveis e sustentáveis. Ainda assim, o setor enfrenta desafios importantes, como a concentração fundiária, o uso intensivo do solo por culturas de alto impacto ambiental e a necessidade de diversificação produtiva. A presença de uma infraestrutura logística favorável, com acesso a rodovias e ferrovias, facilita o escoamento da produção e a integração dos produtores, tanto grandes quanto pequenos, às cadeias de comercialização regionais e estaduais. Diante desse cenário, é fundamental que o poder público implemente iniciativas que promovam a valorização da agricultura familiar, incentivem a transição para práticas produtivas sustentáveis e fortaleçam os mercados locais, como forma de impulsionar um desenvolvimento equilibrado do setor agropecuário em Araraquara.

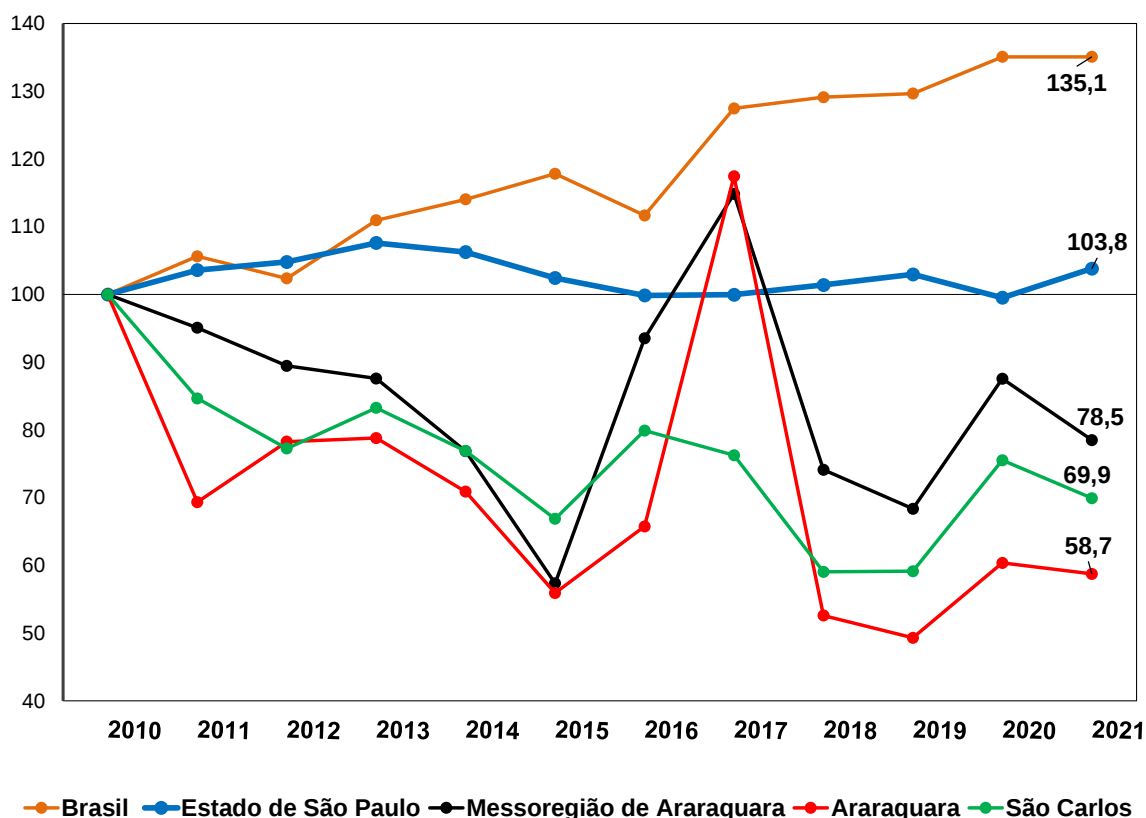
■ Dinâmica do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária Municipal

De acordo com dados do IBGE, o Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor agropecuário em Araraquara passou de R\$ 110,7 milhões em 2010 para cerca de R\$ 124,5 milhões em 2021, representando um crescimento nominal de apenas 12,5% ao longo de mais de uma década. No entanto, quando corrigidos os valores pela inflação, observa-se uma queda real de 41,3%, evidenciando um retrocesso expressivo na contribuição do setor agropecuário para a economia local. Essa tendência negativa reflete profundas transformações estruturais e impactos severos relacionados às mudanças climáticas e a problemas fitossanitários, em especial na cadeia da citricultura. Segundo a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o avanço do greening, uma doença devastadora causada pela bactéria *Candidatus Liberibacter*, foi responsável por reduzir em até 20% a produção de laranja no estado de São Paulo nos últimos anos (Embrapa, 2025). A doença afeta o desenvolvimento dos frutos, compromete a produtividade e, em muitos casos, leva ao abandono de pomares inteiros. Além disso, a ocorrência de estiagens prolongadas, ondas de calor e alterações nos padrões de chuva vem impactando negativamente o desempenho das lavouras, especialmente na região central do estado, onde Araraquara está localizada.

O Gráfico 80 ilustra com clareza essa dinâmica desfavorável. Entre 2010 e 2021, o desempenho do Valor Adicionado Real da agropecuária de Araraquara apresenta flutuações acentuadas, com quedas bruscas, como em 2015, 2018 e 2019, revelando a vulnerabilidade do setor local a choques climáticos e mercadológicos. Em contraste, o Brasil e o estado de São Paulo apresentaram crescimento mais estável, com tendência de alta no mesmo período, o Brasil alcançou índice 135,1 em 2021, e o estado de São Paulo 103,8, enquanto Araraquara recuou para apenas 58,7 pontos, menos da metade do nível-base de 2010 (100 pontos).

É importante destacar que a crise da agropecuária em Araraquara não é um fenômeno isolado, mas insere-se em uma dinâmica regional de retração do setor primário. A Mesorregião de Araraquara, da qual o município faz parte, apresenta comportamento semelhante ao de Araraquara ao longo do período 2010–2021, com quedas acentuadas no valor adicionado real da agropecuária e uma trajetória marcada por instabilidade. Após um declínio expressivo até 2015, a mesorregião teve um pico momentâneo em 2017, seguido de nova retração — comportamento que evidencia um ambiente produtivo frágil, vulnerável a choques climáticos e a oscilações de mercado. O município vizinho de São Carlos ilustra ainda mais essa tendência, com desempenho persistentemente inferior ao da própria mesorregião e um índice de apenas 69,9 em 2021, o que representa uma perda de cerca de 30% no valor adicionado real da agropecuária em relação a 2010.

Gráfico 80. Comportamento do Valor Adicionado Real da Agropecuária, Índice 2010=100. (2010-2021)



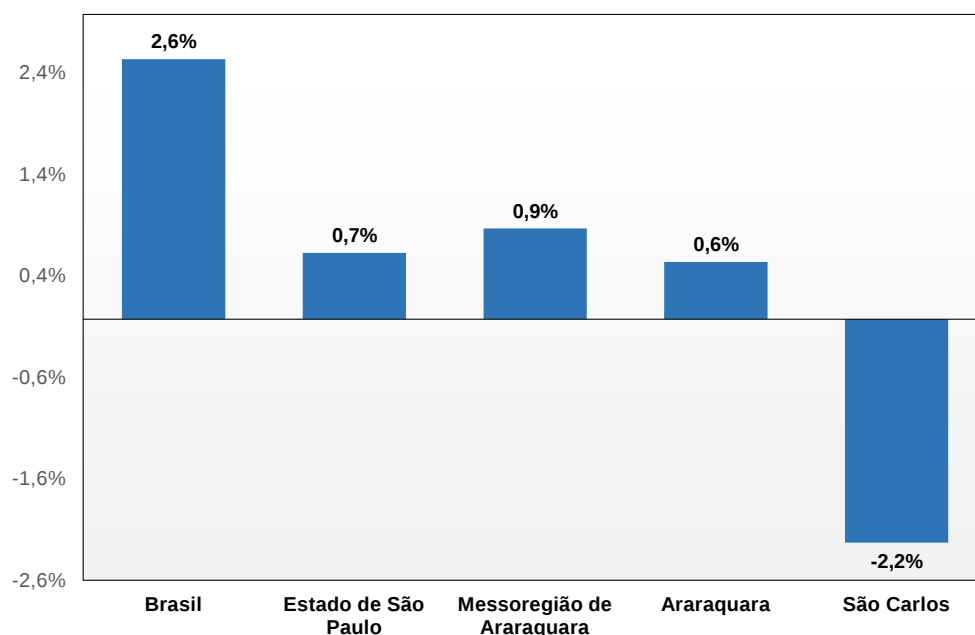
Fonte: IBGE e SEADE

O Gráfico 81, que apresenta as taxas de crescimento médio real do Valor Adicionado da Agropecuária entre 2011 e 2021, confirma os argumentos já discutidos sobre o retrocesso estrutural da agropecuária em Araraquara e sua região. Enquanto o Brasil registrou uma taxa média de crescimento expressiva de 2,6% ao ano, e o estado de São Paulo obteve um crescimento positivo, embora mais modesto (0,7%), o desempenho da Messorregião de Araraquara (0,9%) e de Araraquara (0,6%) revela uma estagnação relativa, com crescimentos bem abaixo da média nacional. Mais grave ainda é o caso de São Carlos, que apresentou crescimento negativo de -2,2% ao ano, o que reforça a ideia de retração sistemática do setor agropecuário em nível territorial.

Esses dados revelam um padrão territorial de estagnação agropecuária, que persiste mesmo em um contexto de valorização de commodities agrícolas no mercado nacional e internacional, sugerindo que fatores estruturais locais têm limitado a capacidade de resposta dos municípios da região. Entre esses fatores, destacam-se a dependência de culturas vulneráveis a pragas e variações climáticas, como a laranja, a concentração fundiária, a descapitalização de pequenos produtores, e a ausência de medidas institucionais estruturantes voltadas à transição agroecológica, à irrigação adaptativa e à diversificação da matriz produtiva. A baixa resiliência do setor agropecuário regional, portanto, não se explica apenas por variáveis de mercado, mas por um modelo produtivo esgotado e pouco adaptado às novas exigências ambientais e

socioeconômicas, o que demanda uma revisão urgente da estratégia de desenvolvimento rural no território.

Gráfico 81. Araraquara: Taxas de Crescimento Média Real do Valor Adicionado da Agropecuária (2011 a 2021)



Fonte: IBGE e SEADE

■ Dinâmica e Transformações Estruturais da Agropecuária Municipal

É possível realizar uma análise aprofundada da estrutura produtiva local ao observar os dados sobre a área plantada com lavouras temporárias e permanentes em Araraquara entre 2000 e 2023, conforme apresentado na Tabela 20, elaborada a partir da Pesquisa da Produção Agrícola Municipal do IBGE. A série histórica evidencia transformações significativas na dinâmica do uso da terra e na composição das principais culturas, refletindo mudanças estruturais no modelo agrícola adotado no município. Ao longo de mais de duas décadas, observa-se a predominância quase absoluta da cana-de-açúcar, que ocupou, em média, cerca de 75% da área total cultivada, atingindo seu pico em 2017. Essa concentração produtiva revela a forte inserção de Araraquara na cadeia sucroenergética estadual, voltada para a produção de etanol, açúcar e energia, com elevado nível de mecanização e destinação majoritária para o mercado industrial e de exportação. Ao mesmo tempo, constata-se o recuo progressivo da diversidade agrícola, com impactos diretos sobre a sustentabilidade produtiva, a segurança alimentar e o papel estratégico da agricultura familiar no território.

Por outro lado, a cultura da laranja, que no início dos anos 2000 ainda ocupava posição de destaque com mais de 8 mil hectares, sofreu uma retração drástica ao longo dos anos, chegando a apenas 40 hectares em 2023. Essa queda expressiva, superior a 99% em pouco mais de duas

décadas, está associada a fatores como a crise fitossanitária provocada pelo avanço do greening (huanglongbing), praga que atingiu fortemente os pomares paulistas, além da redução da rentabilidade da citricultura e da migração de produtores para outras culturas ou para atividades não agrícolas. Esse colapso produtivo comprometeu a diversidade da matriz agrícola local e contribuiu para a perda de dinamismo da agropecuária municipal.

As culturas de milho em grão apresentaram relativa estabilidade até meados da década de 2010, mas vêm registrando uma leve tendência de queda, com a área plantada recuando para menos de mil hectares em 2023. Em contrapartida, destaca-se a expansão da soja, especialmente a partir de 2019, que saltou de 600 hectares em 2000 para 4 mil hectares em 2023, tornando-se a segunda principal lavoura do município em área cultivada. Esse crescimento revela um processo de substituição e reconfiguração da matriz produtiva, com a soja sendo incorporada como uma alternativa de maior viabilidade econômica, menos suscetível a pragas e com boa valorização no mercado.

A categoria de “outros cultivos”, composta por frutas, hortaliças e lavouras alimentares como abacate, amendoim, banana, batata-doce, café arábica, feijão, goiaba, limão, mandioca, manga, maracujá, sorgo e tomate, tem progressivamente perdido importância na estrutura agrícola de Araraquara. A maioria dessas culturas manteve participação marginal e oscilante ao longo dos últimos anos, sem apresentar tendência de expansão ou consolidação no território. Esse cenário evidencia um processo contínuo de esvaziamento da diversidade produtiva, com impacto direto sobre o abastecimento local de alimentos frescos e sobre a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares. A baixa inserção dessas culturas na estratégia agrícola municipal compromete o fortalecimento da agricultura familiar, reduz a oferta de alimentos destinados ao consumo interno e acentua a dependência de cadeias externas de suprimento. Tal tendência de retração é indicativa da especialização produtiva excessiva do território, dificultando a construção de uma matriz agrícola resiliente, integrada e socialmente inclusiva. Essa perda de diversidade revela também a urgência de ações governamentais que incentivem práticas sustentáveis, agroecológicas e voltadas à segurança alimentar da população.

Em relação à pecuária, a análise dos dados do efetivo dos rebanhos em Araraquara entre os anos de 2000 e 2023, conforme a Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE (Tabela 21), revela importantes transformações no perfil produtivo do setor. Tradicionalmente menos expressiva quando comparada à agricultura — sobretudo frente à hegemonia da cana-de-açúcar e, até recentemente, da laranja —, a pecuária local tem desempenhado um papel complementar na economia rural do município. No entanto, observa-se, ao longo das últimas duas décadas, um processo de reconfiguração marcado tanto por retrações como por especializações.

Tabela 20. Araraquara: Área Plantada ou Destinada à Colheita em Lavouras Temporárias e Permanentes (Hectares) (2000-2023)

Ano	Total	Cana-de-açúcar	Laranja	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Outros
2000	44.827	32.000	8.730	2.020	600	1.477
2001	41.956	32.000	6.000	2.120	700	1.136
2002	42.461	32.000	7.000	1.800	700	961
2003	44.755	32.000	9.063	2.000	800	892
2004	43.071	34.000	5.758	1.520	1.000	793
2005	41.244	32.470	5.677	1.400	1.000	697
2006	40.777	32.000	5.700	1.320	1.100	657
2007	40.644	32.000	6.000	1.200	800	644
2008	57.530	49.000	6.000	1.200	800	530
2009	55.085	49.000	6.000	-	-	85
2010	40.545	32.000	6.000	1.200	900	445
2011	44.129	37.000	3.444	1.200	900	1.585
2012	41.603	37.000	1.553	1.500	900	650
2013	41.845	37.000	2.147	1.400	900	398
2014	41.845	37.000	2.147	1.400	900	398
2015	42.888	38.000	1.226	1.500	1.000	1.162
2016	42.771	38.000	1.226	1.300	1.000	1.245
2017	60.955	56.000	1.226	1.050	1.200	1.479
2018	42.069	38.000	1.226	1.300	1.000	543
2019	42.816	38.000	1.226	1.050	2.000	540
2020	42.366	38.000	1.226	1.100	1.500	540
2021	42.306	38.000	1.226	1.050	1.500	530
2022	46.517	42.000	1.200	1.300	1.500	517
2023	44.482	39.000	40	750	4.000	692

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

O rebanho bovino, que historicamente representava o segmento dominante da pecuária araraquarense, apresentou tendência de retração. Em 2000, eram cerca de 13,3 mil cabeças, número que caiu para menos de 10 mil em 2023. Essa queda acompanha o movimento observado em diversos municípios paulistas com forte urbanização ou valorização do solo rural, onde a pecuária extensiva tem cedido espaço para lavouras de maior rentabilidade ou para usos urbanos e industriais. A pecuária bovina em Araraquara, portanto, tende a concentrar-se em propriedades menores e a migrar para sistemas mais intensivos, tecnificados ou integrados com cadeias de valor específicas. Outros rebanhos de menor escala, como os equinos, bubalinos, caprinos e ovinos, mantêm números relativamente modestos ao longo da série histórica. Ainda assim, merece destaque a retomada dos rebanhos ovino e caprino, especialmente a partir de 2022, possivelmente associado ao fortalecimento de práticas da agricultura familiar diversificada, da produção agroecológica e da valorização de nichos de mercado, como carne de cordeiro, leite caprino e derivados artesanais.

Tabela 21. Araraquara: Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho (Cabeças) (2000-2023)

Ano	Bovino	Bubalino	Equino	Suíno - total	Suíno - matrizes de suínos	Caprino	Ovino	Galináceos - total	Galináceos - galinhas
2000	13.327	80	800	2.100	-	100	250	112.000	12.000
2001	14.060	-	800	2.200	-	100	300	112.000	12.000
2002	14.000	-	800	2.350	-	100	500	92.000	12.000
2003	16.108	-	750	2.100	-	350	463	92.000	12.000
2004	15.000	-	700	1.900	-	400	500	92.000	12.000
2005	14.000	-	750	1.800	-	400	700	92.000	12.000
2006	12.000	-	800	1.570	-	400	750	82.000	12.000
2007	10.000	-	700	1.450	-	350	700	82.000	12.000
2008	9.000	-	700	1.200	-	300	700	80.000	10.000
2009	9.000	-	900	1.200	-	300	1.000	90.000	10.000
2010	10.000	-	1.000	1.100	-	400	1.000	110.000	10.000
2011	11.250	-	1.105	1.238	-	390	1.150	15.900	7.200
2012	12.315	33	1.180	1.384	-	425	1.215	16.620	7.800
2013	13.150	41	1.129	940	320	438	1.184	19.400	7.350
2014	10.062	2	1.210	912	298	415	1.125	106.000	6.745
2015	11.360	2	1.400	700	224	415	1.125	400.000	25.200
2016	11.925	111	540	665	214	26	234	420.000	26.260
2017	11.430	35	510	612	198	25	300	423.000	26.000
2018	11.000	30	535	615	165	28	320	450.000	26.500
2019	11.100	28	530	620	175	30	300	390.000	26.000
2020	10.688	33	525	650	180	35	310	390.000	26.000
2021	9.883	30	532	630	183	40	279	360.000	27.000
2022	10.786	20	543	700	200	140	360	370.000	29.000
2023	9.977	9	500	839	239	230	430	565.000	30.000

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal

No caso do rebanho suíno, observa-se uma tendência de queda ao longo do período analisado, especialmente a partir de 2013. No entanto, em 2023, há um leve sinal de recuperação, com o total de suínos atingindo 839 cabeças, das quais aproximadamente 239 são matrizes reprodutivas. Ainda que a suinocultura não represente um polo expressivo, esses dados podem sinalizar estratégias locais de reorganização produtiva, possivelmente ligadas à integração com pequenas agroindústrias, ao cooperativismo ou à produção de subsistência com escoamento em mercados locais.

O grande destaque da pecuária araraquarense, no entanto, é a avicultura, que passou por uma expansão expressiva e contínua a partir de 2015. Naquele ano, o total de galináceos no município saltou de cerca de 106 mil em 2014 para mais de 400 mil, alcançando 565 mil aves em 2023, um crescimento de mais de 430% em menos de uma década. Paralelamente, o número de galinhas (destinadas à produção de ovos ou reprodução) também cresceu significativamente. Esse avanço revela a consolidação da avicultura como atividade estratégica na matriz agropecuária local, provavelmente impulsionada por investimentos em granjas automatizadas, integração com agroindústrias e cooperativas regionais, além do crescimento da demanda por proteína animal de baixo custo.

■ Estrutura Fundiária, Perfil Produtivo e Agricultura Familiar em Araraquara

Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, apresentados na Tabela 22, estima-se que Araraquara possui um Índice de Gini da terra⁶ de 0,865, o que revela um elevado grau de concentração fundiária — característica que acompanha as tendências observadas nos âmbitos estadual e nacional. Para fins de comparação, em 2017 o Índice de Gini para a terra no Brasil foi de 0,867, enquanto no estado de São Paulo situou-se em torno de 0,8277, evidenciando que o município apresenta um padrão de concentração de terras acima da média estadual e próximo ao índice nacional.

Apesar da elevada concentração fundiária, os dados mostram que Araraquara possui um número significativo de pequenos produtores. Do total de 711 estabelecimentos agropecuários registrados, 670 possuem menos de 50 hectares, e outros 21 estabelecimentos estão na faixa de 50 a 100 hectares. Esse conjunto, que representa cerca de 97% das unidades produtivas do município, se enquadra dentro do perfil atendido pelas políticas públicas de agricultura familiar, conforme os critérios estabelecidos pelo Governo Federal. Esses produtores exercem papel fundamental no abastecimento local, na preservação da diversidade produtiva e no fortalecimento da economia rural em escala municipal e regional.

A existência de uma base ampla de pequenos estabelecimentos rurais revela que Araraquara possui grande potencial para o fortalecimento da produção de alimentos, sobretudo por meio do incentivo à agroecologia, à produção orgânica, às cadeias curtas de comercialização e à agregação de valor. Esses estabelecimentos, quando apoiados com programas adequados de assistência técnica, crédito rural, infraestrutura e acesso a mercados institucionais, podem contribuir significativamente para a segurança alimentar, a geração de emprego no campo e a sustentabilidade da produção agrícola.

Além disso, a estrutura fundiária do município está relacionada ao perfil produtivo predominante, com forte presença de culturas como cana-de-açúcar e soja, que exigem maiores áreas, elevado grau de mecanização e práticas empresariais orientadas à eficiência e à escala. A convivência entre grandes unidades produtivas voltadas ao agronegócio e pequenos estabelecimentos de base familiar configura uma economia rural heterogênea, que oferece múltiplas oportunidades de desenvolvimento, desde que sejam implementadas iniciativas de gestão pública integradas e sensíveis às diferentes realidades do campo.

Tabela 22. Araraquara: Número de Estabelecimentos Agropecuários e Área Segundo Grupos de Área Total. Censo Agropecuário do IBGE 2017

⁶ O Índice de Gini para a terra é uma medida estatística que expressa o grau de concentração fundiária em um determinado território, como um município, estado ou país. Calculado com base na distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, o índice varia de 0 a 1, sendo que valores próximos de zero indicam uma distribuição mais igualitária da terra entre os produtores, enquanto valores próximos de um revelam alta concentração fundiária, ou seja, poucas propriedades detêm a maior parte das terras.

Grupos de área total	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	% Acomulado	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	% Acomulado
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	2	0,3%	0	0,0%
De 0,1 a menos de 0,2 ha	4	0,8%	1	0,0%
De 0,2 a menos de 0,5 ha	6	1,7%	2	0,0%
De 0,5 a menos de 1 ha	4	2,3%	2	0,0%
De 1 a menos de 2 ha	23	5,5%	28	0,1%
De 2 a menos de 3 ha	29	9,6%	71	0,2%
De 3 a menos de 4 ha	5	10,3%	17	0,2%
De 4 a menos de 5 ha	24	13,6%	111	0,4%
De 5 a menos de 10 ha	114	29,7%	883	2,0%
De 10 a menos de 20 ha	412	87,6%	5.898	12,5%
De 20 a menos de 50 ha	47	94,2%	1.519	15,3%
De 50 a menos de 100 ha	21	97,2%	1.551	18,0%
De 100 a menos de 200 ha	8	98,3%	1.135	20,1%
De 200 a menos de 500 ha	6	99,2%	1.646	23,0%
De 500 ha e mais	6	100,0%	43.020	100,0%
Total	711		55.884	

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017

A informação apresentada na Tabela 23, apesar de se referir ao Censo Agropecuário de 2017 e, portanto, conter um defasagem temporal de cerca de oito anos, ainda é útil para compreender o perfil da produção agropecuária do município de Araraquara. Os dados confirmam que a estrutura produtiva local é fortemente dominada pelas lavouras temporárias, que ocupam a maior parte da área agrícola: 38.534 hectares, o que representa 69% da área total declarada. Essa predominância está diretamente relacionada ao cultivo intensivo de cana-de-açúcar, cultura já destacada em análises anteriores como carro-chefe da produção rural do município, tanto em área quanto em volume.

Esse padrão confirma a vocação agroindustrial de Araraquara, com a produção de cana destinada majoritariamente ao abastecimento de usinas de etanol e açúcar da região, altamente mecanizadas e integradas a cadeias produtivas de larga escala. A elevada concentração de área em lavouras temporárias também reflete a presença de outras culturas sazonais, como a soja e o milho, que, como já discutido, ganharam maior representatividade nos últimos anos, especialmente no caso da soja. Além disso, o quadro mostra a presença de 110 estabelecimentos dedicados à horticultura e floricultura, ainda que com área reduzida (1.234 hectares), evidenciando a existência de uma base produtiva voltada à produção de alimentos frescos e à diversificação da agricultura familiar. Já a produção de lavouras permanentes, como laranja e outras frutas, ocupa 2.584 hectares e concentra-se em 36 estabelecimentos, confirmando o recuo da citricultura no município, mas também indicando que esse segmento ainda mantém presença no território.

Tabela 23. Araraquara: Número de Estabelecimentos Agropecuários e Área dos Estabelecimentos Agropecuários Segundo Grupos de Atividade Econômica. Censo Agropecuário do IBGE 2017

Grupos de atividade econômica	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Produção de lavouras temporárias	265	38.534
Horticultura e floricultura	110	1.234
Produção de lavouras permanentes	36	2.584
Produção de sementes e mudas certificadas	4	
Pecuária e criação de outros animais	275	3.987
Produção florestal - florestas plantadas	21	6.822

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017

A pecuária e criação de outros animais é exercida por 275 estabelecimentos, com área total de 3.987 hectares, representando uma atividade complementar importante à agricultura, especialmente entre os pequenos produtores. Isso confirma o que foi analisado anteriormente sobre a função diversificadora e de segurança econômica da pecuária no município, com destaque para a avicultura e a criação de bovinos e suínos em pequena escala. Por fim, a produção florestal, com 21 estabelecimentos e 1.086 hectares, também aparece como um segmento relevante, principalmente em áreas de uso múltiplo ou de recuperação ambiental, podendo estar vinculada à produção de madeira, biomassa e serviços ecossistêmicos.

A análise da Tabela 24, extraído do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, complementa e aprofunda a caracterização da estrutura produtiva rural de Araraquara ao apresentar a tipologia dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição de enquadramento como agricultura familiar e como beneficiários de programas como o PRONAF e o PRONAMP. Dos 711 estabelecimentos agropecuários existentes no município, 541 (76%) são classificados como agricultura familiar, sendo a maioria deles de pequeno porte, com áreas médias entre 11 e 14 hectares. Entre esses, destacam-se os 284 estabelecimentos vinculados ao PRONAF V e os 248 ao PRONAF B, que representam agricultores com acesso a políticas de crédito específicas para atividades de menor escala e renda, o que reforça o perfil de uma base rural com forte presença de pequenos produtores.

Esses dados corroboram as análises anteriores, que já indicavam a existência de um número expressivo de estabelecimentos com menos de 50 hectares, um público que se enquadra diretamente nas políticas públicas de apoio à agricultura familiar. Embora a área total sob controle desses produtores seja proporcionalmente menor (apenas 7.032 hectares, cerca de 13% da área total), o número de famílias envolvidas e seu papel no abastecimento local e na economia rural é altamente relevante.

Tabela 24. Araraquara: Número de Estabelecimentos Agropecuários e Área dos Estabelecimentos Agropecuários, por Tipologia. Censo Agropecuário do IBGE de 2017

Tipologia	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área Média
Agricultura familiar - não	170	48.852	287
Agricultura familiar - sim	541	7.032	13
Agricultura familiar - Pronaf B	248	2.800	11
Agricultura familiar - Pronaf V	284	4.100	14
Agricultura familiar - não pronafiano	9	132	15
Pronamp - sim	172	9.031	53
Pronamp – não	539	46.853	87

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2017

Em relação ao número de estabelecimentos agropecuários com lavoura temporária em Araraquara, os dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, apresentados na Tabela 25, evidenciam a diversidade produtiva existente entre os agricultores familiares do município. Do total de 481 unidades produtoras com lavouras temporárias, 378 são estabelecimentos de agricultura familiar, o que corresponde a quase 80% do total, com predominância das categorias vinculadas ao PRONAF B e PRONAF V, que representam pequenos produtores com acesso a políticas públicas específicas.

O Censo mostra que esses agricultores familiares atuam em uma ampla variedade de culturas, o que indica diversificação produtiva e potencial para o abastecimento alimentar local. As lavouras com maior número de estabelecimentos são o milho em grão (227 produtores), a mandioca (216 produtores), a abóbora, moranga e jerimum (103 produtores), o feijão de cor (71 produtores) e o feijão fradinho (58 produtores), todas culturas amplamente relacionadas à segurança alimentar, ao consumo local e à comercialização em mercados de curta escala. Também são registradas produções expressivas de soja (61 produtores), melancia, tomate rasteiro e cana-de-açúcar, demonstrando a coexistência de cultivos voltados tanto ao autoconsumo quanto à inserção em cadeias mais estruturadas.

Destaca-se ainda o cultivo de sementes para plantio (milho, feijão e outras), que aparece em pequena escala, mas sinaliza a presença de produtores tecnificados ou organizados em sistemas produtivos que demandam maior planejamento e qualidade do insumo. Isso reforça a capacidade adaptativa e o conhecimento técnico presente em parte dos agricultores familiares do município.

Tabela 25. Araraquara: Número de Estabelecimentos Agropecuários com lavoura temporária (Unidades). Censo Agropecuário do IBGE de 2017

Produtos da lavoura temporária	Total	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim	Agricultura familiar - Pronaf B	Agricultura familiar - Pronaf V	Agricultura familiar - não pronafiano	Pronamp - sim	Pronamp - não
Milho em grão	227	48	179	86	92	1	49	178
Mandioca (aipim, macaxeira)	216	38	178	87	88	3	41	175
Abóbora, moranga, jerimum	103	15	88	36	51	1	16	87
Cana-de-açúcar	91	25	66	16	49	1	22	69
Feijão de cor em grão	71	13	58	24	31	3	15	56
Soja em grão	61	10	51	6	45	-	10	51
Feijão fradinho em grão	58	11	47	20	26	1	12	46
Abacaxi	51	2	49	22	26	1	3	48
Cana forrageira	49	1	48	12	35	1	2	47
Melancia	21	3	18	6	12	-	3	18
Forrageiras para corte	21	3	18	4	13	1	4	17
Sorgo em grão	20	2	18	2	16	-	2	18
Tomate rasteiro (industrial)	20	3	17	6	11	-	3	17
Sementes e outras formas de propagação de outros produtos (p	20	4	16	5	11	-	4	16
Milho forrageiro	17	2	15	7	7	1	3	14
Sementes de feijão (produzidas para plantio)	14	2	12	3	9	-	2	12
Cebola	10	1	9	3	6	-	1	9
Fava em grão	8	1	7	1	5	1	2	6
Palma forrageira	8	-	8	4	4	-	-	8
Alho	6	1	5	2	3	-	1	5
Melão	5	-	5	4	1	-	-	5
Batata-inglesa	3	-	3	1	2	-	-	3
Sorgo forrageiro	3	-	3	-	3	-	-	3
Outros produtos	3	3	-	-	-	-	3	-
Arroz em casca	2	1	1	-	1	-	1	1
Mamona	2	-	2	1	1	-	-	2
Amendoim em casca	1	-	1	1	-	-	-	1
Feijão verde	1	-	1	-	1	-	-	1
Gergelim (semente)	1	-	1	-	1	-	-	1
Sorgo vassoura	1	-	1	-	1	-	-	1
Sementes de milho (produzidas para plantio)	1	-	1	1	-	-	-	1
Total	481	103	378	153	219	6	104	377

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2017

Esse perfil produtivo revela a necessidade de ações da gestão pública continuadas e integradas que fortaleçam a agricultura familiar no município, assegurando acesso a crédito, assistência técnica, infraestrutura para produção e escoamento, mercados institucionais e apoio à agroindustrialização. A expressiva participação dos agricultores familiares em diversas cadeias produtivas confirma a importância de manter e ampliar programas como o PRONAF e o PRONAMP, além de iniciativas federais e estaduais voltadas à compra pública de alimentos, como o PNAE e o PAA. Para que essas políticas tenham impacto efetivo, é essencial uma articulação coordenada entre o governo municipal, os órgãos estaduais e as políticas federais, a fim de potencializar as capacidades desses produtores, ampliar sua produtividade, agregar valor à produção e consolidar sua permanência no campo de forma sustentável. Esse segmento, majoritário em número de estabelecimentos, possui potencial estratégico para a segurança alimentar, a geração de renda no meio rural e a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares locais.

Por outro lado, a Tabela 26 do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE revela um panorama preocupante no que diz respeito à assistência técnica prestada aos produtores rurais de Araraquara, especialmente no segmento da agricultura familiar. Dos 711 estabelecimentos agropecuários do município, apenas 343 (48,2%) declararam receber algum tipo de orientação técnica, enquanto 368 (51,8%) não recebiam nenhuma forma de apoio técnico, o que reflete uma

ausência significativa de programas estruturados voltados ao acompanhamento e qualificação da produção rural.

Tabela 26. Araraquara: Número de Estabelecimentos Agropecuários por Tipologia e Origem da Orientação Técnica Recebida. Censo Agropecuário do IBGE de 2017

Tipologia	Total	Recebe	Governo (federal, estadual ou municipal)	Própria ou do próprio produtor	Outra	Não Recebe
Agricultura familiar - não	170	83	30	45	20	87
Agricultura familiar - sim	541	260	169	76	42	281
Agricultura familiar - Pronaf B	248	101	73	23	10	147
Agricultura familiar - Pronaf V	284	151	93	49	30	133
Agricultura familiar - não pronafiano	9	8	3	4	2	1
Pronamp - sim	172	85	33	44	18	87
Pronamp - não	539	258	166	77	44	281
Total	711	343	199	121	62	368

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2017

A situação é ainda mais crítica entre os agricultores familiares. Dos 541 estabelecimentos classificados como agricultura familiar, apenas 260 (48%) receberam algum tipo de assistência técnica, o que significa que 281 (52%) estavam completamente desassistidos. Dentre os que receberam orientação, apenas 169 estabelecimentos (31,2%) foram atendidos por órgãos governamentais — federais, estaduais ou municipais — o que reforça a baixa cobertura da assistência técnica pública justamente para o público prioritário das ações institucionais voltadas ao desenvolvimento rural. Quando analisados separadamente os grupos vinculados ao PRONAF, a situação é ainda mais preocupante: 76,4% dos agricultores enquadrados nas categorias PRONAF B e PRONAF V não recebiam orientação técnica regular, apesar de serem os principais beneficiários visados pelas medidas voltadas à agricultura familiar. Já entre os produtores não familiares (aqueles fora da definição de agricultura familiar), 51,2% também estavam sem assistência técnica, o que evidencia que a falta de apoio técnico é um problema estrutural mais amplo. Ainda assim, a ausência de orientação entre os agricultores familiares tem impacto mais sensível, pois se trata de um grupo que, em geral, dispõe de menos recursos financeiros, menor escala de produção e maior dependência das políticas públicas para assegurar viabilidade econômica e social no campo.

Problemas e Desafios Prioritários para o Plano Estratégico 2025 – 2028

1. Baixo acesso da agricultura familiar a assistência técnica pública, especialmente entre os enquadrados no PRONAF.

2. Desigualdade no acesso às políticas públicas, com maior cobertura de assistência técnica entre os produtores não familiares.
3. Insuficiente articulação entre o governo municipal e os entes estaduais e federais para operacionalização de programas como PRONAF, PRONAMP, PNAE e PAA.
4. Insuficiente infraestrutura para produção, armazenamento, transporte e comercialização dos produtos da agricultura familiar.
5. Predominância de lavouras temporárias como cana-de-açúcar e soja, em detrimento da diversificação e da produção de alimentos.
6. Redução da citricultura e fruticultura, comprometendo a variedade de culturas e o abastecimento de alimentos frescos.
7. Insuficiente incentivo à agroecologia, à produção orgânica e aos sistemas agrícolas sustentáveis.
8. Insuficiente adoção de práticas de conservação do solo, uso racional da água e proteção da biodiversidade.
9. Pouca integração da agricultura familiar às cadeias de valor e aos circuitos econômicos locais e regionais.
10. Impactos crescentes das mudanças climáticas sobre a produção agrícola, com variações extremas de temperatura, períodos de seca ou excesso de chuvas afetando a produtividade.
11. Insuficientes políticas de adaptação às mudanças climáticas no meio rural, como sistemas de irrigação sustentável, reflorestamento, sombreamento e variedades mais resistentes.
12. Riscos crescentes à segurança alimentar devido à vulnerabilidade climática e à baixa resiliência dos pequenos produtores.
13. Baixa organização social e cooperativa entre os agricultores familiares, dificultando acesso a mercados, compras públicas e crédito.
14. Insuficiente estrutura de um sistema municipal integrado de abastecimento alimentar, que articule a produção local com feiras, mercados, escolas e equipamentos públicos.
15. Desconhecimento e subutilização dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural sustentável disponíveis em programas federais.

16. Dependência de cadeias agroindustriais concentradas e fragilidade de circuitos curtos de comercialização.
17. Reduzida capacidade institucional do município para coordenar e executar políticas estruturantes de desenvolvimento rural.

4.12 MEIO AMBIENTE

A questão ambiental no Brasil é regida por um conjunto de leis e compromissos que refletem a crescente preocupação com o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Além disso, o Brasil é signatário de diversos tratados e convenções internacionais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Acordo de Paris, entre outros, que reforçam o compromisso do país com a mitigação das mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade. Esses marcos normativos formam a base para políticas públicas voltadas à proteção ambiental em todas as esferas de governo, inclusive no âmbito municipal.

À luz desse arcabouço legal e dos compromissos multilaterais firmados pelo Brasil, o Estado de São Paulo avançou com a formulação de diretrizes próprias ao lançar, em 2022, o *Plano de Ação Climática e Desenvolvimento Sustentável para São Paulo – PAC-SP 2050*. O plano tem como objetivo central alcançar a neutralidade de emissões líquidas de carbono até 2050, em alinhamento ao Acordo de Paris, e estabelece metas como a elaboração de inventários de emissões por setor, a implementação de planos de mitigação e adaptação em escalas regional e municipal, a ampliação da cobertura de tecnologias de baixo carbono, a integração do planejamento climático com instrumentos como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), e o desenvolvimento de soluções baseadas na natureza para o controle de enchentes e a conservação da biodiversidade. Essas diretrizes estaduais devem servir de referência para que os governos municipais incorporem objetivos, metas e indicadores voltados à sustentabilidade ambiental e ao enfrentamento das mudanças climáticas. Isso inclui, entre outras ações, a realização de inventários locais de emissões, o fortalecimento institucional por meio da criação ou ativação de estruturas de governança climática, o investimento em infraestrutura resiliente e sistemas de drenagem urbana, bem como a promoção de iniciativas de educação ambiental, uso racional da água e eficiência energética. Também se recomenda que os municípios estruturem seus próprios sistemas de monitoramento, reporte e verificação (MRV climático), com indicadores claros que permitam acompanhar o desempenho e a efetividade das ações previstas.

Nesse contexto mais amplo, o meio ambiente desempenha um papel fundamental na vida da população de Araraquara, sendo essencial para a qualidade de vida, o equilíbrio dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável do município. A cidade, marcada por uma rica biodiversidade e por importantes recursos naturais, depende diretamente da preservação de seus mananciais, áreas verdes, solos férteis e clima equilibrado para manter sua produção agrícola, garantir o abastecimento de água e assegurar bem-estar à população urbana e rural. Portanto, o meio ambiente em Araraquara não é apenas um pano de fundo para a vida urbana; ele é o alicerce sobre o qual a cidade se desenvolve.

Entre os principais elementos ambientais que demandam atenção está a preservação dos recursos hídricos. Araraquara é cortada por diversos córregos e possui nascentes que desempenham papel fundamental no abastecimento de água da população. A proteção dessas áreas garante não apenas o acesso a água potável, mas também a manutenção de ecossistemas aquáticos que abrigam diversas espécies. Outro ponto central diz respeito à conservação das áreas verdes e dos fragmentos de mata nativa no espaço urbano. Parques, praças e bosques não cumprem apenas uma função estética ou de lazer: eles são essenciais para a regulação do microclima, a melhoria da qualidade do ar, a infiltração da água no solo e a prevenção de enchentes. Além disso, esses espaços funcionam como refúgio para a fauna local, enriquecendo a biodiversidade urbana e oferecendo à população oportunidades de contato com a natureza, o que contribui também para o bem-estar mental e social. A gestão dos resíduos sólidos, por sua vez, representa outro pilar da sustentabilidade ambiental. A destinação correta do lixo, a ampliação da coleta seletiva, a reciclagem e a redução do consumo são práticas que reduzem a pressão sobre o meio ambiente, evitam a contaminação do solo e dos recursos hídricos e fomentam a economia circular. A implementação de ações governamentais eficazes nesse setor é imprescindível para prolongar a vida útil dos aterros sanitários e melhorar a eficiência dos serviços urbanos. Essas ações, no entanto, só se tornam efetivas quando acompanhadas de uma população consciente e engajada. A educação ambiental e a mobilização social são fundamentais para fortalecer a relação entre a comunidade e o meio ambiente. Escolas, empresas e o poder público devem atuar em conjunto na promoção de valores e práticas sustentáveis, incentivando desde o consumo consciente até a participação cidadã em iniciativas de reflorestamento, compostagem e mutirões de limpeza.

Diante desse cenário, Araraquara tem se empenhado em fortalecer sua política ambiental por meio da consolidação de instrumentos de planejamento e conservação, entre os quais se destaca o *Plano Municipal do Meio Ambiente*. Instituído pela Lei Municipal nº 9.621, de 24 de junho de 2019, o Plano estabelece diretrizes para a proteção dos recursos naturais, a promoção da educação ambiental, o controle da poluição, a recuperação de áreas degradadas e a gestão participativa das políticas ambientais no município. O plano também orienta a articulação entre as ações da administração pública e os compromissos assumidos nos marcos legais estaduais, nacionais e internacionais, reforçando o papel do município no enfrentamento das mudanças climáticas e na promoção do desenvolvimento sustentável. Além disso, prevê a integração das

áreas verdes urbanas, o estímulo à arborização, o incentivo à agricultura urbana e a valorização dos ecossistemas locais, como forma de garantir a qualidade ambiental e o bem-estar da população.

Nesse mesmo sentido, destacam-se iniciativas locais concretas voltadas à conservação da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais. Entre elas está a Estação Experimental de Araraquara, que abriga fragmentos de Cerrado e mata ciliar fundamentais para a proteção da biodiversidade e das nascentes da região — incluindo o Ribeirão das Cruzes, um dos principais cursos d'água responsáveis pelo abastecimento da cidade. Merece menção também o Parque Natural Municipal do Basalto, uma significativa unidade de conservação situada em área urbana, que integra ações de preservação ambiental com atividades de educação ecológica e lazer para a população. Além dessas áreas, o Plano Diretor do município estabelece zonas de proteção ambiental, e há propostas em andamento para a recuperação de áreas verdes em diferentes regiões da cidade, reforçando o compromisso local com o desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, a cidade de Araraquara, por meio da Lei Municipal nº 9.383/2018, instituiu o Programa Municipal de Educação Ambiental, reconhecendo a educação ambiental como um processo permanente de formação do indivíduo e da coletividade, essencial à construção de uma sociedade sustentável. Compreendida como política transversal, a educação ambiental deve perpassar todas as secretarias municipais — como saúde, transporte, turismo, educação, obras e desenvolvimento econômico —, e ser implementada tanto em contextos formais quanto não formais de ensino. O programa prevê sua aplicação em todas as unidades da rede pública municipal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, EJA, educação complementar e especial, integrando-se aos projetos político-pedagógicos de forma interdisciplinar. Além disso, o município conta com a Comissão Municipal de Educação Ambiental, composta por representantes do poder público e da sociedade civil, que se reúne regularmente para promover o debate e o planejamento de ações educativas.

No entanto, apesar desses avanços, Araraquara ainda enfrenta diversos problemas ambientais que ameaçam esse equilíbrio. Entre os mais relevantes, destaca-se a degradação dos recursos hídricos, como nascentes e córregos urbanos, que sofrem com o assoreamento, o despejo de esgoto irregular e a expansão desordenada da malha urbana. Esses fatores comprometem o abastecimento de água, aumentam o risco de enchentes e prejudicam a fauna e flora locais. Além disso, os efeitos das mudanças climáticas já são perceptíveis na dinâmica ambiental do município, com o aumento das temperaturas médias, a intensificação das ilhas de calor e alterações significativas no regime de chuvas. Esses fenômenos contribuem para eventos extremos, como a histórica seca enfrentada pela cidade em 2024 — considerada a mais severa já registrada. Nesse período, Araraquara passou por 174 dias sem precipitações constantes e volumosas o suficiente para reabastecer adequadamente represas e reservatórios. O cenário de estiagem prolongada, associado a temperaturas anormalmente elevadas, levou à redução de mais de 90% nos volumes de água disponíveis em dois dos três sistemas de captação utilizados

pela cidade. Como aproximadamente 35% do abastecimento municipal depende de rios locais, a queda drástica nos níveis desses mananciais impactou diretamente o fornecimento de água à população. Diante da gravidade da situação, o Departamento Autônomo de Água e Esgotos (DAAE) precisou implantar a Operação Estiagem em pontos críticos do município, adotando medidas emergenciais para evitar o colapso do sistema hídrico.

A cidade também enfrenta a poluição do ar, especialmente durante os períodos de seca, quando aumentam as queimadas urbanas e rurais, afetando diretamente a saúde da população. Outro desafio é a perda progressiva de vegetação nativa, impulsionada pela expansão urbana sem o devido planejamento ambiental, o que compromete áreas de Cerrado essenciais para a regulação térmica, a infiltração da água no solo e a conservação da biodiversidade. Soma-se a isso a gestão ainda deficiente dos resíduos sólidos, marcada pelo descarte irregular de lixo, baixa adesão a políticas de reciclagem e frágil conscientização ambiental, fatores que contribuem para a poluição do solo e da água e sobrecarregam os sistemas urbanos.

Igualmente, apesar dos avanços institucionais e legais, diversos desafios ainda precisam ser enfrentados para consolidar a política municipal de educação ambiental como eixo estratégico do desenvolvimento sustentável. Entre eles, destacam-se a necessidade de fortalecer a articulação intersetorial entre secretarias, de expandir a atuação do Centro Municipal de Educação Ambiental (CEMEA), e de garantir a territorialização das ações educativas, respeitando a diversidade social, cultural e ambiental do município. Também se impõe o desafio de ampliar a formação continuada de servidores públicos e educadores, estruturar mecanismos de monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas e assegurar financiamento estável e contínuo para a execução do programa.

Diante dos desafios ambientais e institucionais enfrentados por Araraquara torna-se essencial que o município alinhe suas políticas públicas aos compromissos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecida pela Organização das Nações Unidas. Essa agenda global propõe um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que orientam a transição para um modelo de desenvolvimento mais justo, resiliente e ambientalmente equilibrado, e oferece um referencial estratégico especialmente útil para enfrentar problemas complexos como os relatados. Entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), vários são diretamente relacionados às questões ambientais que impactam Araraquara, apontando caminhos para um futuro mais sustentável.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6) da Agenda 2030 estabelece como meta assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos. Mas esse compromisso abrange também a proteção dos mananciais, o combate à poluição hídrica, a conservação de nascentes e a gestão integrada dos recursos hídricos. Em Araraquara, um dos principais obstáculos ao cumprimento dessas metas é o avanço dos processos de erosão hídrica, fenômeno que afeta diretamente a qualidade da água, a capacidade de abastecimento e a integridade dos ecossistemas associados.

Com base em estudos realizados pelo município, foi instituído, por meio da Lei Municipal nº 10.300 de setembro de 2021, o *Plano Municipal de Controle de Erosão Hídrica*, que sistematiza o diagnóstico da situação erosiva no território e propõe diretrizes estratégicas para sua contenção. O levantamento identificou dezenas de focos erosivos ativos, a grande maioria em áreas rurais, afetando bacias hidrográficas localizadas nas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) do Tietê-Jacaré e do Mogi-Guaçu. Essas áreas sofrem com o assoreamento de corpos d'água e com a degradação ambiental de encostas e áreas de preservação permanente, comprometendo, entre outros, os mananciais do Ribeirão das Cruzes, do Córrego Águas do Paiol e do Ribeirão Anhumas, todos essenciais para o abastecimento da população. A erosão também impõe custos elevados à infraestrutura urbana e rural — como o desgaste de estradas, o risco de deslizamentos e a perda de produtividade agrícola — e dificulta o planejamento territorial e a expansão ordenada da cidade. O plano municipal propõe medidas estruturais e não estruturais, que vão desde o mapeamento georreferenciado das áreas críticas, a adoção de práticas conservacionistas, o controle do uso do solo e a recuperação de áreas degradadas, até ações de educação ambiental, capacitação técnica e fortalecimento institucional. Para enfrentar esse desafio de maneira eficaz e contínua, o plano também recomenda a construção de uma governança intersetorial, articulando as áreas de meio ambiente, agricultura, planejamento urbano e saneamento, e promovendo parcerias com universidades, instituições técnicas e a sociedade civil. A definição de bacias prioritárias para intervenção, o uso de tecnologias de monitoramento e a estruturação de um sistema municipal de acompanhamento com indicadores claros são passos fundamentais para garantir efetividade.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 (ODS 7) – Energias Renováveis e Acessíveis, visa "assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos". Esse objetivo não se limita à expansão do fornecimento energético, mas exige uma transição para fontes renováveis, maior eficiência energética e redução das desigualdades no acesso à energia de qualidade. No contexto urbano e regional, como no caso de Araraquara, esse compromisso impõe desafios concretos e abre oportunidades estratégicas para o fortalecimento da sustentabilidade e da justiça energética.

Araraquara tem potencial para avançar no cumprimento do ODS 7, especialmente por sua localização geográfica privilegiada para a geração de energia solar fotovoltaica. O município já registra adesão crescente à instalação de painéis solares em residências, propriedades rurais e empreendimentos comerciais, incentivada por linhas de crédito específicas, políticas de desoneração e maior consciência ambiental da população. Essa tendência é reforçada por programas estaduais e federais que estimulam a geração distribuída e a autossuficiência energética, contribuindo para a diversificação da matriz energética local. Entretanto, o município ainda enfrenta desafios estruturais para universalizar o acesso à energia sustentável. A ampliação da cobertura elétrica em áreas rurais mais isoladas, o uso intensivo de energia em setores como o industrial e o agronegócio, e a ausência de metas locais específicas para eficiência energética são aspectos que requerem atenção. O consumo residencial também poderia ser mais eficiente

se houvesse incentivos à substituição de equipamentos obsoletos por modelos com selo de eficiência energética, bem como ações educativas sobre o uso racional da eletricidade.

Conforme os dados apresentados no *Anuário de Energéticos por Município 2025*, publicado pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, o município de Araraquara registrou, em 2024, um consumo total de 779.746.319 kWh de energia elétrica, distribuídos entre 127.453 consumidores (Tabela 27). A análise do consumo por classe revela a predominância da classe residencial, que representa quase 93,8% dos consumidores (119.512 unidades) e responde por 36,3% do total consumido (282.924.398 kWh). Em segundo lugar, destaca-se a classe industrial, com apenas 0,4% dos consumidores (520 unidades), mas responsável por 29,4% do consumo total (229.499.199 kWh), evidenciando sua alta intensidade energética e importância estratégica para a economia local. O setor comercial, por sua vez, representa 4,6% dos consumidores (5.895 unidades) e consome 20,3% da energia total (158.342.096 kWh), refletindo a forte presença do setor de serviços e varejo em Araraquara.

Outros segmentos também se destacam. A classe de serviço público, com apenas 77 unidades consumidoras, responde por 7,2% do consumo (55.918.170 kWh), o que sugere grande concentração de demanda em equipamentos públicos como hospitais, universidades e sistemas de abastecimento. Já o setor do poder público, com 704 consumidores, representa 3,2% do total consumido (24.823.518 kWh), enquanto a iluminação pública consome 2,7% da energia (21.312.884 kWh), distribuída entre 142 pontos de fornecimento. A classe rural, com 591 unidades, consome apenas 0,8% da energia (5.880.368 kWh), e o item consumo próprio, que abrange 12 consumidores, totaliza 0,1% (1.045.685 kWh) do volume registrado.

Tabela 27. Araraquara: Consumo de Energia Elétrica (kWh) (2024)

	Nº de Consumidores	kWh
Residencial	119.512	282.924.398
Comercial	5.895	158.342.096
Rural	591	5.880.368
Industrial	520	229.499.199
Iluminação Pública	142	21.312.884
Poder Público	704	24.823.518
Serviço Público	77	55.918.170
Consumo Próprio	12	1.045.685
Total	127.453	779.746.319

Fonte: Anuário de Energéticos por Município no Estado de São Paulo – 2025, ano base 2024

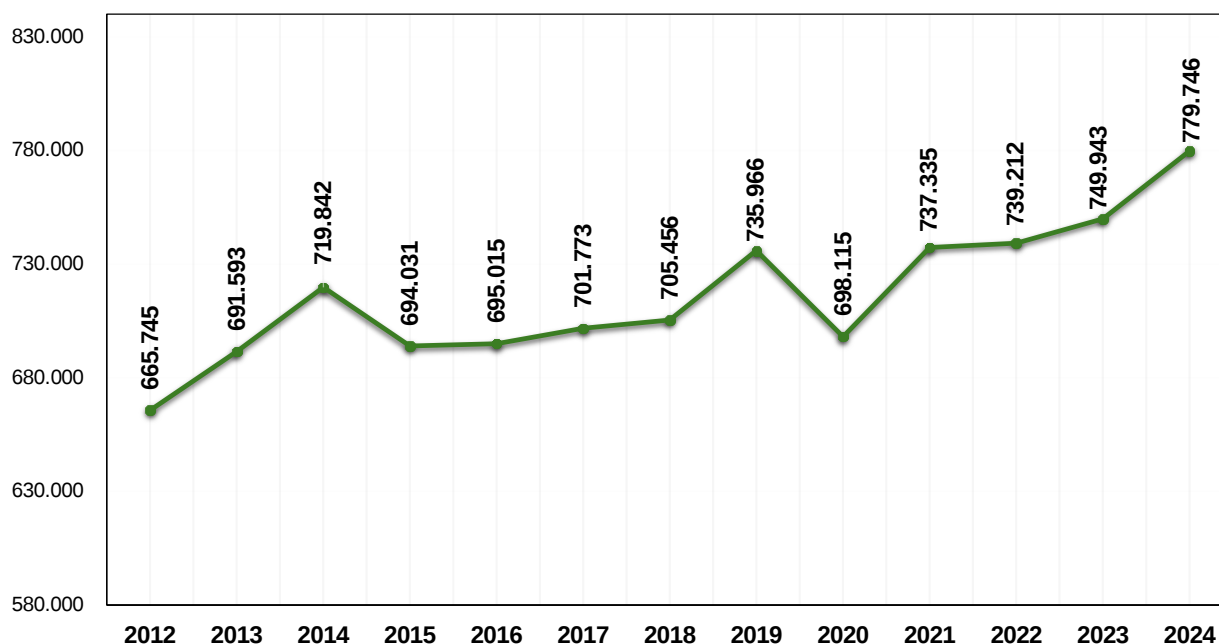
Essa distribuição revela um padrão de consumo relativamente equilibrado entre os setores residencial, industrial e comercial, refletindo uma matriz urbana e econômica diversificada. Ao mesmo tempo, ela aponta para oportunidades de atuação alinhadas ao ODS 7 da Agenda 2030, que visa garantir acesso à energia limpa, segura, sustentável e a preços acessíveis. Entre as

possíveis ações estão a modernização da iluminação pública com tecnologias LED, a ampliação da geração distribuída de energia solar — especialmente nos setores residencial e público —, e a adoção de programas de eficiência energética em unidades industriais e em edifícios públicos. A gestão energética municipal, portanto, torna-se estratégica não apenas para a sustentabilidade ambiental, mas também para a estabilidade fiscal e o fortalecimento da resiliência urbana frente às mudanças climáticas.

Conforme ilustrado no Gráfico 82, entre os anos de 2012 e 2024, o consumo de energia elétrica no município de Araraquara apresentou uma tendência geral de crescimento, com algumas oscilações pontuais ao longo do período. Em 2012, o consumo registrado foi de 665.745 MWh, enquanto em 2023 atingiu 749.943 MWh, o maior valor da série histórica. Esse crescimento corresponde a um aumento absoluto de 84.198 MWh no período, o que representa uma elevação de aproximadamente 12,6% em 11 anos. Em 2014, o consumo atingiu 719.842 MWh, marcando o maior valor da década até então, com um aumento de 8,1% em relação a 2012, antes de sofrer quedas nos anos seguintes influenciadas pela crise econômica nacional iniciada em 2015. Já em 2020, durante a pandemia de COVID-19, houve uma retração significativa, com o consumo caindo para 698.115 MWh, o que representou uma redução de 37.851 MWh em relação ao ano anterior (-5,1%), refletindo a desaceleração econômica, a redução da atividade industrial e a alteração nos padrões de consumo durante o período de restrições sanitárias.

Nos anos seguintes, entre 2021 e 2024, Araraquara experimentou uma retomada contínua do consumo elétrico. Em 2024 o consumo foi de 779.746 MWh, superando o patamar pré-pandemia e indicando uma recuperação consistente. Em comparação com 2020, o consumo de energia elétrica em Araraquara aumentou 81.631 MWh, o que representa um crescimento de 11,7%, evidenciando não apenas a recuperação econômica no período pós-pandemia, mas também a ampliação do consumo nas classes residencial e comercial. Entre 2023 e 2024, o segmento residencial registrou um acréscimo expressivo de 21.412.939 kWh, enquanto o comercial teve um aumento de 11.751.544 kWh, refletindo a retomada das atividades e o crescimento da demanda urbana. Por outro lado, a classe industrial reduziu de forma importante seu consumo em 13.910.393 kWh, o que pode indicar variações na atividade produtiva ou avanços em eficiência energética no setor.

Gráfico 82. Araraquara: Evolução do Consumo de Energia Elétrica (MWh) (2012-2024)



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo

Segundo dados apresentados na Tabela 28, extraídos do Anuário de Energéticos por Município – 2025, o município de Araraquara apresentou, em 2024, o consumo de derivados de petróleo e etanol em Araraquara apresentou um perfil diversificado, com predominância dos combustíveis líquidos voltados ao transporte e uso doméstico. O etanol liderou o consumo, com 84,7 milhões de litros, refletindo a ampla adoção de veículos flex e a política estadual de incentivo aos biocombustíveis. Em seguida, destaca-se o óleo diesel, com 72,3 milhões de litros consumidos, evidenciando a relevância do transporte rodoviário, da logística e das atividades agroindustriais na região. A gasolina automotiva também teve participação expressiva, com 55,3 milhões de litros, o que demonstra que, apesar do crescimento do etanol, ainda há uma base significativa de consumo de combustíveis fósseis. O gás liquefeito de petróleo (GLP), com 10,1 milhões de quilos, mostrou-se essencial para usos residenciais e comerciais, sendo um insumo energético de grande importância no cotidiano urbano. Outros derivados, como o asfalto (1,2 milhão de quilos), revelam investimentos em infraestrutura urbana e manutenção viária. Já o querosene de aviação (149,7 mil litros) e a gasolina de aviação (49,2 mil litros) apresentaram consumo bastante reduzido, o que demonstra a atuação limitada da aviação comercial ou executiva no município. Por fim, o óleo combustível (28,4 mil quilos) teve uso residual, provavelmente destinado a processos industriais ou institucionais pontuais.

De modo geral, os dados revelam uma matriz de consumo energético ainda fortemente baseada em derivados do petróleo, mas com importante participação do etanol, o que abre caminhos para o fortalecimento de políticas de sustentabilidade, incentivo à eficiência energética e diversificação de fontes na cidade.

Tabela 28. Araraquara: Consumo de Derivados de Petróleo e Etanol (2024)

	Consumo
Gasolina Automotiva (Litros)	55.398.755
Gasolina de Aviação (Litros)	49.230
Óleo Diesel (Litros)	72.332.701
Óleo Combustível (Quilos)	28.440
Querosene de Aviação	149.745
GLP (Quilos)	10.167.768
Etanol (Litros)	84.787.523
Asfalto (Quilos)	1.234.140

Fonte: Anuário de Energéticos por Município no Estado de São Paulo – 2025, ano base 2024

A matriz energética municipal de Araraquara em 2024, conforme os dados da Tabela 29, revela uma estrutura ainda fortemente dependente de fontes fósseis, com destaque para os derivados de petróleo, que representaram 111.482 toneladas equivalentes de petróleo (toe), correspondendo a cerca de 45% do total energético consumido. Esse perfil influencia diretamente o nível de emissões de gases de efeito estufa do município. A eletricidade apareceu como a segunda principal fonte, com 67.058 toe (27,0%), refletindo seu uso difundido em residências, comércios, serviços e na indústria local. O gás natural teve participação significativa, somando 26.215 toe (10,6%), enquanto o etanol, principal fonte renovável da matriz, totalizou 43.242 toe (17,4%), com predominância no setor de transportes.

Esse perfil energético resultou em emissões totais de dióxido de carbono (CO₂) de 376,13 mil toneladas em 2024. Para fins comparativos, a cidade de São Paulo registrou 12.104,48 mil toneladas de CO₂ no mesmo ano; Guarulhos, 7.166,15 mil toneladas; Campinas, um importante polo urbano e industrial, somou 2.157,26 mil toneladas; Paulínia, fortemente influenciada por atividades industriais e petroquímicas, alcançou 1.372,51 mil toneladas; e Ribeirão Preto, 1.161,50 mil toneladas. Esses dados evidenciam que, embora Araraquara emita menos CO₂ do que grandes centros urbanos e industriais como os mencionados, suas emissões ainda representam um volume significativo, especialmente considerando seu porte populacional e econômico. Isso reforça a importância de rever a atual estrutura energética, promovendo a diversificação da matriz com ênfase em fontes renováveis, a eletrificação de modais urbanos, e a adoção de soluções de eficiência energética. Tais ações são fundamentais para que o município avance no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 7 e o ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), e fortaleça sua resiliência ambiental frente às mudanças climáticas.

Tabela 29. Araraquara: Consumo Total de Energéticos (toe) e Correspondentes Emissões de CO₂ (10³ t/ano) (2024)

Eletricidade (toe)	67.058
Gás Natural (toe)	26.215
Etanol (toe)	43.242
Derivados de Petróleo (toe)	111.482
Total	247.996

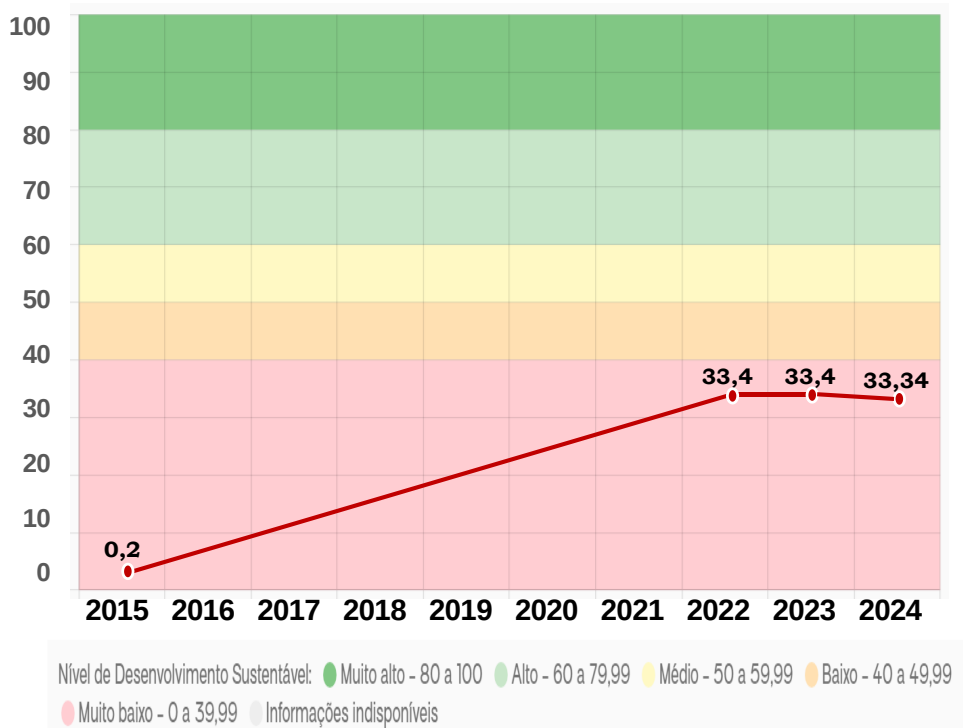
Emissões de CO ₂ (10 ³ t/ano)	376,13
---	--------

Fonte: Anuário de Energéticos por Município no Estado de São Paulo – 2025, ano base 2024

A implementação do ODS 15 – que trata da proteção, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas terrestres – é fundamental para o futuro ambiental, social e econômico de Araraquara. Com uma paisagem marcada pela presença de fragmentos do bioma Cerrado, nascentes de rios estratégicos para o abastecimento da população e áreas rurais dedicadas à produção agrícola, o município enfrenta pressões constantes sobre seus recursos naturais, resultado da expansão urbana, do uso intensivo do solo e da degradação ambiental acumulada ao longo das últimas décadas. A conservação da biodiversidade local é essencial não apenas do ponto de vista ecológico, mas também como base para a manutenção dos serviços ecossistêmicos dos quais a cidade depende diretamente. A proteção das matas ciliares, das áreas de recarga hídrica e dos corredores ecológicos é indispensável para garantir a qualidade e a quantidade da água disponível, especialmente em um cenário de aumento do estresse hídrico, como evidenciado pela grave seca enfrentada em 2024. Além disso, a degradação do solo e o avanço da erosão em áreas rurais e urbanas ameaçam a produtividade agrícola, a estabilidade da infraestrutura e a segurança das comunidades.

A evolução do ODS 15 em Araraquara, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), revela um quadro de persistente vulnerabilidade ambiental (Gráfico 83). Em 2015, o município apresentava um índice extremamente baixo, com apenas 0,2 pontos, situado no patamar de “muito baixo” desenvolvimento sustentável (0 a 39,99). Nos anos seguintes, o indicador mostrou avanços graduais, especialmente entre 2015 e 2021, quando o índice subiu continuamente até alcançar 33,4 pontos em 2022. No entanto, a partir desse ano, os dados revelam estagnação, com o índice permanecendo em 33,4 pontos em 2023 e ligeiramente reduzido para 33,34 pontos em 2024, mantendo o município firmemente dentro da faixa de “muito baixo desenvolvimento”. Isso evidencia que, apesar de avanços iniciais, Araraquara não conseguiu consolidar melhorias estruturais na conservação dos ecossistemas terrestres, na recuperação de áreas degradadas e na integração da biodiversidade ao planejamento urbano e rural. Esse cenário reforça a urgência de fortalecer programas e ações voltadas à proteção da vegetação nativa, ao combate à erosão do solo, à recuperação de matas ciliares e ao uso sustentável da terra, especialmente em um município onde fragmentos de Cerrado e nascentes têm papel estratégico para a sustentabilidade hídrica e ecológica. Avançar no cumprimento do ODS 15 é essencial para reverter essa tendência de estagnação e garantir que a cidade promova um modelo de desenvolvimento que valorize a vida terrestre como base do bem-estar humano, da resiliência climática e da segurança ambiental.

Gráfico 83. Araraquara: Evolução do ODS 15, Vida Terrestre (2015-2024)



Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

Problemas e Desafios Prioritários para o Plano Estratégico 2025 – 2028

1. A degradação dos recursos hídricos é um dos principais problemas, resultante do assoreamento de nascentes e córregos pela expansão urbana desordenada, além do despejo irregular de esgoto em cursos d'água, comprometendo a qualidade e a disponibilidade hídrica.
2. Aumento das temperaturas médias, intensificação das ilhas de calor e alterações no regime de chuvas têm provocado eventos extremos, como a seca histórica de 2024, com 174 dias sem chuvas regulares.
3. Avanço da erosão hídrica afeta bacias hidrográficas, causando impactos na infraestrutura urbana e rural, elevando custos e dificultando o planejamento territorial.
4. Poluição do ar do município, intensificada pelas queimadas urbanas e rurais, especialmente durante períodos de estiagem, sem estratégias integradas eficazes para minimizar seus impactos na saúde pública e ambiental.

5. A perda progressiva de vegetação nativa, impulsionada pela expansão urbana sem planejamento ambiental adequado, compromete áreas de Cerrado essenciais para a regulação térmica, a infiltração da água no solo e a conservação da biodiversidade.
6. A gestão de resíduos sólidos é deficiente, com descarte irregular, baixa adesão à reciclagem e pouca conscientização ambiental, sobrecarregando aterros sanitários e gerando poluição do solo e da água.
7. A matriz energética municipal é predominantemente fóssil, com alta dependência de derivados de petróleo e etanol. Isso gera emissões de CO₂ que superam cidades de perfil semelhante, exigindo a transição para fontes renováveis e a eletrificação de modais urbanos.
8. A política municipal de educação ambiental, apesar dos avanços, precisa fortalecer a articulação intersetorial, expandir sua atuação e garantir financiamento estável para sua consolidação.

4.13 SANEAMENTO BÁSICO

O saneamento básico é um dos pilares fundamentais para garantir saúde, dignidade e qualidade de vida à população. Falar de água tratada, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana, trata não apenas de infraestrutura, mas de direitos básicos. Quando esses serviços são negligenciados, aumentam os riscos de doenças como diarreia, hepatite, verminoses e leptospirose, especialmente entre crianças, que passam a faltar mais à escola e ter menor desempenho escolar. Além disso, a falta de saneamento contribui para a degradação ambiental, com rios e solos poluídos, e para o aprofundamento das desigualdades sociais, atingindo de forma desproporcional as populações mais pobres, sobretudo nas periferias urbanas e áreas rurais isoladas.

No Brasil, o acesso universal ao saneamento básico ainda representa um grande desafio. Cerca de 32 milhões de pessoas (15,8% da população) não têm acesso à água tratada, e mais de 90 milhões vivem sem coleta de esgoto. Além disso, mais da metade do esgoto gerado no país não recebe nenhum tipo de tratamento, sendo que as regiões Norte e Nordeste concentram os piores índices de cobertura desses serviços (SNIS, 2022). Em áreas periféricas e favelas, o descaso é evidente: esgoto a céu aberto, lixo acumulado e enchentes frequentes são parte da realidade

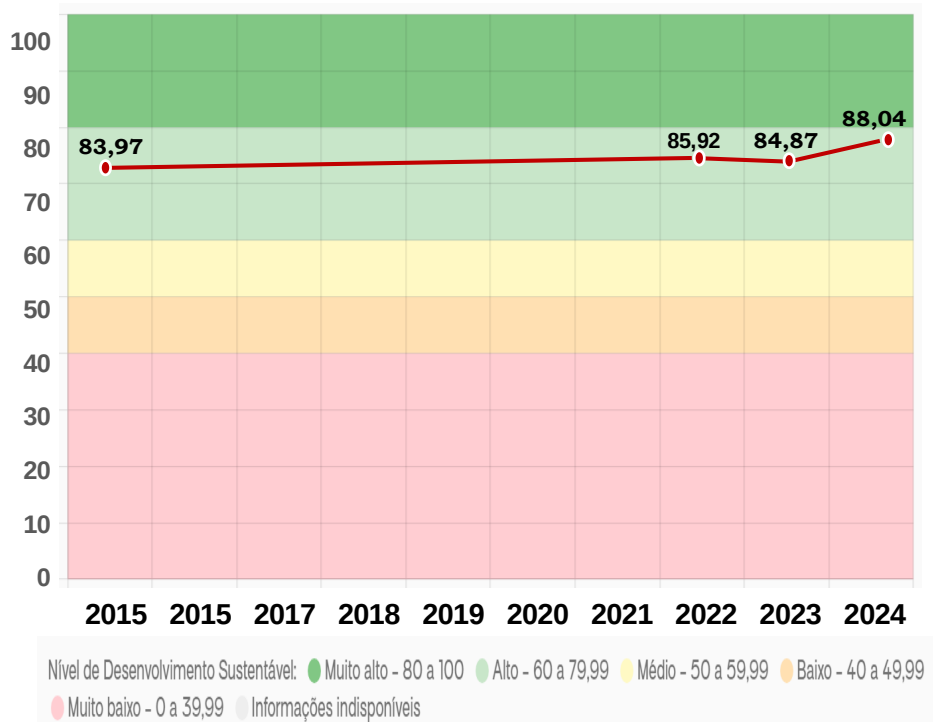
cotidiana de quem já vive em situação de vulnerabilidade. Por outro lado, o estado de São Paulo apresenta os melhores indicadores de saneamento básico do país. Apenas 4,9% da população permanecia sem acesso à água tratada, 9,5% não contava com coleta de esgoto, e 28,6% do esgoto gerado era tratado em relação ao volume de água consumida (SNIS, 2022).

Com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população, além de preservar os recursos hídricos e o meio ambiente, assegurando um crescimento urbano mais equilibrado, o município de Araraquara revisou e atualizou, em 2024, seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), originalmente instituído pela Lei nº 8.335/2014. A nova versão, com vigência estendida até 2040, foi aprovada pela Câmara Municipal por meio da Lei nº 11.433, de 18/12/2024, e contempla as quatro vertentes setoriais do saneamento: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, gestão integrada de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais urbanas. O órgão responsável pela gestão do saneamento básico em Araraquara é o Departamento Autônomo de Água e Esgotos – DAAE, uma autarquia municipal que atua na operação, manutenção e expansão dos serviços essenciais de água e esgoto no município.

Essa atualização incorporou diagnósticos atualizados, novas projeções de demanda e considerações relacionadas às mudanças climáticas, como a alteração nos padrões pluviométricos. Além disso, o plano foi plenamente adequado às diretrizes do Novo Marco Legal do Saneamento, instituído pela Lei nº 14.026/2020, que alterou de forma significativa a Lei nº 11.445/2007. Com isso, o PMSB passou a refletir as metas nacionais estabelecidas pela legislação federal, como a universalização do acesso à água potável para 99% da população e a ampliação da coleta e do tratamento de esgoto para 90% dos habitantes até o ano de 2033.

O ODS 6 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6) da Agenda 2030 da ONU busca garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, reconhecendo que o acesso a esses recursos é essencial para a saúde pública, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico. Esse objetivo engloba uma série de metas, como o acesso universal e equitativo à água potável segura e acessível, o acesso adequado e equitativo a saneamento e higiene para todos, a melhoria da qualidade da água, a eficiência no uso dos recursos hídricos e a proteção de ecossistemas relacionados à água.

Gráfico 84. Araraquara: Evolução do ODS 6, Água Potável e Saneamento (2015-2024)

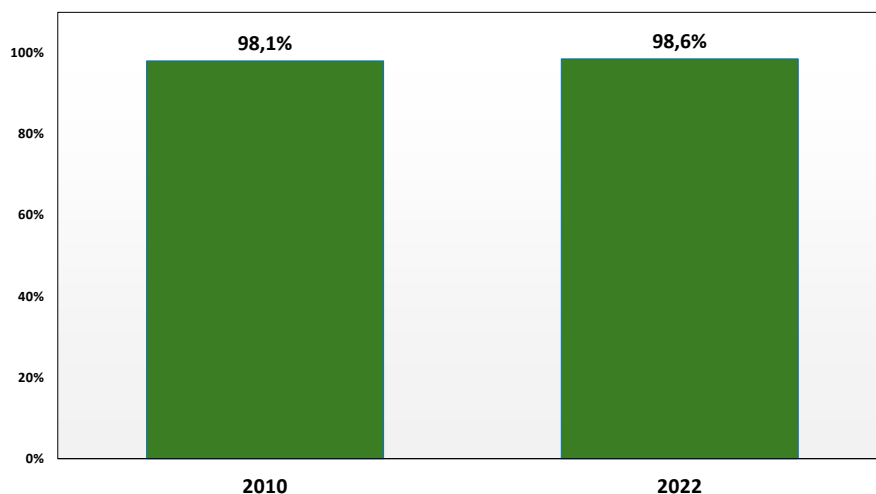


Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

O Gráfico 84 demonstra que Araraquara tem mantido um alto desempenho no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6 ao longo dos anos. Essa avaliação é baseada no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), que classifica o desempenho dos municípios em cada ODS numa escala de 0 a 100, variando de "Muito baixo" a "Muito alto". Em 2015, Araraquara registrava um índice de 83,97, já se enquadrando na categoria de "Alto" desenvolvimento sustentável. Nos anos seguintes, os resultados continuaram elevados, até atingir em 2024 um índice de 88,04. Essa avaliação revela que o município já alcançou avanços significativos em acesso à água, coleta e tratamento de esgoto, mas ainda há espaço para melhorias, especialmente no refinamento da eficiência hídrica, na expansão da rede de drenagem urbana e na redução das eventuais desigualdades entre bairros.

O Gráfico 85 demonstra que o acesso à rede geral de abastecimento de água em Araraquara já se encontrava em patamar elevado em 2010 e apresentou uma leve melhora até 2022. Naquele ano, 98,1% dos domicílios particulares permanentes estavam conectados à rede pública de água, percentual que subiu para 98,6% segundo os dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE. Complementando esse panorama, informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), vinculado ao Ministério das Cidades, indicam que, em 2022, 97% da população total do município (234.923 pessoas) tinha acesso à água potável, o que corresponde a aproximadamente 7.305 pessoas ainda sem cobertura. Esse desempenho coloca Araraquara em posição de destaque no cenário nacional, especialmente quando comparada a outras cidades brasileiras que ainda enfrentam dificuldades estruturais para garantir a universalização do abastecimento de água.

Gráfico 85. Araraquara: Percentual de Domicílios Particulares Permanentes Com Conexão na Rede Geral de Água. Censos Demográficos 2010 e 2022

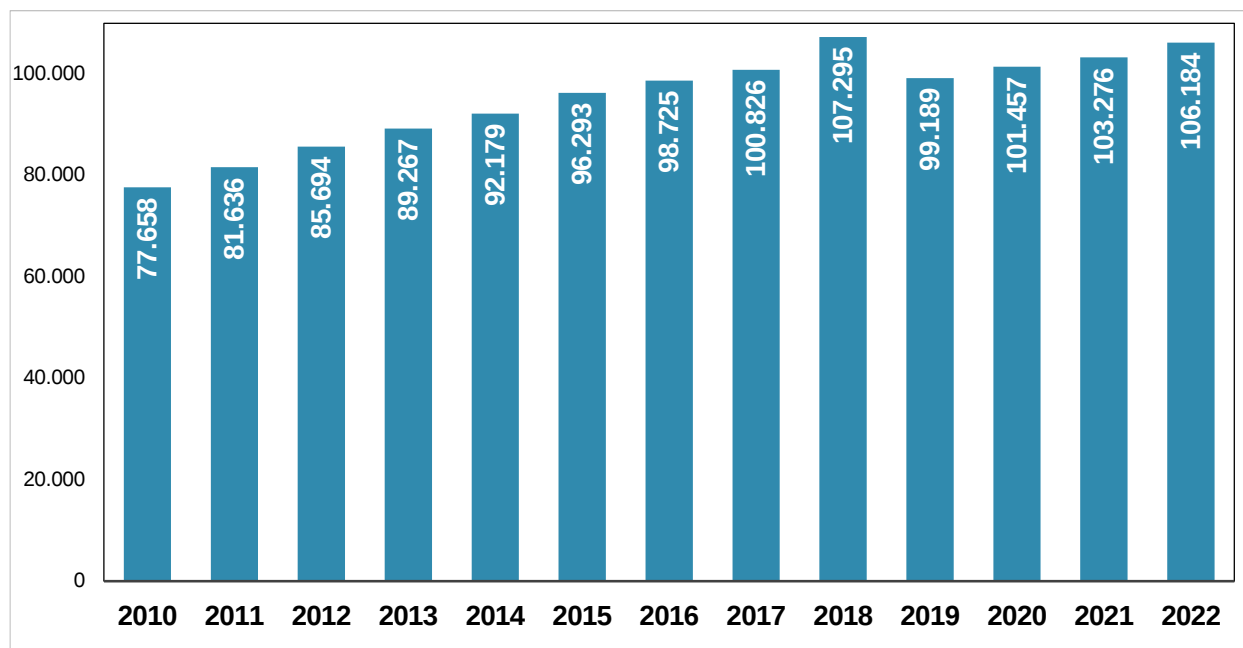


Fonte: IBGE, Censo 2022

De acordo com os dados do SNIS, representados no Gráfico 86, Araraquara apresentou um crescimento expressivo no número de ligações ativas de água, passando de 77.658 em 2010 para 106.184 ligações em 2022, o que corresponde a um aumento acumulado de aproximadamente 36,7% ao longo de 12 anos.

A rede de abastecimento de água em Araraquara apresentou uma expansão significativa, passando de aproximadamente 1.245 quilômetros em 2010 para cerca de 1.519 quilômetros em 2022, um acréscimo de 274 quilômetros que representa um crescimento de 22% no período, segundo dados do SNIS. Paralelamente, observou-se uma melhora significativa na eficiência do sistema, com o índice de perdas por ligação reduzido de 436,03 em 2010 para 302,64 em 2022. Além disso, o percentual de perdas na distribuição caiu de 41,96% em 2010 para 37,14% em 2022, demonstrando avanços no controle e na gestão do sistema de abastecimento.

Gráfico 86. Araraquara: Quantidade de Ligações Ativas de Água (2010-2022)

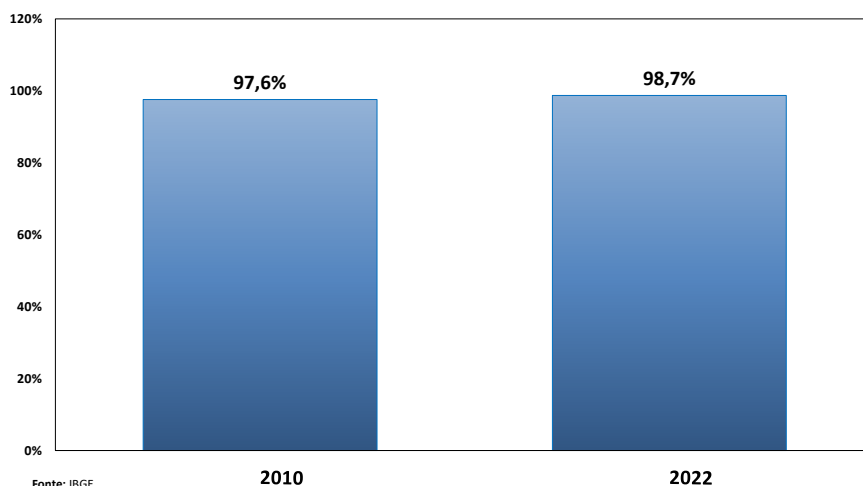


Fonte: SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento do Ministério das Cidades

No que tange ao consumo, a média per capita em Araraquara foi de 232,0 litros por habitante por dia em 2022, um leve aumento em relação aos 229,1 litros registrados em 2010. Esse patamar é superior à média do estado de São Paulo (178,0 litros por habitante por dia) e à média nacional (153,3 litros por habitante por dia), e também excede o consumo mínimo de 110 litros diários recomendado pela Organização das Nações Unidas para atender às necessidades básicas de consumo e higiene.

De acordo com os Censos Demográficos de 2010 e 2022 do IBGE, observa-se uma evolução positiva na porcentagem de domicílios particulares permanentes de Araraquara conectados à rede geral de esgoto ou pluvial. Em 2010, 97,6% dos domicílios possuíam esse tipo de conexão, percentual que subiu para 98,7% em 2022, conforme ilustrado no Gráfico 87. Esse avanço, embora modesto em termos percentuais, reforça o alto nível de cobertura do serviço de esgotamento sanitário no município, indicando a manutenção de um padrão elevado de infraestrutura urbana e contribuindo para a promoção da saúde pública e da qualidade ambiental na cidade.

Gráfico 87. Araraquara: Porcentagem de Domicílios Particulares Permanentes Com Conexão na Rede Geral de Esgoto ou Pluvial. Censos Demográficos 2010 e 2022



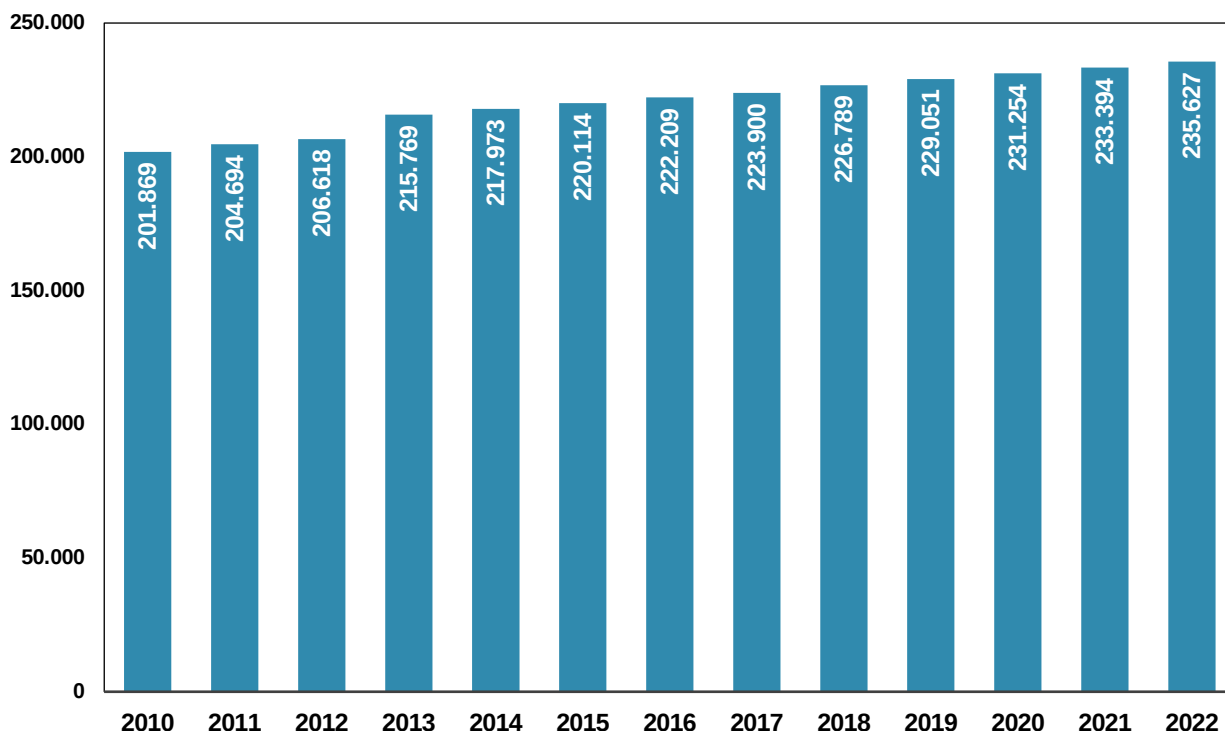
Fonte: IBGE

Fonte: IBGE

A evolução do atendimento com esgotamento sanitário em Araraquara entre 2010 e 2022 revela um avanço consistente na cobertura desse serviço essencial. Conforme apresentado no Gráfico 88, a população atendida passou de 201.869 habitantes em 2010 para 235.627 habitantes em 2022, o que representa um acréscimo de 33.758 pessoas ao longo do período — um crescimento de aproximadamente 16,7%. Esse aumento acompanha o crescimento demográfico do município e demonstra esforços contínuos na ampliação da infraestrutura de saneamento. A manutenção dessa tendência é estratégica para garantir melhores condições sanitárias, prevenir doenças e promover a qualidade ambiental, especialmente em um contexto de urbanização crescente na cidade.

Entre 2010 e 2022, Araraquara apresentou avanços expressivos na infraestrutura de esgotamento sanitário, segundo dados do SNIS. A quantidade de ligações ativas de esgoto passou de 76.881 em 2010 para 105.705 em 2020, o que representa um crescimento de 28.824 ligações, equivalente a um aumento percentual de aproximadamente 37,5% em uma década. Esse avanço demonstra uma ampliação significativa no número de domicílios conectados à rede de esgotamento, refletindo investimentos contínuos em saneamento básico. Paralelamente, a extensão da rede de esgotos também se expandiu, passando de 1.053,39 km em 2010 para 1.274,79 km em 2022, um acréscimo de 221,4 km, o que corresponde a um crescimento de cerca de 21% no período. Essa expansão da malha física da rede é essencial para atender ao aumento das ligações e à demanda de novas áreas urbanizadas. Além disso, o município alcançou a universalização do tratamento de esgoto: 100% do esgoto gerado é tratado, o que posiciona Araraquara em um patamar de excelência no setor de saneamento.

Gráfico 88. Araraquara: População Total Atendida com Esgotamento Sanitário (2010-2022)

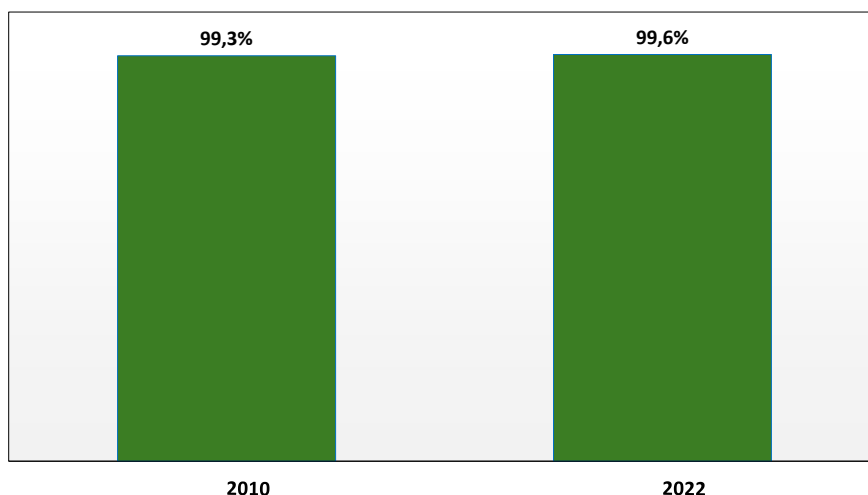


Fonte: SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento do Ministério das Cidades

De acordo com o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos de 2023, elaborado pela CETESB, Araraquara apresentou uma leve queda no seu Índice de Qualidade da Disposição de Resíduos Sólidos (IQR), passando de 10,0 em 2022 para 9,8 em 2023. Embora ainda se mantenha em um patamar elevado, esse decréscimo sinaliza a necessidade de atenção contínua à gestão da disposição final dos resíduos urbanos para evitar retrocessos na qualidade ambiental. A manutenção de um alto IQR é estratégica para garantir não apenas o cumprimento das normativas ambientais, mas também para assegurar a proteção do solo, das águas subterrâneas e da saúde pública. Araraquara integra a UGRHI 13 – Tietê-Jacaré e apresenta uma geração média de 211,81 toneladas por dia (t/dia) de resíduos sólidos urbanos (RSU). Atualmente, a disposição final desses resíduos é realizada fora do município, na cidade de Guataporã, SP.

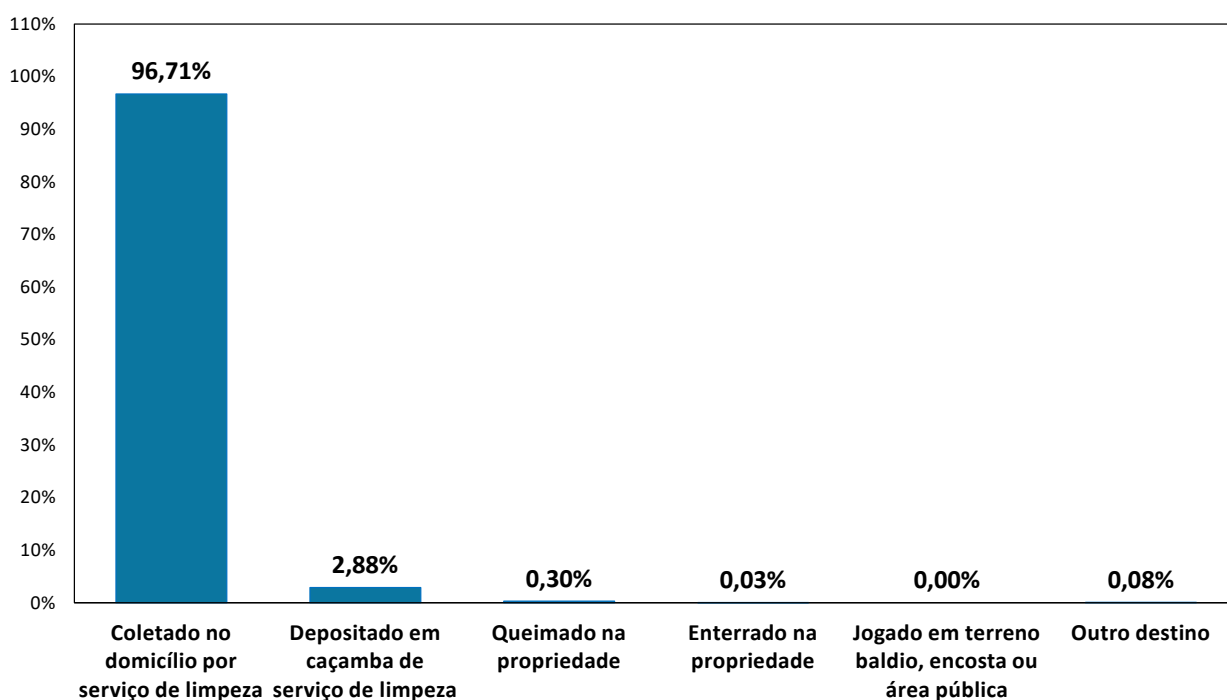
De acordo com os Censos Demográficos de 2010 e 2022 do IBGE, Araraquara manteve um elevado padrão de cobertura no serviço de coleta de lixo domiciliar ao longo do período. Em 2010, 99,3% dos domicílios particulares permanentes contavam com coleta de lixo, percentual que subiu levemente para 99,6% em 2022, conforme mostrado no Gráfico 89. Esse resultado reforça a universalização do serviço no município e demonstra estabilidade na política de manejo de resíduos sólidos urbanos, com atenção contínua à inclusão de novas áreas urbanizadas no sistema de coleta. A manutenção de um índice próximo à totalidade é fundamental para a saúde pública, a limpeza urbana e o controle de impactos ambientais.

Gráfico 89. Araraquara: Percentual de Domicílios Particulares Permanentes Com Coleta de Lixo. Censos Demográficos 2010 e 2022



Fonte: IBGE

Gráfico 90. Araraquara: Distribuição Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Segundo Destino do Lixo. Censo Demográfico 2022



Fonte: IBGE

A grande maioria dos domicílios particulares permanentes de Araraquara conta com coleta formal de lixo realizada diretamente no domicílio por serviço de limpeza, representando 96,71% do total, conforme apresentado no Gráfico 90 (Censo 2022 do IBGE). Além disso, 2,88% dos domicílios destinam seus resíduos a caçambas de serviço de limpeza, o que também caracteriza uma forma organizada de coleta. As formas inadequadas de destinação são pouco expressivas, mas ainda existentes: 0,30% dos domicílios queimam o lixo na propriedade, 0,03% optam pelo enterramento e 0,08% utilizam outros destinos. Importante destacar que nenhum domicílio

declarou jogar o lixo em terrenos baldios, encostas ou áreas públicas, o que reforça a efetividade do sistema de coleta urbana em evitar práticas danosas ao meio ambiente. Esses dados mostram um alto grau de eficiência e capilaridade dos serviços de limpeza urbana no município, com ampla cobertura da coleta domiciliar. Entretanto, a persistência de práticas como a queima e o enterramento de resíduos, ainda que em pequena escala, sinaliza a necessidade de ações educativas e de inclusão total desses domicílios no sistema regular de coleta, a fim de eliminar impactos ambientais e riscos à saúde.

De acordo com dados de 2023 do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA)⁷, Araraquara apresenta uma taxa de recuperação de resíduos recicláveis secos e orgânicos em relação à quantidade total coletada de 4,10%, valor expressivamente superior à média nacional (1,79%) e à média estadual (1,57%). Esse indicador representa a proporção de materiais recicláveis (como papel, plástico, metal, vidro e matéria orgânica compostável) que são efetivamente recuperados para reutilização ou reciclagem, considerando o total de resíduos coletados no município, independentemente da origem.

Quando se considera a taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de resíduos domiciliares orgânicos (RDO) e resíduos públicos urbanos (RPU), o desempenho do município também se destaca, alcançando 4,56%. Esse indicador avalia especificamente a recuperação de recicláveis com base apenas nos resíduos provenientes de domicílios (RDO) e dos espaços públicos urbanos (RPU), como ruas, praças e feiras, permitindo uma análise mais focalizada da eficiência na separação e reaproveitamento dentro desses dois fluxos predominantes de geração de resíduos.

Além disso, Araraquara apresenta um desempenho relevante no que se refere ao índice de coleta seletiva, com uma taxa de 7,68%, superando tanto o índice nacional (5,88%) quanto o estadual (3,49%). Esse indicador mede a proporção de resíduos coletados separadamente por meio de sistemas específicos de coleta seletiva (porta a porta, pontos de entrega voluntária, cooperativas), em relação ao total de resíduos sólidos urbanos gerados. Ele reflete o grau de adesão da população e da gestão municipal às práticas de separação na fonte e encaminhamento adequado dos recicláveis.

Esses resultados evidenciam o comprometimento do município com a gestão sustentável dos resíduos sólidos, refletindo esforços no fortalecimento da coleta seletiva e na ampliação das práticas de triagem, reciclagem e reaproveitamento de materiais. Apesar dos avanços, os dados também mostram que ainda há espaço para a expansão da cobertura e da eficiência dos sistemas de coleta seletiva e recuperação de recicláveis.

⁷ Em 2023, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) encerrou sua atuação na coleta de dados dos serviços de saneamento. A partir de 2024, essa função passou a ser desempenhada pelo SINISA (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico), em conformidade com a Lei nº 11.445/2007 e suas atualizações promovidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020).

Problemas e Desafios Prioritários para o Plano Estratégico 2025 – 2028

1. Déficit residual de atendimento em água potável, pois cerca de 7.305 pessoas ainda não tinham acesso à água potável, apesar da taxa de cobertura estar em 97%, conforme dados de 2022.
2. O índice de perdas na distribuição continua elevado, com 37,14% das perdas em 2022. Além disso, o consumo per capita de água (232 L/hab/dia) está acima da média estadual e nacional, o que aponta para uso ineficiente e insuficientes políticas de racionalização do consumo.
3. Apesar do índice de coleta seletiva de 7,68% estar acima da média nacional, ele ainda é relativamente baixo frente ao potencial de reaproveitamento dos resíduos gerados. A taxa de recuperação de recicláveis (4,10%) também revela espaço para expansão da reciclagem e inclusão socioeconômica de catadores.
4. Araraquara apresentou uma leve queda no seu IQR, passando de 10,0 em 2022 para 9,8 em 2023, sinalizando a necessidade de atenção contínua à gestão da disposição final dos resíduos urbanos para evitar retrocessos na qualidade ambiental.

4.14 HABITAÇÃO

A cidade de Araraquara enfrenta, nos últimos anos, um processo acelerado de crescimento populacional e expansão urbana, o que impõe novos desafios à política habitacional do município. A intensificação da urbanização tem pressionado a demanda por moradias, especialmente entre as famílias de baixa renda, o que torna urgente a ampliação da oferta habitacional de interesse social. Esse cenário exige a atuação coordenada entre governo municipal, estadual e federal para garantir que a população tenha acesso a moradias dignas, bem localizadas e com infraestrutura básica. Programas como o “Minha Casa Minha Vida”, o “Minha Morada” e iniciativas conjuntas com a CDHU têm buscado atender parte dessa demanda, mas os cadastros ativos demonstram que ainda há um vasto contingente de famílias em situação de espera por habitação.

Paralelamente à pressão por novas unidades habitacionais, o município também enfrenta o desafio da regularização fundiária. Muitos imóveis já existentes foram construídos sem o devido licenciamento urbanístico ou fora dos parâmetros legais de uso e ocupação do solo. Essa condição impossibilita o acesso à escritura definitiva, ao financiamento imobiliário e à

formalização da posse, aprofundando a vulnerabilidade jurídica de milhares de famílias. A existência desses imóveis irregulares é um reflexo da dificuldade histórica de planejamento urbano em acompanhar o ritmo de crescimento da cidade. Por isso, a regularização urbana e fundiária precisa ser tratada como prioridade, integrando políticas de habitação, mobilidade, meio ambiente e desenvolvimento urbano.

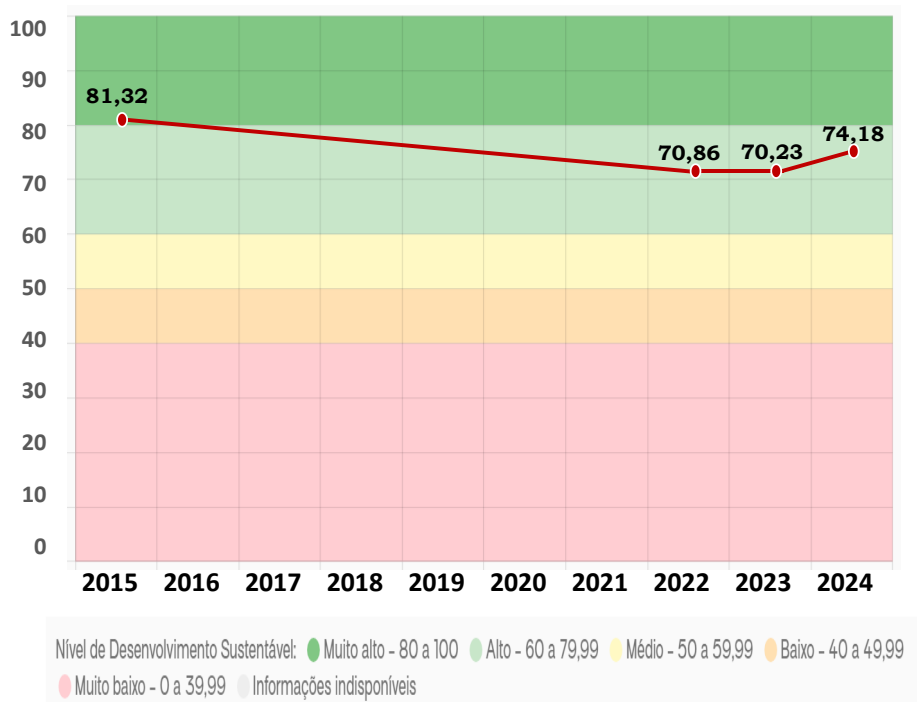
Dessa forma, Araraquara se vê diante de um duplo desafio: atender à demanda por novas moradias populares e regularizar o que já está consolidado no território urbano. Nessa direção, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU representam um guia essencial para o planejamento e a execução de políticas públicas que conciliem o crescimento urbano com a sustentabilidade e a inclusão social.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11), denominado *Cidades e Comunidades Sustentáveis*, tem como finalidade “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. Dentre suas metas centrais para o horizonte de 2030, destaca-se o compromisso com a garantia do direito à moradia segura, adequada e a preços acessíveis, reconhecida como um componente fundamental do desenvolvimento urbano sustentável e da promoção da justiça social. Essa diretriz parte do reconhecimento de que milhões de pessoas em todo o mundo ainda não têm acesso à moradia digna e permanecem em situação de vulnerabilidade habitacional. Vivem, muitas vezes, em favelas, loteamentos informais ou áreas de risco, sem acesso adequado a água potável, esgotamento sanitário, energia elétrica ou regularização fundiária. Trata-se, portanto, de uma população que segue em busca do direito básico à habitação, o que revela a persistência de um déficit habitacional estrutural, marcado pela informalidade urbana e pela exclusão do acesso à cidade formal. Enfrentar esse cenário exige mais do que programas habitacionais pontuais: demanda uma abordagem integrada, capaz de articular políticas públicas de habitação, infraestrutura, mobilidade e inclusão social, em diálogo com instrumentos de planejamento urbano e territorial.

A análise da evolução do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis no município de Araraquara, com base no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), revela uma trajetória de oscilações nos últimos anos. Conforme ilustrado no Gráfico 91, em sua melhor marca, Araraquara atingiu 81,32 pontos em 2015, situando-se na faixa de desenvolvimento sustentável muito alto (80 a 100). Esse desempenho inicial evidenciava um patamar de excelência no que se refere à promoção de cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. No entanto, observou-se uma queda significativa nos anos seguintes, com o índice recuando para 70,86 em 2022 e depois para 70,23 em 2023, o que rebaixou o município à faixa de desenvolvimento alto (60 a 79,99). Essa queda reflete desafios persistentes nas áreas de habitação, mobilidade urbana, saneamento, gestão do território e acesso a serviços básicos, mostrando a necessidade de reforço nos programas voltados ao ordenamento urbano sustentável. Mais recentemente, o índice voltou a registrar um leve crescimento, alcançando 74,18 pontos em 2024, mantendo-se ainda na faixa de desenvolvimento alto. Essa recuperação,

embora positiva, não foi suficiente para retomar o patamar de excelência anterior. O resultado sugere que, embora o município tenha avançado em certos aspectos da agenda urbana, ainda há gargalos estruturais que limitam a plena implementação dos princípios da ODS 11, especialmente no que se refere ao acesso universal à moradia digna, à mobilidade sustentável e à inclusão territorial.

Gráfico 91. Araraquara: Evolução do ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis (2015-2024)



Fonte: Cidades Sustentáveis – Brasil

■ Situação do Domicílio

A Tabela 30 apresenta a evolução dos domicílios particulares no município de Araraquara, com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022. A classificação dos domicílios por situação de ocupação — ocupado, não ocupado e de uso ocasional — viabiliza uma análise técnica da dinâmica habitacional local no período de 22 anos, contribuindo para o diagnóstico das tendências e desafios no campo da moradia urbana.

Tabela 30. Araraquara: Domicílios Recenseados por Situação do Domicílio. Censos de 2000, 2010 e 2022

Domicílios	2000	%	2010	%	Variação 2000-2010	2022	%	Variação 2010-2022
Particular	63.408	100,0%	78.446	100,0%	23,7%	113.325	100,0%	44,5%

Particular Ocupado	53.626	84,6%	68.788	87,7%	28,3%	92.512	81,6%	34,5%
Particular Não Ocupado	9.782	15,4%	9.658	12,3%	-1,3%	20.777	18,3%	115,1%
Particular Não Ocupado – Uso Ocasional	2.300	3,6%	3.248	4,1%	41,2%	5.341	4,7%	64,4%

Fonte: IBGE/Censos Demográficos

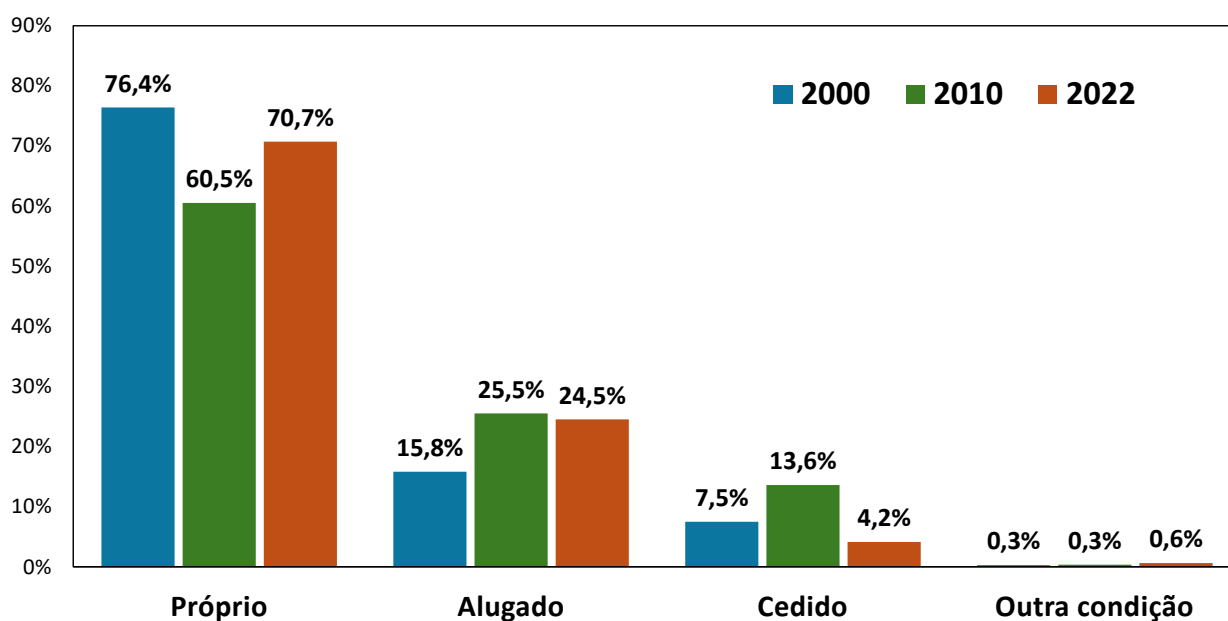
Em 2000, Araraquara possuía 63.408 domicílios particulares, número que subiu para 78.446 em 2010, um aumento de 23,7%. Entre 2010 e 2022, o crescimento foi ainda mais notável: o total de domicílios saltou para 113.325, uma expansão de 44,5%. Essa aceleração no último período pode sugerir tanto a expansão urbana quanto o aumento na construção de unidades habitacionais, incluindo as desocupadas.

Os domicílios particulares ocupados seguiram essa tendência de crescimento, passando de 53.626 em 2000 para 68.788 em 2010 (+28,3%), e chegando a 92.512 em 2022 (+34,5% em relação a 2010). Apesar do crescimento absoluto, a proporção de domicílios ocupados diminuiu de 87,7% em 2010 para 81,6% em 2022, o que pode denotar um aumento na ociosidade do estoque habitacional. Os domicílios particulares não ocupados apresentaram uma leve queda de 1,3% entre 2000 (9.782) e 2010 (9.658). Contudo, entre 2010 e 2022, houve um expressivo crescimento de 115,1%, totalizando 20.777 domicílios não ocupados, que correspondem a 18,3% do total. Esse aumento é revelador de uma crescente ociosidade habitacional, que pode apontar para fatores como maior especulação imobiliária, descompasso entre oferta e demanda, aumento da informalidade ou moradias desocupadas devido à deterioração. A categoria de domicílios não ocupados de uso ocasional também registrou crescimento contínuo: de 2.300 unidades em 2000 para 3.248 em 2010 (+41,2%) e 5.341 em 2022 (+64,4%). Embora representem apenas 4,7% do total em 2022, esse crescimento evidencia a presença de domicílios utilizados como segunda residência, imóveis de lazer ou outras finalidades não residenciais permanentes. A taxa de crescimento dos domicílios não ocupados superou a dos domicílios ocupados, especialmente entre 2010 e 2022, o que infere uma potencial ineficiência na ocupação habitacional. O crescimento dos domicílios de uso ocasional sinaliza um possível processo de transformação urbana em direção a usos menos permanentes, com impacto nos serviços públicos e no planejamento urbano.

A expressiva expansão do número de domicílios em Araraquara, sobretudo os não ocupados, exige um diagnóstico aprofundado das causas da vacância (especulação, déficit de acesso, deterioração). Além disso, faz-se necessário a revisão das políticas de incentivo à ocupação e ao uso adequado do solo urbano; o estímulo à reocupação de imóveis vazios e subutilizados como alternativa à expansão da mancha urbana; e programas que ampliem o acesso à moradia adequada, especialmente em áreas com infraestrutura já implantada.

Quanto à condição de ocupação dos domicílios particulares, conforme apresentado no Gráfico 92, observam-se em Araraquara transformações significativas ao longo dos Censos de 2000, 2010 e 2022, que ajudam a compreender as dinâmicas socioeconômicas relacionadas ao acesso à moradia e à configuração fundiária do município. Em 2000, a maior parte dos domicílios era própria (76,4%), refletindo uma predominância do modelo de moradia consolidada, com elevada taxa de propriedade. No entanto, ao longo da década seguinte, esse percentual sofreu uma forte redução, atingindo 60,5% em 2010 — uma queda de quase 16 pontos percentuais, evidenciando o crescimento de formas alternativas de moradia, como o aluguel e o uso por cessão. Já em 2022, o percentual de domicílios próprios voltou a crescer, alcançando 70,7%, embora sem retomar os níveis do início do século. Essa oscilação sugere uma reação do mercado imobiliário local ou a ampliação do acesso ao crédito habitacional, revertendo parcialmente o movimento anterior de perda de titularidade.

Gráfico 92. Araraquara: Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes ocupados segundo condição de ocupação. Censo 2000, 2010 e 2022



Fonte: IBGE/Censos Demográficos

O percentual de domicílios alugados aumentou entre 2000 e 2010, saltando de 15,8% para 25,5%, evidenciando o aumento da dependência do mercado de locação. Em 2022, a proporção se manteve elevada, em 24,51%, o que reforça o peso da moradia por aluguel na composição habitacional do município e pode estar associado à intensificação da urbanização, ao encarecimento da propriedade e à maior mobilidade da população. Quanto aos domicílios cedidos, observa-se um comportamento inverso. Essa categoria cresceu expressivamente de 7,5% em 2000 para 13,6% em 2010, mas recuou fortemente para 4,2% em 2022. Esse movimento pode estar associado à redução de arranjos familiares ampliados ou informais, à menor

disponibilidade de imóveis para cessão gratuita e ao avanço da formalização habitacional. Por fim, a categoria "outra condição" permaneceu em 0,3% em 2000 e 2010, subindo levemente para 0,6% em 2022. Essa estabilidade reforça que as formas alternativas de ocupação seguem sendo marginais no perfil domiciliar de Araraquara.

Em termos absolutos e de variação percentual, conforme demonstrado na Tabela 31, observa-se uma crescente diversificação nas formas de acesso à moradia em Araraquara. Destaca-se o avanço expressivo do número de domicílios alugados, ao passo que as cessões mantêm relativa estabilidade ao longo do período. Embora a moradia própria ainda represente a principal forma de ocupação, sua participação relativa tem diminuído frente à expansão do mercado de locação, que ganha relevância no cenário habitacional do município.

Entre 2000 e 2010, o número de domicílios próprios aumentou de 40.106 para 50.729, correspondendo a um crescimento de 26,5%. No período seguinte, de 2010 a 2022, esse quantitativo atingiu 65.418 unidades, o que representa um avanço adicional de 28,96%. Apesar da manutenção da titularidade como forma predominante de ocupação, observa-se uma redução relativa na taxa de crescimento, o que pode estar relacionado ao aumento dos custos de aquisição da moradia e às mudanças nos mecanismos de financiamento habitacional. O segmento de domicílios alugados apresentou forte expansão ao longo de todo o período analisado. Entre 2000 e 2010, houve um crescimento de 67,8%, passando de 8.302 para 13.931 domicílios. Essa tendência de alta foi mantida no período seguinte, com um acréscimo de 62,77%, atingindo 22.675 domicílios em 2022. Esses dados evidenciam a consolidação do mercado de locação como alternativa habitacional relevante, possivelmente associada à maior mobilidade urbana, à flexibilização das formas de moradia e ao encarecimento da propriedade. Por outro lado, os domicílios cedidos permaneceram relativamente estáveis ao longo das duas décadas. O total caiu levemente entre 2000 e 2010, de 3.942 para 3.826 unidades (-2,9%) e praticamente não se alterou até 2022, quando foi registrado um leve aumento de 0,47%, totalizando 3.844 domicílios. A categoria "outra condição", embora represente uma fração muito pequena do total, apresentou crescimento expressivo em termos relativos. De 149 domicílios em 2000, passou para 264 em 2010 (+77,2%) e, posteriormente, para 584 em 2022 (+121,21%). Esse comportamento pode estar relacionado à emergência de novas formas de ocupação residencial não convencionais, incluindo moradias provisórias, coletivas ou arranjos que escapam às classificações tradicionais do IBGE.

Tabela 31. Araraquara: Domicílios Particulares Permanentes Ocupados Segundo Condição de Ocupação. Censo 2000, 2010 e 2022

Condição de Ocupação	2000	2010	Variação % 2000-2010	2022	Variação % 2010-2022
Próprio	40.106	50.729	26,5%	65.418	28,96%
Alugado	8.302	13.931	67,8%	22.675	62,77%
Cedido	3.942	3.826	-2,9%	3.844	0,47%
Outra Condição	149	264	77,2%	584	121,21%

Fonte: IBGE/Censos Demográficos

■ Superlotação e Coabitação

Os dados do Censo 2022 apontam para um cenário habitacional relativamente equilibrado em Araraquara, com baixa taxa de domicílios superlotados, mas também revelam a crescente predominância de moradias com apenas um morador e a necessidade de atenção a grupos específicos de domicílios alugados ou cedidos, nos quais os níveis de densidade por dormitório podem sinalizar riscos de vulnerabilidade e restrição ao direito à moradia adequada. Essas informações são essenciais para orientar programas habitacionais focados na qualidade da ocupação e não apenas na quantidade de unidades habitacionais.

A Tabela 32 detalha os dados absolutos referentes à condição de posse do imóvel e ao número de moradores por dormitório. Conforme já mencionado, a maior parte dos domicílios ocupados no município são próprios, seguidos por aqueles alugados, cedidos e os de outra condição. Em relação ao número de moradores por dormitório, observa-se que 36.298 domicílios (39,2%) possuem apenas um morador, o que evidencia um padrão crescente de moradias unipessoais, comum em contextos urbanos com envelhecimento populacional e transformações nos arranjos familiares. A maior concentração, no entanto, encontra-se no grupo com mais de um morador e até dois moradores por dormitório, somando 50.716 domicílios, o que representa 54,82% do total, refletindo uma densidade moderada e dentro dos padrões considerados adequados do ponto de vista habitacional. Já os domicílios com mais de dois moradores por dormitório — indicador comumente utilizado como proxy para identificar situações de adensamento excessivo ou saturação domiciliar — somam 5.507 unidades (4.632 com até 3 moradores por dormitório e 875 com mais de 3). Embora representem apenas 5,98% do total, esses dados exigem atenção, pois envolvem famílias em condição potencial de vulnerabilidade habitacional, sobretudo em domicílios cedidos e alugados.

Tabela 32. Araraquara: Domicílios Particulares Permanentes Ocupados por Número de Moradores por Dormitório e Condição de Ocupação do Domicílio (Censo 2022)

Condição de Ocupação	Total	1 Morador	Mais de 1 morador até 2 moradores	Mais de 2 moradores até 3 moradores	Mais de 3 moradores
Próprio	65.418	25.047	37.112	2.819	440
Alugado	22.675	9.333	11.579	1.438	325
Cedido	3.844	1.635	1.767	333	110
Outra Condição	584	282	259	42	-
Total	92.521	36.298	50.716	4.632	875

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2022

A Tabela 33, que apresenta a distribuição percentual, permite uma leitura mais precisa dos padrões internos a cada condição de ocupação. Entre os domicílios próprios, 27,07% são ocupados por apenas um morador, e 40,11% têm até dois moradores por dormitório. Apenas 3,53% ultrapassam dois moradores por dormitório. Isso demonstra um padrão de ocupação

menos denso entre os proprietários. No caso dos domicílios alugados, observa-se maior presença relativa de unidades com um ou dois moradores por dormitório (10,09% e 12,52%, respectivamente), mas também uma proporção maior em contextos de adensamento: 1,9% dos domicílios alugados têm mais de dois moradores por dormitório, valor superior ao registrado entre os proprietários. Nos domicílios cedidos, apesar da menor quantidade absoluta, há sinais de maior densidade habitacional: 0,36% têm até três moradores por dormitório e 0,12% ultrapassam esse limite, o que pode refletir situações de coabitação por necessidade, sem contrato formal, e possíveis limitações de espaço. A categoria “outra condição”, embora marginal em termos quantitativos (0,63% do total), também apresenta registros de adensamento, reforçando a hipótese de que formas não convencionais de ocupação podem estar associadas a maior precariedade habitacional.

Tabela 33. Araraquara: Distribuição Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Ocupados por Número de Moradores por Dormitório e Condição de Ocupação do Domicílio (Censo 2022)

Condição de Ocupação	Total	1 Morador	Mais de 1 morador até 2 moradores	Mais de 2 moradores até 3 moradores	Mais de 3 moradores
Próprio	70,71%	27,07%	40,11%	3,05%	0,48%
Alugado	24,51%	10,09%	12,52%	1,55%	0,35%
Cedido	4,15%	1,77%	1,91%	0,36%	0,12%
Outra Condição	0,63%	0,30%	0,28%	0,05%	-
Total	100%	39,23%	54,82%	5,01%	0,95%

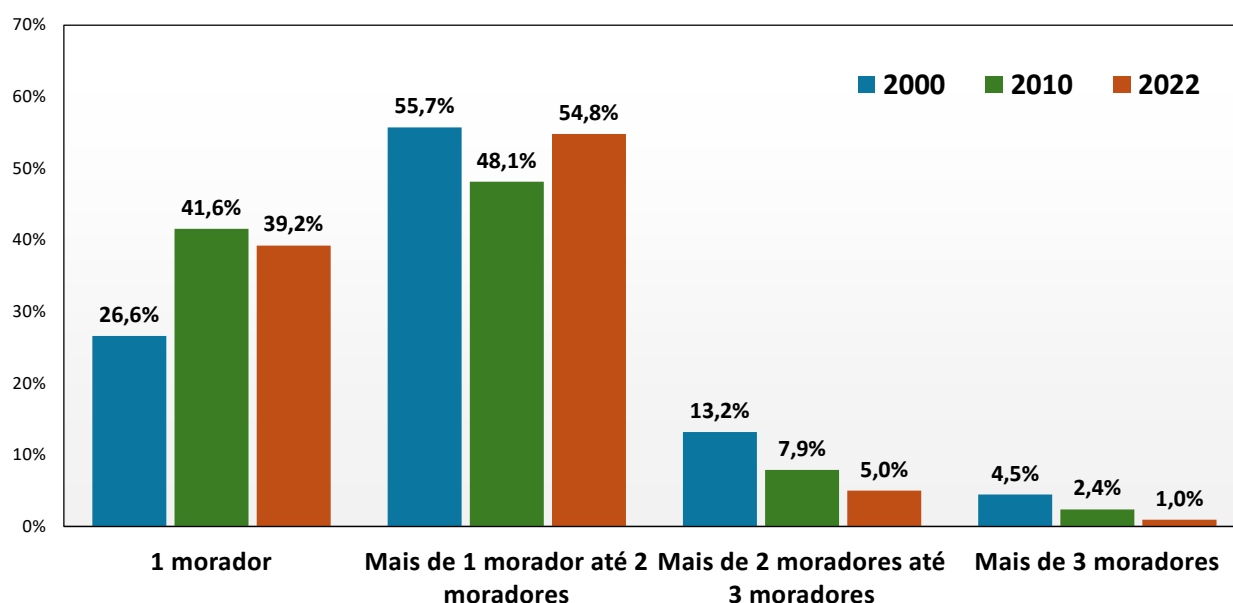
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2022

Quando analisados sob a perspectiva temporal dos três últimos Censos do IBGE (2000, 2010 e 2022), os dados do Gráfico 93 evidenciam um processo de desadensamento e diversificação dos padrões habitacionais em Araraquara. A retração da superlotação, combinada ao aumento de moradias unipessoais e à estabilidade no padrão de ocupação moderada por dormitório, configura um cenário positivo do ponto de vista da qualidade habitacional. No entanto, a crescente prevalência de residências unipessoais também impõe novos desafios ao planejamento urbano, exigindo políticas habitacionais mais flexíveis e adaptadas à fragmentação dos núcleos familiares e à heterogeneidade dos perfis populacionais. O padrão de moradia com mais de um morador e até dois por dormitório manteve-se como a configuração predominante nas três décadas, oscilando de 55,7% em 2000 para 48,1% em 2010, e retornando a 54,8% em 2022. Essa estabilidade estrutural indica um uso moderado do espaço domiciliar, próximo aos parâmetros de adequação habitacional reconhecidos.

Por outro lado, a principal transformação observada refere-se ao aumento expressivo de domicílios com apenas um morador, que saltaram de 26,6% em 2000 para 41,6% em 2010, estabilizando-se em 39,2% em 2022. Essa mudança aponta para o avanço das moradias unipessoais, fenômeno associado a fatores como o envelhecimento da população, a individualização dos arranjos familiares, a maior autonomia de jovens adultos e a reconfiguração

dos ciclos familiares urbanos. Em sentido oposto, os domicílios com maior adensamento por dormitório apresentaram tendência de queda contínua. A categoria de mais de dois e até três moradores por dormitório recuou de 13,2% em 2000 para 5,0% em 2022, enquanto os domicílios com mais de três moradores por dormitório diminuíram de 4,5% para 1,0% no mesmo período. Essa redução reflete, do ponto de vista técnico, um avanço na superação de situações de saturação domiciliar, frequentemente associadas a precariedade habitacional e maior risco de vulnerabilidade social.

Gráfico 93. Araraquara: Distribuição Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Ocupados por Número de Moradores por Dormitório. Censos 2020, 2010 e 2022



Fonte: IBGE/Censos Demográficos

As transformações observadas nos padrões de ocupação domiciliar em Araraquara, especialmente o crescimento das moradias unipessoais e a redução dos casos de superlotação, trazem implicações relevantes para a formulação de políticas públicas locais. O novo cenário exige que a Administração Municipal reoriente sua estratégia de planejamento urbano e habitacional para responder às mudanças nas demandas da população. Com o avanço de um padrão habitacional mais individualizado, cresce a necessidade por unidades residenciais menores, mais acessíveis e adequadas a pessoas que vivem sozinhas ou a casais sem filhos. Nesse sentido, a expansão imobiliária no município deve priorizar a diversificação do estoque habitacional, contemplando desde habitações de interesse social, voltadas à redução do déficit para famílias em situação de vulnerabilidade, até tipologias alternativas que atendam aos novos arranjos familiares emergentes. O planejamento urbano não pode mais se basear apenas em modelos tradicionais de composição familiar.

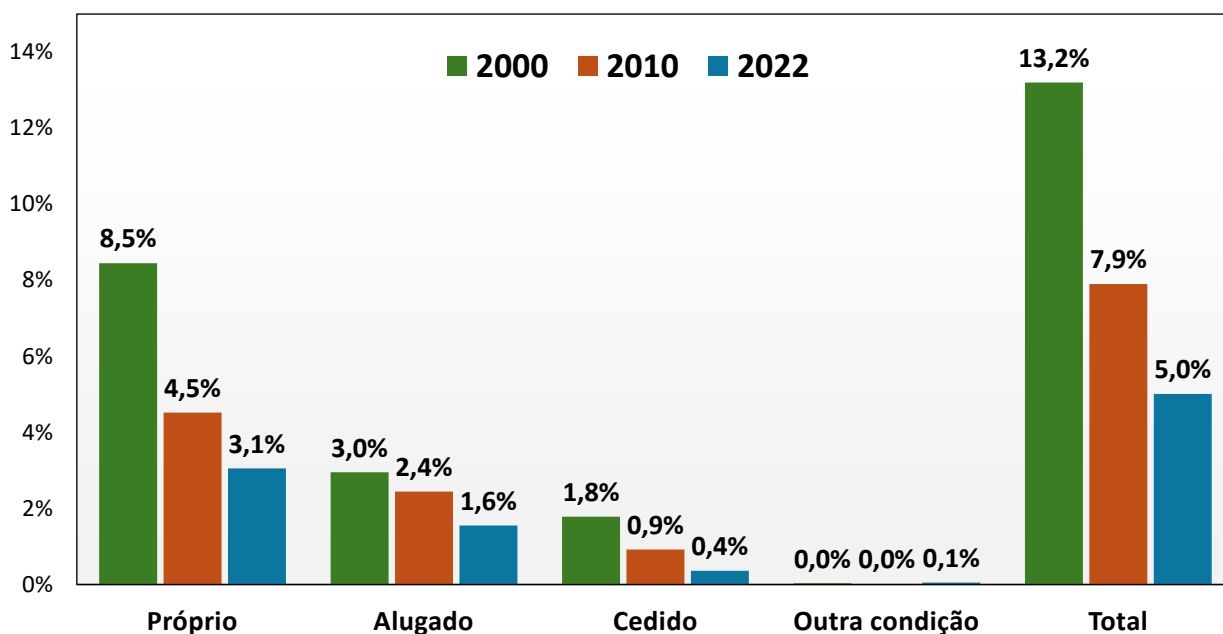
Outro aspecto central para a política habitacional de Araraquara é a manutenção e ampliação de programas de moradia acessível, assegurando que a melhoria nos indicadores de

ocupação por dormitório não decorra exclusivamente da ação do mercado, com efeitos excludentes sobre a população de baixa renda. Apesar da redução nos percentuais de domicílios com adensamento excessivo, o Censo 2022 ainda revela a persistência de situações críticas de coabitação — sobretudo em domicílios alugados e cedidos, que concentram as maiores taxas de densidade. Essa realidade reforça a necessidade de programas estruturados para garantir o acesso universal à moradia digna, com foco nos segmentos mais vulneráveis.

Além disso, as mudanças no perfil domiciliar impactam diretamente a organização dos serviços públicos e da infraestrutura urbana. O aumento da proporção de pessoas vivendo sozinhas ou em núcleos familiares reduzidos pode intensificar a demanda por políticas específicas de mobilidade, lazer, saúde e assistência social, especialmente voltadas a idosos e adultos em situação de isolamento residencial. O processo de desenvolvimento urbano em Araraquara deve, portanto, se alinhar à nova realidade demográfica e habitacional, assegurando qualidade de vida para todos os tipos de arranjos familiares, sejam eles tradicionais ou contemporâneos.

Dando sequência à análise da densidade domiciliar em Araraquara, o Gráfico 94 reafirma a tendência de melhoria gradual das condições de habitabilidade em Araraquara, com avanços consistentes na mitigação da superlotação. No entanto, o recorte por condição de posse revela que as situações de maior vulnerabilidade ainda se concentram nos domicílios alugados e cedidos, o que reforça a necessidade de programas direcionados à oferta de moradias adequadas e acessíveis para os segmentos sociais de menor renda e maior fragilidade habitacional.

Gráfico 94. Araraquara: Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes Ocupados de Mais de 2 Moradores por Dormitório Segundo Condição Da Ocupação. Censos 2000, 2010 e 2022



Fonte: IBGE/Censos Demográficos

Em termos agregados, a série histórica evidencia uma redução contínua da superlotação domiciliar no município. O percentual total de domicílios com mais de dois moradores por dormitório caiu de 13,2% em 2000 para 7,9% em 2010, e chegou a 5,0% em 2022. Essa tendência descendente pode ser interpretada como resultado de políticas habitacionais de ampliação da oferta de unidades, aumento da renda média ou mudanças nos arranjos familiares que contribuíram para a diluição da densidade nos domicílios.

Ao desagregar por condição de ocupação, percebe-se que a redução foi expressiva sobretudo nos domicílios próprios, cujo percentual de superlotação caiu de 8,5% em 2000 para 3,1% em 2022. Isso revela que, ao longo do tempo, os proprietários conseguiram adaptar suas residências às necessidades da composição familiar ou acessar moradias mais amplas. Nos domicílios alugados, embora os percentuais absolutos sejam menores, observa-se uma redução contínua no adensamento ao longo das duas décadas: de 3,0% em 2000 para 2,4% em 2010, atingindo 1,6% em 2022, comportamento que reflete uma melhoria nas condições de moradia entre os locatários, ainda que em ritmo mais moderado em comparação aos domicílios próprios. Apesar da melhora, o dado reforça que a população em situação de locação continua mais suscetível a limitações de espaço, muitas vezes por restrições de renda ou acesso a alternativas habitacionais mais adequadas. Nos domicílios cedidos, em 2000 apresentavam 1,8% de superlotação e chegaram a 0,4% em 2022, mantendo-se como uma faixa com vulnerabilidade persistente, ainda que numericamente menor. Já na categoria “outra condição”, praticamente não há registros de adensamento excessivo ao longo da série (0,0% em 2000 e 2010, e 0,1% em 2022), o que pode estar associado ao seu peso estatístico reduzido na composição geral.

■ Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios

Segundo os Censos do IBGE, entre 2010 e 2022, Araraquara passou por um expressivo processo de expansão e qualificação urbana, evidenciado tanto pelo crescimento do número de domicílios quanto pela melhoria das condições do entorno urbano. O total de domicílios particulares permanentes ocupados aumentou de 67.028 para 91.172, representando um aumento de 36% no período. Esse crescimento reflete não apenas o dinamismo demográfico, mas também a expansão da malha urbana e o consequente aumento da demanda por infraestrutura e serviços públicos.

Conforme demonstrado nas Tabelas 34 e 35, o período entre 2010 e 2022 foi marcado por uma ampliação significativa da cobertura de serviços e de estruturas urbanas essenciais, indicando avanços relevantes nas condições de habitabilidade e na capacidade do município em acompanhar seu processo de crescimento. A presença de bueiros e bocas de lobo, fundamentais para o escoamento de águas pluviais e prevenção de alagamentos, mais que dobrou, saltando de 28,9% dos domicílios em 2010 para 51,6% em 2022 — um crescimento relativo de 143,2%. Embora ainda seja um desafio a universalização dessa infraestrutura, o avanço demonstra esforços concretos de qualificação urbana.

A pavimentação das vias atingiu 99,2% dos domicílios em 2022, consolidando a estrutura viária básica do município. Da mesma forma, a cobertura de iluminação pública, que já era quase total em 2010 (99,7%), alcançou 99,8% em 2022, assegurando maior segurança e qualidade de vida à população. A presença de calçadas também evoluiu positivamente, passando de 94,7% para 98,6% dos domicílios, reforçando a consolidação de uma malha urbana mais acessível e segura para os pedestres. O dado mais expressivo nesse processo de transformação urbana diz respeito à acessibilidade. A presença de rampas para cadeirantes aumentou de forma significativa — de apenas 4,8% em 2010 para 25,4% em 2022 — evidenciando um avanço relevante nas políticas de inclusão. No entanto, os dados mais recentes também revelam um novo desafio: 52,7% dos domicílios estão localizados em áreas com obstáculos nas calçadas, o que compromete a mobilidade de pessoas com deficiência, idosos e crianças, e indica que as melhorias em acessibilidade não foram uniformes em toda a cidade.

Em relação à mobilidade ativa e ao transporte público, os dados do Censo de 2022 apontam para carências importantes. Apenas 0,6% dos domicílios estão em áreas com vias sinalizadas para bicicletas, evidenciando a quase ausência de infraestrutura cicloviária e um entrave ao estímulo à mobilidade sustentável. Além disso, apenas 14,6% das residências possuem ponto de ônibus ou van nas proximidades, o que sugere limitações na cobertura do transporte coletivo e a necessidade de reavaliação da política de acessibilidade urbana ao sistema público de mobilidade.

Tabela 34. Araraquara: Domicílios Particulares Permanentes Ocupados Segundo Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios (Censos 2010 e 2022)

Características do Entorno	2010	%	2022	%	Variação 2010-2022
Existência de bueiro / boca de lobo	19.348	28,9%	47.061	51,6%	143,2%
Existência de iluminação pública	66.802	99,7%	91.024	99,8%	36,3%
Existência de calçada / passeio	63.471	94,7%	89.856	98,6%	41,6%
Existência de rampa para	3.214	4,8%	23.186	25,4%	621,4%

Fonte: IBGE/Censos Demográficos

Tabela 35. Araraquara: Domicílios Particulares Permanentes Ocupados Segundo Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios (Censo 2022)

Características do Entorno	2022	%
Via pavimentada	90.482	99,2%
Existência de bueiro / boca de lobo	47.061	51,6%
Existência de iluminação pública	91.024	99,8%
Existência de ponto de ônibus / van	13.349	14,6%
Existência de via sinalizada para bicicleta	567	0,6%
Existência de calçada / passeio	89.856	98,6%
Existência de obstáculo na calçada	48.077	52,7%
Existência de rampa para cadeirante	23.186	25,4%
Arborização - Sem árvores	4.277	4,7%
Arborização - De 1 a 2 árvores	10.474	11,5%

Arborização - De 3 a 4 árvores	16.169	17,7%
Arborização - 5 ou mais árvores	60.131	66,0%
Arborização - Não declarado	121	0,1%

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2022

Outro aspecto relevante diz respeito à arborização urbana. Em 2022, 66% dos domicílios estavam localizados em áreas com cinco ou mais árvores no entorno, o que representa um avanço expressivo na cobertura verde urbana. No entanto, cerca de um terço da população ainda vive em áreas com arborização escassa ou inexistente, o que impacta negativamente o conforto térmico, a qualidade do ar e a paisagem urbana, revelando desigualdades na distribuição dos benefícios ambientais.

Esses dados demonstram que Araraquara obteve avanços consistentes na infraestrutura urbana básica entre 2010 e 2022, especialmente nas áreas de pavimentação, calçamento, iluminação pública e acessibilidade. No entanto, persistem desafios estruturais e qualitativos relacionados à mobilidade ativa, transporte público, obstáculos urbanos e arborização desigual. A construção de uma cidade mais inclusiva, resiliente e sustentável exigirá, nos próximos anos, ações integradas de planejamento e investimentos que promovam a equidade territorial e a justiça urbana.

Problemas e Desafios Prioritários para o Plano Estratégico 2025 – 2028

1. Apesar de bons resultados iniciais, o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR) de Araraquara caiu de 81,32 para 70,23, com leve recuperação posterior. Essa oscilação evidencia dificuldades na consolidação de políticas urbanas sustentáveis, sobretudo em habitação, mobilidade e gestão do território.
2. Araraquara experimenta um rápido crescimento populacional e expansão urbana, resultando em maior demanda por moradias, especialmente para famílias de baixa renda. Apesar de programas como "Minha Casa Minha Vida" e "Minha Morada", ainda há um grande número de famílias aguardando habitação.
3. Muitos imóveis foram construídos sem licenciamento ou em desacordo com as leis de uso e ocupação do solo, o que impede a formalização da posse e o acesso a financiamento habitacional, aumentando a vulnerabilidade jurídica das famílias. Essa situação é consequência de falhas históricas no planejamento urbano, que não acompanharam o ritmo da ocupação do território.
4. Aumento da vacância habitacional e uso ineficiente do solo urbano, expresso no aumento significativo de 115,1% nos domicílios particulares não ocupados entre 2010 e 2022,

totalizando 20.777 unidades (18,3% do total). Essa ociosidade habitacional pode estar relacionada à especulação imobiliária, deterioração das unidades e descompasso entre oferta e demanda.

5. Araraquara enfrenta uma reconfiguração na dinâmica de acesso à moradia, caracterizada pela diminuição percentual dos domicílios próprios e pela crescente consolidação do aluguel como uma alternativa habitacional significativa. Apesar de a moradia própria ainda predominar, sua participação relativa tem sido reduzida diante da expansão do mercado de locação.
6. Embora a taxa geral de superlotação tenha diminuído, os domicílios alugados e cedidos ainda apresentam maior densidade de moradores por dormitório, apontando para situações de vulnerabilidade habitacional e precariedade.
7. Há crescimento expressivo de moradias unipessoais (39,2% em 2022) e redução dos modelos familiares tradicionais, o que demanda novas tipologias de moradia.
8. Embora tenha havido avanços significativos entre 2010 e 2022 (iluminação pública, pavimentação e calçadas), persistem gargalos críticos, como: baixa cobertura de transporte coletivo (somente 14,6% dos domicílios com ponto de ônibus próximo); quase ausência de ciclovias (0,6%); obstáculos nas calçadas em mais da metade dos domicílios (52,7%); e cobertura desigual de arborização urbana (apenas 66% dos domicílios com cinco ou mais árvores no entorno).

4.15 MOBILIDADE URBANA

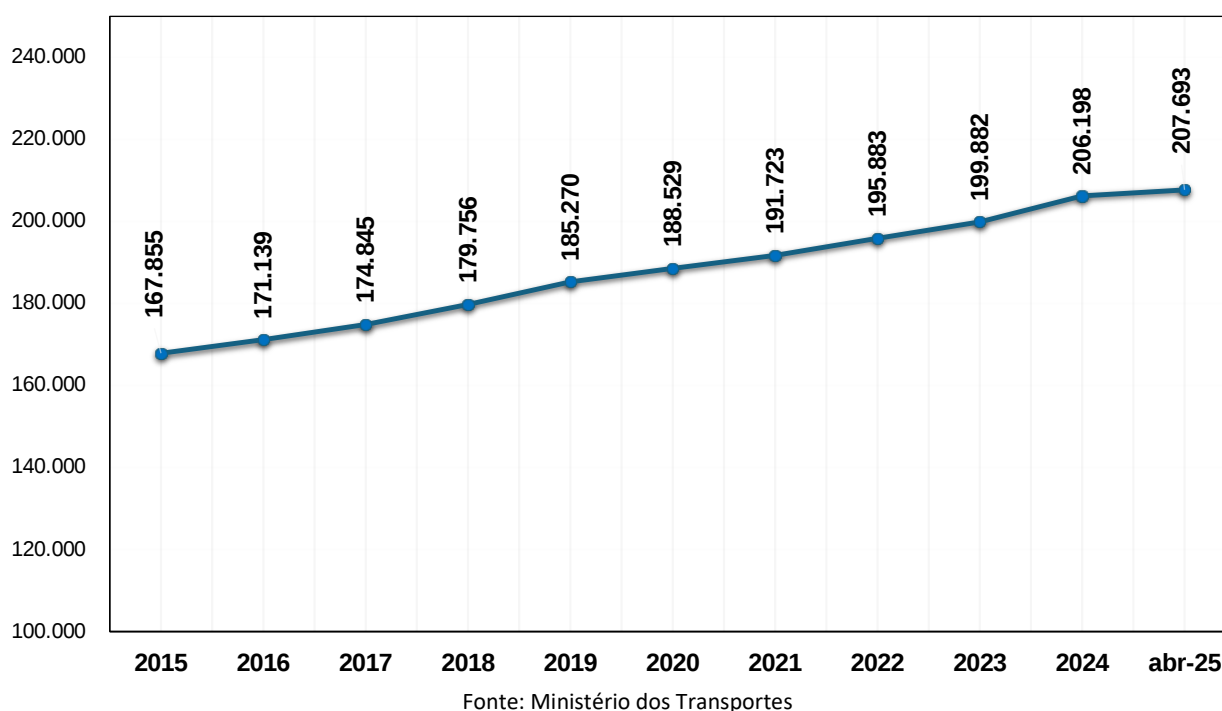
A mobilidade urbana sustentável é tema central da Agenda 2030 da ONU, sendo abordada de forma direta e indireta em diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis é o que mais explicitamente trata da mobilidade, ao propor como meta até 2030 "proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança viária, com especial atenção às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos" (Meta 11.2). A mobilidade urbana também está vinculada ao ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, à medida que sistemas de transporte eficientes e ativos (como caminhar e pedalar) contribuem para a melhoria da qualidade de vida, à redução da poluição do ar e à promoção da atividade física. Além disso, o ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima relaciona-se à mobilidade por meio da redução das emissões de gases de efeito estufa, sendo o transporte urbano um dos setores mais intensivos em carbono, especialmente nas cidades médias e grandes.

Dessa forma, a promoção da mobilidade urbana sustentável implica não apenas em ampliar o acesso ao transporte coletivo, mas também em requalificar os espaços urbanos para o deslocamento seguro de pedestres e ciclistas, reduzir o uso de veículos individuais motorizados, melhorar a acessibilidade universal e integrar políticas de transporte com o planejamento urbano e o uso do solo. A mobilidade é, portanto, vetor transversal de inclusão social, sustentabilidade ambiental e equidade territorial.

No caso de Araraquara, os dados revelam desafios estruturais importantes no campo da mobilidade urbana. O Gráfico 95, com base em informações do Ministério dos Transportes, apresenta a evolução da frota de veículos registrados no município de Araraquara entre 2015 e abril de 2025. Os dados evidenciam uma trajetória contínua de crescimento da frota ao longo da última década, passando de 167.855 veículos em 2015 para 207.693 em abril de 2025, o que representa uma expansão acumulada de aproximadamente 23,7% no período.

O aumento da frota foi relativamente constante, com acréscimos anuais médios de cerca de 4 mil a 6 mil veículos, refletindo o crescimento populacional, a ampliação do poder de consumo das famílias e a dependência estrutural do transporte individual motorizado. A maior aceleração ocorreu entre os anos de 2023 e 2024, com um salto de quase 6,3 mil veículos, indicando uma possível recuperação da capacidade de aquisição após os impactos econômicos da pandemia de COVID-19.

Gráfico 95. Araraquara: Frota de Veículos (Dez./2015 e Abr./2025)

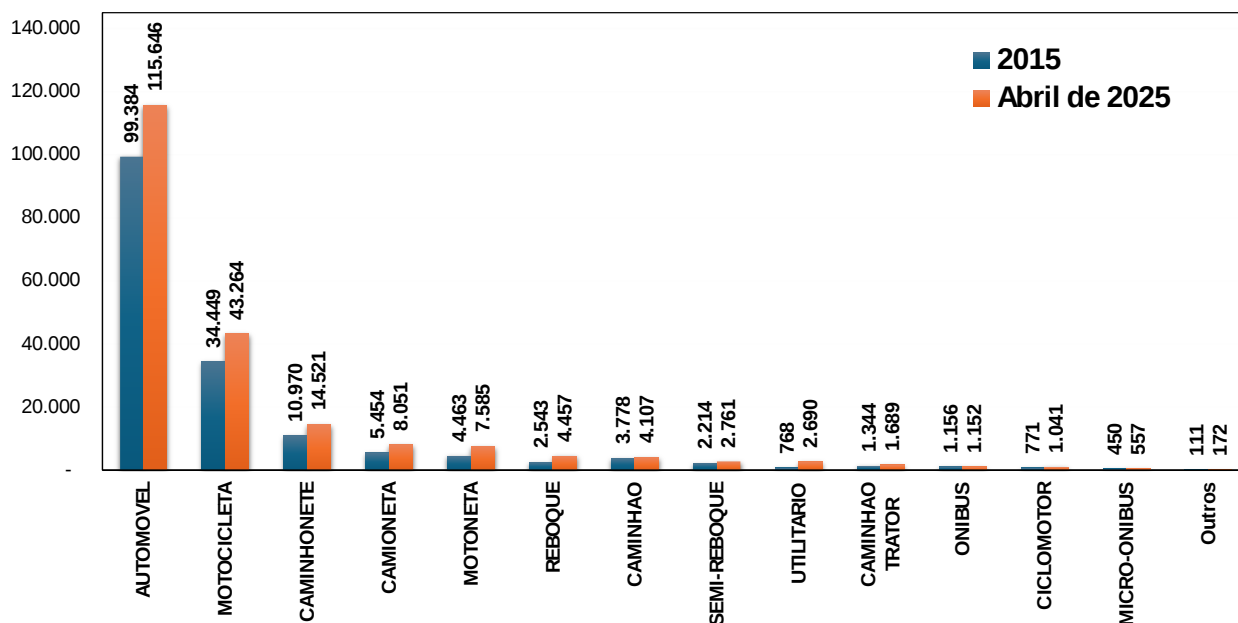


Os dados revelam importantes desafios para a gestão da mobilidade urbana em Araraquara, uma vez que o crescimento da frota deve ser acompanhado, na mesma proporção,

por investimentos em transporte coletivo, infraestrutura ciclovária e políticas de mobilidade ativa. O resultado é o agravamento de problemas como congestionamentos, aumento das emissões veiculares, sobrecarga da malha viária e desigualdade no acesso à mobilidade urbana. Além disso, o aumento contínuo da frota pressiona o espaço urbano e a infraestrutura viária existente, gerando custos ambientais, sociais e econômicos. Em cidades de porte médio como Araraquara, esse crescimento não planejado da motorização tende a acentuar a dependência do automóvel, comprometendo os compromissos locais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (especialmente o ODS 11 e o ODS 13), que propõem a promoção de cidades mais sustentáveis, com menor impacto ambiental e maior equidade no acesso ao transporte.

No que concerne à evolução da frota de veículos em Araraquara por categoria, entre 2015 e abril de 2025, as estatísticas oficiais do Ministério dos Transportes (Gráfico 96) revelam um crescimento expressivo e diversificado da motorização no município. Esse aumento é particularmente notável nos veículos leves, mas também se estende a outras categorias relevantes. O segmento de automóveis permanece como o predominante, passando de 99.384 unidades em 2015 para 115.646 em 2025, o que representa um aumento absoluto de mais de 16 mil veículos, ou cerca de 16,4% no período. Essa expansão reflete a continuidade do modelo de mobilidade baseado no transporte individual motorizado. Em paralelo, o número de motocicletas também teve crescimento relevante, passando de 34.449 para 43.264 unidades — um acréscimo de 25,5% —, associado tanto à sua maior acessibilidade econômica quanto ao uso intensificado para serviços de entrega e deslocamentos urbanos de curto alcance. As categorias de caminhonete e camioneta apresentaram aumentos expressivos de frota, com crescimentos de 32,4% e 47,3%, respectivamente, refletindo a ampliação da utilização desses veículos no transporte de cargas leves e atividades comerciais. Já os veículos de transporte coletivo mostraram estagnação ou crescimento marginal: o número de ônibus se manteve praticamente estável (de 1.156 para 1.152 unidades), enquanto os micro-ônibus cresceram modestamente (de 450 para 557).

Gráfico 96. Araraquara: Composição da Frota de Veículos por Categoria (Dez./2015 e Abril/2025)

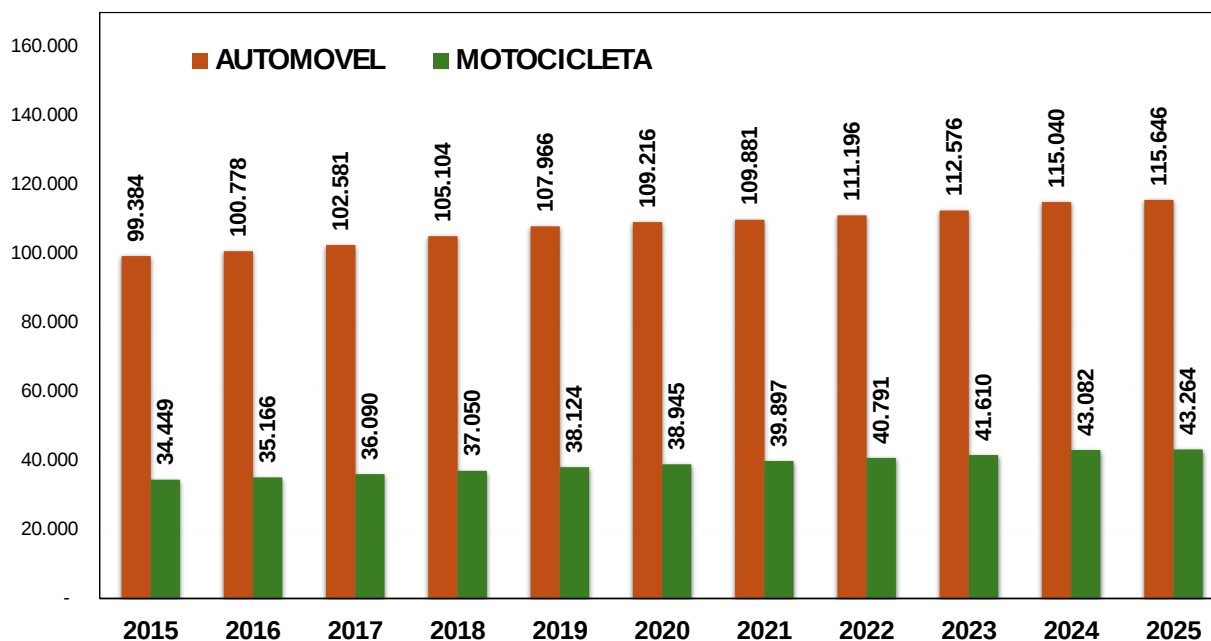


Fonte: Ministério dos Transportes

No setor de veículos de carga, também se observa crescimento: a frota de caminhões subiu de 3.778 para 4.107 unidades (+8,7%) e a de reboques de 2.543 para 4.457 (+75,3%), o que pode refletir o dinamismo de setores logísticos e de serviços urbanos. Veículos utilitários mais que triplicaram no período, passando de 768 para 2.690 unidades, sugerindo ampliação do uso para atividades comerciais, de manutenção e apoio urbano. Já o número de caminhão trator cresceu de 1.344 para 1.689, com variação de 25,7%, acompanhando a tendência de regionalização da atividade de transporte rodoviário de cargas. As motonetas também registraram forte aumento, saltando de 4.463 para 7.585 unidades (+69,9%), reforçando a relevância desse tipo de veículo em deslocamentos urbanos econômicos. Por fim, veículos de menor porte como ciclomotores também apresentaram crescimento expressivo (+35%), passando de 771 para 1.041 unidades.

De forma geral, as informações evidenciam uma tendência contínua de expansão da frota de veículos em Araraquara, com crescimento expressivo em praticamente todas as categorias, especialmente nos modais individuais e de pequeno porte. Observa-se um fortalecimento progressivo do modelo de mobilidade baseado em veículos motorizados privados, impulsionado tanto pelo comportamento das famílias quanto pelo uso profissional por trabalhadores autônomos e informais. Essa expansão da frota, sobretudo de automóveis e motocicletas, gera pressões crescentes sobre a infraestrutura viária, o ambiente urbano e os níveis de emissões atmosféricas, o que exige uma resposta coordenada do poder público para promover o reequilíbrio da matriz de transportes e incentivar modais mais sustentáveis, acessíveis e integrados.

Gráfico 97. Araraquara: Evolução da Frota de Automóveis e Motocicletas (Dez./2015 e Abril/2025)



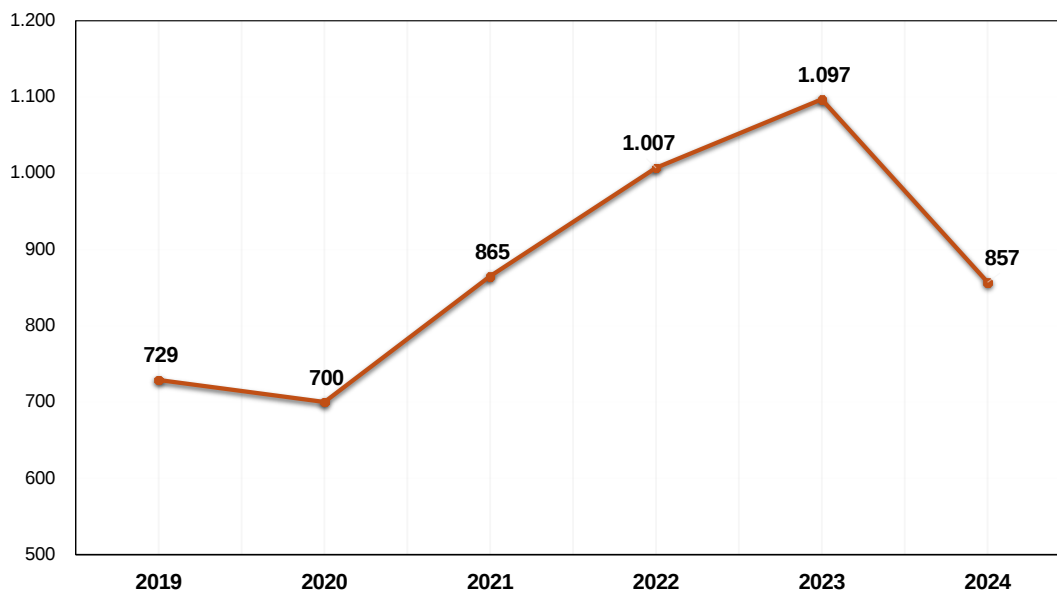
Fonte: Ministério dos Transportes

Conforme apresentado no Gráfico 97, ao longo do período analisado, o crescimento anual da frota de automóveis manteve-se relativamente estável, com acréscimos médios de cerca de 1.600 unidades por ano, consolidando o automóvel como principal meio de transporte urbano e interurbano em uma cidade de porte médio como Araraquara. A frota de motocicletas também apresentou trajetória ascendente, com ritmo de crescimento superior ao dos automóveis, o que pode ser atribuído ao seu uso ampliado como meio de trabalho, sobretudo para atividades de entrega e transporte de pequeno porte, além de sua maior acessibilidade econômica para camadas de menor renda. A partir de 2020, ambos os tipos de veículos apresentam aceleração moderada no ritmo de crescimento, com destaque para os anos de 2022 a 2024, quando o número de automóveis aumentou mais de 5.000 unidades em dois anos, e as motocicletas cresceram aproximadamente 2.300 unidades no mesmo intervalo. Tal expansão pode estar associada à recuperação econômica do período pós-pandêmico, à busca por meios de transporte mais individualizados e à precariedade dos sistemas de transporte público urbano.

Diante desse quadro, a administração pública enfrenta o desafio de reverter o padrão de mobilidade centrado no transporte motorizado individual, priorizando políticas que integrem o uso racional do solo, o incentivo à mobilidade ativa e coletiva e a reestruturação dos sistemas de transporte público, em consonância com os compromissos do ODS 11 da Agenda 2030.

Por outro lado, a evolução do número de sinistros viários em Araraquara, abrangendo ocorrências como colisões, choques, atropelamentos e outros tipos de acidentes, no período de 2019 a 2024, revela flutuações expressivas na quantidade de ocorrências anuais, refletindo dinâmicas variadas na relação entre crescimento da frota, uso do sistema viário e efetividade das políticas de segurança no trânsito.

Gráfico 98. Araraquara: Evolução dos Sinistros (colisão, choque, atropelamento e outros) (2019-2024)



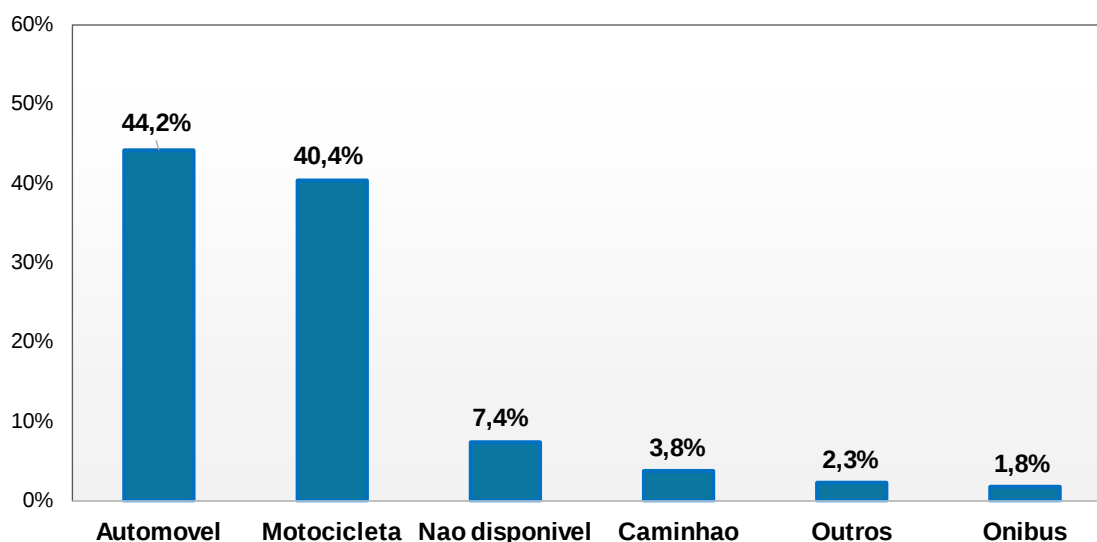
Fonte: INFOSIGA/DETRAN-SP

Segundo o Gráfico 98, com dados do Infosiga/Detran-SP, o número de sinistros registrados em Araraquara foi de 729 em 2019, com uma leve redução no ano seguinte, totalizando 700 ocorrências em 2020. Essa queda está associada à redução da circulação de veículos durante o período mais intenso da pandemia de COVID-19, quando as medidas de distanciamento social impactaram diretamente a mobilidade urbana. A partir de 2021, os registros voltaram a crescer de forma acentuada: foram 865 sinistros, seguidos de 1.007 em 2022 e um pico de 1.097 em 2023. Esse movimento pode ser atribuído à retomada da atividade econômica e ao aumento do fluxo de veículos — em especial, de motocicletas utilizadas para entregas —, combinados à limitada ampliação da infraestrutura viária e à fragilidade das ações preventivas. Em 2024, observa-se uma redução significativa no número de sinistros, que cai para 857 ocorrências, revertendo a tendência de crescimento observada nos três anos anteriores, mas ainda acima dos patamares registrados antes da pandemia.

Os dados apresentados no Gráfico 99 revelam a forte concentração das ocorrências envolvendo automóveis (44,2%) e motocicletas (40,4%). Juntas, essas duas categorias respondem por mais de 84% do total de sinistros registrados, o que evidencia a predominância dos modais motorizados individuais nos registros de acidentes viários no município. A expressiva participação dos automóveis pode ser relacionada ao seu peso na frota total da cidade, além da alta frequência de circulação em vias urbanas. Por sua vez, a motocicleta, mesmo com frota proporcionalmente menor, apresenta quase o mesmo percentual de envolvimento em sinistros, o que aponta para sua maior vulnerabilidade operacional e exposição ao risco viário, especialmente em contextos de alta rotatividade, como serviços de entrega e deslocamentos curtos. Outras categorias aparecem com percentuais significativamente menores. Os sinistros

envolvendo caminhões representam apenas 3,8%, enquanto ônibus correspondem a 1,8%, refletindo uma menor presença desses modais nas ocorrências registradas, o que pode estar associado ao seu volume menor na frota urbana ou à natureza mais controlada de sua operação.

Gráfico 99. Araraquara: Distribuição Percentual de Sinistros por Modal de Transporte (2024)



Fonte: INFOSIGA/DETRAN-SP

A análise da distribuição dos sinistros por tipo de modal reforça a importância de ações específicas de prevenção voltadas ao transporte individual motorizado, com foco em educação no trânsito, fiscalização, requalificação viária e estratégias para proteção dos usuários mais expostos, como motociclistas. A priorização de uma política de segurança viária integrada é essencial para a redução dos acidentes e para o avanço rumo a um sistema de mobilidade urbana mais seguro e sustentável, conforme orientações do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans)⁸ e do ODS 11.2 da Agenda 2030.

Problemas e Desafios para Inclusão no Plano Estratégico do Governo Municipal 2025 – 2028

1. Expansão acelerada da frota motorizada individual, especialmente automóveis e motocicletas. Esse aumento consolida um modelo de mobilidade baseado no transporte individual, gerando impactos negativos sobre a infraestrutura viária, o meio ambiente e a equidade no acesso à mobilidade.

⁸ O Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans) foi instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018, com o objetivo de estabelecer diretrizes e metas para reduzir de forma contínua e estruturada o número de vítimas fatais e feridos graves em acidentes de trânsito no Brasil. A meta principal do plano é diminuir em 50% o número de mortes no trânsito até 2028, em consonância com compromissos internacionais assumidos pelo país, como a Década de Ação pela Segurança no Trânsito da ONU.

2. Apesar do aumento geral da frota, os dados mostram estagnação da frota de ônibus e crescimento modesto de micro-ônibus, evidenciando a falta de ampliação proporcional da oferta de transporte público.
3. Araraquara enfrenta a persistência de altos índices de sinistralidade viária, com aumento significativo de acidentes entre 2020 e 2023 e números ainda superiores ao período pré-pandêmico. Em 2024, automóveis e motocicletas concentraram mais de 84% dos sinistros, evidenciando a vulnerabilidade dos modais individuais e a necessidade de estratégias voltadas à segurança no trânsito, reestruturação da mobilidade e promoção de alternativas coletivas e sustentáveis.
4. O crescimento desordenado da frota motorizada em Araraquara compromete a sustentabilidade urbana, ampliando os impactos ambientais e as desigualdades no acesso ao transporte. Superar esse quadro exige ações integradas que priorizem a mobilidade ativa, o transporte coletivo e o uso racional do solo, em alinhamento ao ODS 11 da Agenda 2030.

5. ARARAQUARA QUE QUEREMOS: VISÃO ESTRATÉGICA E VALORES PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

5.1 OS VALORES QUE GUIAM NOSSA CAMINHADA

O futuro que queremos para Araraquara começa a ser construído pelos princípios que escolhemos cultivar no presente. São esses valores que orientam nossas decisões, sustentam nossas ações e expressam, de forma concreta, o compromisso ético da cidade com sua população e com as próximas gerações. No contexto do Plano Estratégico de Governo Municipal (PEGM) 2025–2028, esses valores ultrapassam o papel de meras referências normativas: eles constituem fundamentos vivos que conectam a visão de longo prazo com as práticas efetivas da gestão pública.

Inspirados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e alinhados com o compromisso intergeracional assumido por Araraquara, esses valores oferecem direção, coerência e sentido ao projeto de desenvolvimento humano, sustentável, inovador e inclusivo que orienta o planejamento da cidade. Eles constituem a base sobre a qual se estrutura a direcionalidade estratégica do município, orientando a formulação de programas, metas e ações, e assegurando a legitimidade pública, a coesão interna da estratégia e sua sintonia com os anseios da população.

Ao adotar essa perspectiva como base central de sua direcionalidade estratégica, Araraquara não apenas responde de forma propositiva aos complexos desafios contemporâneos do desenvolvimento urbano e social, como também reafirma seu compromisso com uma agenda pública transformadora. Essa agenda é voltada à redução das desigualdades, à promoção da sustentabilidade, à inovação nos serviços públicos e ao fortalecimento institucional e democrático. Trata-se de uma perspectiva que rompe com padrões históricos de exclusão e direciona políticas, programas e investimentos para a construção de uma cidade mais justa, resiliente, acolhedora e comprometida com o bem-estar das atuais e futuras gerações.

Essa direcionalidade encontra sua sustentação em um conjunto de valores orientadores que refletem os fundamentos éticos, sociais e institucionais assumidos como referência para a construção da Araraquara do futuro. Tais valores não apenas embasam a Visão Estratégica do município, mas também norteiam a definição dos programas, metas e ações presentes no PEGM 2025–2028 e no Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, assegurando alinhamento com a Agenda 2030, legitimidade perante a sociedade e coerência na condução das políticas públicas. A seguir, apresentam-se os valores que estruturam esse pacto coletivo de transformação:

1. DIGNIDADE HUMANA

Todas as pessoas têm valor e devem ser respeitadas, protegidas e tratadas com igualdade, sem discriminação de cor, religião, origem ou condição social.

2. LIBERDADE

Defendemos o direito de cada pessoa e comunidade de se expressar, fazer suas escolhas e seguir seus próprios caminhos. Todos devem poder participar da vida da cidade e construir, com autonomia, seus projetos de vida.

3. EQUIDADE

Queremos uma cidade mais justa, onde os recursos sejam melhor distribuídos, onde os mais vulneráveis sejam incluídos. É assim que garantimos equidade e oportunidades iguais para todos.

4. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Cuidar da natureza é cuidar da vida. Valorizamos práticas que protejam o meio ambiente, usem os recursos com responsabilidade e ajudem a cidade a enfrentar as mudanças do clima, garantindo bem-estar hoje e no futuro.

5. INCLUSÃO

Araraquara é de todos. Por isso, buscamos eliminar barreiras que impedem a participação plena das pessoas, acolhendo cada cidadão na vida social, econômica e política da cidade, com respeito e abertura à diversidade.

6. INOVAÇÃO

Valorizamos ideias novas, criativas e eficazes para melhorar os serviços públicos e resolver os problemas da cidade. A inovação nos ajuda a fazer diferente, com mais participação, inteligência e impacto positivo.

7. GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

A cidade se constrói com a participação de todos. Defendemos que a população tenha voz ativa nas decisões, acompanhe os resultados e ajude a planejar o futuro, fortalecendo a democracia e a responsabilidade compartilhada.

5.2 VISÃO ESTRATÉGICA: A ARARAQUARA QUE QUEREMOS ATÉ 2050

A Visão Estratégica Araraquara 2050 projeta o município em um horizonte de 25 anos e busca responder, de forma criativa e estratégica, a perguntas estruturantes sobre o futuro coletivo: que cidade queremos construir? Que lugar desejamos ocupar no mundo? Que legado queremos deixar às próximas gerações? Mais do que uma meta pontual ou um objetivo de governo, trata-se de uma imagem mobilizadora do futuro desejado, capaz de articular as aspirações da população com o compromisso político da gestão municipal em torno de um modelo de desenvolvimento humano sustentável.

Essa visão se fundamenta em valores sociais, princípios éticos e prioridades públicas — sociais, econômicas, ambientais, territoriais e institucionais — e traduz o reconhecimento das potencialidades e vocações locais como base para a construção de oportunidades concretas. Ao transformar essas capacidades em direção estratégica, a visão fornece sentido à ação pública, orientando as decisões e promovendo a mobilização das forças locais rumo a um desenvolvimento mais inclusivo, inovador e sustentável.

Nesse contexto, a Visão 2050 atua como uma bússola de longo prazo, norteando o alinhamento das políticas públicas, dos investimentos, das parcerias e das ações intersetoriais em torno de um propósito comum. Além de seu papel técnico e orientador, exerce também uma função simbólica, articulando diferentes interesses e atores sociais em torno de um projeto coletivo de transformação. Assim como um pôster turístico inspira o viajante, a visão não

determina o percurso exato, mas oferece uma imagem clara, crível e desejável do futuro — um futuro mais justo, sustentável e promissor que o presente.

Por sua natureza, a visão estratégica deve estar acima de conjunturas político-partidárias e expressar um compromisso público duradouro. Isso garante continuidade institucional, legitimidade social e estabilidade nas diretrizes estratégicas, mesmo diante de alternâncias no poder. Dessa forma, a Visão Araraquara 2050 se afirma como um pacto coletivo de futuro, sustentado em valores compartilhados e traduzido em uma narrativa inspiradora de desenvolvimento local.

Alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, a Visão Estratégica Araraquara 2050 integra planejamento, propósito coletivo e responsabilidade intergeracional. É a partir dela que se consolida o compromisso com a dignidade humana, a equidade, a sustentabilidade ambiental, a inovação e a governança participativa, orientando o planejamento de longo prazo e guiando as escolhas do presente rumo a um futuro resiliente e inclusivo.

A Visão Estratégica que orienta a formulação e a gestão do Plano Estratégico do Governo Municipal (PEGM) 2025–2028 está fundamentada na Lei nº 9.500, de 15 de março de 2019, que instituiu o Programa Araraquara 2050. Essa legislação representa um marco essencial para o compromisso do município com o planejamento de longo prazo, estabelecendo as bases para uma estratégia sólida, coerente e contínua de desenvolvimento sustentável. Ao reconhecer a importância de pensar a cidade para além dos ciclos de governo, o PEGM alinha-se a esse compromisso legal e institucional, estruturando suas ações com vistas à construção do futuro desejado para Araraquara até 2050.

A seguir, apresenta-se a Visão Estratégica Araraquara 2050, expressão do futuro almejado pelo município:



Araraquara, em 2050, é uma cidade integrada, inovadora e sustentável, reconhecida como polo regional de desenvolvimento, que promove a inclusão social, a qualidade de vida e o crescimento econômico com base em suas vocações e potencialidades, orientando-se pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e pelo compromisso com as futuras gerações.

ARARAQUARA, EM 2050, É UMA CIDADE:

- **INTEGRADA, INOVADORA E SUSTENTÁVEL:**

Araraquara é uma cidade que se conecta por inteiro — do campo ao centro, das periferias ao centro — com ruas acessíveis, serviços próximos e qualidade de vida para todos. É um lugar que aposta na criatividade, no saber e na tecnologia para resolver problemas e melhorar o cotidiano das pessoas. Com respeito à natureza e cuidado com o futuro, a cidade cresce de forma consciente, preserva seus recursos e se prepara para os desafios do clima, construindo um amanhã mais equilibrado, seguro e sustentável.

- **Reconhecida como polo regional de desenvolvimento:**

Araraquara é uma cidade que inspira e impulsiona toda a região ao seu redor. Com serviços públicos de qualidade, educação voltada para o futuro, uma cultura vibrante e uma economia dinâmica, ela se consolida como referência para os municípios vizinhos. Como centro de oportunidades, atrai investimentos, talentos e ideias, fortalecendo os laços entre as cidades, impulsionando o desenvolvimento regional e construindo, de forma colaborativa, um território mais próspero, inovador e cheio de possibilidades.

- **Promove a inclusão social, a qualidade de vida e o crescimento econômico com base em suas vocações e potencialidades:**

Araraquara se dedica a garantir que todas as pessoas tenham oportunidades iguais, acesso a serviços de qualidade e uma vida digna. A cidade cresce de forma equilibrada, com uma economia diversificada, criativa e voltada para o futuro, valorizando seus talentos, recursos e vocações para gerar emprego, renda e bem-estar para toda a população.

- **Orientando-se pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e pelo compromisso com as futuras gerações:**

Araraquara reafirma seu alinhamento com a Agenda 2030 da ONU, conduzindo suas escolhas com responsabilidade, justiça e visão de longo prazo. O compromisso com as próximas gerações reforça a responsabilidade intergeracional do planejamento, orientando decisões que garantam um caminho digno, equilibrado e inclusivo para quem ainda virá.

6. MAPEANDO O FUTURO: EIXOS E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Para transformar a Visão Estratégica de Araraquara em ações concretas, o Plano Estratégico de Governo Municipal (PEGM) 2025-2028 estabelece eixos estruturantes e diretrizes estratégicas que organizam os caminhos do desenvolvimento sustentável ao longo dos próximos quatro anos. Esses elementos orientam a formulação das políticas públicas, a definição dos programas prioritários e a tomada de decisões de gestão, com o objetivo de promover uma cidade mais justa, inovadora, inclusiva e preparada para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades até 2050. Os eixos estruturantes do PEGM também servem como base para a estruturação dos programas e ações do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, assegurando a integração entre o planejamento estratégico de médio prazo e os instrumentos orçamentários e de gestão municipal. Dessa forma, o PPA será o principal vetor para viabilizar a execução das diretrizes do PEGM, garantindo que os recursos públicos sejam alocados de maneira coerente com as prioridades estratégicas e com a visão de futuro estabelecida para o município.

Cada eixo representa um foco prioritário de atenção do governo, correspondente a uma dimensão essencial da realidade municipal a ser transformada por meio da ação pública. Mais do que simples áreas temáticas, os eixos estratégicos funcionam como elementos articuladores e integradores da gestão institucional, pois não apenas orientam iniciativas específicas, mas também contribuem mutuamente para os objetivos dos demais eixos — formando, assim, um sistema interdependente comprometido com a concretização dos objetivos globais do programa de governo. Esses Eixos são:

Eixo 1: Modernização institucional e governança participativa

Diretriz Estratégica 1.1: Promover a racionalidade na alocação dos recursos públicos, o equilíbrio fiscal das contas municipais, a efetividade das políticas públicas e a qualidade e tempestividade na prestação dos serviços essenciais, assegurando o atendimento adequado às demandas da população, através do fortalecimento do planejamento da gestão governamental, da transparência na administração pública, da governança participativa, da inovação e desburocratização dos processos administrativos, bem como da valorização e qualificação contínua dos servidores municipais.

Eixo 2: Desenvolvimento Social e Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania

Diretriz Estratégica 1.2: Promover uma Araraquara mais justa, inclusiva e equitativa, garantindo direitos, cidadania e atendimento às necessidades básicas em educação, saúde, segurança alimentar, assistência social, segurança pública, cultura, esporte e lazer.

Eixo 3: Desenvolvimento econômico, Inovação e Inclusão Produtiva

Diretriz Estratégica 1.3: Promover emprego e renda dignos, desenvolvimento humano, inovação e expansão produtiva, incentivando empreendimentos de base tecnológica, modernizando regulações, apoiando pequenas empresas e cooperativas, fortalecendo assistência técnica e agropecuária, e ampliando o acesso ao crédito e microcrédito para empreendedores locais.

Eixo 4: Desenvolvimento territorial e sustentabilidade ambiental

Diretriz Estratégica 1.4: Promover uma cidade organizada, acessível, inclusiva e sustentável, com ordenamento urbano adequado, uso racional dos recursos naturais, inovação tecnológica, mobilidade eficiente, ampliação dos serviços, ações contra mudanças climáticas e qualificação dos equipamentos urbanos e paisagismo.

Os quatro eixos estratégicos do Plano Estratégico do Governo Municipal (PEGM) 2025–2028 e do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, estão alinhados à Visão Araraquara 2050 (Figura 5). Cada eixo representa uma dimensão essencial do desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, se articula com os demais, formando um sistema interdependente e complementar.

Figura 5. Os Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Sustentável de Araraquara



7. ARTICULAÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS COM OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

O planejamento estratégico do município de Araraquara adota um enfoque multidimensional do desenvolvimento sustentável, colocando as pessoas no centro das decisões públicas, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa abordagem amplia a visão tradicional de desenvolvimento, ao integrar fatores econômicos, sociais, ambientais, institucionais e territoriais, reconhecendo que um baixo nível de desenvolvimento sustentável não se limita a restrições econômicas, mas também decorre de desigualdades de acesso a direitos básicos como alimentação, saúde, educação e moradia digna. Falhas na prestação de serviços públicos essenciais comprometem oportunidades de inclusão produtiva, enquanto a violência, a criminalidade e a exclusão social agravam as condições de vida, restringem a liberdade de circulação, inibem investimentos e impactam diretamente o bem-estar da população.

É nesse contexto que o Plano Estratégico de Governo Municipal (PEGM) 2025–2028 estrutura sua atuação a partir de quatro eixos estratégicos, integrando de forma consistente os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e assegurando a plena convergência entre as políticas públicas locais e os compromissos globais de desenvolvimento humano sustentável. Essa articulação não se limita ao campo conceitual, mas orienta de maneira concreta e efetiva a ação governamental, garantindo que os valores fundamentais permeiem de forma transversal todas as iniciativas da gestão municipal.

Eixo Estratégico 1. Modernização institucional e governança participativa



Eixo 1 – Modernização Institucional e Governança Participativa foca em melhorar a forma como a Prefeitura funciona e se relaciona com a população. Ele está ligado aos compromissos de

garantir instituições mais eficientes, transparentes e abertas à participação das pessoas (ODS 16 e 17). A ideia é que, para os serviços públicos chegarem com qualidade até quem mais precisa, é fundamental ter um governo bem organizado, com regras claras, processos simples e que escute a população. Além disso, esse eixo apoia o combate à pobreza (ODS 1), ao facilitar o acesso de todos aos serviços públicos.

Eixo Estratégico 2. Desenvolvimento Social e Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania



O **Eixo 2 – Desenvolvimento Social e Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania** tem como prioridade melhorar a qualidade de vida das pessoas, cuidando da saúde, educação, segurança alimentar, igualdade de direitos e redução das desigualdades. Ele conversa diretamente com vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 1, 2, 3, 4, 5 e 10), ao colocar a justiça social no centro das ações do governo. O foco principal é garantir que todos tenham as mesmas oportunidades, principalmente quem está em situação de maior vulnerabilidade.

Eixo Estratégico 3. Desenvolvimento econômico, Inovação e Inclusão Produtiva



O **Eixo 3 – Desenvolvimento Econômico, Inovação e Inclusão Produtiva** busca fortalecer a economia da cidade, criando mais empregos dignos, incentivando o empreendedorismo e promovendo a inovação tecnológica. Este eixo está alinhado aos ODS 8 e 9 e pretende ampliar as oportunidades para que todos possam participar do crescimento econômico, com destaque para ações que incentivem pequenos negócios e modernizem a infraestrutura da cidade.

Eixo Estratégico 4. Desenvolvimento territorial e sustentabilidade ambiental



O **Eixo 4 – Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade Ambiental** cuida da cidade como um todo, planejando melhor o uso do território, garantindo uma mobilidade urbana eficiente e promovendo a preservação dos recursos naturais. Está conectado aos ODS ligados ao meio ambiente (ODS 6, 7, 11, 12, 13, 14 e 15), pois entende que a qualidade de vida das pessoas depende de um ambiente saudável e de um território bem organizado, pensado para o presente e para o futuro.

Toda essa conexão com os ODS foi levada em conta na definição dos objetivos, programas e ações que compõem o Plano Estratégico de Governo Municipal (PEGM) 2025–2028 e o Plano Plurianual (PPA) 2026–2029. O compromisso do município vai além de aderir a metas globais: trata-se de transformar essas metas em ações reais, com impacto direto no dia a dia da população, construindo uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável.

8. PROGRAMAS QUE ESTRUTURAM O PLANO ESTRATÉGICO DO GOVERNO MUNICIPAL 2025-2028 E O PLANO PLURIANUAL 2026-2029

Com fundamento na direcionalidade estratégica definida anteriormente — que estabelece a visão de futuro, os eixos e as diretrizes do desenvolvimento sustentável de Araraquara —, foram estruturadas as dimensões tática gerencial do Plano Estratégico do Governo Municipal (PEGM 2025–2028) e do Plano Plurianual (PPA 2026–2029). Essas dimensões se materializam por meio de 32 programas governamentais, que constituem a unidade básica de intervenção do plano. Os programas operam como elo entre os objetivos estratégicos de longo prazo e a implementação concreta das políticas públicas, traduzindo os compromissos assumidos em ações planejadas, mensuráveis e com impacto direto na realidade municipal.

A **Matriz da Estrutura de Programas do PPA 2026–2029** expressa, de forma clara e organizada, a articulação entre os eixos estratégicos do PEGM 2025-2028, os programas definidos e os órgãos responsáveis por sua implementação. Cada eixo e respectiva diretriz estratégica foi desdobrado em um conjunto de programas estruturantes, concebidos para responder a desafios concretos do desenvolvimento sustentável do município. Esses programas foram definidos segundo os princípios do Planejamento Estratégico Público (PEP), que concebe o programa como uma unidade de gestão voltada para a transformação de situações insatisfatórias por meio da articulação entre recursos aplicados (meios), produtos gerados (ações) e resultados esperados (impactos). Além disso, os programas estão ancorados em estruturas institucionais bem definidas, com órgãos gestores responsáveis pela coordenação, execução e avaliação de seus resultados. Essa definição assegura governança, coerência e accountability, permitindo que cada programa funcione como um módulo organizacional articulado às diretrizes estratégicas e orientado por critérios de eficiência (meios → produtos) e eficácia (produtos → resultados).

No âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, os programas governamentais do município de Araraquara estão organizados em três categorias principais: programas intermediários, programas finalísticos e operações especiais. Essa classificação tem como objetivo estruturar, de maneira lógica e funcional, a atuação do governo municipal, articulando ações, recursos e resultados conforme suas finalidades específicas, contribuindo assim para o fortalecimento da gestão estratégica e a efetividade das políticas públicas.

Os **programas intermediários** compreendem um conjunto de ações e recursos voltados à geração de bens e serviços que não são entregues diretamente à população, mas que são essenciais para apoiar a execução dos programas finalísticos. Sua principal função é fortalecer a capacidade institucional do governo — por meio do aprimoramento dos processos de

planejamento, gestão administrativa, fazendária, jurídica e comunicacional — criando as condições necessárias para que os resultados finalísticos possam ser alcançados com qualidade. Na matriz do PPA 2026–2029 de Araraquara, os programas associados ao Eixo 1 – Modernização Institucional e Governança Participativa configuram-se, predominantemente, como intermediários, pois estão direcionados ao fortalecimento da governança pública, à transparência, à valorização dos servidores, à gestão fiscal, à integridade institucional e ao suporte à ação governamental como um todo.

Já os **programas finalísticos** concentram-se na produção de bens e serviços entregues diretamente à população, integrando esforços e recursos para enfrentar problemas concretos e atender demandas prioritárias da cidadania. São programas orientados para gerar impacto direto em áreas como educação, saúde, assistência social, segurança alimentar, cultura, mobilidade urbana, agricultura e desenvolvimento econômico sustentável. Na matriz do PPA 2026–2029, os programas vinculados aos Eixos 2 – Desenvolvimento Social e Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania, 3 – Desenvolvimento Econômico, Inovação e Inclusão Produtiva, e 4 – Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade Ambiental são essencialmente finalísticos, uma vez que estão focados na expansão e qualificação dos serviços públicos, no enfrentamento das desigualdades sociais e regionais e na promoção do bem-estar da população.

Por fim, as **operações especiais** dizem respeito a despesas que não estão diretamente relacionadas à execução de políticas públicas ou à produção de bens e serviços novos para a população de Araraquara. Essas operações envolvem obrigações financeiras e legais do município, como o pagamento da dívida pública (juros e amortizações), transferências constitucionais e legais, pagamentos de precatórios, contribuições patronais para os regimes próprios de previdência, aposentadorias e benefícios previdenciários. Por não gerarem produtos ou resultados típicos de programas de investimento, essas operações são classificadas separadamente.

Essa categorização contribui significativamente para a organização e o monitoramento qualificado do orçamento público, permitindo que o PPA 2026–2029 seja mais eficiente na alocação de recursos, mais transparente na definição das prioridades de governo e mais eficaz na entrega de resultados concretos à população. Além disso, essa estrutura facilita o alinhamento entre planejamento e execução, assegurando que cada programa, conforme sua natureza, contribua de forma estratégica para o alcance dos objetivos e metas do município.

MATRIZ DA ESTRUTURA DE PROGRAMAS DO PPA 2026–2029

EIXO 1. MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

Diretriz Estratégica 1.1: Promover a racionalidade na alocação dos recursos públicos, o equilíbrio fiscal das contas municipais, a efetividade das políticas públicas e a qualidade e tempestividade na prestação dos serviços essenciais, assegurando o atendimento adequado às demandas da população, através do fortalecimento do planejamento da gestão governamental, da transparência na administração pública, da governança participativa, da inovação e desburocratização dos processos administrativos, bem como da valorização e qualificação contínua dos servidores municipais.

Programa	Objetivo	Responsável
1. Processo Legislativo	Garantir os recursos institucionais, financeiros, humanos, materiais e tecnológicos necessários para assegurar o pleno funcionamento da Câmara Municipal de Araraquara, de forma a viabilizar o exercício de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no Art. 31 da Constituição Federal, que lhe confere competência para fiscalizar os atos do Poder Executivo, e nos Art. 21 e 22 da Lei Orgânica do Município, que definem suas funções de legislar sobre matérias de interesse local, fiscalizar e controlar a administração pública, deliberar sobre matérias orçamentárias, promover a representação da população, além de exercer controle externo com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.	Câmara Municipal
2. Encargos Especiais	Assegurar a alocação de recursos orçamentários necessários ao cumprimento de obrigações de natureza legal e judicial, relativas ao pagamento de precatórios, ações trabalhistas, ações indenizatórias e outros encargos de responsabilidade dos poderes legislativo e executivo municipal, garantindo a regularidade fiscal, a integridade orçamentária e o pleno atendimento às determinações judiciais que não se vinculam diretamente à execução de programas finalísticos ou de manutenção administrativa.	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
3. Direção e Gestão do Gabinete do Prefeito	Dirigir, coordenar e avaliar as responsabilidades e os processos de alta direção da gestão pública municipal, assegurando a transparência, a eficiência e a eficácia das estruturas institucionais e organizacionais, com foco no cumprimento dos objetivos e metas do Plano de Governo e no direcionamento estratégico para o desenvolvimento sustentável do município.	Gabinete do Prefeito

Programa	Objetivo	Responsável
4. Articulação e Coordenação da Gestão governamental e da Participação e Controle Social	Garantir o alinhamento estratégico das políticas públicas, o cumprimento das diretrizes, metas e compromissos do Plano de Governo, bem como promover a participação, o controle social e a governança democrática, por meio da coordenação e articulação das relações políticas, institucionais e sociais da gestão governamental, assegurando a integração entre o Gabinete do Prefeito, as secretarias, os órgãos da Administração Municipal, os entes federados, os demais poderes e a sociedade civil.	Secretaria Municipal de Governo
5. Fortalecimento e Gestão da Comunicação Institucional	Promover, assegurar e ampliar os canais de comunicação e interação com a sociedade, garantindo a divulgação das ações de governo, o acesso à informação, a transparência pública e a prestação de contas sobre as políticas públicas, programas, projetos e serviços municipais, mediante a o fortalecimento do relacionamento com a imprensa, a expansão da presença e da interação nos meios digitais e a qualificação da publicidade institucional, assegurando uma comunicação pública eficiente, acessível e orientada ao fortalecimento da cidadania e do controle social.	Secretaria Municipal de Comunicação
6. Governança Jurídica e Defesa do Interesse Público Municipal	Proteger o patrimônio público, fortalecer a arrecadação municipal e reduzir os passivos judiciais por meio de uma gestão jurídica eficiente, capaz de assegurar a legalidade dos atos administrativos, a segurança jurídica e a defesa do interesse público municipal, contribuindo para uma gestão pública ética, eficiente e alinhada aos princípios da Administração Pública de legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.	Procuradoria-Geral do Município
7. Transparência, Controle e Integralidade da Gestão Municipal	Assegurar a correta e transparente aplicação dos recursos públicos, a prevenção de riscos institucionais e a promoção da eficiência e da eficácia das políticas públicas, por meio de ações de fiscalização, auditoria interna, apoio ao controle externo, monitoramento e orientação contínua à gestão, associadas ao desenvolvimento de uma cultura de integridade, responsabilidade e melhoria permanente na administração pública.	Controladoria-Geral do Município
8. Modernização e Gestão dos Sistemas Administrativos e Operacionais e da	Contribuir para a efetiva implantação do programa de governo, das políticas públicas, dos serviços públicos para uma gestão pública eficiente, inovadora, sustentável e orientada a resultados, por meio da modernização e gestão dos sistemas	Secretaria Municipal de Administração

Programa	Objetivo	Responsável
Valorização do Servidor Público	administrativos, da infraestrutura tecnológica, logística e patrimonial, além da promoção da valorização, do desenvolvimento de competências, do bem-estar e da qualificação dos servidores públicos municipais.	
9. Modernização e Gestão dos Sistemas de Planejamento Estratégico e Administração Orçamentária e Financeira	Modernizar e fortalecer a capacidade institucional de direcionamento da gestão municipal por meio da integração dos instrumentos de planejamento estratégico, programação orçamentária, arrecadação, fiscalização tributária, contabilidade e auditoria, articulados ao monitoramento e à avaliação da gestão por resultados, com foco na sustentabilidade fiscal, na eficiência do gasto público e no alinhamento das ações governamentais às prioridades definidas no Plano de Governo.	Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento

EIXO 2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Diretriz Estratégica 1.2: Promover as condições necessárias para a construção de uma Araraquara mais justa, inclusiva e equitativa, onde a população possa desfrutar de melhor qualidade de vida, mediante a garantia dos direitos humanos e de cidadania, bem como a satisfação de suas necessidades fundamentais nas áreas de educação, saúde, segurança alimentar, assistência social, segurança pública, cultura, esporte e lazer.

Programa	Objetivo	Responsável
10. Fortalecimento do Sistema Municipal de Saúde Por Meio da Atenção Humanizada e Garantia de Acesso Universal, Equânime, Integral e de Qualidade aos Serviços Públicos de Saúde	Fortalecer o Sistema Municipal de Saúde por meio da ampliação do acesso, da qualificação da atenção em todos os níveis de complexidade, da promoção da equidade territorial e da integralidade do cuidado, assegurando infraestrutura adequada, ações eficazes de prevenção, vigilância e promoção da saúde, informatização dos serviços, valorização dos profissionais e fortalecimento da atenção à saúde mental, materno-infantil e às doenças crônicas e transmissíveis.	Secretaria Municipal de Saúde
11. Educação Municipal com Aprendizagem, Inclusão e Inovação	Elevar a aprendizagem, equidade e inovação na educação básica municipal por meio da ampliação do acesso e permanência dos estudantes, da garantia da alfabetização na idade certa, da valorização e formação continuada dos profissionais da educação, da ampliação do tempo integral, da inclusão plena de estudantes com deficiência, da reestruturação da oferta da EJA, da modernização tecnológica das unidades escolares e do fortalecimento da gestão democrática e intersetorial da política educacional no Município.	Secretaria Municipal da Educação
12. Assistência e Desenvolvimento Social com Justiça, Acolhimento e Inclusão	Enfrentar a pobreza, a vulnerabilidade, a exclusão social e as desigualdades territoriais por meio da ampliação do acesso das famílias em situação de risco aos programas e serviços socioassistenciais, da qualificação das ações de acolhimento e promoção de direitos, da integração com as políticas de saúde e desenvolvimento local e do aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, monitoramento e articulação intersetorial do SUAS.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
13. Políticas Públicas de Garantia de Direitos	Promover a garantia integral dos direitos de crianças e adolescentes no município de Araraquara, por meio do financiamento e apoio técnico a ações integradas, articuladas	Fundo Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente/COMCRIAR

Programa	Objetivo	Responsável
de Crianças e Adolescentes	e contínuas que enfrentem vulnerabilidades sociais, previnam violações de direitos e assegurem condições para o pleno desenvolvimento humano, em articulação com órgãos públicos e entidades da sociedade civil organizada.	
14. Políticas Públicas de Promoção e Proteção da População Idosa	Promover a garantia dos direitos da pessoa idosa no município de Araraquara, por meio do financiamento e apoio técnico a políticas públicas voltadas à prevenção e promoção da saúde, proteção contra violências, inclusão social, autonomia e valorização da pessoa idosa, assegurando um envelhecimento ativo, participativo e digno.	Fundo Municipal do Idoso
15. Garantia e Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania com Justiça, Inclusão e Diversidade	Promover a equidade, a justiça social e a inclusão plena da população de Araraquara por meio da formulação e implementação de políticas públicas intersetoriais que enfrentem as desigualdades estruturais e as múltiplas formas de discriminação, de gênero, raça, deficiência, idade e origem, assegurando a proteção dos direitos, o reconhecimento da diversidade, a prevenção das violências, a valorização da cidadania ativa e a ampliação da rede de garantias sociais, com foco prioritário nas populações historicamente marginalizadas e em situação de maior vulnerabilidade social, econômica e educacional.	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
16. Promoção da Cultura com Democratização do Acesso e Inclusão Social	Promover a democratização e o fortalecimento da cultura em Araraquara por meio da melhoria dos equipamentos culturais, descentralização de atividades e instalações, estabelecimento de mecanismos de financiamento, fortalecimento da representatividade nas instâncias de decisão cultural, formação contínua de gestores e artistas e modernização dos espaços com acessibilidade física e digital, garantindo assim inclusão social, pluralidade de vozes e sustentabilidade das políticas culturais.	Secretaria Municipal de Cultura
17. Cuidando da Nossa Cultura	Promover a valorização e o fortalecimento da cultura em Araraquara por meio do apoio à produção artística, da difusão cultural, da formação continuada de agentes culturais e do estímulo à economia criativa, garantindo	FUNDART – Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara

Programa	Objetivo	Responsável
	acesso equitativo aos bens e serviços culturais e o reconhecimento da diversidade cultural como base da cidadania.	
18. Geração em movimento: Caminhos para a Saúde e o Bem-Estar	Articular, expandir e qualificar programas de esporte e lazer em todas as regiões de Araraquara, por meio de um planejamento participativo, estabelecimento de parcerias públicas e privadas, gestão eficiente dos equipamentos e estabelecimento de um calendário integrado. Este conjunto de ações visa garantir acessibilidade, promover a inclusão social, zelar pela saúde e promover o bem-estar coletivo.	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
19. Promoção do Esporte, da Inclusão e da Excelência Atlética em Araraquara	Promover a difusão e o desenvolvimento integral do esporte em Araraquara, garantindo a democratização do acesso à prática esportiva em todas as suas modalidades, por meio da captação de recursos e parcerias estratégicas, do incentivo ao desporto de alto nível e da qualificação profissional, visando a saúde, a inclusão social, a excelência atlética e a melhoria da qualidade de vida da população.	FUNDESPORT – Fundação de Amparo ao Esporte do Município de Araraquara
20. Gestão da Segurança Pública e da Mobilidade Urbana	Fortalecer e assegurar a segurança e a mobilidade urbana em Araraquara por meio de ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência urbana e dos delitos que ameaçam a vida, a propriedade e a convivência; controle e fiscalização rigorosa do trânsito e do transporte público municipal; e aprimoramento da sinalização viária.	Secretaria Municipal de Assuntos de Segurança e Mobilidade Urbana

EIXO 3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E INCLUSÃO PRODUTIVA

Diretriz Estratégica 1.3: Promover a geração de emprego e renda dignos, o desenvolvimento do capital humano e a inovação e expansão da base produtiva e empresarial do município através do incentivo à implantação e fortalecimento de empreendimentos de base tecnológica em setores estratégicos para o desenvolvimento sustentável; da modernização das regulações municipais para fomento à inovação e apoio a pequenas empresas e cooperativas incubadas e pós-incubadas de base tecnológica; fortalecimento e ampliação dos programas e ações de assistência técnica, extensão rural e do fomento do desenvolvimento agropecuário; e o fortalecimento ao acesso ao crédito e microcrédito de fomento e do estímulo ao investimento produtivo dos micros e pequenos empreendedores do município.

Programa	Objetivo	Responsável
21. Promoção do Desenvolvimento Econômico Sustentável, do Turismo e de Geração de Trabalho e Renda	Promover o desenvolvimento econômico sustentável, o turismo e geração de emprego e renda em Araraquara, gerando planos, programas e projetos que estimulem a criação de empregos e renda, fomentem o empreendedorismo inovador e a formalização de empresas, qualifiquem a força de trabalho para as vocações estratégicas da cidade e elevem a competitividade dos setores produtivos, sempre com foco na inovação e na responsabilidade ambiental.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
22. Promoção da Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar	Promover o desenvolvimento rural sustentável por meio de suporte técnico aos agricultores, programas institucionais, fiscalização e regularização de agroindústrias, bem como garantir o direito humano à alimentação adequada, saudável e solidária por meio de programas e ações voltadas especialmente às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza, primando pela redução do desperdício de alimentos e pela segurança alimentar.	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

EIXO 4. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Diretriz Estratégica 1.4: Promover a construção de uma cidade mais organizada, acessível, inclusiva e sustentável, viabilizando condições adequadas de ordenamento urbano e ocupação do território, por meio do fortalecimento de ações voltadas ao uso racional dos recursos naturais, à inovação tecnológica, à mobilidade urbana eficiente, à ampliação dos serviços essenciais, ao enfrentamento e à adaptação às mudanças climáticas, bem como à qualificação dos equipamentos urbanos e do paisagismo.

Programa	Objetivo	Responsável
23. Promoção da Gestão e Gerenciamento Ambiental Integrada	Promover a sustentabilidade ambiental em Araraquara por meio de políticas e ações integradas que preservem e restaurem ecossistemas urbanos e rurais; fiscalização de infrações ambientais; licenciamento de atividades com potencial poluidor; ampliem e qualifiquem a gestão de parques e arborização urbana; monitorem continuamente indicadores de qualidade ambiental e biodiversidade; fomentem a educação ambiental e eventos de conscientização; garantam a captação de recursos nacionais; e implementem programas de plantio de mudas nativas para recuperação de áreas degradadas e proteção de mananciais, e desenvolvam políticas públicas voltadas ao bem-estar animal, com foco no controle populacional ético, recolhimento, atendimento veterinário, microchipagem, fiscalização de maus-tratos e estímulo à adoção responsável.	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
24. Planejamento Urbano, Habitação e Ordenamento Territorial Sustentável	Promover um desenvolvimento urbano e territorial sustentável do município de Araraquara por meio da atualização participativa do Plano Diretor, do fortalecimento da fiscalização e regularização fundiária de moradias irregulares, da implementação de programas de habitação social com infraestrutura adequada e preservação ambiental, da articulação interinstitucional e público-privada em projetos de urbanização e moradia digna, e da implantação de um sistema de informação georreferenciada para apoiar a tomada de decisões e a transparência nos processos de uso e ocupação do solo, incluindo soluções de drenagem sustentável.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
25. Planejamento, Gestão e Fiscalização das Obras e Serviços Públicos	Fortalecer os processos de planejamento, contratação, gestão, controle e fiscalização da infraestrutura e equipamentos públicos; iluminação pública; manutenção viária; equipamentos de sinalização urbana; produção de artefatos de cimento; conservação de próprios públicos e mobiliário urbano; limpeza, manutenção e zeladoria de vias públicas; canteiros centrais e logradouros; e serviços de engenharia, assegurando qualidade técnica,	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Programa	Objetivo	Responsável
	cumprimento de prazos e cláusulas contratuais e eficiência na gestão de contratos e recursos.	
26. Modernização e Gestão Estratégica dos Sistemas de Água E Esgoto	Assegurar a prestação de serviços de saneamento básico de excelência em Araraquara, promovendo a saúde e a qualidade de vida da população, por meio da modernização tecnológica, da otimização operacional e da gestão estratégica dos sistemas de água e esgoto.	Departamento Autônomo de Água e Esgoto - DAAE
27. Encargos Especiais DAAE	Assegurar a alocação de recursos orçamentários necessários ao cumprimento de obrigações de natureza legal e judicial, relativas ao pagamento de precatórios, ações trabalhistas, ações indenizatórias e outros encargos de responsabilidade do DAAE, garantindo a regularidade fiscal, a integridade orçamentária e o pleno atendimento às determinações judiciais que não se vinculam diretamente à execução de programas finalísticos ou de manutenção administrativa.	Departamento Autônomo de Água e Esgoto - DAAE

Referências Bibliográficas

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (ACNUDH). Naciones Unidas de Derechos Humanos: Oficina del Alto Comisionado: América del Sur - Oficina Regional. Santiago: ACNUDH, [s.d.]. Disponível em: <https://acnudh.org/pt-br/>. Acesso em: 4 jul. 2025.

ARARAQUARA (SP). Secretaria Municipal da Educação. Plano Municipal de Educação 2015-2025. Araraquara, SP: Secretaria Municipal da Educação, 2015. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/8479>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2014.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2003.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.977, de 27 de janeiro de 2020. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jan. 1994.

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos de 2023. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (CONASEMS-SUS). Brasília, DF: CONASEMS-SUS, [s.d.]. Disponível em: <https://portal.conasems.org.br/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). (2025). *Greening reduz em 20% a produção de laranja no estado de São Paulo*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/42992267/greening-reduz-em-20-a-producao-de-laranja-no-estado-de-sao-paulo> Acesso em: 3 de julho de 2025

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE), Governo do Estado de São Paulo. *Evolução recente da agropecuária no Estado: 2010–2021. Seade Informa*. Disponível <https://informa.seade.gov.br/evolucao-recente-da-agropecuaria-no-estado/>. Acesso em: 5 de julho de 2025

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. (2022, dezembro). Plano de Ação Climática e Desenvolvimento Sustentável para São Paulo – PAC-SP 2050. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo.

IBGE. Censos Demográficos 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/inicial>. Acesso em: 22 jun. 2025.

INFOSIGA: ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo. Disponível em: <https://infosiga.detran.sp.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), & MINISTÉRIO DA ECONOMIA (2019). *Censo Agro 2017: Retratando a realidade do Brasil agrário*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 4 de julho de 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2023). *PPM – Pesquisa da Pecuária Municipal, 2023*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html>. Acesso em: 5 de julho de 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRES 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102143.pdf>. Acesso em: 3 de julho de 2025.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR). São Paulo: Instituto Cidades Sustentáveis; Sustainable Development Solutions Network (SDSN); Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), 2024. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Atlas da Violência 2025. Brasília: Ipea, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>, Acesso em: 23 jun. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar. Brasília, DF: INEP, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MATUS, CARLOS. Política, Planejamento e Governo. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. 1993.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES). Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. TabNet. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. IVIS – Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <http://plataforma.saude.gov.br/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Boletim Epidemiológico. v. 55, n. 4. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 6 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2024/boletim-epidemiologico-volume-55-no-04.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/sistemas-de-informacao/sim>. Acesso em: 24 jun. 2025.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS: diagnóstico dos serviços de água e esgoto – 2022. Brasília: Secretaria Nacional de Saneamento, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/snis>

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br>. Acesso em: 5 jul. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 23 jun. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Relatório do Programa Bolsa Família e Cadastro Único. Brasília, DF, março de 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE. (2025, maio). *Painel do Mapa de Empresas*. <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>. Acesso em: 2 de julho de 2025.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. (2024). *CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados)*. Recuperado em 3 de julho de 2025, de <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/o-pdet/o-que-e-caged>

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, [s.d.]. Disponível em: <https://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>. Acesso em: 24 jun. 2025.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH). Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh>. Acesso em: 5 jul. 2025.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Secretaria Nacional de Trânsito – Senatran. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito>. Acesso em: 4 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Brasília, DF: Nações Unidas Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 18 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 2006. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 1 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Doenças crônicas não transmissíveis. Genebra: OMS, 23 dez. 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/noncommunicable-diseases>. Acesso em: 24 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Doenças transmitidas por vetores. Genebra: OMS, 26 set. 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/vector-borne-diseases>. Acesso em: 26 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Preventing Suicide: A Global Imperative. Genebra: OMS, 2014. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/131056/9789241564779_eng.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 jun. 2025.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. Leading causes of death and disease burden in the Americas: Noncommunicable diseases and external causes. Washington, D.C.: PAHO, 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/en/node/96074>. Acesso em: 24 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA (2019). Plano Municipal do Meio Ambiente. Instituído pela Lei Municipal nº 9.621, de 24 de junho de 2019. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/9621> Acesso em: 5 de julho de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. (2018). *Programa Municipal de Educação Ambiental Formal e Não Formal Lei Municipal* Instituído pela Lei nº 9.383/2018. Disponível em: <https://www.legislacaodigital.com.br/Araraquara-SP/LeisOrdinarias/9383> Acesso em: 5 de julho de 2025

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 67.634, de 6 de abril de 2023. Institui o Plano Estadual Integrado de Atendimento à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 7 abr. 2023. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-67634-06.04.2023.html>. Acesso em: 4 jul. 2025.

SEBRAE. Pesquisa Sobrevivência de Empresas. Brasília: Sebrae, 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Pesquisa%20de%20Sobreviv%C3%Aancia%20de%20Empresas%202020.pdf>. Acesso em: 3 de julho de 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES. TabNet do Estado de São Paulo. São Paulo, SP: Secretaria de Estado da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://www.saude.sp.gov.br/links/matriz>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. (2025). *Anuário de Energéticos por Município no Estado de São Paulo 2025 – ano base 2024*. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/anuario-de-energeticos-por-municipios-do-estado-de-sao-paulo/> Acesso em: 30 de junho de 2025,

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2024. Sistema Estadual de coleta de Estatística Criminal: Números Sem Mistério. Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/>. Acesso em: 1 de julho de 2025.

SEN, AMARTYA. (2000). *Desenvolvimento como liberdade* (L. T. Motta, Trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de planejamento público 2021. Exercício de 2021. São Paulo: TCE/SP, 2021. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Manual%20de%20Planejamento%20Pu%CC%81blico%20%28vf-200121%29%20%281%29.pdf> Acesso em: 19 jun. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M): Manual 2024 (Dados do Exercício 2023). São Paulo: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dezembro de 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (2022). Global status report on physical activity 2022. World Health Organization. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/363607>. Acesso em: 29 jun. 2025.